

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA





SUMÁRIO

1 – Introdução	5
2 – Justificativa	6
3 – Objetivos	7
3.1 – Objetivo Geral	7
3.2 – Objetivos Específicos	7
4 – Metodologia	9
5 – A Região do Vale do Ribeira	11
5.1 – Breve Histórico da Ocupação e Formação do Vale do Ribeira	11
5.1.1 – A Ocupação do Vale	11
5.1.2 – As Comunidades Negras do Vale do Ribeira	20
5.1.3 – A Imigração no Vale	24
5.1.4 – O Regime Militar	29
5.2 – Articulação Institucional	31
5.2.1 – Órgãos Locais de Turismo	31
5.2.2 – Políticas Públicas de Turismo	35
5.2.3 – Terceiro Setor	38
5.2.4 – Articulação Institucional e Parcerias	47
5.2.5 – A Atuação do Setor Público no Local	68
5.3 – Aspectos Legais	71
5.3.1 – Legislação Turística	71
5.3.2 – Legislação Ambiental	76
6 – Oferta Turística Diferencial	80
6.1 – Atrativos e Recursos Naturais	80



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

6.1.1 – Ecossistemas Principais.....	86
6.1.2 – Áreas Protegidas.....	90
6.1.3 – Os Atrativos Naturais do Vale do Ribeira e o Potencial para o Ecoturismo	119
6.1.4 – Áreas Potenciais para Expansão do Turismo X Patrimônio Natural	126
6.2 – Atrativos e Recursos Culturais.....	128
6.2.1 – Sítios Arqueológicos.....	129
6.2.2 – A Arquitetura do Vale do Ribeira	133
6.2.3 – As Festividades das idades do Vale do Ribeira.....	136
6.2.4 – Artesanato	138
6.2.5 – Gastronomia.....	140
7 – Oferta Técnica.....	142
7.1 – Meios de Hospedagem.....	142
7.2 – Serviços de Alimentação	150
7.3 – Outros Serviços.....	156
7.4 – Acessos.....	157
8 – Demanda Efetiva e Potencial	158
8.1 – Ecoturismo no Brasil e o Vale do Ribeira.....	160
8.2 – As Agências e Operadoras de Ecoturismo	162
8.2.1 – Perfil das Agências	163
8.3 – Perfil de Público das Empresas Entrevistadas..	169
8.4 – O Vale do Ribeira e sua Imagem.....	183
8.4.1 – Avaliação do Produto do Vale do Ribeira	183



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

8.5 – Destinos Concorrentes no Segmento de Ecoturismo	190
8.6 – Opinião do Mercado em Relação ao Ecoturismo	191
8.7 – Demais Segmentos que Visitam o Vale do Ribeira	193
8.8 – Demanda Potencial	195
8.9 – Aspectos Quantitativos	203
8.10 – Considerações Finais	206
9 – Recursos Hídricos e Atividade Turística	209
9.1 – Navegabilidade	210
9.2 – Piscosidade, Piscicultura e Pesca	212
9.3 – Turismo, Recreação e Lazer	213
10 – Produtos Concorrentes e Posicionamento do Mercado	214
11 - Análise da Competitividade e Proposições	226
12 - Componentes e Condicionantes da Potencialidade de Desenvolvimento Regional e Municipal	250
13 - Bibliografia	291
Anexo 1 - Festividades do Vale do Ribeira	298
Anexo 2 - Classificação do Guia Quatro Rodas	317
Anexo 3 – Mapas Atrativos Turísticos	323



1 - Introdução

O presente estudo é a continuidade de outro trabalho, denominado "Inventário Turístico do Vale do Ribeira", realizado pelo CEPAM e a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, desenvolvido em 1998.

No documento, é apresentado um amplo levantamento da oferta turística dos seus municípios, tanto da oferta diferencial - atrativos e recursos naturais e culturais, quanto de sua infraestrutura turística - em especial dos meios de hospedagem, de alimentação e de entretenimento, bem como dos demais serviços disponíveis para o turismo receptivo.

Infelizmente, naquele momento, não se pôde ir além da elaboração do inventário, ou seja, não se conseguiu fazer a análise da oferta turística inventariada, seja em seu todo, seja nas peculiaridades do turismo micro-regionalizado entre alguns de seus municípios.

Também vale destacar, a ausência de uma caracterização da demanda turística, assim como a avaliação de sua competitividade mercadológica, em análises comparativas com outras destinações turísticas concorrentes, seja no cenário estadual, nacional ou internacional.



2 - JUSTIFICATIVA

Nesse contexto, tornou-se imprescindível dar continuidade ao trabalho realizado em 1998 a fim de consolidar sua análise enquanto produto turístico regional, notadamente visando subsidiar o estabelecimento de políticas públicas, seja dos Governos Estadual, Interestadual e Municipais, no fomento da atividade turística enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, no que no *metier* ambiental é conhecido como um dos seus "*hot spots*", ou seja, um território incrivelmente rico em sua bio e sociodiversidade, mas ao mesmo tempo, fortemente pressionado em termos de sua devastação e uso ambientalmente pouco amigável.

O presente trabalho vem fechar o processo, sintetizando os dados e informações existentes sobre a situação da atividade turística na região do Vale do Ribeira, reunindo em um único documento os fatores, variáveis, conjunturas, aspectos positivos e negativos, bem como as oportunidades e os riscos de seu desenvolvimento, a partir de sua evolução histórica e contexto atual (diagnóstico) e prognóstico turísticos (tendências evolutivas do turismo na região, sem a intervenção governamental).

Tais cenários possibilitam o melhor referenciamento de ações públicas direta e indiretamente ligadas à atividade turística, mas que têm antes de mais nada, a fundamental missão da melhoria da qualidade de vida das comunidades ali residentes, aliado à experiências turísticas enriquecedoras e sensibilizadoras da problemática ambiental da região e da sociedade de consumo, em especial dos principais núcleos emissores de turistas.



3 - OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

- Promover a melhoria da qualidade de vida das populações do Vale do Ribeira, por meio do desenvolvimento turístico sustentável - ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável e social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Subsidiar estratégias e ações governamentais estadual e municipais de longo, médio e curto prazos, a partir de dados e informações do diagnóstico e prognóstico turístico na macro-área Vale do Ribeira, visando ao desenvolvimento socioambiental;
- Identificar micro-áreas localizadas (clusters), de acordo seus estágios de desenvolvimento turístico, suas características de oferta e demanda turísticas e de acessibilidade, a fim de desenvolvê-las de acordo com situações mercadológicas diferenciadas, diversificando os produtos turísticos com a marca Vale do Ribeira;
- Estabelecer condições para a atração de negócios e a criação e desenvolvimento de empreendimentos e serviços turísticos, além fomentar a cadeia produtiva do efeito multiplicador do turismo na região, através da criação de linhas de financiamento, incentivos governamentais e disponibilização de dados e informações sistematizados e atualizados, necessários para dar suporte a estudos de mercado e de viabilidade;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SÜTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Estimular a participação comunitária e seu envolvimento no processo de planejamento e gestão da atividade turística em escala municipal e regional, através de organizações diversas do terceiro setor, dos Conselhos e Fundos Municipais de Turismo e de ações pertinentes à Política Nacional de Turismo (PRODETUR/SE, PNMT, Programas de Ecoturismo e de Turismo Rural).



4. METODOLOGIA

Inicialmente, foram parcialmente atualizados, os dados e informações coletados na pesquisa de 1998. Assim, paralelamente a uma pesquisa de gabinete em fontes secundárias, foi aplicada nova pesquisa que ampliou os espectros de consideração, por meio de metodologia recém-elaborada pelo WWF-Brasil, com forte apelo para o planejamento participativo do ecoturismo.

Para o trabalho de campo, foram contratados Agentes Ambientais de uma rede de base comunitária constituída na região, a Agenda Rural do Vale do Ribeira, visando a atualização da situação dos atrativos e recursos naturais e culturais e, principalmente, de sua infra-estrutura turística, uma vez que já haviam se passados mais quatro anos, desde o último levantamento oficial¹.

Tal mecanismo só foi conseguido pela parceria inédita entre os setores governamental (o CEPAM e a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira), o terceiro setor através do WWF-Brasil e a Fundação Vitae Civilis (parceiros em ações na micro-região do Alto Ribeira, contando com o apoio do WWF Internacional), e o setor privado (por meio do apoio logístico de inúmeros estabelecimentos em todo o Vale), bem como da equipe técnica consultora (composta por especialistas em Turismo).

¹ Ressalta-se aqui que tal proposição de complementação do estudo de 1998, deu-se inicialmente em 2000, com o encaminhamento do pedido de seu financiamento para o então Ministério de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Posteriormente, tal solicitação foi encaminhada para o então Ministério de Desenvolvimento Agrário, e para ambos os casos, tais pedidos foram indeferidos. Somente no final de 2002, é que se obtiveram os recursos advindos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - o FEHIDRO.



Concomitantemente à pesquisa de campo, foi necessária a realização de uma sondagem a respeito da demanda turístico-recreativa do Vale do Ribeira, onde foram consultados alguns aspectos quantitativos (fluxo de estradas, procura de viagens agenciadas em empresas especializadas, taxas médias de ocupação hoteleira) e qualitativos (nesse caso, baseados somente na percepção de operadores e órgãos oficiais municipais de turismo).

Torna-se imprescindível salientar as imensas dificuldades nos procedimentos metodológicos, tanto em termos da escassez de dados na máquina pública, quanto em termos de sua situação dispersa (inúmeras fontes de informação), bem como na baixa confiabilidade das mesmas. Todavia, ressalta-se o empenho das organizações e equipes envolvidas, no sentido de maximizar os limitados recursos disponíveis, superando muitas vezes dificuldades logísticas com alto grau de envolvimento e criatividade.

Por fim, foram avaliados também, além dos mercados concorrentes das inúmeras embalagens que o turismo do Vale do Ribeira apresenta, questões envolvendo a balneabilidade, navegabilidade, piscosidade das dezenas de cursos d'água na região e sua relação com a atividade turística, a articulação institucional da gestão pública local, bem como as imagens do Vale do Ribeira enquanto destinação turística, na ótica principalmente dos agentes operadores.



5. A REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

5.1. Breve histórico da ocupação e formação do Vale do Ribeira

Muito do que se constitui a oferta turística do Vale do Ribeira provém de seu rico patrimônio cultural. Entretanto, é preciso lembrar que o patrimônio cultural que se pretende aproveitar como atrativo turístico de um determinado destino, tem uma “razão de ser” fincada em processos históricos e culturais específicos que devem ser minimamente conhecidos para que tal patrimônio faça sentido. Ou seja, a história e a cultura necessitam ser investigadas, ainda que brevemente, para que se possa apreender quais das suas especificidades contribuem para o desenvolvimento de uma atividade turística mais consciente e benéfica para a comunidade no qual o patrimônio se encontra, para o turismo enquanto atividade econômica e para a experiência do turista. Nesse sentido, faz-se necessário percorrer, de forma sintética, alguns momentos da história da ocupação e formação do Vale do Ribeira.

5.1.1 A ocupação do Vale

A arqueologia evidencia que a ocupação humana do Vale do Ribeira é bastante antiga, remontando-se à pré-história. Os vestígios mais antigos que se conhece são encontrados no litoral, em sítios arqueológicos denominados sambaquis litorâneos, presentes ao longo de toda a faixa costeira. Entretanto, a existência de sambaquis fluviais, sítios cerâmicos e líticos atestam que a presença do homem no Médio Vale do Ribeira é também bastante remota.

Ao que tudo indica a ocupação humana no Vale do Ribeira remonta ao período pré-colombiano.



A região teria sido uma área de passagem para os ameríndios que desciam, no inverno, do planalto para o litoral em busca de pesca, sendo habitada permanentemente por contingentes pouco numerosos².

A organização social pré-colonial dos povos que habitavam as localidades marítimas e do interior do Vale constituem objeto de estudos atuais, pois assim como em outras regiões do país, a pré-história do Vale ainda está sendo escrita. Pesquisas arqueológicas permanecem em andamento para trazer um pouco mais de luz sobre como viviam aquelas populações³. É só mais tarde, com a chegada dos povos europeus, que os registros sobre a história do Vale tornam-se disponíveis em maior número.

² Pasquale PETRONE apud Instituto de Terras do Estado de São Paulo, **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**, pág. 60.

³ O *Projeto Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira* coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, procura estudar os sítios arqueológicos que faziam a interface entre a terra e a água ao longo da faixa litorânea do Vale do Ribeira. A partir desse projeto tiveram origem uma dissertação de mestrado (RAMBELLI, Gilson. **A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira**. 1998. Dissertação (mestrado). MAE-USP, São Paulo) e três outras pesquisas em andamento: uma tese de doutorado (RAMBELLI, Gilson. Estudo sistemático de sítios submersos ao longo do Pólo Lagamar/baixo Vale do Ribeira) e duas dissertações de mestrado (CAMARGO, Paulo Fernando. **Arqueologia das fortificações oitocentistas do baixo Vale do Ribeira: uma análise crítica**; e CALIPPO, Flávio Ricci. **Levantamento arqueológico e contextualização dos sambaquis da Ilha do Cardoso em relação às flutuações holocêntricas do nível do mar** 2003. Ainda ligado ao MAE-USP, pode-se mencionar o projeto **Investigações arqueológicas e geofísicas nos sambaquis fluviais do Vale do Ribeira de Iguape, Estado de São Paulo**, coordenado pelo Prof. Levy Figuti). Disponível em: http://www.naufragios.com.br/arqbr.htm#_ftn6. Acesso em: 16 abr



É com base nessa documentação que será possível conhecer um pouco melhor a ocupação do Vale.

Em 1531, uma expedição marcou oficialmente o início do povoamento no Estado de São Paulo. Comandada por Martim Afonso de Sousa, esta expedição objetivou a posse, o conhecimento da terra e a exploração do ouro e prata. Porém, ao aportarem em Cananéia e Itanhaém, Capitania de São Vicente, os exploradores já teriam encontrado habitantes na região.

Um deles era o chamado “Bacharel”, um dos muitos judeus provenientes das classes mais altas que, em consequência de uma lei de expulsão datada de 1497, fora obrigado a deixar Portugal. Chegou ao Brasil com a expedição exploradora de 1501 dirigida por Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio. Com destinação determinada, 25 graus de latitude na costa do Brasil, que coincidia com a ponta sul da Ilha do Meio, o Bacharel aportou fundando o primeiro povoado da futura capitania com o nome de Maratayama, palavra que significa “valeroso guerreiro”, em alusão ao cacique daquele nome que lá existira. Esse povoado se localizava na Ilha Comprida⁴.

Quando as embarcações portuguesas chegaram ao local, encontraram ali aldeias que chegavam a ter milhares de habitantes. Esses povos eram muito organizados e já haviam conquistado quase a totalidade das terras baixas da região. De língua tupi, conhecidos como Carijós, Tamoios, Tupinambás, entre outros, foram os últimos habitantes das terras do Vale do Ribeira antes da chegada dos colonizadores, de exploradores e de piratas europeus.

⁴ A viagem de Vespúcio e Gaspar de Lemos ocorreu entre 10 de maio de 1501 e 7 de setembro de 1502, comandada por Gonçalo Coelho. Américo Vespúcio fez uma descrição detalhada da viagem na carta chamada “*Mundus Novus*”, que virou um dos maiores *best sellers* de sua época na Europa, onde teve mais de 40 edições em seis línguas. (HISTÓRIA DO BRASIL Publifolha: São Paulo, 1997, p. 25-26).



Por volta de 1510, o Bacharel assumiu a feitoria de São Vicente e instalou um estaleiro e um porto de tráfico de escravos indígenas, transformando o povoado no maior abastecedor da costa brasileira

Quando a expedição de Martin Afonso de Sousa chegou à região, encontrou, além do Bacharel, seis europeus vivendo em família, duzentos mestiços e mais de 1500 índios vivendo na comunidade de Maratayama, antiga Cananéia. O Bacharel acabou sendo expulso dali, a mando do Rei D João III, mesmo após 30 anos de trabalho e de ter construído um povoado no local. Na época era ele quem dominava o comércio local, abastecia os navios que por ali passavam e, graças ao seu casamento com a filha do cacique Ariró, mantinha estreito relacionamento com os índios⁵.

É certo que a região sofria freqüentes ataques de piratas, pois se localizava nos limites do tratado de Tordesilhas, gerando disputas ente espanhóis, portugueses e, eventualmente, franceses que tinham interesse na região. Foi este um dos principais motivos que fez com que o rei enviasse a expedição de Martin Afonso á localidade. Esta expedição aportou na ilha do Bom Abrigo, que fornecia condições favoráveis como a inexistência de ventos fortes. Durante esse tempo exploraram a região, como a ilha do Cardoso, onde foi colocado um marco de pedra em forma de cruz sinalizando a posse pela coroa portuguesa. Essa cruz encontra-se hoje no Museu Histórico do Rio de Janeiro. Com o crescimento da população na Ilha Comprida, onde se estabeleceu a primeira vila no local do povoado de Maratayama, a região continental de Cananéia começou a ser ocupada.

⁵ Embora as projeções numéricas sobre a população indígena variem significativamente, é consensual que a faixa sub-litorânea não se constituía em vazio demográfico, especialmente antes das primeiras iniciativas de penetração dos colonizadores europeus. (Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. 2ª ed. São Paulo: ITESP, 2000. pág. 60).



A cidade guarda ainda algumas relíquias dessa época, sendo a mais antiga a igreja de São João Baptista, construída pelos jesuítas e datada de 1577. Trata-se de uma verdadeira fortaleza que funcionava contra ataques indígenas e piratas, com paredes de enorme espessura e fortes portões. Há espaço suficiente para que os navios pudessem colocar através de suas fendas mosquetões para atirar nos invasores e também seteiras por janelas. Foi construída com cal de berbigão calcinado e azeite de baleia, punchados e derretidos na ilha do Bom Abrigo, sendo atualmente um dos únicos baluartes que, ao lado dos canhões do extinto forte da Praia Trincheira, testemunha a história local. No seu interior havia imagens de santos trazidas pelo próprio Martin Afonso de Portugal. A imagem do padroeiro, São João Baptista, é um exemplo delas.

Na face sul do Morro de São João, há também um marco histórico: os argolões, onde Martin Afonso de Sousa atracou suas caravelas.

Nesse mesmo século, tem início a organização de expedições em busca de ouro e outros minérios pela região, as chamadas "bandeiras". Muito antes das Minas Gerais, já se procurava por ouro no Vale do Ribeira. A bandeira organizada pelo explorador Francisco Chaves, acompanhado de Pero Lobo (que não retornaram da viagem, pois foram trucidados pelos indígenas Carijós nas nascentes do Iguaçu), é considerada uma das primeiras do Brasil.

Em 1552, o Bispo Sardinha escreveu da Bahia a D. João III, participando da chegada de um navio vindo do sul e que trazia notícias do descobrimento do ouro. O padre Anchieta confirmou esta notícia em uma carta datada de 1559. Há dúvidas sobre as primeiras jazidas. O provedor Braz Cubas e o mineiro prático Luiz Martins foram incumbidos de tais descobrimentos.



Embora alguns historiadores afirmem serem essas jazidas aquelas situadas no Vale do São Francisco, em Minas Gerais, é quase certo que os primeiros descobrimentos sejam os das jazidas localizadas na região litorânea de São Paulo, mais especificamente as jazidas de Apiaí.

O período do ouro começava então na região, ampliando o processo de ocupação e povoamento que era favorecido pela formação do Vale, uma vez que o Rio Ribeira serpenteia toda a região com seus inúmeros afluentes, que são perfeitamente navegáveis. Iguape, localizada na região litorânea do Estado de São Paulo, fundada como Vila da Nossa Senhora das Neves de Iguape, foi uma das cidades que mais se destacou nesse período. Dali partiram muitas expedições mineradoras. Foi de lá, por exemplo, que saiu uma expedição formada por garimpeiros que subiu as corredeiras do Ribeira e fundou a cidade de Apiaí, onde foi encontrado ouro de aluvião, muito comum na região.

Quanto mais o interior era ocupado, mais Iguape se desenvolvia, tornando-se um ponto de passagem obrigatória para outros lugares, inclusive para o Rio de Janeiro. Devido à essa importância adquirida, em 1635 foi fundada a Casa de Oficina Real de Fundição, que foi a primeira Casa da Moeda do Brasil. Hoje funciona no local o Museu Municipal de Iguape.

Nessa época, a abundância de ouro na localidade era tamanha, que muitas mulheres costumavam usar pó de ouro em seus cabelos e maquiagem. Os senhores da cidade construíram também verdadeiras mansões senhoriais, que ainda hoje podem ser vistas no local.

Um grande número de cidades do Vale foram fundadas nesse período de busca por riquezas; é o caso de Sete Barras e Iporanga. Porém aquelas que mais se destacaram foram Registro e Eldorado. Esta última, cujo antigo nome Xiririca fora modificado a pedido da população, originou-se do assentamento de bandeirantes, antigos moradores de Iguape.



O interesse destes pela região surgiu devido à facilidade de se encontrar ouro, que podia ser visto a olho nu. A cidade, posteriormente, teve alguns moradores ilustres, como a poetisa Francisca Júlia da Silva e sua família.

O povoado desenvolveu-se devido a novos imigrantes que chegaram ao local para explorar minérios, tornando-se assim uma das principais vilas do local, de onde o ouro era extraído em grandes quantidades e transportado por embarcações que desciam o Rio Ribeira até chegar a um ponto para fazer o registro, aportando por fim na cidade de Iguape e seguindo daí para a Europa. Esse fluxo durou algumas décadas e estimulou a formação de vários outros povoados.

O local onde o ouro deveria ser fiscalizado deu origem ao povoado de Registro. As embarcações paravam num porto fluvial ali existente e um agente da metrópole registrava a mercadoria transportada, visando cobrar a parte que cabia a coroa portuguesa.

A atividade mineradora, iniciada no século XVI, fundamentou uma organização social no sul do Estado de São Paulo. A exploração de ouro no Ribeira e seus afluentes determinou a formação de núcleos ocupados por brancos, índios e negros, baseadas no escravismo. Este perdurou durante muitos anos no Vale do Ribeira. Os negros eram quase maioria no lugar, tendo em vista que cada senhor possuía centenas de escravos para trabalhar na mineração. Quando libertos, os negros ganharam também o direito de minerar, embora em áreas bastante reduzidas. Esses escravos deixaram sua marca na região, que possui até hoje grande quantidade de terras de negros e antigos quilombos.

Quando teve início a mineração, a produção de ouro era bastante expressiva, o que fez com que a coroa portuguesa dedicasse à região uma atenção especial.



Entretanto, no final daquele mesmo século, os vieiros superficiais se exauriram, diminuindo sensivelmente a população na região. Iniciou-se, então, o declínio da localidade, fazendo com que o fluxo de pessoas em busca de metais preciosos se transferisse para Minas Gerais.

Aqueles que permaneceram no local foram os negros libertos que tinham ali haviam se instalado lá e umas poucas pessoas que não tinham como deixar a região ou não o queriam fazer na esperança de que uma nova era surgisse. Como conseqüência disto, desde o início do século XVIII a agricultura foi uma alternativa encontrada para tentar salvar a região do fracasso. Os mangues, charcos, brejos e várzeas foram utilizados no plantio de arroz que veio a se tornar o principal produto da região, estimulando posteriormente o cultivo de outros produtos como a banana e o chá.

O arroz produzido era de excelente qualidade e passou a ser comercializado em Iguape com destino à Europa. A escolha de Iguape deu-se pelo seu porto, que tinha sua importância ligada ao Rio de Janeiro, capital do país, e não a São Paulo.

A utilização do porto de Iguape reavivou a navegação fluvial no Ribeira e seus afluentes, agora utilizando-se de barcos a vapor para escoar a produção. Estas embarcações eram, muitas vezes, produzidas pela indústria de construção naval que se desenvolvera na região.

O sucesso das exportações provocou, a partir de 1840, o renascimento da região do Vale, iniciando um novo período de prosperidade, cujo apogeu se deu por volta de 1900. O afamado "arroz de Iguape" (assim chamado apesar de ser produzido em todo o Vale) era procurado em todos os centros consumidores, fazendo de Iguape o mais importante centro da região, chegando a possuir até um consulado francês permanente, além de seis jornais e uma escola agrícola.



No intuito de facilitar o transporte e baratear o custo dos produtos, foi solicitada a D. Pedro II a abertura de um canal que unisse o porto fluvial de Iguape ao porto marítimo. Surgiu então uma das primeiras obras hidráulicas do país, o Valo Grande, que tinha 2 km de extensão e 4m de largura, criando uma ilha na região, a ilha de Iguape.

Porém, tempos mais tarde, a ação erosiva da águas do Ribeira sobre as margens do Valo Grande colocou em perigo a própria segurança da cidade. Em menos de um século, a largura do canal passou de 4 para 300 metros. Já no início do século XX, os navios não podiam mais atracar no porto devido ao seu assoreamento. Este fato inviabilizou o porto, conduzindo a região para uma nova decadência econômica.

Tempos depois, o governo construiu uma barragem de terra e pedras, que durou menos de dez anos. Depois que as enchentes acabaram de vez com a barragem, o governo estadual começou a construção de uma barragem com comportas que seriam abertas nas épocas de cheia, e uma eclusa, mas a obra parou em 1992, devido à falta de verbas.

A situação econômica da cidade é agravada com a construção da estrada de ferro Santos-Juquiá, como uma alternativa para o escoamento da produção. Porém, apesar de prejudicar Iguape, de certa forma a estrada de ferro salvou a economia da região do Ribeira, fazendo com que a utilização do transporte ferroviário substituísse gradualmente o transporte fluvial na região.



5.1.2 As comunidades negras do Vale do Ribeira

A maioria dos negros que vieram para o Vale do Ribeira originavam-se dos atuais países africanos Guiné, Angola e Moçambique. Foram utilizados em grande número na mineração. Com a decadência desta atividade, passaram, então, a trabalhar na agricultura.

A fuga de escravos era tida como uma ocorrência sistemática na região, tanto que seus senhores delegavam à polícia a tarefa das capturas, não honrando, assim, os custos das operações. As tentativas de captura eram árduas e perigosas devido às dificuldades de acesso e ao risco de violência. Mesmo vivendo no meio da mata, os negros foragidos mantinham aliança com a população da região e qualquer manifestação de captura era dificultada pois tornava-se sabida pela população, que alertava os aquilombados.

Os quilombos da região do Vale do Ribeira eram organizados sobre terras comunais e possuíam características sociais, econômicas e culturais similares. Eram comunidades formadas em áreas de pouca visibilidade e afastadas de muito trânsito, como nos fundos de vales, ao longo dos rios e distante de suas margens.

Para os senhores de escravos, as comunidades de negros eram tidas como perigosas, pois, no seu entender, poderiam fomentar agitações e motins, na medida em que seus integrantes eram livres para circular entre as cidades e fazendas da região. Ao ganhar visibilidade, a população negra do Vale tornava-se igualmente alvo de perseguições e de medidas repressivas pelos poderes locais.

A população dos quilombos não era composta apenas por escravos foragidos das fazendas da região.



Ali encontrava-se também desertores da Guerra do Paraguai e negros livres tentando escapar do poder público que desejava fazê-los trabalhar como mão-de-obra na construção de obras e reparo das estradas locais.



Quilombo de Ivaporunduva, Eldorado

A sociedade dos quilombos mesclava tradições bantas, sincretismos brasileiros e exigências militares. Plantavam milho, feijão, mandioca, banana (pacova) e cana. Comiam melhor que a população local e tinham uma intensa formação guerreira e instrução militar e comercial. Infelizmente, a documentação histórica para o estudo do assunto é escassa e os registros se apagaram no decorrer do tempo. Restaram apenas as lendas e os relatos orais da população.

Em janeiro de 2001, o governo do Estado de São Paulo entregou às comunidades de remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira o título de domínio de suas terras. Até então, em todo o Estado, apenas Ivaporunduva havia sido titulada. As comunidades de São Pedro, Pilões e Maria Rosa conseguiram definitivamente o título de propriedade das terras onde vivem. Foram reconhecidas oficialmente também as comunidades de Nhunguara, André Lopes, Sapatu e Galvão.

Embora tenham direito à totalidade das áreas oficialmente reconhecidas, apenas o quilombo de Maria Rosa obteve um título abrangendo a área oficialmente reconhecida, enquanto as duas outras comunidades ficaram com áreas menores do que o devido.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

A seguir, são apresentados os municípios do Vale do Ribeira onde se encontram comunidades negras remanescentes dos antigos quilombos.



Eldorado

Comunidade de Poça, Bananal Pequeno, Aboboral, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, São Pedro e Galvão.

Ivaporunduva é a mais antiga e maior de todas as comunidades negras do Vale do Ribeira. Nela residem 88 famílias que vivem da colheita da banana, da pesca e da agricultura de subsistência. Sua origem, entretanto, está ligada à mineração. As terras da comunidade foram doadas pela portuguesa Joana Maria aos escravos que lhe serviram, libertados antes de sua morte. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que hoje ali existe data do século XVIII.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e sua santa, sendo segurada por uma moradora do quilombo Fonte: site Revista IstoÉ)

Cananéia

Comunidade de Mandira. Há indícios de que nessa região, durante os séculos XVI e XVIII, tenha existido outros quilombos. Tais comunidades encontrar-se-iam em pontos longínquos e de difícil acesso nas matas da Serra do Mar. Os sítios teriam sido criados pelos negros em fuga das tropas sertanistas (em troca de gratificação, índios rebeldes guerreavam contra os quilombos, e os vencidos eram escravizados). As prováveis localizações das antigas aldeias são: Rio Branco (atual estrada Itapitanguí - Jacupiranga), Braço do Rio Pitangauna no Vale das Minas, Tabatingueira, em áreas ao longo do pé da Serra do Gigante e Rio dos Quilombos no Ariri, divisa com o Estado do Paraná.

Itaóca

Comunidade de Cangume.

Juquiá

Comunidade de Morro Seco.



Iporanga

Comunidade de Pilões, Maria Rosa, Praia Grande, Bombas, Maria Cláudia e João Surra.

Miracatu

Comunidade de Biguá Preto.

5.1.3. A imigração no Vale

O interesse pela criação de zonas de colonização teve início em meados do século XIX. Muitas iniciativas para colonizar o local se sucederam na região, freqüentemente sem sucesso. Entre 1865 e 1867, houve uma tentativa por parte de confederados norte-americanos. A partir de 1912, começaram a ser criadas colônias japonesas. Em 1925, foi criada a colônia de Santa Maria. Essas tentativas de colonização ocorreram praticamente em todo o Vale do Ribeira.

As colônias foram criadas por tentativa: 1) do governo imperial, como a de Cananéia e de Pariquera-Açu; 2) de empresas de colonização (como ocorreu com Santa Maria, Sete Barras e Registro) e 3) de iniciativas individuais (como a dos confederados norte-americanos).

A região foi colonizada por pessoas de diversas origens, como ingleses, irlandeses, alemães, austríacos, poloneses, russos, ucranianos, norte-americanos, italianos, japoneses, suíços e suecos.

De todas as colônias, a mais heterogênea em relação à composição demográfica foi a de Pariquera-Açu, ao passo que Registro, Jiporua e Sete Barras (de colonização japonesa) e Santa Maria (colonizada por povos de língua alemã) foram as mais homogêneas.



Em geral, a colonização do Vale não deu os resultados esperados, já que a maioria dos imigrantes não permaneceu na colônia, com exceção dos japoneses, que obtiveram sucessos, como se verá mais adiante. Como causas da saída de imigrantes do Vale, podem-se destacar as seguintes:

- A colonização no Estado de São Paulo esteve intimamente ligada à agricultura cafeeira. Toda a atenção dos poderes público e particular voltava-se para tal. Por necessitar de grande quantidade de mão-de-obra, a grande maioria dos imigrantes permaneceu próxima à área daquela cultura;
- Não era interessante ao Governo desviar a rota de imigração para o Ribeira;
- As características tropicais do Vale, como a alta temperatura e a umidade, eram hostis aos recém-chegados;
- Os mosquitos e as doenças da região;
- A frustração relacionada ao desenvolvimento da agricultura no local, pois as propagandas dos empreendimentos imobiliários não eram condizentes com a realidade. A qualidade do solo não era tão boa como se pregava devido principalmente à grande quantidade de salinidade nele presente. Além disso o plantio era dificultado pelo relevo acidentado;
- A dificuldade de circulação das mercadorias produzidas, já que as principais estradas de ligação surgiram somente no início do século XX. Embora este não tenha sido o caso das colônias de Registro e Sete Barras, para as quais as empresas de imigração providenciaram, desde o seu surgimento, estradas de ligação para a estação ferroviária de Juquiá e para o porto de Pariquera-Açu.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Mesmo com todos os problemas acima descritos, um considerável número de imigrantes se estabeleceu na região. Um destaque deve ser dado aos italianos e aos orientais (chineses e japoneses). Até hoje, boa parte da população é descendente desses povos. É visível a miscigenação da população. Exemplo disso é o fato de vários prefeitos de cidades do Vale serem descendentes de japoneses.

As colônias japonesas conseguiram melhores resultados que as outras, como se pode observar em Cananéia, Pariqueira-Açu e Santa Maria. Sua presença no Vale do Ribeira vincula-se ao início da imigração japonesa para o país realizada através de um contrato entre a Companhia Imperial Japonesa de Imigração e o governo paulista. Este deveria subsidiar as passagens dos imigrantes e aquela, trazer três mil imigrantes para o Estado. Os primeiros japoneses desembarcaram em 18 de junho de 1908, no Porto de Santos, no navio japonês *Kasato Maru*.

Já em 1912, um novo contrato permitia que a Companhia recebesse dez contos de réis por grupo de cinquenta famílias. Além disso, também ganhava a concessão de uma enorme área na zona do Ribeira para a criação de uma colônia japonesa. Porém, para isto, ela deveria trazer à região, num período de quatro anos, duas mil famílias.



Prédios da KKKK (Fonte: Prefeitura de Registro)

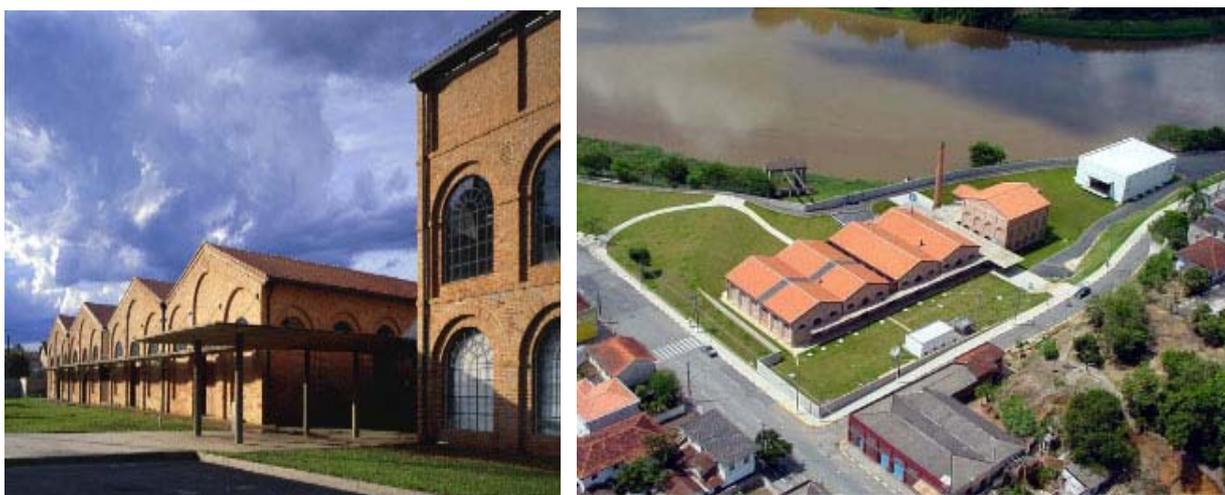


AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SÜTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Em 1913, a concessão passou para a *Brasil Takuschoko Kaisha*, que recebeu uma doação de terras da Câmara de Iguape, e, no ano de 1918, para a *Kaigai Koygo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Empreendimentos SA), a KKKK, filial no Brasil da Companhia Imperial de Imigração, sediada em Tóquio.

Hoje, os galpões da KKKK, que foram tombados pelo Condepmaat em 1987, cederam espaço para um novo prédio que abriga o Museu da Imigração Japonesa e um anfiteatro com capacidade para 250 pessoas, depois da reforma pela qual passou em 2001 (parte integrante de um projeto de reurbanização da área do leito do rio Ribeira de Iguape).



Prédios da KKKK (Fonte: Prefeitura de Registro)

O maior desenvolvimento das colônias japonesas, como citado anteriormente, deve-se à organização da KKKK, que as ajudou desde seu surgimento. Ela loteou as terras e vendeu-as, instalou campos de experiências agrícolas para orientar a rizicultura, preocupou-se com a assistência médico-hospitalar e com a educação.



Em 1922, inaugurou, nas margens do Ribeira, um bloco de quatro armazéns (com área construída de 3.100 m² em estilo arquitetônico inglês), onde funcionavam os serviços de assessoria e de infra-estrutura para escoamento da produção agrícola da colônia.

As áreas de atuação da KKKK eram três: a primeira, na região de Registro (a doada pelo governo em 1912); outra na região de Sete Barras (adquirida pela empresa); e a última na região do povoado de Jiporuva (doada pela Câmara de Iguape). Esta correspondia à colônia de Katzura, cujas terras posteriormente foram doadas a Registro.

Para que suas colônias tivessem comunicação e pudessem escoar suas produções, a *Kaigai* foi responsável pela implantação de uma ampla rede de caminhos vicinais e estradas, uma das quais levava à estação ferroviária de Juquiá.

A maioria dos imigrantes chegou no período entre-guerras. Em 1937, o contrato com a *Kaigai* foi rescindido e, em 1945, as colônias de Sete Barras e Registro foram englobadas no novo município de Registro. O fim das atividades da KKKK e o início da administração local por parte dos brasileiros fizeram com que o número de imigrantes japoneses caísse consideravelmente, sendo que aqueles que vieram depois, com raras exceções, não se direcionaram para o Vale do Ribeira.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo confiscou seus bens, proibiu a circulação de publicações em língua japonesa e fechou as escolas japonesas, uma vez que o Japão era integrante do Eixo, e o Brasil uniu-se aos Aliados. Isto fez com que, na época, alguns japoneses voltassem para sua terra natal.

Em relação às culturas desenvolvidas, os colonos, no início, ocuparam o solo com a cultura de arroz. Em seguida, introduziram a cultura do chá e, por último, a cultura da banana. Também houve, por pouco tempo, a criação de bicho-de-seda.



O chá apareceu como substituto do arroz ao longo da década de 30. Na época da Segunda Guerra ganhou força, graças ao abalo da produção de centros tradicionais como a Ásia e o Oriente. Superando crises sucessivas, essa produção hoje está estabilizada.

Durante três séculos os produtores do Vale sofreram com o transporte de suas cargas, muitas vezes tendo que carregá-las nas costas até o local onde encontrariam as barcaças. A comercialização em larga escala era praticamente impossível. Somente no século XX apareceram as primeiras rodovias, muito precárias, que chegavam até Juquiá, onde ficava o ramal ferroviário (Santos - Juquiá) construído em 1914.

5.1.4 O Regime Militar

Durante o governo militar (1964-1985), o Vale do Ribeira foi foco de intensos e importantes combates e perseguições entre militantes de esquerda e militares. O principal protagonista foi o Capitão do 4º Regimento de Infantaria, Carlos Lamarca, que desertara do Exército, unindo-se a alguns grupos de militantes de esquerda, de forma geral engajados na luta armada pela libertação do país do regime ditatorial em que se achava envolvido.

Em novembro de 1969, Lamarca retirou-se, juntamente com um grupo de outros dezessete militantes, para um sítio de local ainda hoje discutido⁶, mas próximo ao quilômetro 250 da BR116.

⁶ Segundo fonte que requer um certo cuidado e pesquisa, por sua posição tendenciosa, o grupo de militantes teria se reunido em dois locais distintos. Um primeiro, o Sítio Palmital, com 40 alqueires de terra, localizado na região de Barra do Azeite, altura do quilômetro 254 da BR 116, ao sul do município de Jacupiranga. A partir de dezembro de 1970, desmobilizaram aquela área e teriam se deslocado para um lugar um pouco mais ao norte, distante 4 quilômetros da BR 116 (Disponível em: <<http://www.npor97.hpg.ig.com.br/Lamarca>>. Acesso em: 30 Jun. 2003.)



O objetivo era treinar os integrantes do grupo (na época a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária) para atuar em focos de guerrilhas urbanas e rurais. A informação de seu paradeiro chegara ao Centro de Informação do Exército por meio de um militante capturado. O II Exército organizou-se então uma operação militar para capturar Lamarca, a chamada Operação Registro.

Segundo as fontes, foram enviados ao Vale 1500 homens; entretanto, Lamarca, já avisado conseguira que oito de seus companheiros deixasse a região de ônibus. Lamarca e os militantes restantes fugiram através das matas do Vale, passando por Eldorado e Sete Barras onde a Polícia Militar encontrou-os. Ali, antes que a PM pudesse iniciar a represália, Lamarca abriu fogo e o tiroteio acabou com alguns PMs feridos e outros reféns. Após uma trégua decidida entre as partes, a situação reverteu-se e os militantes acabaram fugindo ao encontrarem um comboio inimigo na estrada. Dois fugiram e foram capturados. Os cinco restantes vagaram durante 41 dias pelas imediações de Sete Barras famintos e debilitados. Ao final desse período, acabaram conseguindo fugir da região, rendendo um caminhão do Regimento de Obuses que passara pela estrada.

A Operação Registro foi a maior mobilização do II Exército durante o período. Ela está, ou deveria estar, gravada na memória do Vale do Ribeira. Entretanto, a história dos governos militares pós 1964 ainda está sendo escrita (haja vista as inúmeras publicações que seguem nos oferecendo dados novos sobre os acontecimentos e os sentimentos do período) e, portanto, ainda há muito o que se resgatar. Por que não tornar do conhecimento de um público cada vez maior a participação do Vale neste pedaço da história nacional?



5.2. Articulação Institucional

A atividade turística não acontece de forma satisfatória se não houver um trabalho conjunto e inter relacionado dos diversos segmentos comprometidos com a atividade. O objetivo deste capítulo é explicitar quem são os agentes envolvidos com a questão turística no Vale do Ribeira e analisar de que forma esse trabalho vem sendo desenvolvido.

Esse estudo foi realizado a partir da aplicação e análise de questionários junto aos órgãos oficiais de turismo de todos os municípios do Vale do Ribeira, às Associações de Monitores ambientais locais e às ONG's atuantes na região. Embora nem todos os dados colhidos em campo tenham conseguido exaurir as questões colocadas, (algumas prefeituras e ONGS não responderam à pesquisa), acredita-se ter sido possível tecer considerações importantes sobre o turismo e o agentes locais na região do Vale do Ribeira.

5.2.1. Órgãos Locais de Turismo

Na maioria dos municípios da região há órgãos oficiais de turismo, geralmente vinculados a outros setores do poder público como esportes, lazer, cultura ou meio ambiente. Nos Municípios de Apiaí, Barra do Turvo, Itaóca, Parequera-açu e São Lourenço da Serra não foi possível identificar os órgãos responsáveis, nem tampouco seu funcionamento.

Os órgãos oficiais de turismo dos Municípios do Vale do Ribeira, que participaram da pesquisa, são:

- **BARRA DO CHAPÉU** - Coordenadoria de Turismo
- **CAJATI** - Departameto de Turismo
- **CANANÉIA** - Secretaria Municipal de Turismo
- **ELDORADO** - Departamento de Turismo
- **IGUAPE** - Departamento de Turismo



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- **ILHA COMPRIDA** - Departamento de Turismo
- **IPORANGA** - Seção de Turismo
- **ITAPIRAPUÃ PAULISTA** - Secretaria de Esportes e Turismo
- **ITARIRI** - Departamento de Turismo
- **JACUPIRANGA** - Departamento de Educação, Esportes e Turismo
- **JUQUIÁ** - Setor de Turismo - Ligado ao gabinete do Prefeito
- **JUQUITIBA** - Secretaria Municipal de Turismo
- **MIRACATU**- Divisão do Turismo
- **PEDRO DE TOLEDO** - Coordenadoria de Turismo e Meio Ambiente
- **PERUÍBE** – Departamento de Turismo
- **REGISTRO** - Divisão de Indústria, Comércio e Turismo
- **RIBEIRA** - Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
- **SETE BARRAS** - Secretaria Municipal de Turismo
- **TAPIRAÍ** - Divisão de Turismo, Esporte e Lazer

Vale ser destacado que, dependendo da vocação turística do município, esta ligação pode ser um catalisador para o desenvolvimento do local no que concerne o turismo, pois este necessita, muitas vezes, da articulação e da parceria de dois ou mais setores em decorrência de sua complexidade.

No caso da região estudada, seria aconselhável que nos Municípios onde o turismo não tivesse um órgão oficial independente, ele estivesse associado à área de meio ambiente, por ser este o atrativo de maior apelo da região. Além disso, este novo "status" passa a ser um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável e para o acesso a linhas de crédito não só do turismo, como também do meio ambiente.



Essa preocupação já está presente nos municípios de Pedro de Toledo e Ribeira.

É notório que as atividades desenvolvidas por estes organismos tem o objetivo de incentivar diretamente o desenvolvimento do turismo: Organização e participação em eventos⁷, Monitoramento em trilhas, elaboração de pesquisas de demanda, elaboração de pesquisas de qualidade dos meios de hospedagem, Ações de divulgação dos municípios, tais como o desenvolvimento de folders, elaboração de projetos de desenvolvimento turístico, desenvolvimento de estudos para implantação da sinalização turística, promoção de cursos de treinamento e capacitação⁸, realização de levantamento, preservação e conservação de atrativos⁹.

Porém, o que se percebe é que embora alguns desses órgãos sejam mais ativos do que outros, o trabalho realizado por qualquer um deles, ainda não é suficiente para atingir o objetivo, seja em nível municipal ou regional. Os serviços de informações turísticas, por exemplo, que são imprescindíveis em municípios que almejam a condição de turísticos, a maioria não os possui.

⁷ Principais eventos que tem a participação dos municípios do Vale do Ribeira: Revela São Paulo, Feira de Turismo e Negócios do Vale do Ribeira, Salão São Paulo de Turismo, Expovale, Encontro da Melhor Idade, Ilha Verão e feiras regionais de artesanato e culinária.

⁸ Alguns cursos oferecidos pelas prefeituras: monitoria ambiental, garçom, gastronomia, artesanato, atendimento ao cliente, qualificação em turismo, turismo receptivo, gerenciamento de administração rural, dentre outros. A maioria deles é oferecido em parceria com governo estadual, Ong's ou entidades com o SEBRAE.

⁹ A preservação e a conservação dos atrativos se da através de: coleta de materiais poluentes e de lixo, educação ambiental (através de cursos e palestras), fiscalização ambiental, campanhas educativas, manutenção e revitalização dos atrativos, incentivo aos proprietários particulares para que preservem seus patrimônios, programas de rádio sobre conscientização ambiental e turística, elaboração de projetos para despoluição dos rios e mutirão de limpeza das sua margens.



Nota-se ainda que a importância dispensada à atividade turística é diferente na retórica e na prática, pois a maioria dos órgãos considera que o turismo tem um grande potencial para se desenvolver na região e diz colocá-lo entre suas prioridades, mas o orçamento municipal destinado a este segmento não passa de 5%, sendo que muitos nem possuem verba específica ao setor.

A pesquisa mostrou, através de uma questão que sugeriu a auto-avaliação do desempenho de cada setor entrevistado, que existem muitos entraves para a atuação dos órgãos públicos de turismo. Os principais são: a falta de apoio governamental e escassez de recursos; a deficiência nas ações intra-setoriais no setor público municipal; a falta de infra-estrutura turística nos municípios; mão-de-obra não qualificada; falta de envolvimento da população e do comércio local; a não implementação de muitos projetos desenvolvidos e, também, a estrutura de trabalho deficitária.

Por outro lado, algumas respostas que indicaram ter um desempenho "eficiente", consideraram, principalmente os resultados obtidos até o momento com a busca do aprimoramento dos funcionários do setor; a capacitação da comunidade, o fomento ao turismo, alguns trabalhos feitos em parceria (com outros setores da administração, com outras entidades ou com a sociedade civil), e a busca pela sustentabilidade da atividade. Mesmo aqui, aparece a ressalva de que ainda não são dotados de recursos humanos suficientes e de estrutura física e condições de trabalho adequadas.

É necessário, porém, analisar de forma crítica a avaliação de desempenho dos órgãos públicos feita a partir da ótica dos entrevistados. Primeiramente, as auto-avaliações tendem a parcialidade podendo deturpar a realidade vigente.



Em segundo lugar, durante a tabulação ficou claro que os termos "relativamente eficiente" e "ineficiente" foram confundidos pelos entrevistados pois, as justificativas apresentadas nos dois casos eram muito semelhantes, sendo muitas vezes extensamente maiores e mais consistentes do que as justificativas dadas pelos órgãos que se auto-avaliaram como "eficientes".

Finalmente, mesmo diante da afirmativa de desempenho "eficientes", pôde-se perceber que foram indicadas condições restritivas ao bom desempenho das funções, demonstrando a consciência de que existem aspectos a serem melhorados.

Chega-se, portanto, à conclusão de que todos os órgãos municipais de turismo do Vale enfrentam problemas para atuar e que o seu desempenho não é satisfatório, inclusive muitos, senão todos, têm consciência dessa realidade. E, ao serem analisados, constata-se o despreparo e a falta de ações concretas e efetivas para que esse quadro seja revertido a curto prazo.

5.2.2 Políticas Públicas de Turismo

As políticas públicas de turismo traduzem-se por meio dos programas de desenvolvimento turístico e por benefícios recebidos, como isenção tributária e fiscal e linhas de financiamento.

Os programas serão abordados no item 5.2.5, que trata de articulações e parcerias, questões essas intimamente relacionadas aos programas existentes para o Vale.

Percebe-se, também, que existem projetos e ações pontuais desenvolvidos e coordenados por ONG's. O item 5.2.3, denominado terceiro setor, irá abordar esse tema.



A pesquisa procurou identificar se os órgãos oficiais de turismo do Vale do Ribeira já receberam algum benefício da Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, ou de outros órgãos do governo estadual¹⁰. Diversos municípios declararam receber benefícios, dos quais destacaram-se os seguintes: orientação para a elaboração de roteiros; promoção de alguns municípios em "municípios turísticos"; obras de infra-estrutura; verbas para cursos de monitoria e de conscientização e obras de revitalização central. Porém, estes recursos não se constituem em benefícios efetivos pois não são recebidos constantemente. Tratam-se, portanto, de investimentos públicos para ações específicas.

Embora não tenha sido identificado na pesquisa (talvez pelo fato dos municípios não estarem cientes), todas as cidades com áreas protegidas em seus limites possuem o "ICMS-verde". A maioria dos municípios do Vale do Ribeira recebem este benefício, repassado através do governo estadual, muito embora não seja destinado especificamente ao turismo, mas sim às áreas naturais.

Uma linha de financiamento importante para a região é o FUNDESVAR, ou Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira. Está inserido no Programa de Desenvolvimento do estado de São Paulo, foi criado pela Lei nº 10.549 de 11 de maio de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 45.802 de 14 de maio de 2001. Destina-se a promover o equilíbrio econômico e social no Estado de São Paulo, mediante investimentos em infra-estrutura e concessão de financiamentos e empréstimos ao setor privado.

¹⁰ É importante destacar que a referida Secretaria foi extinta e já havia sido quando da realização da pesquisa, fato que parece ter sido desconsiderado. Por isso, não está muito claro se esta questão refere-se somente à Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, ao governo estadual, ou ainda à atual Secretaria a que os assuntos turísticos estão vinculados: a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo.



Para atingir os objetivos do FUNDESVAR, são alocados recursos orçamentários, como também recursos do próprio fundo depositado em banco, com vistas a:

- Implementar a infra-estrutura viária regional voltada para o turismo e para o agronegócio;
- Dotar a região de infra-estrutura energética para instalação de novos empreendimentos;
- Investir em saneamento básico, habitação e postos de atendimentos à saúde, voltados ao atendimento tanto da população local como da população flutuante de turistas;
- Qualificar os habitantes da região para atuarem nos ramos de agronegócios e serviços;
- Demais empreendimentos que levem ao desenvolvimento regional.

Os recursos alocados a este Fundo devem ser utilizados em projetos de infra-estrutura por prefeituras, concessionárias de serviço público, entidades públicas ou privadas, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo estado de São Paulo, mediante autorização específica do Comitê Orientador.

É muito importante destacar que todos os entrevistados indicaram como um dos principais entraves ao desenvolvimento turístico a escassez de recursos, falta de linhas de crédito e de incentivos ao investimento, demonstrando que o FUNDESVAR não consegue atender à demanda existente. Embora o turismo seja um dos itens financiáveis, as comunidades rurais, em sua maioria posseiros, ficaram excluídas da obtenção de recursos deste fundo.



5.2.3 Terceiro Setor

A região do Vale do Ribeira é foco de atuação de diversas entidades do terceiro setor que atuam no turismo ou, concomitantemente, no turismo e no meio ambiente¹¹. Para reunir todas essas entidades, que engloba as associações de monitores ambientais, entidades ecológicas e cooperativas de serviços, foi criada a Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira, a REMA - Vale. O objetivo desta organização da sociedade civil é possibilitar a troca de experiências entre as associações de monitores, o desenvolvimento de projetos socioambientais e a implementação de roteiros ecoturísticos que integrem diferentes municípios e atrativos da região.

Partindo do pressuposto de que a monitoria ambiental constitui-se numa forma de inclusão social, de educação e de envolvimento dos moradores e das comunidades vizinhas das unidades de conservação na preservação e na manutenção dessas áreas naturais, a REMA-Vale já proporcionou diversos cursos de formação de monitores ambientais¹², a maioria deles em parceria com o Instituto Ing-ong.

Em decorrência deste trabalho, que vem sendo realizado desde 1996, a região conta com cerca de 450 monitores ambientais formados, sendo que 60% deles exerce o novo ofício, contribuindo com a renda mensal de diversas famílias da região.

¹¹ Sabe-se que estas duas áreas caminham juntas e até se confundem algumas vezes.

¹² Os monitores ambientais não podem ser considerados guias de turismo porque, de acordo com a Lei 8.623, para obter este título é necessário ter participado do Curso de Formação Profissional de Guia de Turismo em entidades que atendam os requisitos para poder se cadastrar na Embratur enquanto tal.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Foram identificadas diversas organizações conveniadas com a REMA – Vale, que estão listadas a seguir:

- **AMAI** - Associação de Monitores Ambientais de Iguape;
- **AMAP** - Associação de Monitores Ambientais de Peribe;
- **AMOAMCA** - Associação de Monitores Ambientais de Cananéia;
- **AMATA** - Associação de Monitores Ambientais de Tapiraí;
- **AMAIR** - Associação de Monitores Ambientais de Iporanga;
- **AMAMEL** - Associação de Monitores Ambientais de Eldorado;
- **AMASMA** - Associação de Monitores Ambientais de São Miguel Arcanjo;
- **AGUA** - Associação de Amigos e Moradores do Guapiruvu;
- **AVV** - Associação Vidas Verdes de Pariquera-Açu;
- **ASA** - Associação Serrana Ambientalista;
- **GATE** - Grupo de Apoio ao Turismo Ecológico;
- **GESAP** - Grupo Espeleológico de Apiaí;
- **GREG** - Grupo Ecológico Guaraú;
- **ING-ONG** - Instituto ing-ong de planejamento socioambiental;
- **IPG** - Instituto de Pesquisas de Guaraqueçaba;
- **NACTURE** – Natureza, Cultura e Turismo;
- **Pé no mato** - Monitores Ambientais de Pilar do Sul e Piedade.

O foco principal de análise será as associações de monitores ambientais pelo fato de estarem intimamente relacionadas ao ecoturismo, atividade considerada “estratégia de desenvolvimento sustentável para a região” (Agenda de Ecoturismo) e incentivada por diversos agentes de influência no desenvolvimento local.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Não foi possível levar a cabo a pesquisa de campo em todas as associações de monitores vinculadas à REMA - Vale, embora a existência delas já é válida para demonstrar a movimentação civil em torno da preservação do Vale do Ribeira. Destacam-se, a seguir, as que serão analisadas:

- **AMAI** - Associação de Monitores Ambientais de Iguape;
- **AMAP** - Associação de Monitores Ambientais de Peribe;
- **AMOAMCA** - Associação de Monitores Ambientais de Cananéia;
- **AMATA** - Associação de Monitores Ambientais de Tapiraí;
- **AMAIR** - Associação de Monitores Ambientais de Iporanga;
- **AMAMEL** - Associação de Monitores Ambientais de Eldorado.

O objetivo dessas Associações é, principalmente, organizar os monitores ambientais da região e auxiliar na preservação dos atrativos turísticos naturais e culturais existentes no Vale do Ribeira. Para isso executam as seguintes atividades:

- Turismo receptivo através de monitoria ambiental;
- Educação ambiental através de cursos;
- Programas de reutilização de materiais de consumo e de reciclagem.

Podem ser citadas, ainda, ações diretas de preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, tais como: denúncias de depredação, coleta de lixo e limpeza das trilhas e cavernas.



No entanto, estes trabalhos poderiam ter melhor resultado se as Associações não enfrentassem alguns graves problemas. Os principais relacionados à dificuldades financeiras, pouca credibilidade depositada nelas pelos municípios, sazonalidade do turismo e escassez de recursos humanos.

De maneira geral, com pouquíssimas exceções, percebe-se que não há apoio do setor público ou do setor privado para o funcionamento dessas entidades. A AMOAMCA, uma das associações que fogem à regra vigente, recebeu verbas da prefeitura para construir um quiosque de informações turísticas e conseguiu mobilizar o comércio local que através de sua contribuição, viabilizou um folder. A AMATA por sua vez, também já recebeu verbas para realização de cursos de monitoria ambiental e para a compra de materiais de infra-estrutura.

Pode-se concluir que as Associações têm consciência de que há muito trabalho por fazer para o desenvolvimento integral do ecoturismo no Vale do Ribeira. Embora seja, segundo elas, uma alternativa viável, é preciso organizar melhor a atividade, através de estudos de capacidade de carga e do levantamento dos atrativos.

As ONG's participantes da REMA - Vale passíveis de análise, por serem as únicas a disponibilizarem informações, estão destacadas em seguida:

ÁGUA: É uma ONG municipal de Sete Barras, criada há seis anos, com o intuito de ajudar os banicultores do bairro de Guapiruvu através da Agenda 21.

Desenvolve atividades de monitoramento e manutenção das trilhas e promove cursos de educação ambiental e conscientização turística com as crianças do bairro, embora seja muito difícil, segundo eles, mobilizar a população para os cursos.



Também cultivam ervas medicinais e uma horta orgânica e cuidam da manutenção do parque de Intervales em parceria com o próprio parque.

Esta Ong declarou que os governos Estadual e Municipal dão pouquíssimo apoio ao setor turístico, mesmo considerando que a participação deles neste processo é fundamental.

ASA: A Associação Serrana Ambientalista tem sede em Iporanga. Foi criada há oito anos com o objetivo de preservar o meio ambiente, resgatar culturalmente o município, promover educação ambiental e cursos para monitores ambientais, este último, em parceria com o IF e a SMA. Participa do Conselho Gestor dos Parques Petar e Intervales, além de ser parceiro do Petar na contratação de monitores locais.

Para a preservação da natureza, além de promover cursos, faz coleta de lixo, reciclagem de papel e plantio de palmito juçara.

AVV: A Associação Vidas Verdes, criada há 9 meses, está sediada no município de Pariquera-Açu. Sua finalidade é trabalhar com a educação ambiental, conscientizando a comunidade e os turistas em preservar o meio ambiente. Ela não trabalha diretamente com turismo receptivo. Também possui programas de reciclagem de materiais, conservação e despoluição dos cursos d'água e coleta de lixo nas estradas.

GREG: O Grupo Ecológico Guaraú existe há quatro anos no município de Peruíbe. O motivo de sua criação deve-se à constatação da necessidade de ocupar os jovens da região para fixá-los no local. Possui programa de educação ambiental, através de cursos para a população e campanhas para os turistas, faz monitoria ambiental e reciclagem de materiais.



ING-ONG: De abrangência regional, esta Ong existe há quatro anos e foi criada para atender a grande demanda na região por cursos de monitoria ambiental. Promove também cursos de monitoria urbana (para atrativos culturais), de reutilização de materiais de consumo e de utilização de materiais reciclados. E também presta consultoria para a elaboração de planos de manejo.

NACTURE: Entidade de Barra do Chapéu, que existe há seis anos, com o objetivo de desenvolver social e sustentavelmente o município. É interessante perceber que essa ONG considera o município isolado e com pouca participação nos acontecimentos do Vale do Ribeira.

Promovem cursos de educação ambiental para a comunidade, fazem a manutenção e a limpeza das trilhas, monitoria ambiental e cultivam uma horta orgânica. A complementação da capacitação de seus monitores, é realizada em um estágio no PETAR.

A NACTURE considera que o desenvolvimento turístico, para ser otimizado, necessita de apoio governamental.

Existem ainda outras ONG's, que não estão vinculadas à REMA - Vale, mas que igualmente movimentam-se no sentido de preservar e conservar o meio ambiente e educar a comunidade local. As principais são:

ANAP: A ANAP ou Associação Nascente das Águas Puras é uma entidade do município de Juquitiba. Foi criada há sete anos, em decorrência da formação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Vale do Ribeira, para preservar os recursos hidrográficos regionais e, também, para promover cursos de conscientização ambiental para guias de turismo e professores.



Embora não receba benefícios para a preservação dos recursos turísticos, já recebeu patrocínio de diversas empresas e entidades para financiamento da instituição e desenvolvimento de projetos, tais como a instalação de um viveiro de mudas nativas.

ASSOCIAÇÃO MORRO DO OURO: Entidade criada há um ano com o objetivo de preservar o Morro do Ouro, no município de Apiaí, e organizar a sua exploração turística. O Morro é um importante atrativo que possui diversos recursos naturais, como vegetação específica e fontes de água.

Juntam-se esforços, no momento, para a despoluição do córrego do Morro do Ouro e para a criação do Parque do Morro do Ouro, trabalho em parceria com o Instituto Florestal.

Pôde-se depreender da pesquisa de campo que a Associação acredita que o turismo deve se tornar a principal fonte de renda da população e para isso há necessidade de participação efetiva do setor público.

CENTRO TUZINO: O Centro Tuzino, do município de Miracatu, foi criado para cuidar do manejo sustentável do palmito Jussara, porque, segundo esta entidade, este está se extinguindo devido à extração desordenada. Para reverter este processo, faz trabalho de reflorestamento do palmito e de espécies vegetais diversas principalmente nas margens dos rios para a recuperação da mata ciliar. Promove, também, cursos de capacitação e conscientização para produtores e professores.

Há no centro uma horta orgânica e um viveiro de mudas nativas, sendo que essas últimas são doadas para as Unidades de conservação da região.



GAIA AMBIENTAL: O Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental, criado há 12 anos, tem como principais atividades a elaboração de projetos de pesquisa, a conservação e o desenvolvimento sustentável em Cananéia e região.

Não há projetos que afetam diretamente a preservação ou conservação dos atrativos turísticos e recursos naturais e culturais, mas esta Ong promove a capacitação de monitores ambientais, educação ambiental para professores, e programas de utilização de materiais reciclados. Além disso possui viveiro de mudas nativas, de ervas ornamentais e criação de animais silvestres.

Segundo a entidade, para desenvolver o turismo regional, é preciso parceria dos diferentes setores envolvido na atividade e apoio e incentivo do governo, com políticas de desenvolvimento adequadas e eficientes.

PHYSIS: É uma ONG nacional e o seu objetivo é preservar o meio ambiente através da educação ambiental. Suas atividades são: capacitação de monitores ambientais, educação ambiental da população e sinalização de trilhas, além de atividades pontuais, como a organização de eventos (foi responsável pelo encontro de espeleologia realizado no PETAR).

Possui um viveiro de mudas trabalhando, em parceria, com as unidades de conservação da região.

Para o desenvolvimento do turismo, a ONG declarou ser necessário o trabalho em parceria e maior apoio e interesse por parte do governo.

PROTER: A Ong PROTER ou Programa da Terra, de Registro, existe há 18 anos com o intuito de contribuir para o fortalecimento dos agricultores e de suas organizações, reduzindo as desigualdades.

Desenvolve programas de manejo de plantas medicinais e ainda possui uma horta orgânica. Relacionado ao turismo, há somente programas de educação ambiental.



Como as demais Ong's, considera que o turismo depende do setor público para se desenvolver.

SALVE FLORESTA: Esta Ong, de Tapiraí, foi fundada para a recuperação florestal do município, mas também cuida da manutenção das trilhas, faz monitoramento e controle da capacidade de carga. Desenvolve projetos em parceria com os Parques Intervales e Carlos Botelho. Possui, também, uma horta orgânica.

Como funciona juntamente com uma pousada, trabalha com o turismo receptivo.

SOS MATA ATLÂNTICA: Ong de abrangência nacional, foi formada com o intuito de preservar os remanescentes da Mata Atlântica do país, dos quais uma grande área encontra-se no Vale do Ribeira. Suas atividades são: educação ambiental, elaboração de projetos, prestação de informações turísticas, participação dos Conselhos de Gestão de Unidades de Conservação, reciclagem de materiais e cultivo de mudas nativas.

Realizou projetos de destaque como o Pólo Ecoturístico do Lagamar e Observando o Ribeira, com recursos da Embratur e Fehidro, respectivamente.

Os entraves para o desenvolvimento turístico, de acordo com esta Ong, são, mais uma vez, a pouca articulação e o desinteresse do setor público.

VITAE CIVILIS: Ong atuante na região, vem trabalhando, desde a sua criação, em 1989, para contribuir com a construção de sociedades sustentáveis, expressão que abrange três pilares básicos: justiça social, proteção ambiental e viabilidade econômica.



Suas atividades no Vale do Ribeira são: capacitação de agentes locais para atualização do inventario, educação ambiental e elaboração de projetos, como: “Apoio a Conservação da Mata Atlântica no Alto Ribeira”, com o objetivo de desenvolver o ecoturismo na região em parceria com ong’s, entidades e setor público local. Quem idealizou o referido projeto e também financia e coordena é a WWF-Brasil. O papel da Vitae Civilis é executar, através de um grupo consultivo¹³ para articular as ações conjuntas.

Existem diversos pontos em comum com relação ao trabalho realizado por estas Ong’s: nenhuma tem atuação direta no turismo, mas sim na conscientização turística e ambiental; o trabalho delas é relacionado, sobretudo, à preservação do meio ambiente e consideram que o setor público precisa apoiar e trabalhar em parceria com elas e com a comunidade para desenvolver o turismo.

5.2.4. Articulação Institucional e Parcerias

Através da análise dos questionários aplicados durante a pesquisa de campo e de alguns programas de desenvolvimento para a região, foi possível tecer considerações acerca das articulações institucionais e das parcerias vigentes, atualmente, no Vale do Ribeira.

Foi identificado que a iniciativa para o desenvolvimento turístico local é, primordialmente, das prefeituras municipais em parceria com o Estado ou com outras prefeituras e instituições locais. São várias as ações para tal fim:

¹³ O grupo consultivo é foi reunido pela primeira vez em 07/01/01. É formado pela agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira/CEPAM/APTA-IEA; Ing-ong; Coordenador geral das UC’s PETAR, Carlos Botelho e Jacupiranga; dois monitores ambientais representado nove municípios; COMTUR de Apiaí e de Sete Barras; prefeituras de Eldorado e Itaóca; Rema-Vale; Pousada Recanto Encontro das Águas; revista Valetur; AGUA, Vitae Civilis; WWF/Brasil; AMAIR; GAIA; ITESP; SEBRAE e Ambiental Expedições.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Melhoria dos acessos ao município e aos atrativos turísticos;
- Organização, participação e divulgação de eventos;
- Capacitação da comunidade;
- Conservação do patrimônio natural e cultural da região;
- Elaboração de roteiros turísticos;
- Cursos para a população;
- Diagnóstico e inventário turístico;
- Consultoria aos meios de hospedagem, restaurantes e empresas de transporte;
- Investimentos em infra-estrutura;
- Restauração de atrativos turísticos;
- Turismo integrado na região;
- Parcerias para a regionalização do turismo.

Se forem comparadas as ações aqui citadas com as atividades cotidianas dos organismos municipais de turismo (relatadas no primeiro item), veremos que são praticamente as mesmas. Pode-se considerar, portanto, que embora as parcerias sejam citadas constantemente, elas não são suficientes para efetivar atividade turística, seja pela sua fragilidade ou inconsistência, seja pelo foco em realizações pontuais e desintegradas de um contexto regional ou, até mesmo, pela intervenção em setores que cuja solução seria, a priori, do setor público.

Embora as parcerias existam, as articulações inter e intra governamentais foram criticadas diversas vezes pelos entrevistados, mesmo sem que nenhuma questão abordasse diretamente o assunto.



Essa realidade é vista como um empecilho para o desenvolvimento turístico, pois sem parcerias e sem articulações institucionais é impossível dinamizar uma atividade tão multisetorial e ávida por esforços conjuntos. Para exemplificar, o município de Eldorado, que participa do "Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR)" e do "Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Mesorregião do Vale do Ribeira", ambos considerados, pelo governo estadual, meios de articulação e de parcerias para o desenvolvimento local, reclama por planos de governo que exijam maior interação e participação das comunidades, da iniciativa privada e das prefeituras locais, envolvendo trabalho conjunto, comprometimento e responsabilidade de todos.

Foram identificados programas de desenvolvimento para a região, alguns diretamente relacionados ao turismo, outros com foco de atuação distinto, mas que acabam margeando e agindo, indiretamente, para desenvolvimento da atividade. O que se conclui é que, em ambos os casos as atividades são pouco relacionadas, não sendo suficientes para instituir o turismo como atividade que traga benefícios à população.

Apresentaremos abaixo alguns programas de incentivo, bem como alguns planos e diretrizes de diversos Ministérios e Secretarias estaduais que bem serviriam às necessidades de preservação e proteção culturais e ambientais da região do Vale e que conduziriam a ações mais eficientes na solução dos problemas sociais.



INSTÂNCIA FEDERAL

Planos

Plano Plurianual: Brasil de Todos

O Plano Plurianual, ou PPA 2004-2007 prevê um modelo de desenvolvimento consistente e de longo prazo, destinado a promover transformações estruturais na sociedade brasileira. É baseado no Programa de Governo e rege a definição dos programas na área social, dos programas de investimento em infra-estrutura e em setores geradores de divisas, tão necessários à sustentação da economia.

Os problemas a serem enfrentados fundamentalmente serão: a concentração de renda e riqueza, a exclusão social, a insuficiência na criação de empregos e as barreiras para o aumento de rendimento, onde, de acordo com a PPA 2004-2007, o Estado tem um papel decisivo como condutor desses processos que envolvem o desenvolvimento social, regional e econômico.

Os maiores objetivos estratégicos do Plano Plurianual consistem em: "inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; e redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado."

As políticas e programas que serão a base para se traçar essas estratégias distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática.



A **dimensão social** tem por objetivos a inclusão social e a redistribuição de renda, considerados prioridades absolutas do governo, por meio de políticas de caráter estrutural, como é o caso das políticas de emprego, educação, reforma agrária e micro-crédito.

A **dimensão econômica** tem como intuito promover o crescimento estável da renda e a ampliação do emprego. Entram nesta subdivisão programas para o crescimento do turismo e para o fortalecimento da infra-estrutura, além de outros itens como agricultura, aumento das importações, financiamentos e reformas constitucionais.

A **dimensão regional** parte do pressuposto de que as desigualdades sociais têm uma dimensão regional e para o seu enfrentamento será necessário passar por uma nova política de desenvolvimento regional e pelo fortalecimento do planejamento territorial e do setor público, sem que o mercado seja o único determinante do ordenamento territorial - fato que causa desigualdade. As políticas regionais que terão êxito serão aquelas que combinem as prioridades sociais e de investimentos em infra-estrutura, com a regionalização de políticas e programas que reduzam as desigualdades sociais e também as disparidades dentro das regiões.

A **dimensão ambiental**, por sua vez, tem como estratégia o desenvolvimento sustentável de longo prazo, o que implica numa conscientização ambiental que oriente as escolhas no campo social e econômico. Prevê-se a adoção de critérios sócio-ambientais para as políticas públicas, com metas de melhoria desses indicadores, incentivos à participação da sociedade e à educação ambiental.

Já a **dimensão democrática** objetiva o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos, a transparência do setor público, descentralização, planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão, a segurança pública e a defesa da soberania nacional.



Plano Nacional de Turismo

"É um instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo." (p.15)

O presente documento foi elaborado de forma participativa, com representantes de diversas entidades, instituições e empresas pública e privadas do setor público.

Com a elaboração deste plano, diagnosticou-se diversas deficiências do setor que atingem o âmago do problema, como: ausência de processo de avaliação de resultados das política e planos destinados ao setor; insuficiência de dados, informações e pesquisa sobre o turismo brasileiro; qualificação profissional deficiente; regulamentação inadequada; superposição dos dispositivos legais na varias esferas públicas; defiência na gestão e operacionalização da infra-estrutura básica, dentre outros. O que se nota aqui é a problemática da articulação governamental e as suas diversas conseqüências, entretanto, reafirma-se a predisposição e o compromisso em solucioná-los ou minimizá-los, sobretudo frente a confirmação de que o turismo constitui-se num dos setores prioritários do atual governo.

Depreende-se que o turismo é encarado, neste documento, como uma atividade primordialmente econômica e um meio eficaz para se atingir as metas prioritárias do governo, como redução das desigualdades regionais e sociais; geração e distribuição de renda; geração de emprego e equilíbrio do balanço de pagamentos.



Está dividido em macro-programas, os quais são a base para se alcançar os objetivos e as metas propostas até 2007, e que contemplam as áreas de maior visibilidade para que se possa atingir o nível de desenvolvimento esperado do turismo brasileiro: aprimoramento da gestão e das relações institucionais; fomento; infra-estrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade do produto turístico; promoção e apoio a comercialização e incremento das informações turísticas.

Programas

Programa Fome Zero

O objetivo maior do programa "Fome Zero" é erradicar a fome no Brasil. No entanto, ao serem analisadas as razões pelas quais a fome existe num país que teoricamente se auto-sustentaria, percebem-se componentes como: má-distribuição de renda, analfabetismo e má educação alimentar, desemprego.

Para que se possa atingir de fato os objetivos do programa, é preciso atacar sua raiz, ou seja, solucionando não só a questão da fome, mas também os problemas que daí decorrem: miséria e exclusão social.

Pode-se encontrar três tipos de políticas no "Fome Zero": locais, específicas e estruturais, sendo que as locais e as específicas atacam especificamente o problema da fome em nível local, municipal, estadual e, no caso das específicas, nacional também.



As políticas estruturais visam solucionar o problema como um todo, constituindo-se exemplos dessas políticas os programas: Geração de Emprego e Renda; Reforma Agrária; Previdência Social Universal; Incentivo à Agricultura Familiar; Bolsa-escola; Renda-mínima; Crédito Solidário; Garantia de cidadania; Segurança e Qualidade do Alimentos, dentre outros.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é destinado a apoiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares. Seu objetivo é financiar investimento de implantação, ampliação e modernização de infraestrutura de produção e serviços nestas atividades, que são fundamentalmente explorados com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba¹⁴

Programa do Ministério da Integração Regional, através de sua Secretaria de Programas Regionais Integrados. A região em questão constitui-se num "enclave de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social, num espaço físico marcado pelo verde intenso de um dos mais ricos e ameaçados biomas do planeta: a Mata Atlântica". Esta mesorregião estrutura-se a partir da bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape, estendendo-se até o litoral norte do Paraná, onde vivem aproximadamente 720.000 habitantes, distribuídos em 38 municípios.

¹⁴ Todas as informações sobre este programa aqui relatadas foram levantadas em material institucional sobre o mesmo.



Embora este programa não envolva somente a região do Vale do Ribeira, é importante, pois propõe o desenvolvimento regional integrado e melhoria na qualidade de vida da população através do desenvolvimento sustentável. O programa "visa a disseminação de uma nova forma de gestão do território embasada na cooperação intermunicipal, interestadual e com o Governo Federal e a sociedade civil, na busca do desenvolvimento integrado e sustentável, mobilizando o potencial de desenvolvimento endógeno para a redução das desigualdades sociais e regionais", sempre com manejo racional dos recursos naturais. Para alcançar os objetivos propostos, as estratégias são as seguintes:

- Criar um fórum regional, como meio de articulação institucional entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada;
- Apoiar a realização de planejamento estratégico participativo;
- Implementar ações de ocupação ordenada do espaço territorial e de proteção ao meio ambiente, voltadas para a convivência harmoniosa homem/natureza;
- Complementação da infra-estrutura básica;
- Implementação de políticas sociais que visem a melhoria da qualidade de vida da população;
- Apoiar projetos de estudo e diagnóstico da região.



Comunidade Ativa

Foi lançado em julho de 1999, por decisão do governo federal, inspirado nas propostas do programa Comunidade Solidária, representando a participação direta da União na estratégia de indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

O objetivo do Comunidade Ativa é promover o desenvolvimento social por meio de:

- Indução ao desenvolvimento integrado e sustentável do local,
- Capacitação das comunidades carentes para a descoberta de suas vocações e potencialidades,
- Articulação e de convergência de ações de governo e da celebração de parcerias com a sociedade civil em municípios onde pelo menos 20% das famílias vivem abaixo da linha de pobreza.

A proposta de desenvolvimento local é implementada através de uma Agenda Local que deriva do Plano de Desenvolvimento Local. Os Estados e os municípios são convidados a aderir a um termo de parceria para, primeiramente, registrar as suas responsabilidades na execução do programa.

O DLIS é um modo de promover o desenvolvimento formando comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se das vantagens locais.

Para tanto, o DLIS promove parcerias entre o Estado e a sociedade civil, na qual ocorrem ações multisetoriais integradas, convergentes numa dada localidade que pode ser um bairro, um povoado, um distrito, um município, uma microregião, uma microbacia, etc.



Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

Criado em 2000, o programa tem como objetivo viabilizar uma política específica de gestão dos bens de natureza imaterial (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares), além de apoiar ações de pesquisa, divulgação e fomento. A implementação da política vem sendo realizada de maneira descentralizada e contando com a participação de outros órgãos federais, dos estados, dos municípios e de organizações da sociedade civil. O Ministério da cultura, através da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes, do IPHAN e do Centro nacional do Folclore e Cultura Popular da Funarte, disponibiliza orientação técnica, recursos financeiros e metodologia específica de trabalho (o Inventário nacional de Referências Culturais – INRC).

Apoio a Museus

Oferece financiamento a museus de reconhecido acervo e importância, com o objetivo de aprimorar as condições de apresentação, ampliação do atendimento e dinamização da itinerância de seus acervos. Responsável: Secretaria do Patrimônio Museus e Artes Plásticas

Programa Monumenta - BID

Promove, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a revitalização de centros históricos urbanos, a partir da recuperação de seu patrimônio histórico e cultural. Responsável: Unidade Central de Gerenciamento do Programa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro

Oferece proteção, preservação, restauração e recuperação de bens tombados, conjuntos urbanísticos, monumentos culturais e naturais, edificações, sítios arqueológicos, peças de museus, bibliotecas e arquivos em todo o País. Responsável: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Educação Patrimonial

Promove o conhecimento e a sensibilização dos alunos de escolas públicas e privadas para a preservação do patrimônio cultural. Responsável: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Implantação ou Modernização de Espaços Culturais

O Ministério da Cultura estabelece convênios com estados, municípios e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para a execução de projetos para a implantação, recuperação ou fornecimento de equipamentos para espaços culturais, teatros, museus destinados a atividades culturais. Responsáveis: Secretaria do Patrimônio Museus e Artes Plásticas e Secretaria da Música e Artes Cênicas

Comunidades de Remanescentes de Quilombos

As comunidades de quilombos existentes no Vale do Ribeira, e em vários outros pontos do país, asseguradas pela Constituição Federal, detêm direitos culturais históricos que tratam da preservação da sua herança cultural e de seu território.



Para que tais direitos sejam postos em prática e perpetuados, a Fundação Cultural Palmares oferece suporte para o desenvolvimento de projetos de mapeamento, identificação, reconhecimento, titulação, preservação cultural e apoio ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades de quilombos.

INSTÂNCIA ESTADUAL

Diretrizes

Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo

Este documento de 1996 "contém as orientações da política do estado de São Paulo para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo, que deverão nortear ações públicas, privadas e da sociedade civil nesta área. (p.5)" Além disso, pode ainda servir como referência para o estudo, a avaliação e a implementação de projetos em ecoturismo, de forma a harmonizar todos os interesses, desde econômicos até socioculturais, presentes nesta atividade.

Atende a recomendações da "Agenda 21" e a iniciativas do Governo do estado de São Paulo na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, embora a principal referência que norteou as discussões para o estabelecimento destas Diretrizes tenha sido o documento "Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo", datado de 1994, sob responsabilidade da Embratur e do Ibama.



Concomitantemente à formulação destas Diretrizes, outras ações localizadas foram tomando lugar, como a Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira¹⁵, que vê no ecoturismo uma alternativa e uma estratégia para o desenvolvimento sustentado. Podem ser elencados ainda o estabelecimento de planos de gestão de Parques Estaduais e o projeto Polo Ecoturístico do Lagamar, idealizado pela ONG SOS Mata Atlântica juntamente com empresários de turismo, com o objetivo de desenvolver o ecoturismo na região.

As informações básicas para construção de políticas de ecoturismo, resumem-se em três itens: princípios básicos, objetivos e estratégias.

Como princípios básicos, definiu-se o seguinte: uso sustentável de recursos naturais, manutenção da diversidade biológica e cultural, integração do turismo no planejamento; suporte às economias locais; consulta ao público e aos atores envolvidos; capacitação de mão-de-obra; marketing turístico responsável; redução do desperdício e do consumo supérfluo e desenvolvimento de pesquisa (p.14).

Já com relação aos objetivos, encontram-se os seguintes aspectos: compatibilizar as atividades de ecoturismo com as políticas de conservação de área naturais; fortalecer a interinstitucionalidade; possibilitar a participação; regulamentar a atividade; capacitar recursos humanos; melhorar a infra-estrutura; aproveitar o ecoturismo como veículo de educação ambiental.

¹⁵ Vide Agenda de Ecoturismo, neste mesmo item, abaixo, em programas estaduais.



E, finalmente, as estratégias para se chegar aos objetivos propostos são as seguintes: regulamentar o ecoturismo; fortalecer a interação institucional; difundir o ecoturismo; formar e capacitar os recursos humanos; estimular a participação comunitária; sensibilizar e informar o turista; estimular a gestão integrada do ecoturismo; implantar e adequar a infra-estrutura; incentivar o desenvolvimento profissional do ecoturismo; e controlar a qualidade.

Programas

Rede Social de São Paulo

Iniciativa do Governo do estado de São Paulo, juntando esforços de diversas Secretarias¹⁶ a fim de combater a exclusão social a partir de uma abordagem territorial, oferecendo projetos articulados que permitam melhorar as condições de vida e aumentem a capacidade de inserção social e produtiva dos indivíduos, mas o foco será concentrado nas famílias de baixa renda e também na criança, no adolescente e no jovem em situação de vulnerabilidade social.

¹⁶ As Secretarias envolvidas são: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho; Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento; Secretaria do Estado de Educação; Secretaria da Juventude, Esportes e Lazer; Secretaria do Estado de Cultura; Fundo Social de Solidariedade; Secretaria do Estado de Habilitação; Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.



Foram considerados os mais diversos temas, imprescindíveis para o desenvolvimento sócio-cultural dessas comunidades, como: meio ambiente, educação, cultura, infraestrutura, lazer, turismo, comunicação e informática, habitação, saneamento básico, formato da gestão pública, importância das associações locais, dentre outros aspectos igualmente carentes de atenção.

E tudo de uma forma inovadora, pois a proposta é elaborar planos de ação abordando um assunto principal e correlacionando, quando assim couber, a outros temas levantados pela Rede Social, integrando e articulando as ações sociais, a fim de evitar a fragmentação, superposição e pulverização das iniciativas.

Exemplificando, pode-se citar os seguintes planos de ação:

- Programas ambientais integrados: objetiva promover programas ambientais com todos os segmentos da população envolvendo agricultura, saúde, educação, meio ambiente, turismo e outros;
- Desenvolvimento rural sustentável: irá capacitar e apoiar os agricultores familiares para produzir, beneficiar, comercializar e gerenciar suas atividades, facilitando o acesso às linhas de crédito com fundo de aval, compatibilizando com a legislação ambiental;
- Rede de comunicação: tem o intuito de fomentar uma rede de comunicação entre os órgãos públicos estaduais no Vale do Ribeira;
- Cultura local: desenvolver programas que visem os aspectos da cultura local com destaque ao artesanato, dança, música, folclore, feiras regionais, eventos e amostras.



Há ainda outras ações que serão sistematizadas em planos, como as anteriormente citadas:

- Incentivar a organização das comunidades em associações e cooperativas, de acordo com as vocações;
- Investir em infra-estrutura turística e em programas de qualificação para o turismo;
- Integrar todos os conselhos num trabalho coletivo para a democratização da Gestão Pública;
- Implantar equipe multidisciplinar de extensão rural;
- Atender a população rural e urbana com a construção de habitações e saneamento básico;
- Preservar os recursos naturais do município indicando zonas prioritárias de preservação, áreas degradadas e de risco ambiental, implantando comitês de gestão das unidades de conservação.

Agenda de Ecoturismo

Programa regional, instituído oficialmente em 1997, para o estudo, planejamento e fomento do ecoturismo no Vale do Ribeira como estratégia de desenvolvimento sustentável.

É de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Economia e Planejamento – Fundação Prefeito Faria Lima/CEPAM e Secretaria de Agricultura e Abastecimento – APTA/IEA (Instituto de Economia Agrícola).

O desafio da Agenda é criar relações inovadoras, capazes de alterar o quadro de marginalização e estagnação da região, de forma a proporcionar a melhora da situação social e econômica da população e revalorizar o território em questão.



Diante desses pressupostos, foram definidos como objetivos centrais deste programa: capacitar e educar a comunidade local para as atividades de ecoturismo; levantar, sistematizar e disponibilizar dados referentes ao ecoturismo e à infra-estrutura existentes; mobilizar recursos visando implantar e planejar o ecoturismo na região.

Para alcançar os objetivos propostos e averiguar os resultados obtidos, houve a constatação das seguintes atividades:

- O seminário “Desenvolvimento sustentável e o Ecoturismo no Vale do Ribeira”, em Iporanga, em 1995;
- A elaboração do Inventário turístico do Vale do Ribeira, em 1998;
- A oficina de avaliação e planejamento dos trabalhos da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, na Ilha do Cardoso, em 1999;
- O Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, em 2000;
- A Oficina de capacitação dos agentes locais do Vale do Ribeira, na Ilha do Cardoso, em 2002.

A partir do seminário “Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo no Vale do Ribeira”, foram iniciadas as primeiras atividades da agenda: capacitação de agentes municipais de ecoturismo¹⁷, promoção de curso de artesanato para a população interessada e curso para formação de monitores ambientais.

¹⁷ A partir de levantamento dos atrativos regionais por eles realizados pode-se concluir o inventario de 1998.



No segundo evento foi feita uma análise dos trabalhos desenvolvidos até então, observando os avanços¹⁸ e as deficiências¹⁹. Com isso, verificou-se a necessidade de um balanço da Agenda de Ecoturismo para estabelecer diretrizes de ação para a construção de um Plano de Desenvolvimento de Ecoturismo no Vale do Ribeira.

No Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, a Agenda de Ecoturismo foi incorporada à organização do fórum, garantindo que a atividade turística se tornasse um dos setores prioritários a serem desenvolvidos, juntamente com a agropecuária, a pesca e a mineração.

A última oficina ocorrida iniciou a fase de atualização do Invetário turístico do Vale do Ribeira de 1998, viabilizada através da parceira com a Vitae Civilis e com a WWF/Brasil. Este evento foi realizado para treinar os agentes locais para a elaboração e aplicação dos questionários para a pesquisa de campo.

¹⁸ Principais avanços constatados: conscientização de muitas pessoas sobre a importância do ecoturismo na região, consolidação da base de dados sobre o segmento ecoturístico, capacitação de monitores, formação de agentes locais e coordenadores regionais, articulação da rede de monitores ambientais.

¹⁹ Principais deficiências identificadas: falta de integração entre os municípios e agentes, falta de integração entre as instituições, falta de uma coordenação regional, vias de acesso deficientes entre os municípios, abandono do patrimônio público e cultural, falta de entendimento das competências/legislação, falta de conscientização, ausência de linhas de crédito para pequenos empreendedores, dificuldade de articulação entre o âmbito regional e o municipal, e falta de apoio político.



INSTÂNCIA REGIONAL

Agenda Rural - Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira

A agenda tem como princípio o estabelecimento de um canal de diálogo entre a sociedade civil e o Poder Público, garantindo a participação e o acesso das comunidades às tomadas de decisões sobre as políticas públicas que irão determinar os rumos do desenvolvimento regional. Seus objetivos são organizar ações para o fortalecimento das comunidades rurais do Vale do Ribeira e integrá-las com os diferentes níveis de governo, inclusive na viabilização de recursos.

É uma iniciativa conjunta de órgãos do governo federal, estadual, regional e municipal, além da sociedade civil organizada. Constituem sua Comissão Gestora:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)
- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
- Secretaria Estadual de Economia e Planejamento - CEPAM/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira
- Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Fundação Florestal (FF)
- Secretaria Estadual de Saúde - Direção Regional de Saúde de Registro (DIR XVIII) - Projeto QUALIS/PSF
- Secretaria Estadual de Educação



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
- Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR
- Comitê de Bacias Hidrográficas do Vale do Ribeira - CBH VR
- Sindicato Regional da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul - SINTRAVALÉ

O Vale foi dividido, pelo grupo, em cinco sub-regiões, nas quais ocorre uma reunião preparatória, criando um grupo de agentes locais. Essas pessoas ficam responsáveis por motivar e facilitar a discussão e o planejamento da participação dos representantes comunitários nas oficinas sub-regionais, criar canais de comunicação e mantê-los em funcionamento, através de uma rede de representantes comunitários em cada município.

O Encontro Regional acontece após a realização das cinco oficinas sub-regionais e conta com a participação dos representantes de todas as comunidades dos 24 municípios. O resultado é um plano de ações integradas constituído com a participação de todos, com estratégias de monitoramento e avaliação permanente.

Das demandas surgidas das oficinas concernem ao turismo o incentivo ao Agroturismo e ao ecoturismo, com as seguintes propostas:

- Melhoria das estradas da região,
- Fortalecimento da REMAVALÉ e de suas Associações de monitores ambientais,
- Execução do programa de trabalho da Agenda de Ecoturismo.



CODIVAR - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira

Criado em 1989, o CODIVAR é a associação de todos os 23 municípios pertencentes ao Vale do Ribeira, reunidos em consórcio e representados pelos respectivos prefeitos. O objetivo principal do CODIVAR é planejar e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico regional, representando-os nos assuntos de interesse comum, perante quaisquer entidades, órgãos e esferas governamentais.

CBH-VR: Comitê de Bacias Hidrográficas do Vale do Ribeira

O CBH-VR foi instalado em janeiro de 1996 com a competência de gerenciar os recursos hídricos, visando a sua recuperação, preservação e conservação, de acordo com a Lei Estadual nº 7.663/91. É composto por colegiados democráticos com representantes de órgãos estaduais, de municípios do Vale e da sociedade civil organizada.

O "Relatório Zero" do Comitê da Bacia do Ribeira do Iguape analisa a situação dos recursos hídricos desta bacia e deve servir de base para a elaboração dos Planos das demais Bacias Hidrográficas regionais.

5.2.5. A Atuação do Setor Público no Local

É nítida a importância dada, pelos entrevistados, ao setor público como ator principal no desenvolvimento turístico, como se todas as medidas a serem tomadas fossem única e exclusivamente sua responsabilidade.



E interessante notar que, como uma parte da pesquisa de campo foi aplicada no setor público em instancia municipal, a responsabilidade sobre diversos aspectos, que muitas vezes nem caberiam no contexto apresentado, recaem sempre sobre os governos estadual ou federal²⁰.

Para ilustrar este fato, seguem abaixo, de acordo com a pesquisa de campo, as "responsabilidades" atribuídas ao setor:

- Viabilização de recursos;
- Criação de fundos de financiamento e linhas de crédito;
- Fomento ao agro-negócio e ao artesanato;
- Incentivo ao investimento;
- Elaboração de convênios com as prefeituras;
- Implantação e melhoria da infra-estrutura e das vias de acesso;
- Criação de programas que de fato desenvolvam a turismo na região;
- Promoção de cursos de capacitação;
- Regulamentação de leis ambientais em trâmite;
- Criação de leis de incentivo fiscais;
- Estruturação do turismo receptivo nos municípios da região;
- Criação de Conselhos municipais de turismo;
- Definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo;

²⁰ Cabe aqui uma ressalva metodológica à pesquisa desenvolvida: a abordagem do questionário de certa forma induziu ao resultado apresentado, visto que indagava se o setor turístico necessita de apoio governamental e que medidas deveriam ser tomadas para tal. A seguir, fazia uma pergunta sobre problemas enfrentados na região. Com isso, as repostas em sua maioria reafirmaram aquilo que já havia sido primeiramente identificado, ou seja, atribuíam ao setor publico a responsabilidade pela inércia no desenvolvimento local.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Implementação de pólos de ecoturismo;
- Divulgação da região;
- Conservação dos atrativos turísticos;
- Disponibilização de técnicos para desenvolver projetos turísticos;
- Implantação de serviços de atendimento ao turista;
- Implantação de sinalização turística;
- Contratação de maior número de pessoas para trabalhar no setor;
- Apoio a participação em eventos.

Diante de todas as reivindicações apresentadas não restam dúvidas que a atuação do setor público não atende as expectativas e necessidades porém, é preciso rever, também, o seu papel dos demais agentes de desenvolvimento local, evitando, assim, sobrecarregar ainda mais o setor público.

Como afirma Rezende (cap III, p.97):

"Uma característica marcante da região tem sido a forte presença do Estado, em especial a do governo estadual, em diversas áreas. Uma atuação, porém, dispersa e descontínua, que tem para algumas questões, especialmente a fundiária e ambiental, implicado em enfrentamentos [...] Esta situação coloca a necessidade do aprimoramento das instituições, exigindo um aparato técnico e um posicionamento político diferenciado, mais ágil e sofisticado que o existente, que nem sempre consegue atuar como interlocutor entre a sociedade e as instâncias de decisão do Estado. A questão da participação das organizações locais é decisiva, conforme pode ser observado nas experiências havidas."



5.3. Aspectos Legais

O Planejamento turístico de uma região não tem sentido se não forem consideradas as normas jurídicas que regulamentam a atividade e as áreas a ela relacionadas. No caso do Vale do Ribeira o aspecto ambiental é bastante importante. Por isso, a seguir são elencadas, em ordem cronológica, os principais aspectos das legislações federal e estadual incidentes nas áreas de turismo e meio ambiente.

5.3.1 Legislação Turística

Nível Federal:

- Lei N.º 6.505/77 - Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do Art. 18, Decreto-Lei n.º 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências;
- Lei nº 6.513/77 - Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turísticos; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao artigo 2 da lei 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo a lei 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.;
- Decreto nº 84.910/80 - Regulamenta dispositivos da lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, referentes aos Meios de Hospedagem de turismo e Acampamento Turísticos "Camping";
- Decreto nº 84.934/80 - Dispõe sobre as atividades e serviços das Agências de Turismo, regulamenta o seu registro e funcionamento, e dá outras providências;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Decreto nº 87.348/82 - Regulamenta a Lei n.º 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e estabelece as condições em que serão prestados os serviços de transportes turísticos de superfície e dá outras providências;
- Decreto - Lei n.º 192/82 - Cria os Parques de Campismo Rurais;
- Resol. Norm.CNTUR N.º 08/83 - Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do Art. 18, Decreto-Lei n.º 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências;
- Decreto nº 89.707/84 - Dispõe sobre Empresas prestadoras de serviços para Organização de Congressos, Convenções, Seminários e Eventos congêneres;
- Decreto-Lei N.º 2.294/86 - Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências;
- Delib. Norm. N.º 195/86 - Fixa novo direcionamento para as atividades de controle de qualidade do produto turístico nacional quanto aos procedimentos de cadastramento e classificação de atividades turísticas;
- Constituição Federal de 1.988 - Capítulos III, Da Educação, da Cultura e do Desporto (Art. 216); VI, Do Meio Ambiente (Art. 225);
- Lei N.º 8.181/91 - Dá nova denominação À Empresa Brasileira De Turismo - EMBRATUR, dá outras providências e revoga:
 - o Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1.966;
 - o inciso 2º do Art. 11 do Decreto-Lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971;
 - o inciso 2º do Art. 5º e o Art. 9º da Lei n.º 6.505, de 13 de dezembro de 1977;
 - o Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto-Lei n.º 2.294, de



21 de novembro de 1977; e demais disposições em contrário;

- Delib. Norm. N.º 280/90 - Revoga as Deliberações Normativas n.º:
 - 61/80 e 115/83 - sobre diferentes atividades e serviços turísticos;
 - 63/80, 118/83, 127/84, 141/85 e 234/87 - sobre as atividades de Agências de Turismo e Guias de Turismo;
 - 15/76, 37/78, 42/79, 68/80, 102/82, 139/83, 151/85, 194/86, 198/86 e 248/88 - sobre as Atividades de Meios de Hospedagem de Turismo;
 - 152/85 - sobre Organizadores de Eventos;
- Decreto N.º 448/92 - Regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências;
- LEI nº 8.623/93- Dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências;
- Deliberação N.º 5.135/93 - Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do Art. 18, Decreto-Lei n.º 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências;
- Delib. Norm. N.º 326/94 - Recomenda aos Órgãos Oficiais de Turismo que estabeleçam normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços turísticos;
- Delib. Norm. N.º 346/95 – Dispõe sobre as Normas e padrões de proteção ao turista e ao consumidor;
- Decreto Lei 169/97 - Aprova o Regime Jurídico do Turismo no Espaço Rural;
- Decreto Regulamentar n.º 37/97 - Regula o Turismo no Espaço Rural



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Delib. Norm. N.º 372/97 - Aprova o Regulamento do FUNGETUR o qual determina, entre outras, o cadastramento das empresas que desejem beneficiar-se das aplicações de recursos do FUNGETUR;
- Delib. Norm. N.º 391/98 - Institui o Compromisso de Ajustamento de Conduta; a suspensão temporária da atividade; a divulgação trimestral de relação dos maus prestadores de serviços e produtos turísticos e dá outras providências;
- Delib. Norm. N.º 392/98 - Institui a obrigatoriedade de formalização de contrato escrito entre os prestadores de serviços turísticos entre si e seus fornecedores, inclusive transportadoras aéreas, marítimas e terrestres; a celebração de seguro de responsabilidade para cobertura de dano e dá outras providências;
- Delib. Norm. N.º 399/98 - Cria o Conselho Consultivo do Turismo Nacional - CCTN, de que trata o Art. 13 do Dec n.º 448/92, e dá outras providências;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 - Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza
- Decreto - Lei n.º 47/99 - Define o Turismo de Natureza
- Decreto 4406/02- Estabelece diretrizes para fiscalização em embarcações comerciais de turismo, seus passageiros e tripulantes;
- Decreto 4686/03 – Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo e dá outras providências;

Nível Estadual:

- Decreto Estadual n° 86.176/81 - Regulamenta as Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Decreto Estadual nº 22.814/84 – Dispõe sobre a classificação de Município de Interesse turístico e dá outras providências;
- Decreto Nº 23.194/84- Institui, em caráter permanente, os Programas “Interior na Praia” e “Redescobrimdo o Interior” e dá providências correlatas
- Decreto Nº 23.329/85- Cria e organiza o Centro de Convivência Infantil do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias — FUMEST e dá providências correlatas
- Lei nº 6.470/89,- Extinção da FUMEST - Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias;
- Decreto Nº 35.975/92 - Institui Comissão Estadual de Turismo Social para desenvolver estudos relativos à apresentação de projeto de turismo social, a fim de proporcionar lazer à população de baixa renda;
- Lei Nº 7.862/92- Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de seus recursos;
- Decreto Nº 40.041/95 - Regulamenta o Conselho Estadual de Turismo;
- Lei Nº 9.871/97- Dispõe sobre o registro e fiscalização de estabelecimento de hospedagem;
- Lei Nº 10.892/01- Dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável (Disposições Preliminares Artigo 1º - Os governos dos Municípios, em cujo território haja recursos naturais ou culturais, ou ainda, que sejam objeto de visitação e turismo, ficam responsáveis pela elaboração de uma Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável);



5.3.2 Legislação Ambiental

Nível Federal:

- Lei nº 4.771/65 – Institui o Código Florestal;
- Lei Nº 6.902/81 - Dispõe Sobre a Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá Outras Providencias.
- Lei nº 6.938, de 31/08/81 - Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 04, de 18/09/85 - Dispõe sobre Reservas Ecológicas;
- Resolução CONAMA nº 001, de 23/09/86 – Dispõe sobre Estudo de Impacto Ambiental e devido Relatório;
- Resolução CONAMA nº 005, 06/08/87 – Dispõe sobre Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico;
- Resolução CONAMA nº 5/89, de 15/06/89 – Dispõe sobre o PRONAR - Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar;
- Decreto Federal nº 99.274/90 - Regulamenta as criações das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Decreto Federal nº 99.556/90 – Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional;
- Resolução CONAMA nº 09/90 – Dispõe sobre Normas específicas para o Licenciamento Ambiental de Extração Mineral;
- Resolução CONAMA nº 013/90 – Dispõe sobre Áreas envoltórias das Unidades de Conservação;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Decreto Federal nº 750/93 – Dispõe sobre corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica;
- Resolução CONAMA nº 002/96 – Dispõe sobre a necessidade de implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, visando à reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, por empreendimentos de relevante impacto ambiental;
- Decreto Federal nº 1.922/96 – Dispõe sobre o Reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
- Lei nº 9605/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 9984/00 - Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências;
- Lei nº 9985/00 - Regulamenta o art. 225, § 1º, inciso I,II,III e VII da Constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 312/02 - Dispõe sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira

Nível Estadual:

- Lei nº 6.884, de 29/08/62 - Parques e florestas estaduais, monumentos naturais;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Decreto Estadual nº 52.892, de 07/03/72 - Normas preliminares para preservação da natureza e defesa da paisagem;
- Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/76 - Regulamenta a prevenção e o controle da poluição e o licenciamento ambiental;
- Lei nº 3.743, de 09/06/83 - Normas de estímulo para a criação de parques ecológicos e de parques florestais nos municípios;
- Resolução Conjunta SMA - IBAMA/SP nº 002/94, de 12 de maio de 1.994 - Regulamenta o art. 4º do Decreto 750;
- Decreto Estadual nº 22.717, de 21/09/84 - Declara Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar;
- Resolução nº 40, de 06/06/85 - Institui o Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba no Estado de São Paulo;
- Decreto Estadual nº 25.341, de 04/06/86 - Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas;
- Decreto Estadual nº 26.890, de 12/03/87 - Cria a Estação Ecológica de Xitué;
- Constituição do Estado de São Paulo (1.989) - Capítulos III (Da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, art. 184) e IV (Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, art.192, 196, 197 e 198);
- Resolução SMA nº 18, de 23/10/89 - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Resolução SMA nº 26, de 30/08/93 - Critérios para exigência de EIA/RIMA para empreendimentos minerários e outras providências;
- Resolução SMA nº 42, de 29/12/94 - Procedimentos para análise de EIA/RIMA, no âmbito da SMA;
- Lei nº 9.146, de 09/03/95 - Cria mecanismos de compensação financeira para os municípios nos casos que



sofrem restrição por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado, em cumprimento ao disposto no Art.200 da Constituição Estadual;

- Decreto Estadual nº 40.116, de 30/05/95 - Programa Qualidade de Vida;
- Decreto Estadual nº 40.135, de 08/06/95 - Parque Estadual Intervales;
- Lei Nº 10.857/01 - Institui a Semana de Alfabetização e Conscientização Ambiental nas escolas públicas e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 47.094/02 - Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, incluindo o Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, e dá providências correlatas;



6. O OFERTA TURÍSTICA DIFERENCIAL

6.1. ATRATIVOS E RECURSOS NATURAIS

O Vale do Ribeira é uma área com atributos naturais relevantes e primordiais para o desenvolvimento do ecoturismo. Como resultado da ação do Estado e do movimento ambientalista nas últimas décadas, grande parte do território da região constituiu-se de unidades de conservação, entre as quais incluem-se áreas de proteção ambiental (APA), estações ecológicas e parques estaduais, cujos objetivos são: a conservação da biodiversidade, dos recursos naturais e das belezas cênicas, a preservação da vida silvestre, a proteção de sítios de valores físicos, arqueológicos e paleontológicos, além da promoção de atividades educativas e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Esses diversos tipos de unidades de conservação possuem diferentes graus de restrição no que diz respeito ao estabelecimento de populações e às atividades econômicas. Por isso representam obstáculos às populações que vivem do extrativismo vegetal, e, de acordo com a visão de alguns, comprometem o desenvolvimento regional. A população local acaba culpando a preservação ambiental pela carência econômica do Vale.

Nas últimas décadas, projetos de desenvolvimento para a região (turismo, agropecuária, mineração, especulação imobiliária, madeireiras, usinas hidrelétricas) entraram em conflito com a política ambiental e as restrições às atividades econômicas nas áreas de preservação. Um dos empreendimentos mais debatidos na região é a construção de barragens.



Seja como hidrelétricas destinadas a fornecer energia, seja como reservatórios para o abastecimento de água para a região metropolitana de São Paulo, seja como obras de controle de enchentes, as barragens provocam polêmica entre as populações locais e os ambientalistas. O rio Ribeira é o único grande rio do Estado de São Paulo ainda não represado mas, a pressão por intervenções é bastante grande pois, com a crescente urbanização, torna-se urgente solucionar o histórico problema das enchentes que vem arrasando a região.

Os atrativos do Vale do Ribeira têm potencial inigualável para atender às expectativas dos amantes da natureza. A região de Iguape, Cananéia, Pariquera-Açu e Ilha Comprida é conhecida por sua rica oferta de fauna e flora além da existência de recursos naturais importantes como rios, canais, mar, praias, costões rochosos, manguezais, encostas, etc.

Na cidade de Iguape a Mata Atlântica representada, principalmente, pelas matas de encosta encontradas nos maciços que compõe a Estação Ecológica Juréia e Itatins, são o grande destaque. A região conta com uma variedade de ecossistemas associados, como o lagamar e os mangues, mantidos pelas águas do Rio Ribeira de Iguape que despeja suas águas no Oceano Atlântico, na região conhecida como Barra do Ribeira, ao sul do maciço da Juréia, e as restingas, praias, dunas e costões rochosos encontrados na faixa litorânea.

O município de Cananéia apresenta elevado potencial turístico pela presença de diversidade de ambientes naturais da Mata Atlântica, representados tanto no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, como nas áreas próximas do núcleo urbano.

O Município de Pariquera – Açu apresenta elevado potencial turístico considerando principalmente os dois atrativos naturais: o Parque Municipal “Casa de Pedra” e o Parque Estadual Pariquera Abaixo “Campina do Encantado”.



Além disso, podem ser explorados os rios para a canoagem e natação.

Ilha Comprida pertence integralmente à Área de Proteção Ambiental Federal – APA Cananéia, Iguape e Peruíbe. Seu maior potencial está nos seus 74 km de praias. O ecoturismo pouco vem sendo feito ou explorado, mas o município possui uma oferta de atrativos naturais e culturais diferenciada e com grande potencial.

Já os municípios do Médio e Alto Ribeira estão numa região onde o atrativo principal são as grutas e as cavernas que somam mais de duzentas ocorrências. Turisticamente as cavernas representam atrativos de alto valor, não apenas em termos contemplativos pela beleza e dimensões de seus espaços e ornamentações, mas também pelo mistério e aventura que caracterizam sua visitação. É ainda uma forma de turismo de alto potencial educativo se realizado de maneira adequada.

No alto Ribeira, Iporanga   banhada por dois rios, Iporanga e Ribeira de Iguape, cujo encontro de suas águas, oferece um belo espetáculo c nico para os turistas. A paisagem, ao redor da sede municipal, apetece os visitantes que procuram as matas, cachoeiras e cavernas. O Núcleo Santana conta com várias cavernas – Santana, Morro Seco ,  gua Suja – e também com cachoeiras – como a das Andorinhas. A potencialidade do turismo, de extremo crescimento, encanta pela sua personalidade e variedade de extremos valores culturais, históricos e naturais.

Itaóca, município limítrofe, também apresenta atrativos naturais interessantes que ainda são pouco explorados pela carência da infra-estrutura na localidade.

A cidade de Apiaí tem atrativos naturais, peculiares e conservados que chamam a aten o: no Lago das Borbulhas, uma nascente revolve a areia fina do lago e cria desenhos na areia de dupla cor; as cavernas do Núcleo Caboclos, no PETAR; as cachoeiras de águas claras e trilhas extensas com paisagens exuberantes.



O Mirante da Boa Vista, na Serra de mesmo nome, permite a observação do relevo do Vale do Betari. É, também, bastante procurado por ufologistas. O vento, constante na cidade, traz a geada e o frio durante o inverno.

Ribeira é cercada de picos e morros bastante verdes e por costões que alcançam as margens do Ribeira. O Rio Catas Altas “oferece” banhos nos dias quentes. Porém, é importante destacar que a inexistência de uma infra-estrutura adequada tem prejudicado o desenvolvimento da atividade. O saneamento doméstico despeja seus esgotos diretamente nos curso de água, inclusive nos locais onde os banhos de rio são comuns.

O município de Itapirapuã Paulista apresenta um grande potencial para o turismo rural. Está localizado numa região privilegiada pela riqueza da exuberante Mata Atlântica. O Rio Catas Altas forma pequenas cachoeiras e é um local propício para a observação de aves, caminhadas e, também, canoagem e rafting, em alguns pontos. Entre as formações que se destacam está o Pico do Morro Agudo, de origem vulcânica e a Caverna Itapirapuã, que possui uma abertura de aproximadamente 50 metros de altura.

Barra do Chapéu é um município com características de cidades frias. Apresenta vários morros, araucárias gigantes e muito verde. Cidade aconchegante, permite a realização de vários passeios, com cachoeiras maravilhosas e contato com a natureza. A Serra do Bom Sucesso tem aproximadamente 1800 m de altura e a trilha que leva ao mirante encanta a cada metro vencido morro acima, culminando com a vista maravilhosa do mirante. O local permite a realização de vôos livres e os paredões encontram com os esportistas que ali realizam *rappel*. No ponto mais alto da serra encontram-se Campos de Altitude, formação característica de Mata Atlântica em altitudes elevadas.



A cidade de Eldorado apresenta um elevado potencial turístico considerando, principalmente, os atrativos naturais: o Parque Estadual de Jacupiranga, no Núcleo Caverna do Diabo, com infra-estrutura já implantada para visitação.

No médio Ribeira, Barra do Turvo é conhecida como a “capital das cachoeiras”, com suas águas cristalinas, ótimas para banho e cercadas por matas e florestas exuberantes. Para quem gosta de esportes radicais, há possibilidade de se praticar o canyoning, o raffiting, o bóia-cross, o rappel, o bicicross e até vôo livre – o ponto ideal para o salto é o mirante da torre do celular, com visão de 360° da região, avistando-se vários municípios da região e a fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná.

Os Municípios de Cajati e Jacupiranga possuem cachoeiras e corredeiras que podem ser exploradas pelo ecoturismo. Boa parte do território localiza-se dentro do Parque Estadual de Jacupiranga, com várias trilhas e mirantes que poderiam ser melhor explorados se houvesse alguma infra-estrutura para visitação.

Sete Barras tem muitos atrativos naturais – cachoeiras, trilhas, corredeiras, etc.- a maioria dentro de Parques Estaduais Intervales e Carlos Botelho. A infra-estrutura de apoio turístico praticamente não existe.

No município de Juquiá encontra-se o rio de mesmo nome, caudaloso afluente do Rio Ribeira de Iguape, que apresenta um grande potencial para canoagem e pesca com vara – robalos, traíras, bagres etc. A rica malha hidrográfica garante a presença de inúmeros locais para banho, cachoeiras e corredeiras. O rio Açungui apresenta-se ideal para a prática de canoagem em suas corredeiras com muitas pedras.

O Sítio Vale dos Colibris, além do rio Pouso Alto com suas corredeiras e pequenas cachoeiras e porção de Mata Atlântica, apresenta ótimas condições para desenvolver trabalhos, como o que já vem sendo executado, de reprodução de psitacídeos em cativeiro.



O resultado é impressionante, tal a variedade de espécies encontradas - araras, periquitos e papagaios - e os cuidados técnicos necessários - desde a alimentação até a adequação dos viveiros. As atividades desenvolvidas tem licenciamento concedido pelo Ibama

Em Miracatu ainda são encontradas muitas áreas preservadas com grandes extensões de Mata Atlântica que garantem um alto potencial turístico ao Município. O ponto turístico mais importante, as Corredeiras de Biguá, está localizado a 10 km do centro. Apesar da visitação intensa dos moradores da região o local não possui nenhuma estrutura para recepção de turistas, ocorrendo uma exploração descontrolada, principalmente no verão, por barraqueiros e por um pequeno estabelecimento comercial. Outro local importante como atrativo turístico é o Sítio Tuzino, com uma grande área destinada a um viveiro de palmeiras Juçara (*Euterpe edulis*) para a produção de sementes e mudas, além de pesquisas na hibridização do Juçara com o Açai (*E. Oleracea*) A Serra do Juquiá Guaçú ao norte do município é uma área de grande potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, como *trekking*. A Cachoeira do Sobe e Desce, com 15 m de altura, alguns metros a mais de largura, muitas pedras e água abundante, é um prêmio após 3 horas de caminhada pela mata.

O município de Tapiraí apresenta vocação para o ecoturismo pela abundância de atrativos naturais que possui. A malha hidrográfica é o grande atrativo turístico, com suas corredeiras, cachoeiras, fontes, lagos rios e riachos. A exuberância da Mata Atlântica, as trilhas e os mirantes compõe um cenário extremamente favorável ao desenvolvimento da atividade ecoturística.

Pedro de Toledo dispõe de vários atrativos naturais significativos com potencial para a realização de trilha – trekking, escalada, além de ótimas cachoeiras.



Atualmente o turismo é incipiente e já existem alguns projetos para instalação de serviços receptivos. O destaque para este município é que ele pode conjugar roteiros montanha-praia-Estação Ecológica. Mesmo sem as praias, o município, estando adequado à receptividade turística, atrairá uma boa demanda.

A cidade de Juquitiba apresenta dois grandes atrativos singulares e de excepcional interesse que promovem o deslocamento de fluxos turísticos: a Represa da Cachoeira do França e o Rio Juquiá. A Represa oferece inúmeras possibilidades de atividades de lazer – vela, pedalinho, canoagem, passeio de barco, pesca esportiva, trilhas, etc.- porém os serviços podem não ser encontrados, efetivamente. No rio Juquiá, encontra-se a Empresa Canoar de Rafting e Canoagem, que oferece seus serviços a centenas de pessoas/ano.

O uso atual, o estado de conservação e o potencial dos atrativos serão detalhados no item 6.1.3.

6.1.1. Ecossistemas Principais

O ecossistema de uma região é fator determinante para o desenvolvimento do ecoturismo. O Vale do Ribeira, que abrange porções dos estados de São Paulo e Paraná, tem 68% do seu território coberto pela Mata Atlântica. Contém mais de 2,1 milhões de hectares de florestas - equivalente a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica de todo o País - 150 mil ha de restingas e 17 mil ha de manguezais, todos em excelente estado de conservação. Observa-se também a Floresta Ombrófila Mista (mata de araucária) e os campos de altitude.

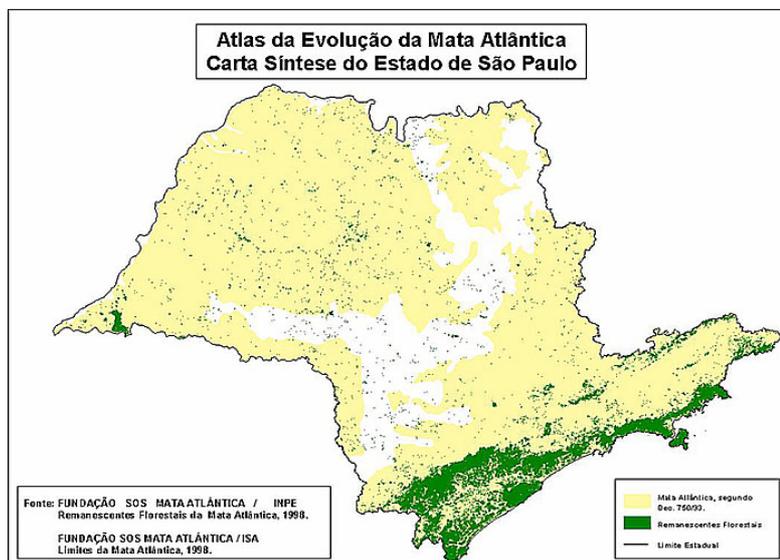


Exemplares de Mata no Vale do Ribeira

Fonte: Guia Interativo sobre o Vale do Ribeira

As características geológicas e geomorfológicas da região favorecem formações ambientais específicas como grutas, cavernas e cachoeiras, formando um dos mais importantes patrimônios espeleológicos do Brasil.

Localizada no maior remanescente contínuo de Mata Atlântica paulista (vide mapa), a região possui, também, uma das maiores reservas de Mata Atlântica do Litoral brasileiro, dividido entre uma grande área serrana, outra sedimentar e algumas ilhas costeiras e oceânicas.



Nas encostas da Serra do Mar, a Mata Atlântica é extremamente densa, possuindo árvores com até 50 metros de altura. Muito rica em espécies, entre as mais conhecidas estão as samambaias, as palmeiras e as epífitas - as plantas que se desenvolvem sobre as outras - como as orquídeas e as bromélias, o palmito e uma grande variedade de lianas (cipós e trepadeiras).

Esta parte da Mata Atlântica, graças à exploração inadequada desde a época do descobrimento, está entre os ecossistemas mais ameaçados do planeta.

Outra formação florestal da Mata Atlântica do Vale é a Floresta Ombrófila Mista, ou Mata de Araucária. Sua espécie dominante é o conhecido "Pinheiro do Paraná", ou *Araucaria angustifolia*. Infelizmente, essas matas foram devastadas em quase 90% de sua totalidade pela exploração da madeira para exportação, e a única espécie de pinheiro nativa no Brasil está ameaçada de extinção.

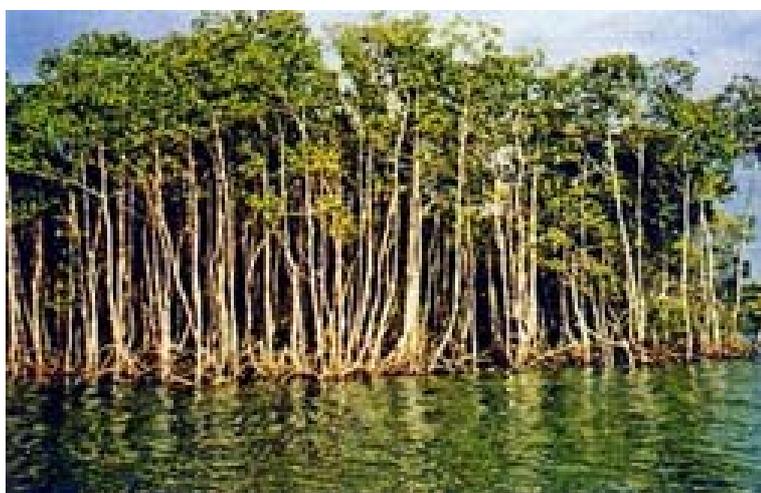
Ao longo das praias e planícies encontram-se a restinga e o manguezal. A restinga, com uma vegetação bastante diversa, é muito resistente às altas temperaturas e à salinidade.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Contudo, sofreu bastante com as devastações do ser humano para as construções de condomínios à beira-mar. O que resta no Vale está protegido pelos Parques Estaduais da Ilha do Cardoso, Jacupiranga, Campina do Encantado, Estação Ecológica dos Chauás e Estação Ecológica Juréia-Itatins. Nessa região ocorre o guanandizal, uma formação florestal inundada periodicamente.



Mangue na Ilha do Cardoso, uma das formações ambientais do Vale. Fonte:

O mangue, encontra-se na desembocadura dos rios no mar. Em seu ambiente salobro cresce uma vegetação de poucas espécies, mas suas águas são ricas em nutrientes formados pelas raízes das árvores e constituem a base da cadeia alimentar de peixes, moluscos, crustáceos, algas e répteis. O Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a Estação Ecológica Juréia-Itatins protegem também parte do manguezal do Vale Ribeira.



6.1.2. Áreas Protegidas

Cerca de 51% das áreas florestais do Vale do Ribeira estão dentro das 18 Unidades de Conservação Ambiental da região. Isso significa que 41% dos atrativos turísticos naturais estão em locais legalmente protegidos, o que pode restringir o seu aproveitamento.

No Vale encontram-se 7 parques estaduais, 4 estações ecológicas, 4 áreas de relevante interesse ecológico, 3 áreas de proteção ambiental, 1 área sobre proteção especial, 3 Terras Indígenas e 4 Áreas Naturais Tombadas, conforme tabela abaixo.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA				
PARQUES ESTADUAIS (PES)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
PE de Carlos Botelho (PECB)	Decreto Estadual 19.499/82	37.664	Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema	São Miguel Arcanjo, Sete Barras e Capão Bonito
PE da Ilha do Cardoso (PEIC)	Decreto Estadual 40.319/62	13.600	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Cananéia



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Pel de Intervalos	Decreto Estadual 40.135/95	46.086	Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema	Iporanga, Eldorado Paulista, Setes Barras e Ribeirão Grande
PE de Jacupiranga	Decreto-lei Estadual 145/69	150.000	Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema	Jacutinga, Iporanga, Cajati, Eldorado Paulista, Barra do Turvo e Cananéia
PE Campina do Encantado	Lei Estadual 8.873/94	2.360	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Pariqüera-Açu
PE da Serra do Mar	Decreto Estadual 10.251/7 e Decreto Estadual 13.313/79	315.390	Litoral Norte e Baixada Santista	Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Bertioga, Santos, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe
PE Turístico do Alto Ribeira (PETAR)	Decretos Estaduais 32.283/58 e 28.286/88	35.884	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Apiá e Iporanga



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS (EE)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
EE de Chauás	Decreto Estadual 26.719/87	2.699	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Iguape
EE Juréia-Itatins – EEJI	Decreto Estadual 24.646/86 e Lei 5.649/87	79.270	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Iguape
EE Tupiniquins	Decreto Federal nº 92.964	20,50	Litoral Sul	São Sebastião e Peruíbe



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP)	Decretos Federais 90.347/84 e 91.892/95	217.060	Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Baixada Santista	Peruíbe, Itariri, Miracatu, Iguape, Cananéia e Ilha Comprida
APA da Ilha Comprida	Decreto Estadual 26.881/87 e Decreto Estadual 30.817/89	18.923	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Ilha Comprida
APA da Serra do Mar	Decreto Estadual 22.717/84	469.450	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Tapiraí, Sete Barras, Eldorado Paulista, Iporanga, Juquitiba, Capão Bonito, Ribeirão Grande e Barra do Turvo.

ÁREAS SOB PROTEÇÃO ESPECIAL (ASPE)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
ASPE da Juréia	Portaria Federal 186 de 11 de julho de 1986	5.758	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Iguape



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
ARIE da Ilha do Ameixal	Decreto Federal 91.889/85	400	Baixada Santista	Peruíbe
ARIE das Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande	Decreto Federal 91.887/85	33	Baixada Santista	Itanhaém e Peruíbe
ARIE da ZVS da Ilha Comprida	Decreto Estadual 30.817/89	13.024	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Ilha Comprida

RESERVAS PARTICULARES DE PROTEÇÃO NATURAL (RPPN)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
Fazenda Agro-pastoril Gonçalves <u>Proprietário:</u> Cássio Roberto da Silva	Portaria 102/99-N	60,91	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Tapiraí



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

TERRAS INDÍGENAS (TI)				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
TI Pindoty	Of. Itesp/Gc 348/98	109,12	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Pariquera-Açu
TI Itariri	Decreto Federal 94.225/87	1.212,47	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Itariri
TI Bananal	Decreto Estadual 4.301/27 (3)	480,47	Baixada Santista	Peruíbe



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

ÁREAS NATURAIS TOMBADAS				
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	ÁREA (ha)	UGRHI	MUNICÍPIO
Serra do Mar e de Paranapiacaba	Resolução da Secretaria de Estado da Cultura n.º40 de 06/06/85	1,3 milhão	Litoral Norte e Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Baixada Santista	Todos os municípios das Ucs da Serra do Mar e do Vale do Ribeira
Maciço da Juréia	Resolução da Secretaria de Estado da Cultura n.º 11 de 25/07/79	4.500	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Iguape
Ilhas do Litoral Paulista	Resolução da Secretaria de Estado da Cultura n.º 8 de 24/03/94		Baixada Santista, Litoral Norte e Ribeira de Iguape/Litoral Sul	

FONTE: SMA - Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, Parte I – Litoral; PAPIN; FUNAI; FUNASA. **(1)** Desse total, apenas 15% em terras paulistas. **(2)** 22,5 hectares de ilhas e aproximadamente 1 km de extensão a partir das águas nos rochedos e praias. **(3)** Homologada por decreto federal de 16 de maio de 1994.

A seguir, será apresentada uma descrição mais detalhada das principais Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, que estão sendo ou podem ser aproveitadas para o desenvolvimento do ecoturismo.



- **Parque Estadual Carlos Botelho:** Foi criado pelo decreto estadual nº 19.499 de 10/09/82. Este decreto reuniu em uma só Unidade de Conservação quatro antigas Reservas Estaduais contíguas que ocupavam parte dos municípios de São Miguel Arcanjo (R.E. Carlos Botelho, 26/02/43), Capão Bonito (R.E. Capão Bonito, 29/10/41) e Sete Barras (R.E. Travessão, 03/07/57) e R.E. de Sete Barras (20/10/41). Está inserido na região de estudo pois, ocupa parte dos municípios de Sete Barras e Tapiraí.

O parque está localizado nas partes mais altas da Serra do Paranapiacaba, que forma o divisor entre o Vale do Ribeira e o Planalto. Em função desta característica fisiográfica, protege as cabeceiras dos rios da bacia do Rio Paranapanema, no Planalto e do rio Ribeira de Iguape, no Vale do Ribeira. Tal preservação é de importância internacional, já que o Rio Paranapanema é afluente do Rio Paraná, integrante da bacia do Rio da Prata, que se estende por Uruguai, Paraguai e Argentina. Lá localizam-se mais da metade dos mono-carvoeiros existentes no Brasil, juntamente com mais de 220 espécies de aves, entre elas o sabiá-cica e o gavião-pega-macaco. A serra forma uma barreira que segura a umidade que vem do Atlântico, formando um ambiente perfeito para o desenvolvimento de plantas de infinitas formas e tamanhos.



Parque Estadual Carlos Botelho, no Vale do Ribeira

Fonte: pick-upau.com.br

O Parque é totalmente administrado pelo Estado. A pesquisa realizada no local identificou que falta mão-de-obra para as tarefas diárias e que ainda não existe um plano de manejo elaborado.

Com relação à atividade turística, algumas áreas são abertas à visitação pública. Os principais atrativos são a visita ao Museu de Zoologia, trilhas monitoradas e auto-guiadas, além de banhos em rios e cachoeiras.

O público é bastante distinto: ao longo da SP139²¹ ocorre o turismo de lazer. Não se faz o monitoramento de fluxo/perfil dos visitantes, mas, sabe-se que ele é mais expressivo do que o fluxo do turismo científico/pedagógico que acontece na sede.

²¹ O parque é cortado praticamente ao meio pela rodovia SP-139, que liga São Miguel Arcanjo a Sete Barras. A construção da estrada é anterior a criação das Reservas e o trecho de aproximadamente 33 km no interior do Parque permanece sem pavimentação. Recentemente foi criado, pela Secretaria de Meio Ambiente, um grupo de trabalho com representantes das diversas áreas técnicas da Secretaria e de outros Órgãos Oficiais, das Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas e ONGs da região. A proposta deste grupo foi a perenização não-asfáltica e a implantação de uma "Estrada-Parque", que envolvesse, além das obras para melhoria da trafegabilidade da estrada, um amplo programa de educação ambiental. A estrada já está em execução com término previsto para o final do ano.



Estima-se um número anual médio de visitantes (que participam de atividades monitoradas) em torno de 2.000 pessoas. Já os visitantes não monitorados (que fazem trilhas auto-guiadas, banhos de rios, passeios a pé ou de bicicleta) giram em torno de 10.000.

Cobra-se uma taxa simbólica dos turistas que procuram os serviços monitorados. Ela varia de R\$ 2,00 a R\$ 6,00, dependendo do tipo e duração da atividade.

Na sede, existem alguns equipamentos turísticos: uma hospedaria, com capacidade total para 12 pessoas, destinada a pesquisadores e pessoas ligadas de alguma forma, aos demais projetos da unidade; um auditório com capacidade para 40 pessoas; um centro de educação ambiental com museu de Zoologia e sala de leitura e, finalmente, uma lojinha com exposição de produtos artesanais da região, souvenirs e serviços de monitoria ambiental.

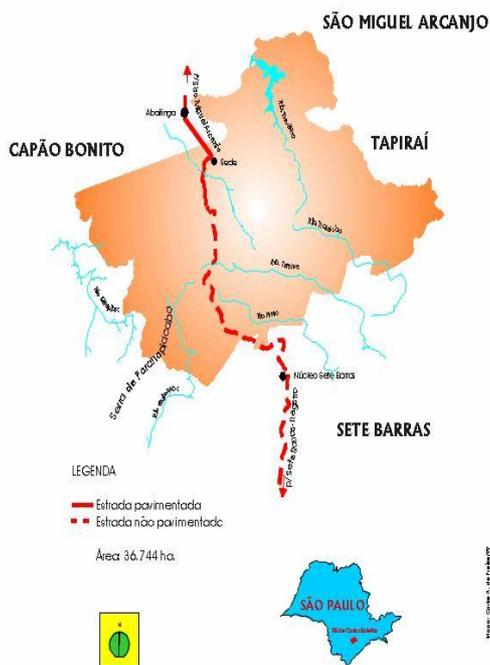
A contribuição do turismo para o orçamento do parque ainda é pequena, não chegando a representar 10% da verba disponível. Mesmo assim, existem funcionários especialmente destinados ao atendimento do visitante, que já foram treinados em cursos de formação de guardas ambientais mirins e capacitação comunitária. Essa postura reflete a preocupação do administrador do parque de transformar o turismo em uma alternativa viável para a sustentabilidade do local.

Outro exemplo disso é a questão do turismo como fator de degradação do patrimônio. A entrevista mostrou que o fluxo atual não tem degradado o patrimônio natural (foram realizadas obras de minimização de impactos e trabalhos de manutenção preventiva em locais de maior exposição) nem descaracterizado o patrimônio cultural.



Segue um pequeno mapa do Parque, com a representação da estrada que o atravessa.

PARQUE ESTADUAL "CARLOS BOTELHO"



- **Parque Estadual Ilha do Cardoso:** Com uma área de 22.500 ha, o parque, criado em 1962, localiza-se no Complexo Estuarino-lagunar, que se estende pelo litoral desde Peruíbe, até Paranaguá. Possui em sua área ilhas, baías, desembocaduras de rios, vegetação de mangue, diversas espécies marinhas, conjunto de sambaquis e dunas. A fauna é bastante rica e a ilha serve de passagem para mais de 400 aves migratórias, além de botos. Existem seis comunidades caiçaras no parque, que vivem, principalmente, do turismo.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

A atividade turística é bastante expressiva no PEIC. Estima-se que nos dias úteis o local receba cerca de 100 visitantes. Em finais de semana 600 chegando a 1.500 em feriados. Com isso, o fluxo anual em 2002 pode ter chegado a 17.000 visitantes. A motivação principal é o lazer (caminhadas), embora seja expressivo também o fluxo de turismo científico/pedagógico.

Outro indicativo da representatividade do segmento é a renda gerada. Mais de 50% dos recursos financeiros do parque provêm do turismo, segundo entrevista realizada no local. Por isso, existem funcionários especialmente destinados ao atendimento do visitante. O treinamento desses profissionais é feito através de instituições como o instituto florestal, Senac e Ongs da região. A capacitação atinge, principalmente, os monitores ambientais.



Vista aérea praia da Lage e Ilha Cambriú

Fonte: naturalsul



A infra-estrutura disponível no Núcleo Perequê, tem capacidade para hospedar 72 pessoas (6 visitantes por apartamento), conta com refeitório, centro de visitantes, auditório, museu, casas para pesquisadores e laboratórios do Núcleo. Existem pousadas e campings disponíveis nas comunidades caiçaras.

- **Parque Estadual Intervales:** Transformada em parque em 1995 pelo Governo Estadual, a Fazenda Intervales tem como objetivo proteger mananciais, cavernas e as encostas das Serras do Paranapiacaba. Faz limite com a Estação Ecológica Xitué, o Parque Estadual Carlos Botelho, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira e pertence com eles à APA da Serra do Mar. As principais espécies ameaçadas de extinção existentes no Parque são a onça-pintada, mono-carvoeiro e a jacutinga. A flora é rica e contém espécies de bromélias e orquídeas, palmeiras, canela, cedro e uma das maiores densidades de palmito nativo, o palmito juçara.



Parque Estadual Intervales

Fonte:



Oferece vários tipos de atrativos desde cachoeiras até cavernas. As trilhas, de vários graus de dificuldade, só são realizadas com o acompanhamento de monitores ambientais.

Foi uma das precursoras do desenvolvimento turístico sustentável na região, tanto que hoje é, sem dúvida, o parque melhor estruturado para tal atividade. Cerca de 30% dos funcionários do PEI estão envolvidos diretamente com o turismo, através da Coopervales. Para exercerem suas funções recebem treinamentos ministrados pelas ongs da região. Grande parte da receita é proveniente do turismo (mais de 70%), seja pelo pagamento das hospedagens ou dos passeios.

O público que visita o parque tem interesses bem definidos. O primeiro grupo, motivado pelo lazer e convívio com a natureza hospeda-se normalmente nos finais de semana. O segundo grupo, cujo interesse principal é o estudo do meio, preenchem os dias da semana. A média anual de turistas está em torno de 9.600 pessoas.

Possui excelente infra-estrutura para hospedagem, com capacidade para 120 leitos, além de local para realização de eventos e convenções, e área de lazer.

- **Parque Estadual Jacupiranga:** O segundo maior parque em extensão de São Paulo (cerca de 150.000 ha.) foi criado por um decreto-lei em agosto de 1969 e é administrado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente através do Instituto Florestal. Abrange os municípios de Jacupiranga, Barra do Turvo, Cananéia, Iporanga, Eldorado e Cajati.



Parque Estadual Jacupiranga. Fonte: ECONET Brasil

Localizado a 230 km da capital, o parque possui dois núcleos, o Cedro, a Caverna do Diabo e todo seu entorno. Seu relevo é formado pelos vales fluviais, as serras existentes em sua volta, cachoeiras e grutas, tendo uma das cavernas mais famosas do Brasil.

Em virtude da Caverna do Diabo, seu fluxo anual de turistas é grande. Em 2002 foram cerca de 26.000 pessoas, que geraram uma renda de mais de 30% do orçamento do parque. Mesmo assim, não existe um plano de manejo que regulamente a atividade.

Percebe-se, por entrevista realizada, que a unidade precisa ser melhor estruturada para receber o turista, apesar de possuir infra-estrutura para hospedagem e alimentação. Há problemas com os monitores ambientais, o patrimônio natural está sendo degradado e o cultural descaracterizado. Não têm sido feitos estudos de capacidade de suporte dos sítios de visitação, o que pode explicar em parte, a sua degradação.



- **Parque Estadual Campina do Encantado:** Conhecido como Campina do Encantado, o local está inserido no Programa de Preservação da Mata Atlântica. Seu principal atrativo, além de um extenso sítio arqueológico, da vegetação de restinga e guanandizal e sua fauna rica em aves e lontras, são as chamas azuladas de até 80cm que aparecem no solo quando perfurado.

O parque ainda não possui infra-estrutura turística nem núcleo. A atividade ainda é bastante incipiente, tanto que representa menos de 1%, do percentual de receita anual. Nenhum funcionário está designado para atender exclusivamente o visitante. Existe o serviço de monitoria ambiental.



Vista aérea

Fonte: Guia Interativo sobre o Vale do Ribeira

O número de turistas em 2001 foi de cerca de 550, já em 2002 o número cresceu para 3.000 pessoas. Isso mostra a necessidade urgente de se tomarem medidas para garantir o desenvolvimento sustentável do turismo na APA.



- **Parque Estadual da Serra do Mar:** Criado em 1977, estende-se por todo o litoral de São Paulo até Peruíbe, dividindo-se em 14 núcleos de desenvolvimento. O núcleo que se encontra na área de estudo é o de Pedro de Toledo. Por ser o mais extenso de São Paulo, o parque possui as maiores variedades de vegetação costeira, com algumas espécies que só podem ser observadas na região. Lá encontram-se animais ameaçados de extinção, como o sabiá-cica e o cuiú-cuiú. Dentro de seus limites abriga, ainda, aldeias indígenas guarani.



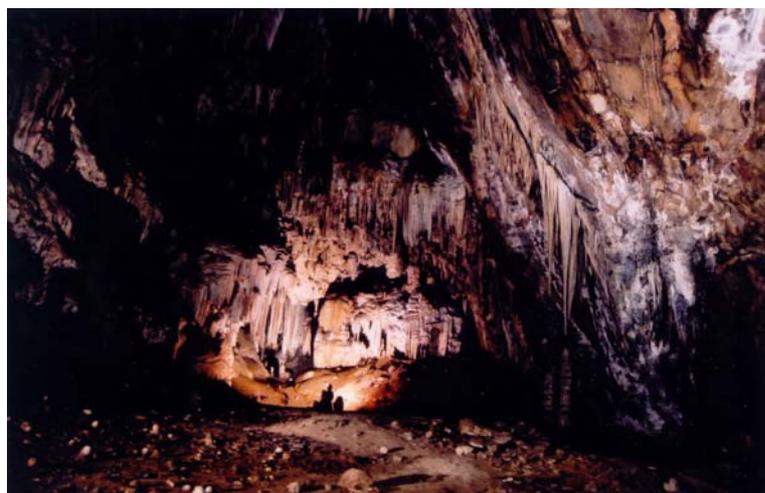
Fonte: Guia Interativo sobre o Vale do Ribeira

O turismo é uma atividade pouco desenvolvida, não gerando renda para o parque. Não existem funcionários especialmente destinados ao atendimento de visitantes. Também não é feito o controle do fluxo de turistas, mas sabe-se que o maior número deles visita a região motivado pelo turismo de lazer.



- **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira:** Criado em 1958, o PETAR é administrado pelo Instituto Florestal com a participação das prefeituras de Iporanga e Apiaí (cidades abrangidas pelo parque) e pela Sociedade Brasileira de Espeleologia. Com uma área de 35.712 ha., tem a maior concentração de cavernas do Brasil.

Localizado a 368km da capital paulista, tem um plano de manejo para limitar as áreas preservadas e as abertas à visitação pública. Cada um dos quatro núcleos disponíveis no PETAR (Casa de Pedra, Santana, Caboclos e Ouro Grosso), oferecem atividades tanto ecoturísticas quanto culturais, como o Museu da Cultura Tradicional, no núcleo Ouro Grosso.



Caverna (Núcleo Ouro Grosso) -

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

O fluxo turístico anual é grande. Em 2002, cerca de 46.500 pessoas visitaram o parque. Isso garante mais de 70% do orçamento da UC. Mesmo assim, ainda existem problemas em relação à infra-estrutura turística disponível, principalmente na coleta e tratamento do esgoto gerado.



Apesar de estarem sendo realizados trabalhos de conservação e manutenção dos atrativos, o turismo tem contribuição na degradação que vem ocorrendo. Há serviços de monitoria ambiental.

- **Estação Ecológica de Chauás:** representa uma importante área para a pesquisa da caxeta, uma árvore de madeira leve, utilizada na fabricação de lápis e artesanato, que cresce nas margens do rio Momuna. Abriga cerca de 220 espécies de aves – algumas seriamente ameaçadas de extinção, como o papagaio-da-cara-roxa (ou chauá, que dá nome à estação ecológica), além de outras típicas de brejo da água doce como o bate-bico e o João-do-brejo. Em seus rios de águas escuras encontra-se o jacaré-de-papo-amarelo. Mamíferos como a lontra e a capivara também escolhem as regiões alagadas do parque para viver. Não se tem informações sobre o uso e o desenvolvimento do turismo na estação.



Vista da Estação Ecológica dos Chauás.

Fonte: Guia Interativo sobre o Vale do Ribeira



- **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** Abrange os municípios de Peruíbe, Iguape, Itariri e Miracatu. Foi criada em 1986 para proteger 79.230 ha de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados como restingas, manguezais, banhados, praias, costões e rios encachoeirados. Sua flora conta com espécies como orquídeas, canelas, quaresmeiras, angico, maçaranduba, jacarandá, cedro, entre outras. Exemplos da fauna local são onça-pintada, onça-parda ou sussuarana, jacaré do papo amarelo, anta, quati, paca, queixada ou porco-do-mato, a lontra, mão-pelada ou cachorro-do-mangue, irara ou papa-mel, preguiça, mono-carvoeiro, macaco-prego, bugio, além de várias aves. Neste meio ainda convive com a natureza uma população tradicional de caiçaras.



Festa de São João em Juréia-Itatins

Fonte:

Administrada pelo Instituto Florestal, pertencente à Secretaria do Meio Ambiente, a estação tem 90% de seu território intocável. Os outros 10% são usados em pesquisas científicas e nas atividades de educação ambiental e turismo desordenado.



Existem trilhas que se encontram abertas a visitantes e podem ser percorridas por grupos organizados e mediante autorização escrita da administração. Não é cobrada taxa de ingresso, por isso, segundo pesquisa realizada no local, o turismo ainda é uma fonte insignificante de recursos para o parque, mas é de grande importância para a comunidade. Isso explica a não existência de funcionários com a função exclusiva de atendimento aos visitantes. Os guarda parques, responsáveis ao suporte dos turistas, também desempenham outras inúmeras atividades.

- **Estação Ecológica Federal Tupiniquins:** foi criada, em 1986, com o objetivo de proteger as ilhas e lajes costeiras ao longo do litoral sul de São Paulo, abrangendo as ilhas de Peruíbe, Queimada Pequena, Laje Noite Escura, Cananéia, Ilhote, Cambriú e Castilho, e os ninhais de aves marinhas, espécies raras e endêmicas existentes nas ilhas. Com mais de 20 hectares de área, integra também a Estação Ecológica, o entorno marinho de cada uma das ilhas e lajes, num raio de 1 km a partir das águas nos rochedos e nas praias. Tem uma vegetação típica de Mata Atlântica em algumas áreas; em outras, entretanto, é desprovida de vegetação arbórea, possuindo apenas arbustos e gramíneas. Uma de suas principais características é a de constituir um dos pontos mais importantes de pouso e reprodução de diversas espécies de aves marinhas, dentre elas a fragata, o gaivotão, o trinta-réis-de-bico-amarelo e o atobá-marrom.



Ave típica da região.

Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

Além das aves marinhas, a fauna das ilhas é composta por pequenos mamíferos, insetos, répteis e anfíbios, além dos peixes e outros organismos marinhos. No inverno, recebe indivíduos originários de águas subarnáticas, como o lobo-marinho-subarnático e o leão-marinho-do-sul. É tombada como Patrimônio Natural por Resolução Condephaat número 40/85, junto com a Serra do Mar e é também considerada Zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, decretada pela UNESCO em 1991.

- **APA Federal de Cananéia, Iguape e Peruíbe:** além dos três municípios que fazem parte de seu nome, a APA também abrange os municípios de Ilha Comprida, Itariri, Miracatu e Pedro de Toledo, e as Ilhas Queimada Grande e Pequena, do Bom Abrigo, Ilhote, Cambriú, Castilho e Figueiras. Estendendo-se por 200 km no litoral, contando com uma área de 217.060 ha, limita-se ao norte com o Parque da Serra do Mar, ao sul com o Parque Estadual Jacupiranga, e o da Ilha do Cardoso a sudoeste.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Algumas áreas dessa APA estão inseridas em outras Unidades de Conservação, como a EEJI, ARIE da Ilha do Ameixal, a APA de Ilha Comprida, além de duas aldeias indígenas, a de Itariri e a de Rio Branco de Cananéia. Tem o objetivo de possibilitar às comunidades caiçaras o exercício de suas atividades, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente; conter a ocupação das encostas passíveis de erosão e proteger e preservar os ecossistemas e as espécies ameaçadas de extinção, bem como as áreas de nidificação de aves marinhas e de arribação, os sítios arqueológicos e os remanescentes da floresta atlântica e a qualidade dos recursos hídricos. Criada em 1984, a APA CIP é administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).



Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

Sua regulamentação (plano de gestão ambiental e zoneamento) tem sido feita em convênio com a Secretaria do Meio Ambiente (Coordenadoria de Planejamento Ambiental), contando com o apoio da Fundação Florestal. A APA contava, até abril de 2002, com cinco funcionários.



Aberta à visitação pública diariamente, a APA (sede do IBAMA) possui um centro de visitantes com sala de exposições e eventos, auditório para 40 pessoas e 4 escritórios, alojamento para pesquisadores com capacidade para 24 pessoas, sala de projetos, biblioteca e almoxarifado, garagem para carros e barcos, 1 residência funcional e rede elétrica.

- **APA Estadual Ilha Comprida:** A Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida (estadual) já existia antes mesmo da ilha tornar-se um município em 1991. A data de criação da APA é 11 de março de 1987.

A área de proteção foi criada por compor um ecossistema em equilíbrio, porém frágil, representar um importante refúgio de espécies marinhas, possuir organismos aquáticos passíveis de cultivos, ser uma ilha barreira e, ainda, por abrigar comunidades de pescadores que conservam suas tradições culturais. Em 1989 a APA foi regulamentada e definida também como ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico), atribuindo-lhe um zoneamento que tem por objetivos a esquematização das medidas necessárias para o disciplinamento da ocupação do solo e de atividades que afetem sua integridade ambiental.



APA Estadual da Ilha Comprida

Fonte:



A APAIC abrange toda a área da ilha-município - 18.923 ha - e configura-se ainda, como uma continuidade da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe. Sua formação é responsável pela existência do Mar Pequeno e de Cananéia, formando uma importante laguna que compõe parte do Complexo Estuarino-Lagunar-Cananéia, Iguape e Paranaguá. Na verdade, serve como uma barreira, protegendo o Mar Pequeno e o Mar de Cananéia das influências diretas das marés e dos ventos marítimos. Essa característica também propicia a formação de cordões arenosos, intercalados por terrenos alagadiços, que muitas vezes chegam a formar cursos d'água de grande porte, como o rio Candapuí. Os manguezais da Ilha Comprida produzem uma grande quantidade de matéria orgânica, e constituem-se na base da cadeia alimentar do ecossistema. A reunião de todos esses aspectos predominantes da Ilha Comprida faz dela um ecossistema frágil, passível de interferências externas, o que explica a importância da existência de sua Área de Proteção Ambiental. Esse é um dos últimos ecossistemas preservados do litoral brasileiro, cuja importância é essencial como viveiro natural de espécies marinhas e terrestres do Atlântico Sul e também como base de apoio utilizada por mais de 30 espécies de aves migratórias. Há muitos eventos esportivos, trilhas, serviços de monitoria ambiental. Sofre com o turismo desorientado de massa e com especulação imobiliária.

- **APA Serra do Mar:** Criada em 1984, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar é a maior unidade de conservação de todo o Vale do Ribeira. Com uma extensão de aproximadamente 470.000 hectares, abrange os municípios de Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Sete Barras, Barra do Turvo, Tapiraí, Eldorado, Jquitiba, Iporanga, Capão Bonito e Ribeirão Grande (estes dois últimos fora do Vale do Ribeira).



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

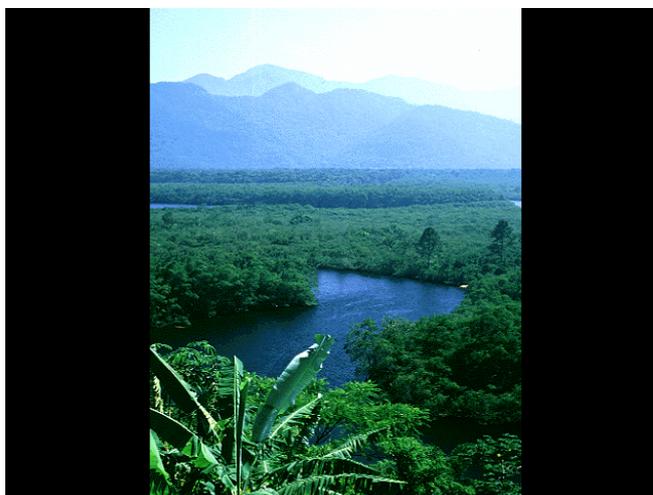
Sua posição é estratégica: é o elo de continuidade entre as áreas protegidas pelo Parque Estadual da Serra do Mar e outras Unidades de Conservação do Vale do Ribeira.



Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

A APA da Serra do Mar abrange escarpas da Serra de Paranapiacaba, morretes, colinas e planícies do Vale do Ribeira. A essa morfologia associa-se um sistema de drenagem na qual destaca-se o rio Ribeira do Iguape, seus afluentes São Lourenço da Serra, Quilombo, Pilões e Juquiá, mais a Bacia do Paranapanema. Decorrente dessa grande variedade ambiental acolhe inúmeras espécies de animais, tendo também em seu interior uma importante Zona de Vida Silvestre que requer critérios rígidos de proteção. São exemplos da fauna local a onça-pintada e o mono-carvoeiro.

- **ARIE da Ilha do Ameixal:** criada 1985, é administrada pelo IBAMA. Situada dentro dos limites da Estação Ecológica Estadual Juréia-Itatins, a ARIE da Ilha do Ameixal tem 400 hectares de manguezais no rio Una do Prelado, no município de Peruíbe.



Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

A medida de sua criação teve como objetivo elevar a nível federal os instrumentos de conservação desse tipo de Unidade de Conservação.

- **ARIE Federal das Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena:** criada em 5 de novembro de 1985, abrange os municípios de Itanhaém e Peruíbe. É administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e foi tombada como Patrimônio Natural por Resolução Condephaat número 40/85, junto com a Serra do Mar e é também considerada Zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, decretada pela UNESCO em 1991. É composta pelas duas ilhas, as quais possuem uma área total de 33 há – a Ilha de Queimada Grande com 23 ha e a Ilha de Queimada Pequena com 10 ha . As duas ilhas, mais as de Cambriú e Castilho, estão inseridas também na APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe; além disso, a Ilha Queimada Pequena faz parte da Estação Ecológica Tupiniquis.



Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

A Ilha Queimada Grande comporta um dos mais clássicos casos de endemismo do Estado de São Paulo. Trata-se da jararaca-ilhoa, uma cobra com hábitos arborícolas e terrestres, que possui o veneno mais tóxico que se conhece em uma jararaca. Ao redor da Ilha Queimada Grande é possível realizar mergulho contemplativo, havendo grande diversidade de vida marinha, alguns naufrágios e águas geralmente com boa visibilidade. Existem operadoras de mergulho que saem de São Vicente e Santos para a Queimada Grande durante todo o ano.

- **ARIE Estadual da Zona da Vida Silvestre Ilha Comprida:** Em 1989, quando a Ilha Comprida foi declarada Área de Proteção Ambiental, foi estabelecida também uma parte significativa de seu território como Área de Relevante Interesse Ecológico da Zona de Vida Silvestre. Seu objetivo é proteger remanescentes da vegetação de restinga, banhados e dunas, ambientes necessários à existência e reprodução das espécies da fauna e flora local ou migratória.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Além dos significativos manguezais, ocorrem também na ilha ambientes representativos de florestas de planície litorânea e seus ecossistemas associados. Na vegetação das dunas, últimos testemunhos do tipo no litoral paulista, e brejos de água salobra, encontra-se uma fauna rica e variada. Os caxetais e lagoas de água doce são um dos poucos lugares no Estado onde registra-se a presença do capororoca, um pato migratório originário do Rio Grande do Sul. Além disso, trata-se do lugar onde está também a maior concentração de ninhos do papagaio-da-cara-roxa.



Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

Pelas suas praias já foram catalogadas mais de 30 espécies de aves migratórias, como a gaivota-rapineira, proveniente do Hemisfério Norte. Diversas espécies de baleias e golfinhos aparecem na região, como o cachalote-pigmeu e a baleia-piloto-de-peitorais-curtas. Esta área de ZVS está inserida na APA da Ilha Comprida e sobrepõe-se parcialmente à APA de Cananéia - Iguape - Paranaguá. É administrada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente.



6.1.3. Os atrativos naturais do Vale do Ribeira e o potencial para o ecoturismo

A região do Vale do Ribeira tem duas áreas de grande vocação turística: o Alto Ribeira onde se localiza uma das maiores concentrações de cavernas do País e o Lagamar (da Juréia passando pela Ilha do Cardoso e terminando no Estado do Paraná) importante reserva natural com imensa diversidade biológica, marinha e terrestre.

O inventário realizado em 1998 (com enfoque censitário) identificou cerca de 272 atrativos turísticos espalhados pelos municípios do Vale do Ribeira. Desse total, 75% (cerca de 204) eram atrativos naturais. Já em 2002, como o objetivo era inventariar o que realmente tinha interesse turístico, esse número é um pouco menor (148). Essa diferença metodológica entre os 2 trabalhos precisa ser destacada pois, influenciará os dados apresentados a seguir.

A tabela abaixo mostra o número de atrativos naturais identificados, em cada município, no ano de 2002. Esses dados mostram os atrativos de maior potencial identificados pelos coordenadores de campo. Isso quer dizer que, em muitos casos, o valor apresentado para determinado atrativo não corresponde ao universo encontrado no Município. Por exemplo, o caso das cavernas no Município de Iporanga. Sabe-se que há muito mais do que 12 cavernas na região mas, somente estas apresentam condições imediatas de exploração turística.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Tabela 01: Atrativos Naturais do Vale do Ribeira

NOME	Ilhas	Praias	Cavernas	Cachoeira	Lago	Poço	Rio	Total por Município
Apiáí	0	0	5	2	0	0	0	7
Barra do Chapéu	0	0	0	5	0	0	1	6
Barra do Turvo	0	0	0	1	0	0	1	2
Cajati	0	0	0	3	0	0	0	3
Cananéia	0	0	0	3	0	2	0	5
Eldorado	0	0	3	4	0	0	1	8
Iguape	0	3	0	6	0	0	2	11
Ilha Comprida	4	4	0	5	0	0	0	13
Iporanga	0	0	12	8	0	0	3	23
Itaóca	0	0	3	4	0	0	2	9
Itapirapuã Paulista	0	0	2	0	0	0	2	4
Itariri	0	0	0	4	0	0	0	4
Jacupiranga	0	0	0	1	0	0	1	2
Juquiá	0	0	0	2	0	0	2	4
Juquitiba	0	0	0	4	3	0	1	8
Miracatu	0	0	0	2	0	0	0	2
Pariquera-Açu	0	0	0	1	0	0	2	3
Pedro de Toledo	0	0	0	3	1	0	1	5
Registro	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira	0	0	2	2	0	0	1	5
São Lourenço da Serra	0	0	0	3	1	0	0	4
Sete Barras	0	0	0	1	0	0	0	1
Tapiraí	0	0	0	16	1	0	0	17
Total por tipo de atrativo	4	9	23	82	7	2	21	152

Fonte: Inventário turístico 2003/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira



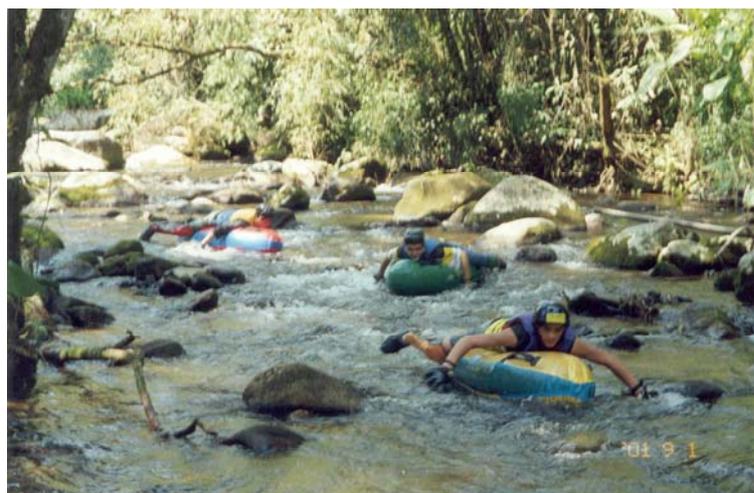
AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Os municípios de Iporanga, Apiaí, Eldorado, Juquitiba, Cananéia, Tapiraí, Iguape e ilha destacam-se pela qualidade da oferta existente. Todos os tipos de atividades relacionados ao ecoturismo e ao turismo rural podem ser praticados nessas cidades: caminhadas, passeios, atividades aquáticas, observação de fauna e flora. Isso não quer dizer que os demais municípios não apresentem atratividade. Somente optou-se por destacar, nesse documento, aqueles de maior expressão.

O parâmetro utilizado para a identificação desta potencialidade é o aparecimento, ou não, do atrativo no Guia 4 Rodas Brasil. Esse instrumento foi escolhido como referência porque é, reconhecidamente, o melhor guia nacional sendo muito consultado pelos turistas em geral.

É importante deixar claro que a escolha do Guia 4 Rodas Brasil teve um caráter meramente mercadológico não desqualificando, em hipótese alguma, o trabalho de campo realizado pelos agentes locais.



Bóia-cross – Tapiraí

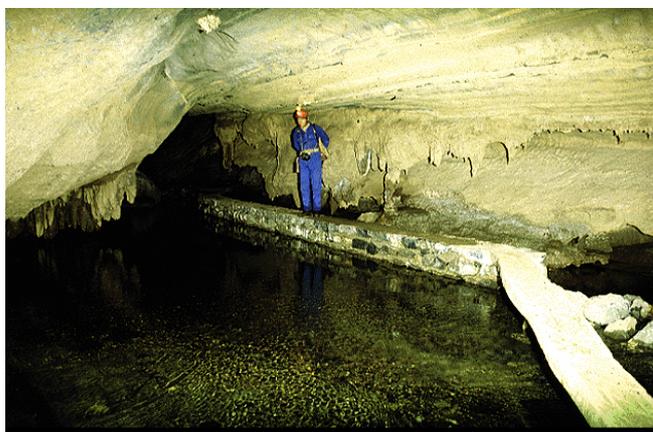
Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Iporanga é um Município bastante privilegiado, com características únicas. Dentro de seus limites está o Petar, classificado pelo Guia 4 Rodas Brasil como uma atração ★★ (muito interessante). É conhecido por suas cavernas (Núcleo de Santana, Ouro Grosso e Casa de Pedra) , cachoeiras (do Couto, Andorinhas e do Betharizinho) e corredeiras onde se pratica o bóia-cross. Além disso, dentro de seus limites está também o Parque Estadual Intervales, onde os atrativos principais são as cavernas (Lage Branca, Jeremias, Betari, Alambari), as cachoeiras (Taquaruvina, Água Milagrosa, Descalvado) e as corredeiras do Rio Betari. O Guia classifica o Município como interessante para visitação e o incorpora em um dos roteiros sugeridos, chamado Roteiro 7- Cavernas de São Paulo. O tempo de permanência indicado   de 3 dias.



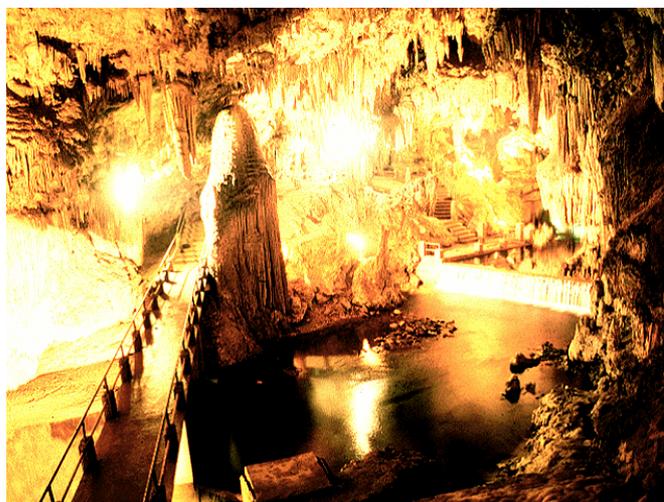
Caverna Santana- Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

Api  também tem atrativos naturais importantes, que são apontadas pelo Guia. As informa es publicadas ressaltam o Núcleo Caboclos do Petar (menos visitado e mais preservado que o Santana) onde encontram-se as cavernas da Termimina e Desmoronada.



As cachoeiras que ficam nas trilhas de acesso às cavernas (Sete Reis e Maximiliano) também são indicadas como alternativa de entretenimento recebendo, o conjunto dos atrativos, classificação ★★.

Eldorado tem dois atrativos muito bem classificados: A Caverna do Diabo (★★★) e a cachoeira de Meu Deus (★★ - interessante). A caverna é conhecida pela beleza de seus salões e pela estrutura para receber turistas, com escadas, passarelas de cimento e iluminação artificial.



Caverna do Diabo

Fonte: Guia Interativo do Vale do Ribeira

A Cachoeira do meu Deus é destaque pelos seus 53 metros, e suas piscinas naturais com água cristalina. O Município de Eldorado, assim como Iporanga também é inserido no roteiro 7 montado pela publicação. O tempo de permanência sugerido é de 1 dia.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SÜTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA



Duas quedas da Cachoeira de Meus Deus

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

O Guia apresenta Juquitiba como a cidade para a realização de esportes de aventura. As corredeiras do Rio Juquiá recebem a classificação ★★.

Cananéia traz inúmeros atrativos naturais, por ter em seu território cinco unidades de conservação. São praias (Maruja, Morretinho, Iage, Foles, Cambriú, Ipanema, Itacuruça, etc), Cachoeiras (Pitu, salto, Grande), Mangues e canais. O Guia 4 Rodas elege, ainda, as trilhas ecológicas e as Ilhas do Bom Abrigo, Castilhos e Figueira como as principais atrações (★★). Diversas atividades podem ser feitas no Município: apreciação da fauna e da flora, pesca, visita a comunidade tradicionais, observação de golfinhos, além da visita a empreendimentos de cultivo de ostras.



Tapiraí é bastante conhecida por seus atrativos relacionados à água. As cachoeiras são Belas e abundantes. A mais conhecida e classificada pelo Guia 4 Rodas é a Cachoeira do Chá (☆☆), que fica em meio a uma área de mata Atlântica em recuperação onde é possível observar palmitos jovens em desenvolvimento. Os seus 30 m de queda formam uma piscina de água límpida onde os turistas podem tomar banho.



Cachoeira do Chá

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

Alguns atrativos naturais e culturais de Iguape aparecem classificados no Guia 4 Rodas Brasil. Para os amantes do turismo de aventura a publicação recomenda o trekking no Morro do Espia (☆☆). Outras opções importantes são as praias do leste, e da Barra do Ribeira, os canais e as corredeiras do Rio Ribeira do Iguape.



Rio Ribeira de Iguape

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

O último município classificado pelo Guia é Ilha Comprida. Todas as praias aparecem com classificação ★ (de algum interesse). Além do turista de sol e mar, o município também é atrativo para aqueles que procuram nas trilhas (Trincheira e Pedrinhas) o contato com a natureza preservada, além de atividades recreativas em lagoas, canais e rios.

O mapa a seguir ilustra, por município, os tipos de atrativos naturais existentes.

6.1.4 Áreas potenciais para expansão do turismo X patrimônio natural

O Vale do Ribeira contém 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil. De sua área, 64,08% é composto por mata nativa. A região possui grande potencial para desenvolver turismo ecológico, ecoturismo, turismo de aventura, etc.



Com um planejamento adequado, as unidades de conservação podem viabilizar a visitação turística sem danificar o entorno, e fazer com que os impactos ambientais causados por eles fiquem dentro dos limites aceitáveis, uma vez que muitos dos ecossistemas presentes no Vale do Ribeira estão entre os mais frágeis do mundo, como é o caso dos ambientes costeiros, que têm uma imensa dificuldade ou mesmo impossibilidade de regeneração. É preciso gerenciar a atividade turística para que não aconteçam casos como o da Ilha Comprida, onde o turismo desordenado e a especulação imobiliária têm diminuído a diversidade de espécies de aves, modificando seus hábitos alimentares e dificultando a sua sobrevivência.

Os principais problemas identificados, por este trabalho, nas unidades de conservação do litoral sul são a pesca predatória (principalmente os barcos atuneiros, arrasteiros ou parelhas, que praticam a pesca ilegalmente); as queimadas e desmatamentos; as coletas de espécies da fauna e flora, bem como as perturbações nos ninhais; a poluição do mar e o turismo irresponsável.

As cavernas, por sua vez, são direta ou indiretamente afetadas por diversos fatores. Dentre os que interferem diretamente podemos citar a mineração, a utilização da caverna como depósito de lixo, o turismo não-planejado e a adaptação inadequada das cavernas ao turismo. Indiretamente podemos citar a mudança dos cursos d'água pela mineração e construção de barragens e a agricultura. Tanto um quanto outro tipo de impacto interferem na estrutura das cavernas e na fauna local.

As ilhas são regiões mais sensíveis à degradação ambiental. A Ilha Comprida e a Ilha do Cardoso são afetadas por loteamentos irregulares em áreas de mangue ou de regiões alagadiças. Além dos loteamentos, a região também sofre com os impactos sócio-culturais como a transformação de simples pescadores em caseiros trabalhando para o turismo da região. Alguns deles abandonando suas próprias casas para servirem de abrigo para os turistas.



população de Ilha Comprida em alta temporada salta de aproximadamente 7 mil para até 250 mil pessoas.

unto com a atividade turística inadequada, o extrativismo vegetal e animal ameaçam algumas espécies da região, como o palmito e os mexilhões.

turismo nessas regiões deve ser tratado com mais cuidado, para que não sejam necessárias medidas conservacionistas drásticas como o banimento dos turistas de regiões ambientalmente frágeis.

É inquestionável que o turismo possa ser benéfico à região, desde que seja explorado de forma racional, delimitando-se e respeitando-se as áreas a serem protegidas. O planejamento urbano também é fundamental e a fiscalização dos órgãos ambientais, imprescindível.

6.2. ATRATIVOS E RECURSOS CULTURAIS

“O patrimônio cultural de uma localidade compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida, quer dizer, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desta localidade, a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.” (Conferência Mundial da Unesco sobre patrimônio cultural, México, 1982)

O Vale do Ribeira abrigou, em diferentes momentos de sua história, povos com usos e costumes bastante peculiares. O resultado disso é que sua cultura ficou profundamente marcada por todos que ali habitaram. O patrimônio cultural, em diferentes graus de conservação e uso turístico, está espalhado por quase todos os municípios da região.



6.2.1. Sítio arqueológicos

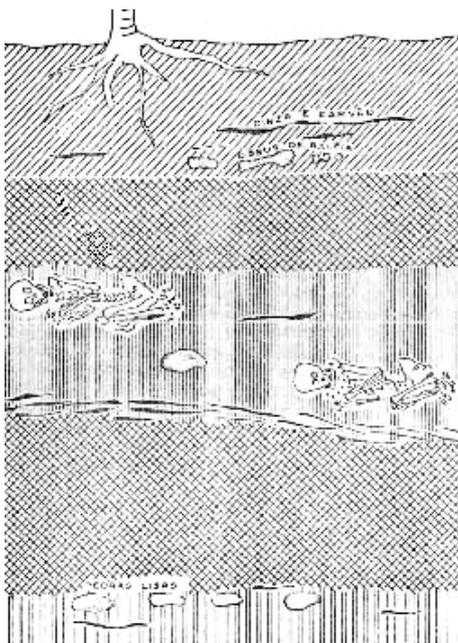
O passado pré-histórico do Vale do Ribeira pode ser reconhecido através dos remanescentes encontrados nos vários sítios arqueológicos e nos sambaquis, existentes em cidades costeiras e do interior.

A palavra sambaqui seria derivada de *tamba* (marisco) e *ki* (amontoamento) em tupi. Trata-se, portanto, de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos. A sua formação é resultante de uma adaptação de populações que inicialmente viviam no interior e que teriam se deslocado para o litoral explorando os recursos marinhos, especialmente os moluscos. Esses sambaquis estão quase sempre localizados nas regiões de grandes baías e ao longo dos mangues, próximos a afloramentos rochosos, formando agrupamentos concentrados, separados por grandes extensões. No caso de Iguape – Cananéia, região lagunar, o acúmulo de conchas é tão grande que chega a formar morretes de até 10 metros de altura.

Nos sambaquis litorâneos é comum encontrar artefatos de pedra lascada ou polida, de osso ou de concha que, de alguma maneira, traduzem como era a vida rotineira desses grupos coletores-caçadores. Os instrumentos em pedra constituem-se basicamente de lascas utilizadas como talhadeiras, machados (lascados e polidos), e rochas quase sem modificação como os quebra-cocos e bigornas. É freqüente a utilização de conchas, ossos e dentes de animais na confecção de instrumentos (pontas, agulhas, furadores) e adornos (colares, pingentes e outros). São encontrados, também, no interior desses sítios, esqueletos humanos juntamente com um mobiliário funerário característico, representado por diversos animais, marinhos e terrestres (talvez oferendas), objetos de pedra lascada e polida (talvez utilizados em vida) e ornamentos corporais.



A cidade de Cananéia possui 51 sambaquis litorâneos tombados pelo IPHAN, sendo *Caratuba I*, *Caratuba II* e *Caratuba III* os de maior importância. Em Iguape, são quatro os sambaquis tombados.



Corte esquemático de um sambaqui

No Vale do Ribeira são encontrados também outros tipos de sítios arqueológicos: sambaquis fluviais, sítios cerâmicos e sítios líticos. Os sambaquis fluviais são sítios mais isolados do ambiente marítimo, sendo encontrados nas confluências de pequenos rios e córregos que correm no Médio Vale do Ribeira. Têm como característica a presença de conchas de moluscos terrestres (*Bulimus*). Os artefatos presentes nesses sítios são também de pedra (lascada e polida), osso (ou dentes e chifres) e conchas. Entretanto, há uma diferença em relação aos outros: a existência de alguns fragmentos cerâmicos. Esses sítios apresentam resquícios de um forte contato dos povos do interior com o litoral, pois também podem ser encontrados, além de ossos de animais da floresta, dentes de tubarão e restos de outros animais marinhos.



Os sambaquis fluviais tombados são encontrados em diversas cidades: Apiaí (6), Barra do Turvo (2), Eldorado (3), Iporanga (2), Itaóca (5) e Pedro de Toledo (2), sendo que os sítios *Batatal I*, *Batatal II* e *Batatal III*, localizados em Eldorado são os de maior relevância.

Os sítios cerâmicos e líticos estão localizados no interior do Vale do Ribeira, geralmente sobre colinas próximas aos rios principais, sempre em áreas florestais. Esses sítios revelam a existência de várias aldeias pré-históricas com cerca de 100 metros de diâmetro em média, constituídas por cabanas de tamanho variável.

Os grupos que viviam nesses lugares estavam relacionados à tradição Tupi-guarani e, geralmente, eram horticultores. Da vida cotidiana dos povos desses sítios, encontrou-se diversos artefatos líticos em pedra lascada e polida, como machadinhas, lascas, moedores, polidores, pontas de flecha e pilões, bem como exemplares de cerâmica, lisa ou trabalhada e decorada, como potes, tigelas, vasilhas e urnas funerárias. Aliás, estas constituem os elementos mais importantes desses sítios; em seus interiores encontram-se esqueletos humanos, localizados na própria aldeia (não mais no interior das cabanas, como nos sambaquis). São, ainda, comuns, o tembetá (enfeite colocado em furo embaixo do lábio inferior) e o cachimbo.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SÜTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA



Diferentes tamanhos e formas de pontas projeteis para caça e pesca.
Acervo: MAE-USP (Fotos: Wagner S. e Silva)



Urna funerária cerâmica.
Acervo: MAE-USP
(Foto: Wagner S. e Silva)



Ponta de flecha em sílex, no
fundo do Abismo Ponta de Flecha
(Foto: Ivo Karmann)

Os sítios cerâmicos, líticos e lito-cerâmicos formam a maioria dos sítios tombados pelo IPHAN no Vale do Ribeira, sendo que estão localizados nas cidades de Apiaí (69), Barra do Turvo (36), Eldorado (5), Iguape (2), Iporanga (33) e Ribeira (1). A maior parte desses sítios está em propriedade privada, o que dificultaria o seu uso para o turismo. Somente os sítios *Lage Branca*, *Pescaria* e *Tememina* (Apiaí) e *Santana* (Iporanga) estão localizados em áreas já utilizadas para o turismo.



A maioria do acervo arqueológico encontra-se em museus, especialmente o Museu Histórico e Arqueológico de Iguape, único localizado no Vale do Ribeira; o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em São Paulo; e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba.

6.2.2 A arquitetura do Vale do Ribeira

As casas do período colonial, encontradas no Vale, foram erguidas basicamente usando duas técnicas construtivas: pedra e cal e taipa-de-pilão²², ambas de origem portuguesa. Na época, não se pensava em estruturas de madeira devido à raridade das madeiras de lei na serra, além de seu difícil transporte.

De pedra e cal foram feitas as primeiras edificações do sul da Baixada Paulista, devido à facilidade na obtenção de pedras (encontradas em todos os tamanhos nos costões) e cal (obtida nos sambaquis e nas “ostreiras”). O tejupar, um rancho indígena de madeira guarnecido de palha, foi utilizado apenas em habitações provisórias.

Enquanto as casas de pedra e cal subiam o rio, as de taipa de pilão, dos bandeirantes, seguiam no caminho oposto. Os dois tipos de arquitetura encontraram-se em Ivaporunduva, cuja Igreja, do final do século XVIII, foi construída com pedra e cal pelos escravos e cuja casa do padre, hoje demolida, com taipa de pilão.

²² taipa-de-pilão: Técnica que permite a construção de paredes maciças socando-se barro em uma estrutura feita de madeira denominada taipal. Ao barro podem ser misturados estrume, fibras vegetais e cascalho para facilitar a “liga”. Também se pode incluir em sua espessura reforços longitudinais de madeira. As paredes de taipa-de-pilão podem chegar a ter entre 60 e 80 cm de espessura.



Casa de taipa-de-pilão. (Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira)

A arquitetura do litoral, ao contrário daquela do Planalto, era constantemente influenciada por Portugal. Quando a família real mudou-se para o Rio de Janeiro, a cidade passou a ser “fonte das novidades” e a ditar tendências não só na região como em todo o país. A cidade de Iguape, considerada a capital econômica do Vale na época, sofreu as mais variadas alterações, ficando com uma arquitetura totalmente mesclada, pois os estilos variavam de acordo com os construtores que ali chegavam.

Das construções do início da colonização, restaram apenas algumas ruínas de antigas capelas e obras de desvio de rios para o garimpo. Como exemplo, pode-se citar o antigo Arraial de Santo Antonio, que se encontra coberto por mata; algumas minas do Morro do Ouro e a antiga Capela da Freguesia de Xiririca.



É interessante ressaltar que as obras ligadas ao garimpo se caracterizavam por muros de arrimo em pedra que, desviando o curso dos rios, auxiliavam a extração de ouro de aluvião.

As construções mais intactas são as do ciclo do ouro e estão no centro histórico de Iguape, Iporanga e Cananéia, além da Capela de Ivaporunduva, construída há mais de duzentos anos.

O conjunto arquitetônico de Iguape, com suas edificações coloniais, a Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape (1787-1856) e a Igreja de São Benedito (1888), constitui o maior patrimônio histórico do Estado de São Paulo tombado pelo Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. O centro histórico abriga ainda a primeira casa de fundição de ouro no Brasil (1635), onde hoje funciona atualmente o Museu Histórico e Arqueológico da cidade.

O centro histórico de Iporanga destaca-se, particularmente, por suas ruas de paralelepípedo e pelas telhas de cerâmica do século XVIII ainda em uso no telhado de suas casas. A Igreja de Santana (1802-1946) abriga em seu interior sinos belgas doados por D. Pedro II.

A cidade de Cananéia também apresenta construções de interesse histórico, algumas, inclusive, tombadas pelo Condephaat. Destacam-se as edificações da Praça Martim Afonso de Souza e a Igreja de São João Batista (1577-1769).

No período colonial, além das casas térreas, cujo piso era de terra batido, surgiram os sobrados, que possuíam assoalho. Essas casas eram uniformes pois tinham que seguir padrões fixados em Cartas Régias, que faziam exigências para a fachada e a planta da casa (como, por exemplo, ter as salas de visitas e o comércio voltados para a via pública).

No final desse período, surgiram as casas com porão, tanto as térreas quanto os sobrados. Esses porões serviam de habitação para os escravos.



A partir de 1920, com a chegada dos imigrantes, as técnicas construtivas são aprimoradas e, então, aparecem os edifícios e as casas germinadas. Em 1950, surgem as construções modernas que sobrevivem até hoje.

Muitos remanescentes dessas construções encontram-se em bom estado de conservação e podem ser aproveitadas pelo turismo. Alguns exemplos são: Iguape, Cananéia, Registro e Apiaí.

6.2.3 - As festividades das cidades do Vale do Ribeira

Os calendários de eventos dos municípios do Vale do Ribeira estão repletos de festividades de toda a natureza (ver anexo). Como em muitas localidades distantes dos grandes centros urbanos, a piedade popular cristã inspira um grande número de festas religiosas dedicadas aos santos padroeiros, romarias e procissões que se distribuem ao longo de todo o ano, juntamente com as celebrações tradicionais da Semana Santa, Corpus Christi, Natal e Dia de Reis.

As duas grandes festas religiosas do Vale do Ribeira são, primeiramente, as festividades em homenagem ao Bom Jesus de Iguape, que incluem a Romaria que acontece em Peruíbe e a própria festa que acontece em Iguape, ambas no mês de Agosto. Em segundo lugar, celebrada no mesmo mês, a Festa de Nossa Senhora da Guia, a santa padroeira de Eldorado. Destacam-se também a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de Cananéia (15 de Agosto); a Festa do Divino em Barra do Chapéu, Eldorado, Itapirapuã Paulista, Jacupiranga (Maio e Junho); e a Procissão de São Pedro de Peruíbe e Eldorado (29 de Junho).

Ainda dentro da esfera religiosa, o Vale apresenta festividades herdadas dos imigrantes, como os japoneses que trouxeram para Registro a festa de Bom Dori, que celebra o encontro com os antepassados (Outubro), e Tooru Nagashi, ocasião em que se reverencia os mortos lançando barquinhos iluminados com velas no Rio ribeira de Iguape (Novembro).



A origem de muitos municípios do Vale do Ribeira esteve, de alguma forma, ligada ao tropeirismo. Inspiradas nesse passado, realizam-se cavalgadas e romarias de cavaleiros em lugares como Itapirapuã Paulista e Registro (datas móveis). Já a cultura caiçara, marcante nas localidades litorâneas, é celebrada em festividades como a Festa da Cultura Caiçara de Peruíbe (data móvel). Para homenagear tanto migrantes quanto imigrantes, Juquiá, no mês de Setembro, sedia a Festa da Imigração e Migração. São Lourenço presta uma homenagem especial à colônia japonesa, realizando no mês de Julho a Ondokay.

Obviamente, as festas folclóricas comuns em todo o território brasileiro também são encontradas no Vale, caso das inúmeras Festas Juninas e do Carnaval. Cada vez mais, a Festa do Peão de Boiadeiro ganha espaço e município como Barra do Turvo e Pariquera-açu já têm a sua. Mas, um dos grandes diferenciais do Vale do Ribeira são os Fandangos Culturais que acontecem durante todo o ano em Iguape. Na realidade, não se trata de uma festa, mas sim da apresentação de uma dança folclórica, o fandango, cujos participantes provêm das 45 famílias de quilombolas da região. O fandango pode ser dançado de tamancos, mas em Iguape, especificamente, há um modalidade que dança o “batido” sem tamancos.

Há ainda festas que têm na alimentação e produtos agrícolas regionais o seu principal tema. Pode-se citar: a Festa do Milho Verde em Barra do Chapéu (Março); a Festa do Sushi e a Festa do Queijo e Vinho em Registro (Maio); o Café Caipira em Jacupiranga (Maio); a Festa da Taíinha (Junho) e a Festa do Robalo em Iguape (Outubro e Novembro).

Finalmente, pode-se mencionar uma grande variedade de eventos esportivos que acontecem em quase todos os município do Vale e incluem, entre outros, maratonas, campeonatos de canoagem, motocross, bicicross. Um especial destaque pode ser dado à Ilha Comprida que tem sediado competições de pesca amadora, trekking, parakart, surf e rallys.



No mapa a seguir é possível visualizar os eventos culturais e esportivos que são realizados na região do Vale.

6.2.4 Artesanato

O Vale do Ribeira é considerado um tradicional pólo de artesanato do Estado de São Paulo. Na região, é possível encontrar uma grande variedade de peças confeccionadas com diferentes técnicas, tais como cestarias, tapeçarias, cerâmicas, pinturas e entalhes em madeira.

É interessante destacar a forte influência do passado indígena em algumas das peças ainda hoje produzidas em muitos municípios da região. Vasos e potes de cerâmica, semelhantes àqueles encontrados nos sítios arqueológicos, fazem parte do cotidiano de algumas famílias descendentes de índios, de quilombolas e de caiçaras em todo o Vale do Ribeira.

A marcante influência da cultura indígena pode ser vista em objetos feitos em cerâmica negra como jarras, panelas, cumbucas e moringas; as chamadas “panelas pretas”, confeccionadas e comercializadas por artesãos. Também encontram-se cestos confeccionados com bambu e cipó e, ainda, capachos e esteiras feitos com palha de milho e folha de bananeira.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA



Cerâmica de Itaóca e Apiaí



Panelas negras – artesanato caiçara

O município de Iguape destaca-se na produção de artesanato em barro. Ali, na comunidade do Jairê, as ceramistas utilizam uma pigmentação retirada da casca da árvore Jacatirão, nativa da mata atlântica. O tipo do forno utilizado nesse processo é chamado de "oeiro" ou forno de barranco. Trata-se de um buraco redondo cavado no chão onde são colocadas as peças que são recobertas por pequenos cacos, sobras das peças de queimas anteriores.

As fibras de bananeira têm um papel importante na vida das populações quilombolas. Com elas, são produzidas peças artesanais, com destaque para a tecelagem em fibras, que servem como uma importante alternativa econômica, já que os quilombos estão situados, na sua maioria em áreas de restrições ambientais.

A região do Lagamar concentra parte significativa da produção de artesanato em madeira, já que é dos mangues ali existentes que provém a principal madeira utilizada na confecção de esculturas (caxeta) e instrumentos musicais. Dentre estes últimos, destacam-se a rabeca e o cavaquinho ainda utilizados nas danças folclóricas do Vale, como a Catira, a Rejada e São Gonçalo.



No município de Apiaí, encontra-se o Museu do Artesanato. Ali é possível conferir um pouco das técnicas utilizadas pelos artesãos do Vale e da sua produção.

Para que se possa ter uma idéia melhor de como a produção artesanal se encontra distribuída ao longo do Vale, vide o mapa seguir.

6.2.5 Gastronomia

A geografia do Vale do Ribeira permite que a região incorpore aos seus hábitos alimentares as facilidades que o mar e o campo proporcionam. Assim, é possível encontrar na dieta das populações do Vale uma grande variedade de peixes marinhos (como por exemplo, azul marinho, robalo e tainha), bem como de peixes de rio e mamíferos, principalmente o porco.

As bananeiras, tão abundantes em toda a extensão do Vale, fornecem alguns dos elementos mais presentes nos pratos da culinária local: a banana e a folha de bananeira. Destacam-se o Azulado ou Azul Marinho encontrado em cidades costeiras como Cananéia, Ilha Comprida e Peruíbe (peixe seco com banana verde), a Paçoca de Carne Seca com Banana e a Moqueca de Manjuba na folha de bananeira, típicos de Iguape; sem mencionar os doces e bolos feitos com a fruta.

Somado às questões geográficas, as influências culturais são igualmente importantes. Percebe-se claramente a marca indígena nos muitos pratos à base de farinha de mandioca (bijus e farofas) e milho (pastéis, sucos, bolos e doces). Como não poderia deixar de ser, a imigração japonesa trouxe para a região vários hábitos e iguarias: o sushi, o sobá, o yakissoba e doces diversos que podem ser encontrados principalmente em cidades como Registro, Sete Barras, Pedro de Toledo e Itariri.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Há alguns pratos curiosos e que adquiriram fama na região. Um deles é a Sopa de Cascudo, elaborada de acordo com uma receita antiga (à base de molho de soja, pimenta e hortelã), e que ainda hoje é considerada uma das comidas preferidas dos caboclos. Pode ser encontrada em Iporanga e Ribeira. O outro é o Buraco Quente, um sanduíche de pão francês com molho de carne moída, típico da cidade de Pariqueira-açu.



7.0 OFERTA TÉCNICA

Um indicador importante do grau de desenvolvimento de uma região turística é a qualidade de sua oferta técnica. Essa oferta é composta pelos meios de hospedagem disponíveis, serviços de alimentação e demais serviços de suporte ao turista como, por exemplo: farmácia, postos de gasolina, borracharias, etc. Esses equipamentos são fatores importantes para o efeito multiplicador do turismo uma vez que contribuem para geração de emprego e renda. No caso do Vale do Ribeira, porém, a realidade identificada mostra que muitos estabelecimentos funcionam na ilegalidade. Não possuem os registros exigidos, não fazem as contratações de mão-de-obra dentro das normas da CLT, não pagam os impostos e por isso, acabam contribuindo pouco para a dinâmica econômica local.

Esse capítulo trará também a qualificação da infra-estrutura de acesso à região, em virtude de sua importância estratégica para o desenvolvimento do turismo.

7.1. Meios de Hospedagem

Embora a oferta de alojamentos hoteleiros e extra hoteleiros seja numericamente grande e, tipologicamente, diversificada indo desde de hotéis fazendas até pensões, a grande maioria dos estabelecimentos têm características simples. Apenas as cidades litorâneas e aquelas com potencial para turismo de negócio é que oferecem uma qualidade melhor de estabelecimentos.

Para melhor qualificar a oferta optou-se por utilizar como indicativo a presença, ou não, dos estabelecimentos no *Guia Quatro Rodas Brasil 2002*: o mais conceituado guia turístico impresso do país, que é produzido desde 1965 pela Editora Abril. Cadastra e categoriza estabelecimentos de hospedagem, utilizando metodologia e classificação próprias.



Como atualmente a classificação oficial dos estabelecimentos hoteleiros realizada pela Embratur apresenta falhas conceituais que estão sendo revistas, esse documento possui a mais confiável classificação de hotéis, pousadas e *flats* disponível²³. Ao todo, somente 20 equipamentos receberam menção. A grande maioria dentro da categoria mais simples (↔) Isso mostra a necessidade latente de melhoria da qualidade dos serviços da região.

Em 1998, o inventário identificou 277 meios de hospedam. A atualização de 2003 mostra uma pequena retração (240). Essa queda pode ser explicada pela área de abrangência do 1º e do 2º trabalho e pela metodologia aplicada. Enquanto no 1º inventário considerou-se o Município de Peruíbe em sua totalidade, este inventariou apenas o que fica na região da Juréia. Outro aspecto relevante é o foco da análise. Em 1998 fez-se um trabalho censitário buscando catalogar todo o universo de estabelecimentos. Agora, trabalhou-se qualitativamente buscando inventariar apenas o que cada Município tinha de melhor.

De uma maneira geral, percebe-se que a quantidade de equipamentos permaneceu estagnada. Apenas Ilha Comprida teve um aumento significativo, pulando de 21 para 34 estabelecimentos. Dentre as categorias inventariadas (hotéis-fazenda, hotéis urbanos, campings, pousadas e chalés) o segmento das pousadas foi o único que cresceu consideravelmente, saltando de 60 para 91 estabelecimentos em todo o Vale.

Em alguns municípios, o número nos meios de hospedagem teve um aumento significativo, como por exemplo, na Ilha Comprida, que pulou de 21 para 34 estabelecimentos, dentre as categorias inventariadas (hotéis-fazenda, hotéis urbanos, campings, pousadas e chalés).

²³ Para detalhes sobre a classificação, ver Anexo.



O tipo de estabelecimento que apresentou maior crescimento foi o das pousadas, que cresceu de sete em 1998 para dezesseis em 2002/03. A única pousada reconhecida pelo Guia 4 Rodas é a Pousada Samburá. Conta com 30 apartamentos equipados com cozinha e frigobar, possui estacionamento próprio, um toboágua, salão de jogos, duas piscinas, play ground e quadra poliesportiva.

O número de Chalés teve um pequeno aumento, pulando de dois em 1998 para seis em 2002. Dos hotéis urbanos do apenas um hotel é classificado: o Maré Alta, com 40 apartamentos, oferecendo ao hóspede serviço de bar, restaurante, salão de jogos, piscina e quadras de tênis e vôlei. O hotel possui também um lago para recreação e lazer.

No município de Iguape, a quantidade de equipamentos não teve grande variação. Eram dezenove equipamentos inventariados em 1998 e agora a cidade possui vinte e um. Mas, a qualidade da sua oferta é, talvez, uma das melhores da região. Cinco meios de hospedagem são reconhecidos pelo Guia 4 Rodas Brasil. Com a melhor classificação está o Quatinga, inaugurado em 2001. Localizado num parque, com vista privilegiada, a pousada possui apenas quatro quartos, que contam com frigobar e TV, estacionamento próprio, sauna, lago, caiaques, cavalos e quadra de tênis.

Além do Quatinga, foram classificados o Solar Colonial Pousada, aberto em 1989, com treze apartamentos, que contam com frigobar, telefone e estacionamento próprio; e também a Pousada Casa Grande, aberta desde 1993, com onze apartamentos, telefone, TV e estacionamento.



Em hotéis urbanos, apenas 2 aparecem registrados no Guia Brasil, o Enseada Park, inaugurado em 1999, com quinze apartamentos, que contam com ar condicionado, frigobar e TV, além de salão de jogos e piscina, e o Portal da Juréia, aberto desde 2001, com onze apartamentos, cozinha e frigobar. O hotel ainda oferece estacionamento próprio e piscina.

No município de Cananéia, observa-se que a oferta de equipamentos pouco variou. Eram 28 estabelecimentos em 1998, e são agora 27. Algumas pousadas merecem destaque por terem sido classificadas. São elas: a Pousada Caropá, a Pousada Marazul e a Pousada Bom Abrigo. Além disso, na área urbana é citado também o Golfinho Plaza Hotel.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Tabela 01: Meios de Hospedagem – Comparativo 1998/2002

Município	Demais Empregos Ocupados				Variação 2001/1995
	1991	1995	2000	2001	
Cananéia	31	58	112	124	114%
Iguape	286	175	181	176	1%
Pariquera-Açu	67	229	297	308	34%
Ilha Comprida	-	1	0	-	-100%
Tapiraí	71	106	134	142	34%
Registro	1.347	1.458	972	960	-34%
Juquiá	510	495	789	690	39%
Sete Barras	113	496	611	601	21%
Barra do Turvo	13	19	11	22	16%
Cajati	-	571	527	513	-10%
Jacupiranga	243	454	639	620	37%
Eldorado	65	332	507	550	66%
Iporanga	74	9	5	4	-56%
Miracatu	100	436	489	526	21%
Juquitiba	93	131	20	18	-86%
S. Lourenço da Serra	-	62	51	52	-16%
Itariri	116	466	257	318	-32%
Pedro de Toledo	14	40	57	101	153%
Apiáí	108	181	908	1.035	472%
Barra do Chapéu	-	49	27	12	-76%
Itaóca	-	2	4	2	0%
Itapirapuã Paulista	-	16	8	7	-56%
Ribeira	65	30	14	10	-67%
TOTAL DO VALE	3.316	5.816	6.620	6.791	17%
Est. de São Paulo	745.777	379.865	312.872	310.632	-18%

Fonte: Inventário Turístico/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira



Nota-se, ainda, na tabela que no município de Eldorado ocorreu o surgimento de três pousadas de 1998 para 2002. Apenas uma aparece no Guia Brasil, a Pousada Encontro das Águas, que possui uma piscina natural para banho e também uma trilha dentro da pousada, além dessa, o Hotel Pirâmide também possui classificação pelo Guia Brasil e pode ser considerado uns dos melhores de Eldorado. No seu interior possui uma pirâmide que da luminosidade ao interior do hotel

Já, no município de Iporanga o aumento foi bastante significativo, principalmente, no número de pousadas, que de dez em 1998 passou para dezessete em 2002. Desse universo, apenas duas estão no Guia: a Pousada das Cavernas e a Pousada Iporanga. A cidade possui também um hotel classificado: o Hotel Fazenda Gamboa.

Registro também se destaca pelo número e qualidade de sua oferta técnica. Ao todo, o Guia recomenda 3 estabelecimentos dos 10 inventariados. São eles: Lito Palace, Estoril Palace e Regis II.

A diversidade de tipos de instalações, serviços, localizações e tarifas mostra a adaptabilidade da oferta hoteleira aos vários tipos de turistas que hoje freqüentam a região. Pode-se dizer que existem, basicamente, 3 tipos de equipamentos: O primeiro voltado para o público de sol e praia (localizado nas cidades do litoral), o segundo que trabalha, principalmente, com o público de ecoturismo e o terceiro, localizado nos municípios que são a extensão da região metropolitana e que atendem, principalmente, o turista de negócios.

Os Municípios que sediam os menores e mais simples equipamentos, não aparecem no Guia 4 Rodas. São eles: Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Sete Barras, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo, Itaóca, Ribeira, Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Os equipamentos melhor estruturados encontram-se em Registro, Iguape, Iporanga, Eldorado, Ilha Comprida e Cananéia.

A diferença na metodologia dos dois inventários dificulta a realização de análises mais específicas, como mostra o quadro a seguir que identifica a evolução do número de leitos por município.

As características de sazonalidade em todos os Municípios são bastante similares. Pode-se dizer que existem dois pontos de pico, concentrados no período de férias escolares. Dezembro, janeiro e julho são os meses de maior ocupação hoteleira, correspondendo à alta temporada. Fevereiro apresenta uma ocupação mediana, mostrando que o ritmo de queda é menor após a alta temporada de início de ano se comparada à queda observada em agosto. Os meses de março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro são tidos como baixa temporada.

O grau de utilização de tecnologia na administração e na operação dos estabelecimentos hoteleiros varia principalmente de acordo com o tamanho dos mesmos. Mas, na grande maioria ela não existe.

A existência de alojamentos extra-hoteleiros é significativa em relação às residências secundárias, imóveis para aluguel e Campings. A importância das residências secundárias nos municípios litorâneos é grande. Proporcionalmente ao total de domicílios, a presença dessas residências é mais significativa nos Municípios, Ilha Comprida, Cananéia e Parquera-Açu.

O tipo de construção das residências secundárias varia bastante, indo desde casas simples, com valor de venda inferior a R\$ 50 mil, até construções com valor superior a R\$ 400 mil. Em alguns Municípios litorâneos existem bairros inteiros nos quais as construções existentes são, em sua maior parte, utilizadas como residências secundárias.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Tabela 02: Meios de Hospedagem – Número de Leitos Comparativo 1998/2002

Municípios	1998 ¹			2002 ²		
	Estabelec. ³	Nº de Leitos	Nº médio de leitos	Estabelec. c. ³	Nº de Leitos	Nº médio de leitos
Apiáí	06	262	44	06	306	51
Barra do Chapéu	02	33	17	02	15	7
Barra do Turvo	05	195	39	04	231	58
Cajati	03	182	61	03	251	84
Cananéia	38	1.534	40	12	432	36
Eldorado	05	219	44	05	210	42
Iguape	23	1.228	53	13	657	51
Ilha Comprida	87	4.795	55	92	2.536	27
Iporanga	12	505	42	20	998	50
Itaóca	02	24	12	03	28	9
Itapirapuã Paulista	02	28	14	D/N	64	D/N
Itariri	04	312	78	D/N	D/N	D/N
Jacupiranga	06	161	27	03	103	34
Juquiá	04	98	25	04	111	28
Juquitiba	08	357	45	17	1492	88
Miracatu	06	195	33	05	234	7
Pariquera-Açu	03	70	23	03	69	23
Pedro de Toledo	02	104	52	04	148	37
Registro	05	392	78	D/N	D/N	D/N
Ribeira	01	08	08	02	45	23
São Lourenço da Serra	05	409	82	04	186	47
Sete Barras	02	48	24	02	22	11
Tapiraí	05	120	24	10	280	28

Fonte: Inventário Turístico/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira -

DN=Dado Não disponível; ¹ O inventário de 1998 teve um caráter censitário, representando então o universo total de equipamentos disponíveis; ² O inventário de 2002 teve um caráter qualitativo, representando portanto uma amostra do universo identificado em 1998; ³ a diferença entre o número de equipamentos dessa tabela com a anterior deve-se ao fato de que nem todos os equipamentos quantificados foram visitados



A existência de imóveis para aluguel turístico está bastante ligada à presença de residências secundárias. Deste modo, a distribuição deste tipo de fenômeno segue a mesma dos domicílios de uso ocasional (nome dado pelo IBGE às residências secundárias).

7.2. Serviços de Alimentação

Os inventários realizados nos anos de 1998 e 2002 dividiram os serviços de alimentação em: restaurantes, bares e padarias.

Ao contrário do que aconteceu com os equipamentos de hospedagem, o inventário realizado em 2002 mostrou um pequeno aumento no número de estabelecimentos de alimentação. Enquanto em 1998 existiam 310 estabelecimentos (bares e restaurantes), agora registram-se 399. Esse crescimento caracteriza-se, majoritariamente, pela aumento significativo do número de bares que saltou de 41 para 145 estabelecimentos.

Os municípios que se destacam pelo incremento da oferta de estabelecimentos são Iguape, que saltou de 8 para 34 restaurantes em 2002, Registro e Miracatu, que passaram a contar com 6 restaurantes a mais cada um. Já, no município de Ilha Comprida, houve uma diminuição substancial registrando-se 19 restaurantes a menos do que em 1998. A única cidade onde não se percebe alterações é Sete Barras.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Tabela 03: Equipamentos de Alimentação – Comparativo
1998/2002

NOME	Restaurantes 98	Restaurantes 02	Bar 98	Bar 02
Apiáí	16	9	0	0
Barra do Chapéu	3	2	0	10
Barra do Turvo	4	5	2	2
Cajati	12	17	0	3
Cananéia	11	14	3	3
Eldorado	17	11	1	4
Iguape	8	34	1	1
Ilha Comprida	28	9	5	13
Iporanga	11	13	5	7
Itaóca	2	4	4	16
Itapirapuã Paulista	3	2	4	8
Itariri	6	9	1	7
Jacupiranga	10	13	2	3
Juquiá	6	7	1	2
Juquitiba	7	5	0	1
Miracatu	14	20	1	15
Pariquera-Açu	7	9	4	3
Pedro de Toledo	6	4	0	9
Registro	17	23	1	1
Ribeira	7	5	2	9
São Lourenço da Serra	8	11	0	1
Sete Barras	5	5	1	1
Tapiraí	10	15	1	10
Sub-total	218	246	39	129

Fonte: Inventário Turístico/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira -



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

**TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA**

Embora os restaurantes tenham um grande potencial de atração de turistas, poucos são aqueles efetivamente preparados para recebê-los, em virtude da pequena capacidade física (poucos restaurantes têm mais do que 30 mesas não comportando, por isso, grande quantidade de pessoas). A tabela abaixo mostra a evolução da capacidade de atendimento , por município.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Tabela 04 : Evolução da capacidade física dos serviços de alimentação

Município	1998 ¹					2002 ²				
	Restaurantes ⁵	Média de mesas ³ p/ restaurante	Total de mesas disponíveis	Lotação média por restaurante	Lotação Total do Município	Restaurantes ⁵	Média de mesas por restaurantes	Total de mesas disponíveis	Lotação média por restaurante. ⁴	Lotação Total do Município
Apiáí	7	14	100	57	402	4	12	47	48	188
Barra do Chapéu	2	2	5	11	22	2	3	7	12	84
Barra do Turvo	8	33	262	131	1.050	2	9	19	36	76
Cajati	8	17	135	67	538	5	19	92	76	368
Cananéia	24	15	364	61	1456	6	22	127	88	508
Eldorado	6	25	150	100	600	7	30	144	120	576
Iguape	11	18	192	70	766	21	13	266	52	1.064
Ilha Comprida	21	27	564	107	2.256	9	28	244	112	976
Iporanga	7	16	113	64	451	3	23	69	92	276
Itaóca	2	5	10	20	40	3	13	38	53	152
Itapirapuã Paulista	2	7	15	30	60					
Itariri	8	28	223	111	890					
Jacupiranga	5	33	163	130	650	2	27	53	108	212
Juquiá	7	17	119	68	474	9	21	192	84	768



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL
DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Juquitiba	8	14	112	56	445	5	20	100	80	400
Miracatu	13	26	339	104	1.352	15	30	439	120	1.756
Pariquera-Açu	6	25	150	100	600	9	28	250	112	1.000
Pedro de Toledo	4	11	44	44	175	4	10	40	40	160
Registro	13	46	597	184	2.388					
Ribeira	2	6	13	25	50	2	20	39	80	156
São Lourenço da Serra	6	25	147	98	585	11	33	362	132	1.448
Sete Barras	2	11	23	45	90	2	16	32	64	128
Tapiraí	4	7	30	30	120	8	11	84	44	336

Fonte: Inventário Turístico/Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira -

¹ O inventário de 1998 teve um caráter censitário, representando então o universo total de equipamentos disponíveis; ² O inventário de 2002 teve um caráter qualitativo, representando portanto uma amostra do universo identificado em 1998; ³ Dados estimados a partir do inventário de 1998, considerando-se mesa de 4 pessoas; ⁴ Dados estimados; ⁵ a diferença entre o número de restaurantes dessa tabela com a anterior deve-se ao fato de que nem todos os equipamentos quantificados foram visitados



Como alternativa para definir a qualidade dos estabelecimentos inventariados optou-se por buscar informações complementares no "Guia Quatro Rodas", fonte reconhecidamente respeitável quando se trata de avaliação de equipamentos e serviços turísticos. Detectou-se que o número de restaurantes classificados é muito inferior ao que foi detectado no inventário. Isso mostra que quando se aplica uma metodologia onde se qualifica somente os melhores restaurantes do município levando-se em consideração a qualidade da cozinha, o serviço, o preço e a limpeza, prioritariamente, a grande maioria fica excluída. Os restaurantes que mereceram destaque no Guia foram: Tuk's, de Apiaí; Ararapira e Naguissa do Silêncio em Cananéia; Panela Velha e Itacurumins em Iguape; Mara, em Ilha Comprida e Cheiro Verde em Tapiraí. Isso comprova que a qualidade e a oferta de serviços de alimentação turísticos ainda é bastante incipiente na região.

Em geral, a localização dos estabelecimentos dentro da cidade é o fator determinante da demanda. Restaurantes à beira-mar, por exemplo, tendem a receber demanda tipicamente turística. Porém, em alguns casos, esse tipo de localização também pode estar ligado à demanda de lazer dos próprios moradores locais. O que se percebe é que os municípios tem características próprias que precisam ser consideradas. Juquiá, por exemplo, tem seu público alvo formado, em sua maioria, por caminhoneiros que transitam pela BR 116.

Nos municípios litorâneos os estabelecimentos de alimentação situados à beira-mar não são compostos apenas por restaurantes, mas também por "barracas de praias". Estes equipamentos são restaurantes adaptados à localização, oferecendo um cardápio diferenciado composto por peixes e frutos do mar. O tamanho dos estabelecimentos e a qualidade dos serviços são bastante variáveis (fato comprovado através do Guia quatro rodas, que cita somente os restaurantes considerados de melhor qualidade).



O restaurante Cheiro Verde, por exemplo - um dos poucos identificados no Guia quatro rodas - possui como diferencial a localização, situando-se dentro de um parque.

Alguns aspectos favoráveis que podem ser identificados através do inventário qualitativo (2002), é a variedade de cozinhas dos restaurantes: pizzarias, churrascharias, especializados em comida caseira, frutos do mar, comida típica, feijoada, comida italiana, comida alemã, comida japonesa, carne de porco e até batata suíça (recheada).

Com relação aos bares, alguns municípios apresentaram um aumento significativo, em números, de 1998 para 2002. Destacam-se os municípios de Barra do Chapéu (de 0 para 10); Ilha Comprida (de 5 para 13); Itaóca (de 4 para 16); Miracatu (de 1 para 15), Ribeira (de 2 para 9) e Tapiraí (de 1 para 10). Ressalta-se porém que, como, ocorreu com os restaurantes, podem ocorrer algumas distorções pela mudança de enfoque de 1998 (quantitativo), para 2002 (qualitativo).

7.3. Outros Serviços

A oferta de serviços formais de agenciamento receptivo está restrita a poucos Municípios. Apenas em Apiaí, Cananéia, Barra do Turvo, Eldorado, Ilha Comprida, Iporanga, Miracatu e Peruíbe encontram-se essas empresas.

Todas as agências que trabalham com receptivo atuam localmente, não existindo empresas com sede fora da região. A comercialização dos produtos é feita por operadoras e agências dos grandes mercados emissores e às empresas locais cabem os pequenos serviços. Nos demais Municípios, os monitores ambientais têm um papel importante no suprimento dessa carência de serviço.



De uma maneira geral, demais serviços de apoio ao turista podem ser encontrados em toda a região. Todos os municípios possuem serviços bancários, postos de gasolinas, mecânicas, farmácias, correio e serviços de saúde.

7.4. Acessos

Quanto à infra-estrutura de acesso à região, considera-se que a malha rodoviária é bastante deficitária. A rede de estradas é centralizada na BR-116, que é um eixo de ligação internacional (“Estrada do Mercosul”), mas que ainda não foi totalmente duplicada. Esta rodovia ainda apresenta vários problemas: falta de sinalização adequada, conservação, finalização dos acessos aos municípios e de passarela para pedestres.

As estradas que fazem as ligações regionais são poucas e mal conservadas. Como exemplo podem ser citadas as rodovias Juquiá-Piedade (importante via de acesso para o mercado de Campinas) e Apiaí-Capão Bonito. Embora tenham passado por recente manutenção, continuam sendo vias perigosas, sem acostamento aumentando o tempo de deslocamento. Além disso, destaca-se o acesso ao planalto, partindo de Sete Barras até São Miguel Arcanjo, em fase de perenização e o acesso de Iporanga a Apiaí, chegando ao município de Ribeira, que poderiam se transformar em estradas verdes, ou estradas parques, com fluxo controlado, como existem em diversas partes do mundo e que são, por si só, um atrativo turístico.

O transporte marítimo/hidroviário é importante, tanto que existem diversas balsas operadas pelas prefeituras e pelo governo estadual (DERSA). Já, o transporte ferroviário, que parte de Santos até Cajati, está praticamente em desuso, principalmente no que diz respeito ao transporte de passageiros.



8.0 DEMANDA EFETIVA E POTENCIAL

O estudo, apesar de considerar todos os segmentos de turismo que podem ser desenvolvidos na região, priorizou a identificação do perfil da demanda eco-turística, em virtude de sua importância estratégica.

Os resultados apresentados foram obtidos através de pesquisas realizadas com agências e operadoras que atuam no ramo do ecoturismo, bem como pesquisas feitas com base em dados secundários, como sites, livros e publicações.

Os objetivos que nortearam essa pesquisa foram:

- Identificar, sob a óptica dos operadores, os pontos fortes e fracos no que tange às condições turísticas da região do Vale do Ribeira que dificultam ou auxiliam a atividade;
- Identificar os principais roteiros turísticos que constituem os destinos concorrentes aos potenciais produtos turísticos do Vale;
- Analisar o perfil da demanda por pacotes ecoturísticos no Brasil, e, compará-la com a demanda atual do Vale do Ribeira;
- Levantar as características qualitativas e quantitativas da demanda turística atual da região.;
- Identificar qualitativamente as opiniões das empresas sobre o desenvolvimento do mercado de viagens recentemente e as tendências para os próximos anos.

Em primeiro lugar, identificou-se o universo de empresas de turismo emissor que operam roteiros de ecoturismo.



As cidades de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Campinas, São José dos Campos, Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba, Santos, Guarujá e Curitiba, devido a proximidade com algumas regiões do Vale, foram as cidades escolhidas para a realização da pesquisa, totalizando um universo de 60 agências. Metade desse número era composto por empresas da capital paulista.

A equipe de pesquisadores fez contato telefônico com as agências e operadoras fora da cidade de São Paulo, visitou as agências localizadas na capital com o objetivo de preparar e orientar os entrevistados para o preenchimento da pesquisa. Em seguida, os questionários foram enviados para todas as agências, via fax e em sua maioria via e-mail. O retorno foi de 15 pesquisas com informações suficientes para serem incluídas neste estudo.

Presume-se que o baixo índice de retorno dos questionários, principalmente da cidade de Curitiba, seja explicado por três fatores: falta de informação das empresas sobre o "Destino Vale do Ribeira", o pouco interesse em participar da pesquisa pela não conscientização da importância do estudo que está sendo realizado, além dos períodos de alta temporada (férias de janeiro e carnaval, época em que as pesquisas foram realizadas) que fizeram com que as empresas dessem prioridade à venda dos pacotes.

Embora pequena, a amostra é suficiente para dar ao estudo o caráter qualitativo necessário para o embasamento das proposições que virão a seguir.

Foram realizadas também pesquisas com base em dados secundários, devido à dificuldade encontrada em obter informações a respeito do turismo na região em estudo.



Além da análise qualitativa, o estudo foi complementado com dados quantitativos que auxiliaram na estimativa do fluxo turístico da região, uma vez que não existem dados sistematizados. Recorreu-se ao controle de tráfego realizado pelos postos da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, bem como praças de pedágio localizadas em pontos estratégicos que indicaram o fluxo de veículos na região.

A análise dos dados dá a indicação do fluxo de visitantes em algumas cidades do Vale, em diferentes épocas do ano, como férias de janeiro e julho, feriados e baixa estação. Outra fonte de informação foram os eventuais estudos de demanda realizados pelas prefeituras das principais cidades turísticas do Vale, como Iguape, Ilha Comprida, Cananéia e Registro.

8.1. Ecoturismo no Brasil e o Vale do Ribeira

Uma das principais atividades econômicas do mundo, na atualidade, é o turismo. Entre 1970 e 1990 o turismo mundial cresceu aproximadamente 260%, segundo dados da OMT - Organização Mundial do Turismo. Nenhuma outra atividade comercial ou industrial no planeta tem crescido tanto em tal espaço de tempo.

O ecoturismo destaca-se nesse contexto como o segmento que apresenta maior crescimento, resultando no incremento da oferta e demanda por destinos ecoturísticos²⁴.

²⁴ Brasil – MMA, 1994 – Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo



Segundo dados projetados pela OMT, o ecoturismo já é praticado por cerca de 5% do contingente total de viajantes, com perspectivas de um crescimento acima da média do mercado turístico convencional (cerca de 20% por ano), transformando-se num dos mercados mais promissores, principalmente em países com significativas reservas naturais, como os da América Latina.²⁵

Em 1994, em Diretrizes para um Programa Nacional, o ecoturismo foi definido como *“ Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”*; já em Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo (Secretaria do Meio Ambiente, 1997), o ecoturismo é definido como,

“...a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”, porém a concepção predominante neste setor o interpreta como sendo

*“...toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas”*²⁶

É incontestável o fato de que o turismo sofreu vários impactos na última década, especialmente pelas crises econômicas internacionais e pelos recentes atentados terroristas. Prova disso é que, em 1999, a receita cambial gerada pelo turismo mundial foi de aproximadamente U\$ 455 bilhões de dólares. Em 2000 esse número cresceu para U\$ 477 bilhões caindo, em 2001, para U\$ 472 bilhões. (Decréscimo de 1,23%).²⁷

²⁵ <http://www.world-tourism.org>

²⁶ São Paulo – SMA, 1997. Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo

²⁷ OMT - receita cambial gerada pelo turismo no mundo - 2001



O ano de 2001 teve um crescimento inferior aquele projetado pela OMT. Já, em 2002, o turismo mundial mostrou recuperar-se e cresceu 3,1%. A OMT afirma que essa tendência de alta deve se manter pelos menos até 2004. Dentre os diversos tipos de turismo, o ecoturismo é o que apresenta maior perspectiva de incremento. As estimativas anuais de crescimento ficam entre 10% e 30% (Kallen, 1990; Vickland, 1989).

No Brasil o ecoturismo só começou a chamar a atenção das autoridades administrativas governamentais no final da década de 1980, e passou a ser realmente reconhecido para o mercado nos meados da década de 1990, com o surgimento de mais profissionais da área, com empresas de turismo emissor e receptor especializado em ecoturismo.

A pesquisa identificou que existência de demanda para os atrativos no Vale fez crescer o número de empresas que operam pacotes na região, embora o número e o volume de passageiros ainda seja bastante pequeno.

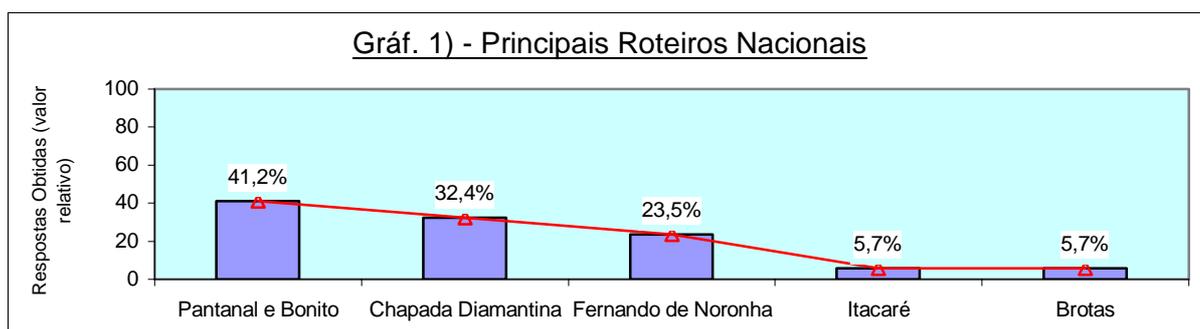
8.2. As Agências e Operadoras de Ecoturismo

O comportamento do segmento do ecoturismo no Brasil será apresentado, a seguir, através da análise do perfil das agências e operadoras de ecoturismo que foram pesquisadas.



8.2.1. Perfil das Agências

O gráfico 1 mostra que os principais roteiros operados, atualmente, são: Pantanal e Bonito, seguidos por Chapada Diamantina, Fernando de Noronha, Itacaré e Brotas.



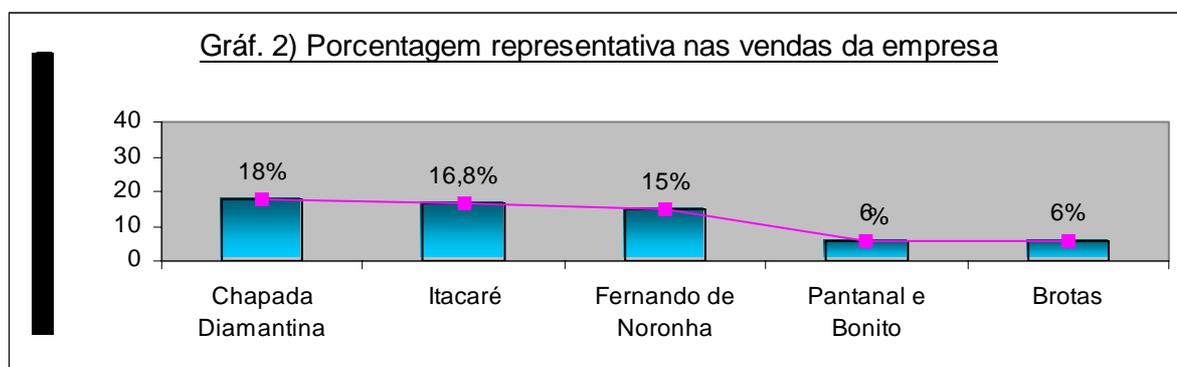
Nota-se que os principais roteiros nacionais de ecoturismo procurados pela demanda paulista são aqueles localizados em regiões de Natureza exuberante e com a presença de atrativos relacionados à água: os rios no Pantanal, as cachoeiras na Chapada Diamantina, Fernando de Noronha, que conta com belíssimas praias, assim como Itacaré e, finalmente, Brotas bastante conhecida por sua vocação ecoturística. (O Rio Jacaré, é o atrativo principal da cidade. Nele são realizadas atividades de esportes radicais, como *rafting* e *bóia-cross*).

Além dos cinco roteiros acima, também foram citados outros destinos, como Ubatuba, Tapiraí e Lagamar, localizados em São Paulo, que tiveram uma significativa representação, devido ao fato das pesquisas terem sido realizadas majoritariamente na capital paulista. Vale lembrar que, somando-se os roteiros localizados dentro do Estado de São Paulo, chega-se a um número bastante elevado de citações (51,9%) o que nos permite concluir que a capital paulista é um importante pólo emissor para a região.

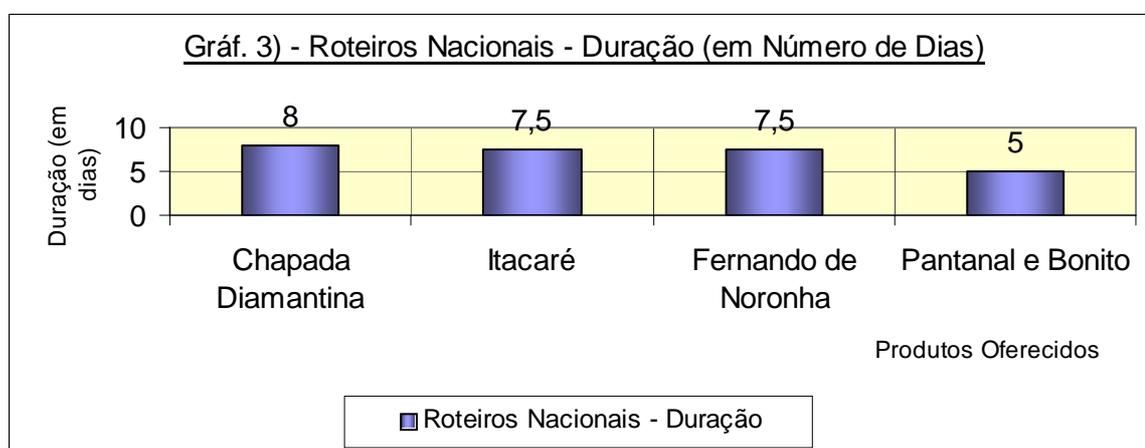


No que diz respeito à representatividade de venda de cada roteiro, nota-se, no gráfico a seguir, que os principais produtos comercializados estão localizados na região Nordeste. Chapada Diamantina, Itacaré e Fernando de Noronha são, respectivamente, as três principais vendas das agências e operadoras entrevistadas.

Esses três destinos, juntos, correspondem a quase 50 % do total do universo pesquisado.



O sucesso das vendas dos roteiros nordestinos deve-se, em grande parte, à forte campanha publicitária que tais destinos vêm desenvolvendo nos últimos anos, especialmente junto à população do sudeste, bem como ao aumento, a partir da década de 90 de empresas que comercializam tais produtos.



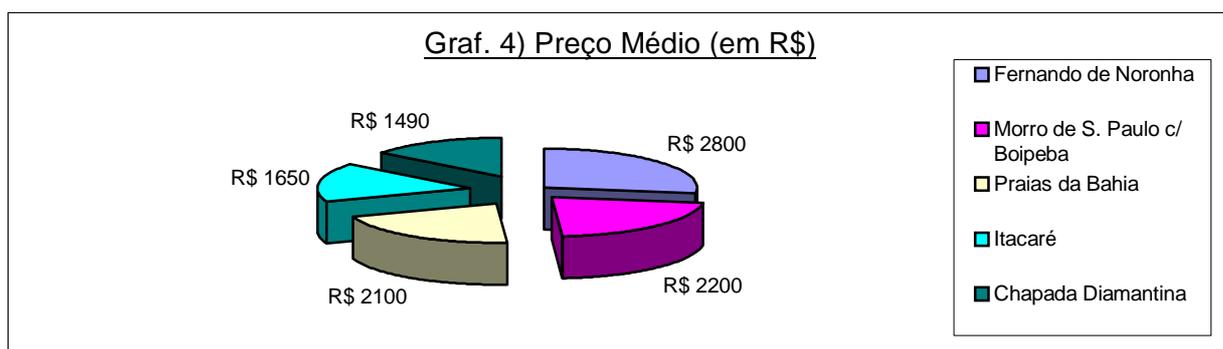


O gráfico acima mostra que os roteiros localizados na região Nordeste são aqueles que têm mais tempo de duração. Itacaré e demais praias da Bahia são roteiros que levam em média oito dias para serem realizados; Fernando de Noronha, Morro de São Paulo e Boipeba levam, geralmente, sete dias e meio.

A principal razão para a duração elevada de tais pacotes é a grande distância dos principais pólos emissores de turistas, localizados no Sul e Sudeste. Outros destinos também citados foram Ubatuba e Brotas, ambos com uma duração menor, entre dois e quatro dias.

É interessante ressaltar que para a região norte-nordeste do Vale do Ribeira, especialmente Itariri e Peruíbe, são oferecidos pacotes de ecoturismo com um dia de duração, constituídos, principalmente, da exploração de trilhas ecológicas pela região.

Esses pacotes, de curtíssima duração, são bastante requisitados e mostram o elevado interesse pela aquisição de roteiros curtos, uma vez que, o tempo disponível para os habitantes das grandes metrópoles é cada vez menor – muitas vezes restringindo-se a um dos dias do final-de-semana.

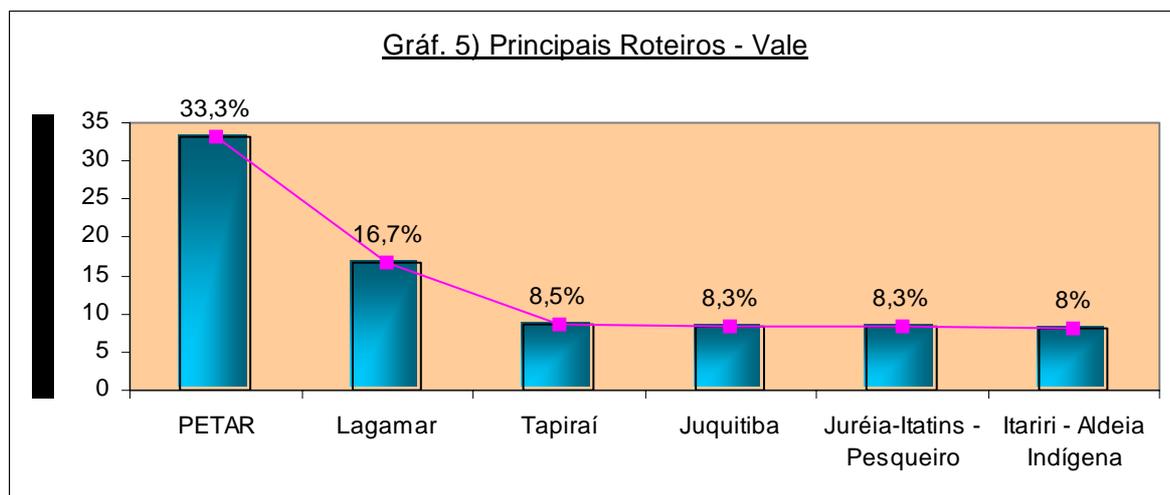


No gráfico 4, referente aos preços médios dos roteiros operados, infere-se que os mais custosos são aqueles que se localizam mais distantes dos grandes centros emissores.



Os cinco destinos mais caros localizam-se na região Nordeste: Fernando de Noronha; a Ilha de Boipeba conjugada com o passeio até o Morro de S. Paulo na vizinha Ilha de Tinharé; Itacaré, destino baiano que vem crescendo há cerca de três anos; e a Chapada Diamantina, situada na região central do estado baiano; além das praias da Bahia de um modo geral.

A distância significativa entre os destinos mais procurados e o centro emissor leva ao encarecimento de preço de venda, uma vez que é necessária a inclusão do transporte, especialmente o aéreo.



De acordo com o gráfico acima, podemos observar, No Vale do Ribeira, os destinos mais comercializados são: o PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, com 33,3% das citações, localizado na cidade de Iporanga, região reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e considerada piloto para projetos de conservação, pesquisa e desenvolvimento sustentado²⁸, em seguida o Lagamar, com 16,7%, uma enorme planície sedimentar marcada por morros, restingas, manguezais, canais e mares interiores, onde várias ilhas completam a paisagem dessa região que é composta, no Estado de São Paulo, por Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariquera-Açu, e que apresenta uma beleza natural inigualável.

²⁸ www.iporanga.sp.gov.br

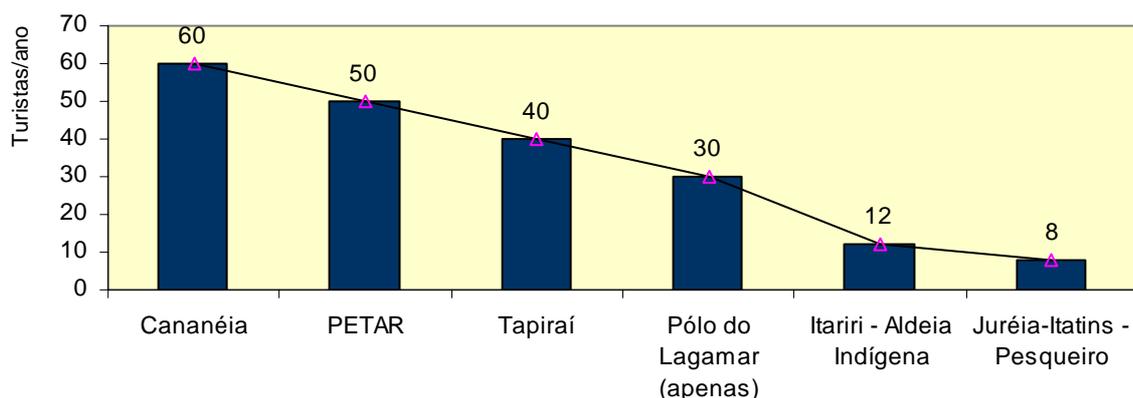


O PETAR, localizado na região sul do Estado vem se firmando com um importante centro de ecoturismo, principalmente pelas suas raras formações geológicas com mais de 250 cavernas identificadas, como a famosa Caverna Santana. Tem recebido um número crescente de visitantes, o que torna ,cada vez mais necessária, a realização de estudos de capacidade de carga para o manejo dos impactos ambientais causados.

A Caverna do Diabo, que pertence ao Parque Estadual de Jacupiranga, é a maior caverna do Estado de São Paulo.

A cidade de Tapiraí, citada com 8,5% do total, vem se destacando como um dos novos pólos de ecoturismo do Estado, em virtude de seus atrativos naturais, como as belíssimas cachoeiras, em especial a Cachoeira do Chá, cartão postal da cidade, além da possibilidade da prática de *bóiacross*, *cannyoning*, *rapel* e *trekking*. Percebe-se, na cidade, a preocupação com uma eventual degradação dos atrativos, tanto que, vem desenvolvendo monitoria preventiva através da AMATA - Associação dos Monitores Ambientais de Tapiraí.

Gráf. 6) Número de turistas em roteiros do Vale do Ribeira





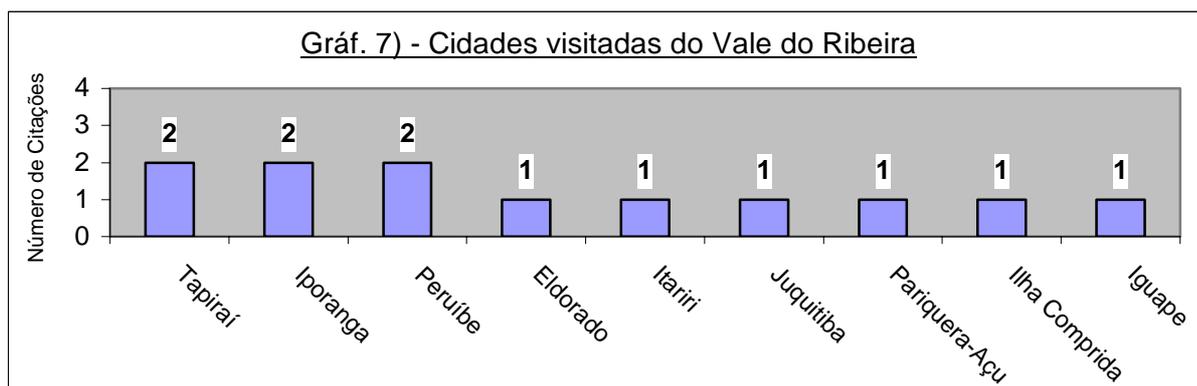
AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Entretanto, em relação ao número de turistas no Vale do Ribeira, verificou-se, através das entrevistas com as operadoras, que a maior parte delas não opera regularmente os roteiros para o Vale: apenas fazem viagens esporádicas quando encomendadas por escolas, faculdades ou outros grupos específicos. Algumas empresas admitiram ficar um ano inteiro sem realizar viagens para a região, ao passo que em outros anos realizam uma ou duas viagens curtas.

Isso mostra a falta de conhecimento dos turistas a respeito dos atrativos da região, bem como, também, evidencia o despreparo do emissivo da cidade de São Paulo, por não ter produtos formatos e calendários de viagens regulares e bem organizados.

Observa-se no gráfico 7 que as cidades do Vale mais visitadas são Tapiraí, Iporanga e Peruíbe, seguidos por Eldorado, onde se localizam várias cavernas do Vale do Ribeira, Juquitiba, onde se pratica *rafting* no Rio Juquiá, seguidos por municípios da região do Lagamar.

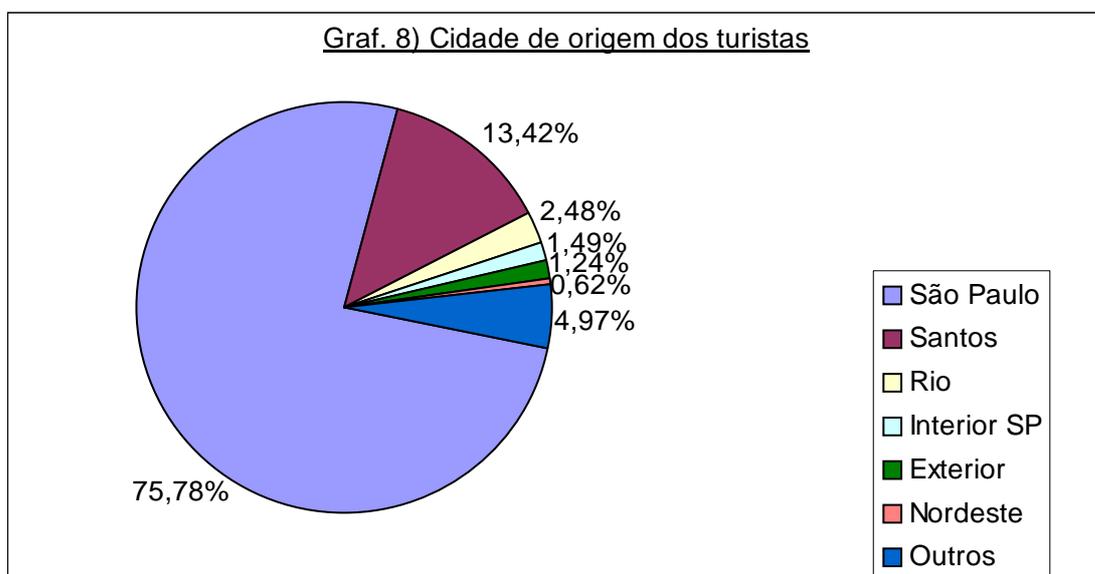




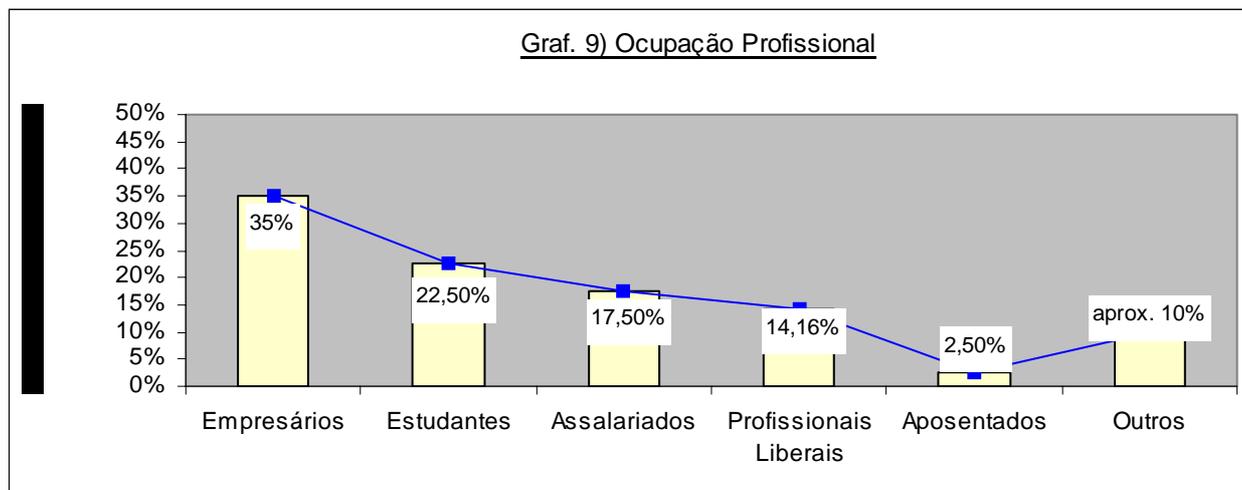
8.3 . Perfil de Público das Empresas

Entrevistadas

A pesquisa mostrou que 75,78% dos ecoturistas são provenientes da capital paulista, em segundo lugar, com 13,42% do total, estão os clientes de Santos, região bastante próxima do Vale do Ribeira. Turistas do Rio totalizaram 2,48% dos viajantes, e o interior de São Paulo, o Nordeste e o Exterior tiveram aproximadamente 1% cada. Outros locais somaram 5%, como pode-se observar no gráfico abaixo.



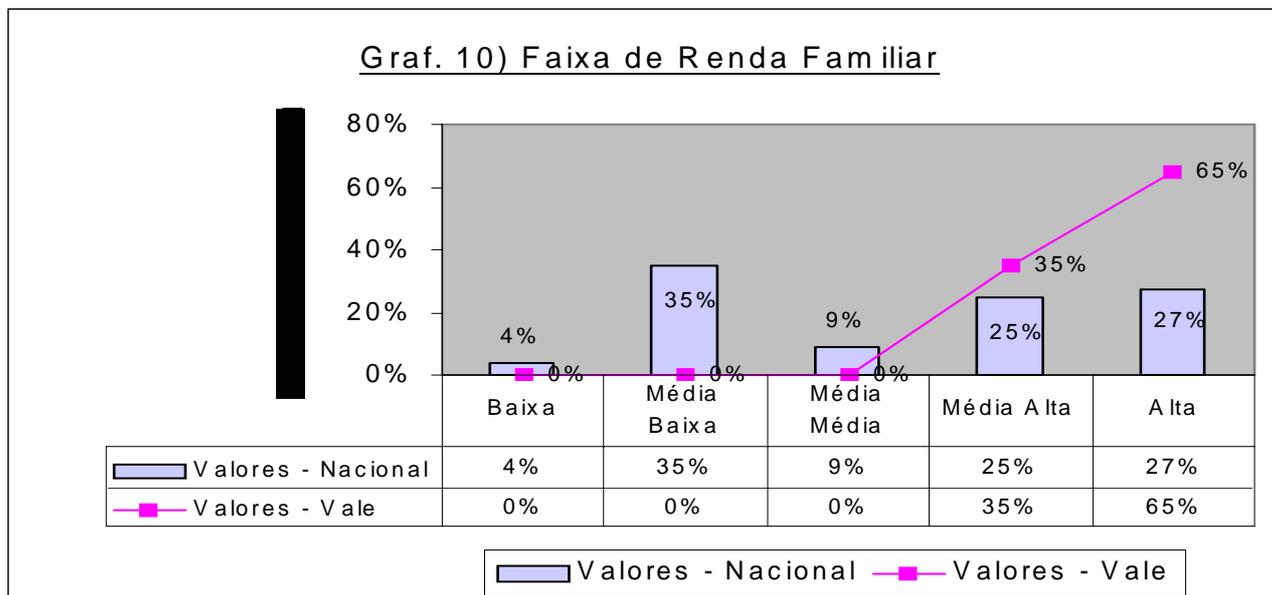
O gráfico a seguir indica a ocupação dos ecoturistas. Os empresários representam 35%, estudantes 22,50%, totalizando juntos quase 60% do total.



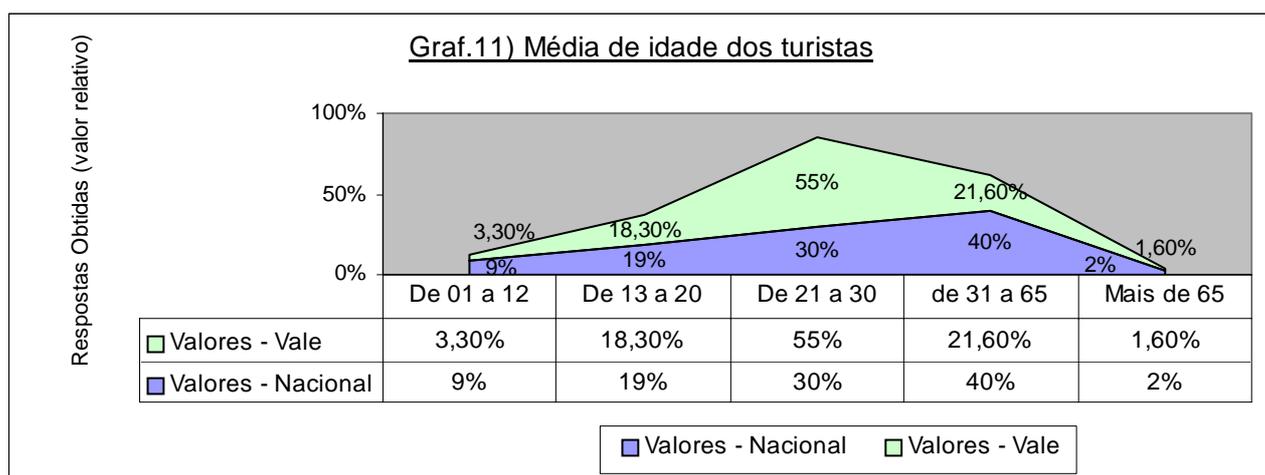
Outras ocupações profissionais citadas são: assalariados (17,50%), profissionais liberais (14,16%) e aposentados (2,50%). O restante de outras ocupações totalizou cerca de 10%.

O próximo gráfico mostra que 52% dos ecoturistas pertence à classe média alta ou alta. Isso se justifica, principalmente, pelo elevado índice de empresários identificados no item anterior.

Em relação a roteiros de dentro do Vale do Ribeira, 100% da demanda é composta por turistas que possuem uma faixa de renda familiar média alta ou alta, o que comprova o nível socioeconômico elevado do ecoturista que procura a região.



A média de idade do ecoturista, em sua maioria, está faixa entre 31 e 65 anos, no que se refere à demanda por roteiros no Brasil em geral, como consta no gráfico 11.



Quando a referência é o Vale do Ribeira, há uma diminuição da idade da demanda – 55% dos que vão para o Vale têm entre 21 e 30 anos de idade.



Vale a pena ressaltar que tanto no caso do ecoturista de maneira geral quanto no caso do ecoturista que visita o Vale, é pequeno o percentual de turistas com mais de 65 anos de idade, o que mostra que o ecoturismo, para um público diferenciado como o da terceira idade, precisa ser adequadamente planejado.

O potencial turista da melhor idade quer experimentar um contato maior com a natureza, como caminhar ao ar livre ou tomar banhos de cachoeira, atividades que são praticamente impossíveis nas grandes metrópoles como São Paulo, porém requer maior infra-estrutura do que o ecoturista mais jovem .

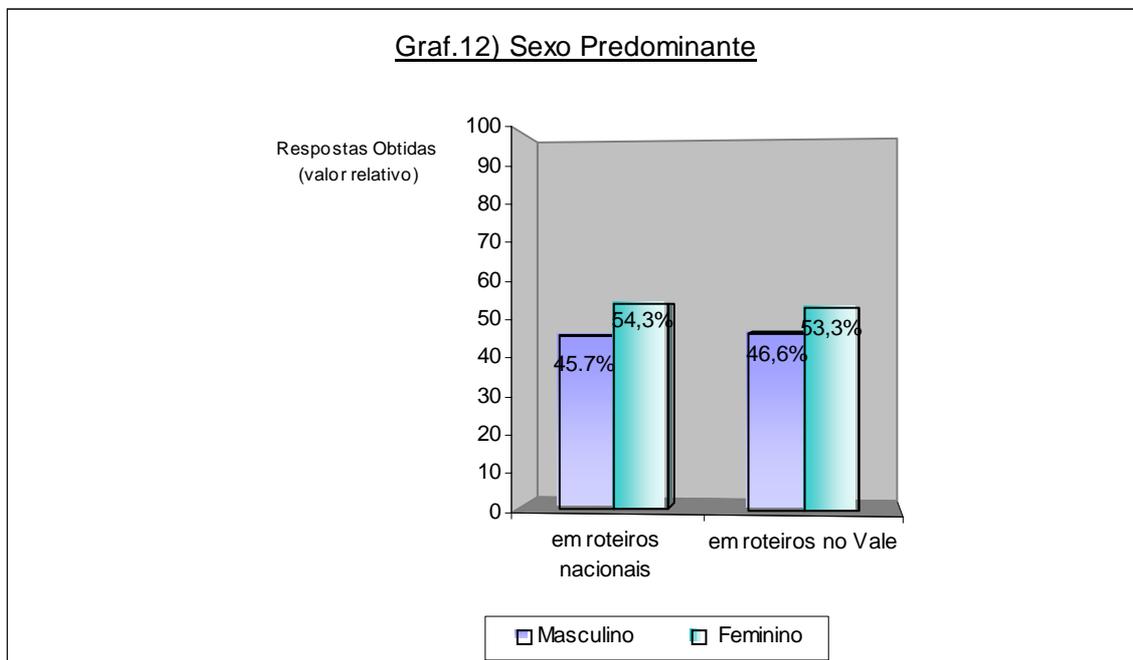
Também é visível o pequeno percentual de crianças praticantes de ecoturismo, especialmente no que diz respeito ao Vale do Ribeira, onde o público infantil corresponde a apenas 3,30% do total.

Alguns atrativos como o parque Estadual Carlos Botelho, o Parque Estadual da Iha do Cardoso e o PETAR são exemplo de viagens que poderiam propiciar às crianças um grande aprendizado sobre a fauna, a flora e as formações geológicas dos locais, além de poder iniciar, já na infância, uma conscientização da importância da preservação da natureza através de uma bem-elaborada campanha de educação ambiental.

A maior parte dos turistas tanto do Vale quanto de roteiros pelo Brasil em geral é composta por mulheres, embora seja pequena diferença de percentual entre os turistas do sexo feminino e sexo masculino, como se pode observar no gráfico seguinte.

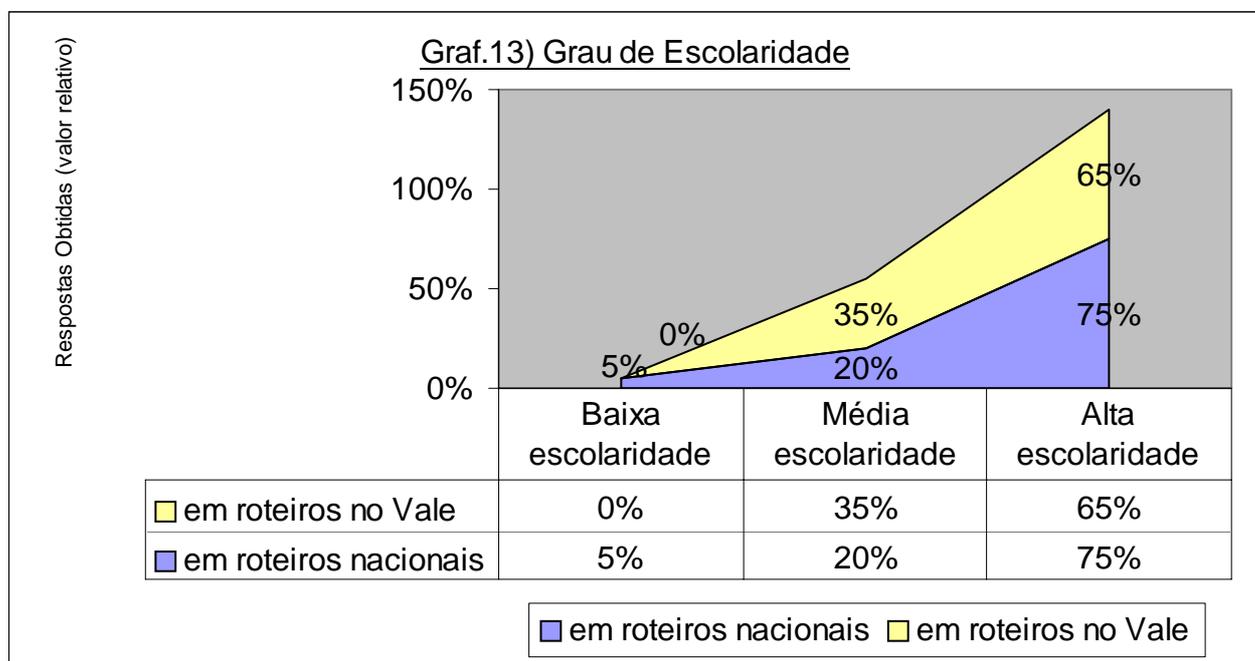


Graf.12) Sexo Predominante



Uma outra característica dos turistas que visitam o Vale do Ribeira é o alto grau de escolaridade. O gráfico abaixo mostra que 65% dos entrevistados possuem alta escolaridade (nível superior) e os 35% restantes têm uma escolaridade média (ensino médio).

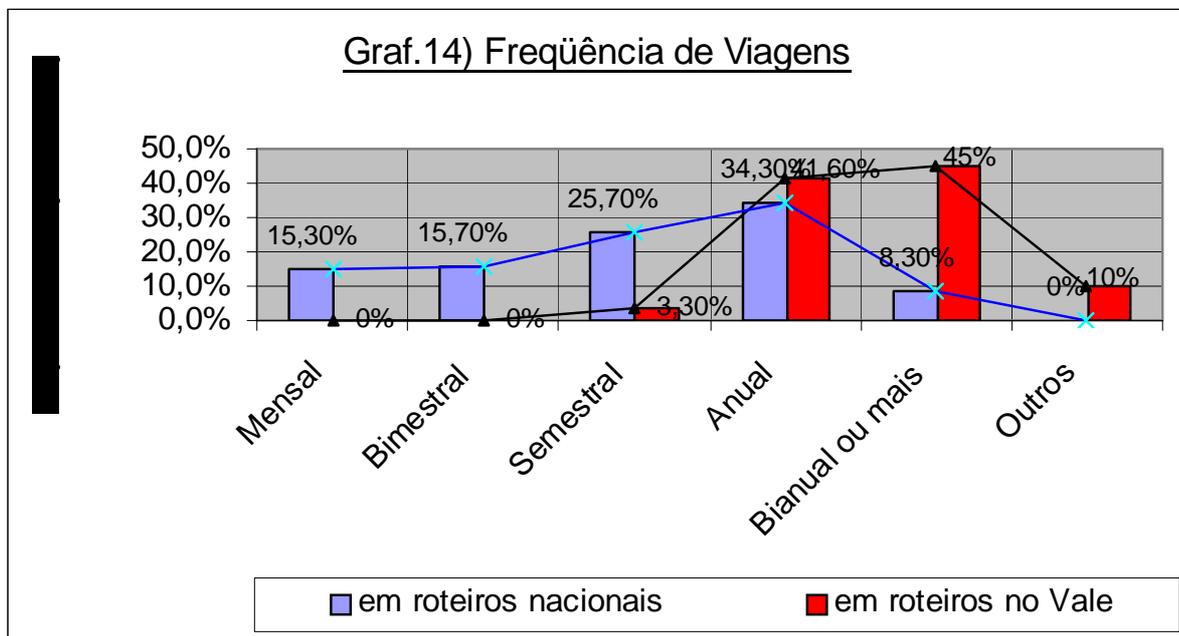
Nos roteiros nacionais de um modo geral, 75% da demanda têm alta escolaridade, 20% têm uma média escolaridade e apenas 5% do total possui uma baixa escolaridade.



De acordo com o gráfico 14, o ecoturista brasileiro (34,3%) costuma realizar uma apenas uma viagem anual.

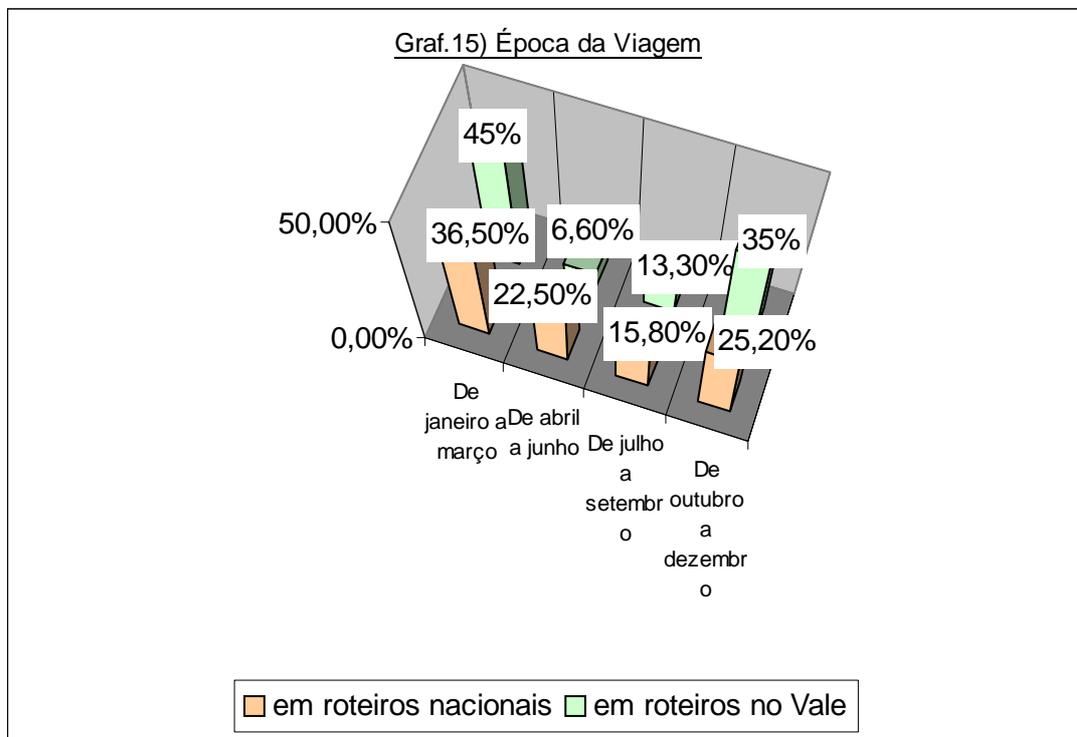
Aproximadamente 26% dos turistas viajam semestralmente, e 15,70% o fazem a cada dois meses.

Verifica-se que quando se trata do turista do Vale, há uma redução na frequência de viagens. A maior parte (45%) dos ecoturistas da região viajam uma vez a cada dois anos ou mais; cerca de 41% da demanda viaja uma vez por ano.

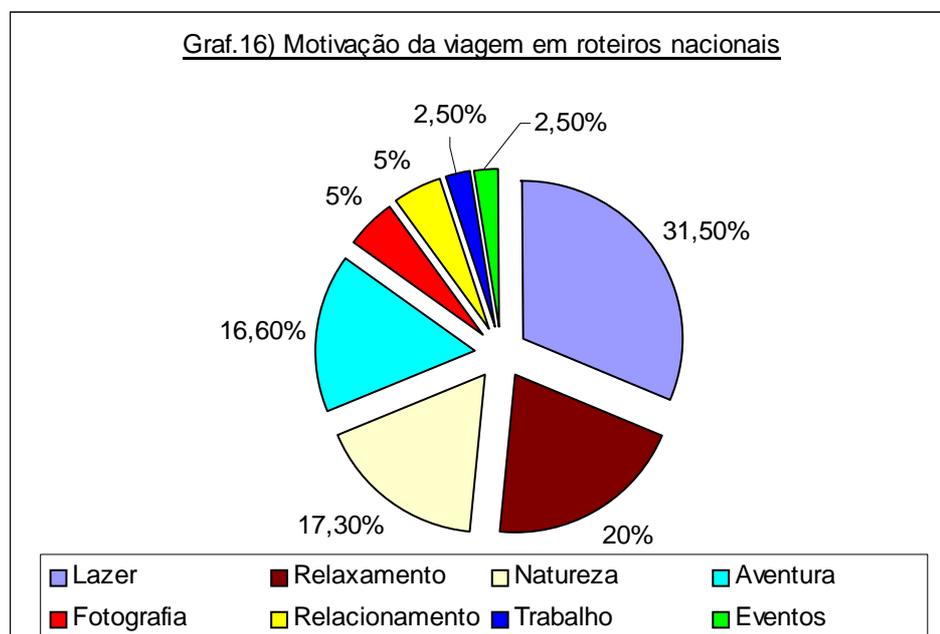


As viagens, tanto para destinos nacionais como para o destino Vale do Ribeira, costumam concentrar-se nos primeiros e nos últimos três meses do ano.

A alta temporada, entre novembro e março, caracteriza-se por ser uma época quente, o que viabiliza e facilita a realização de passeios como trilhas, escaladas, e visitas a cavernas.



Vale lembrar também que nesses quatro meses é notável o número de feriados (e outros dias sem expediente comercial) – Feriado de N. Sra. Aparecida em outubro; Finados e Proclamação da República em novembro; Natal e Ano Novo em dezembro, Aniversário de São Paulo em janeiro, e Carnaval em fevereiro. As férias escolares de dezembro e janeiro também devem ser ponderadas como fator de incremento do fluxo turístico.



É interessante observar como os roteiros ecoturísticos nacionais têm suas frequências de visitação distribuídas de forma mais homogênea durante o ano, que os roteiros do Vale.

A motivação da viagem é outro fator interessante a ser analisado, como será visto no gráfico seguinte.

A maior parte dos turistas que procura pacotes nacionais (32%), viaja para os roteiros ecoturísticos com a intenção de obter lazer e divertimento em meio ao ambiente visitado

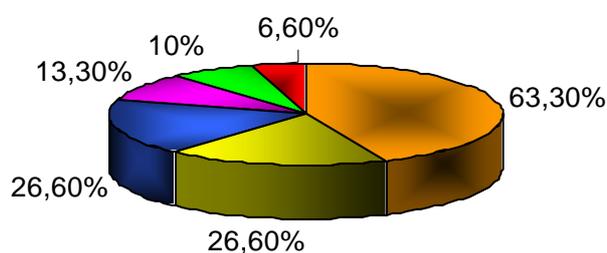
Também procuram roteiros para relaxamento 20% do total, e tencionam viajar para entrar em contato com a Natureza aproximadamente 18% dos entrevistados, outros 17% procuram se divertir com esportes de aventura.

Sobre o público que se interessa por roteiros no Vale, nota-se que a maior parte (63,30%) tem interesse no contato com a Natureza e 26,6% querem aprender com ela. Outros 26,6% viajam para o Vale com o intuito de realizar esportes de aventura.



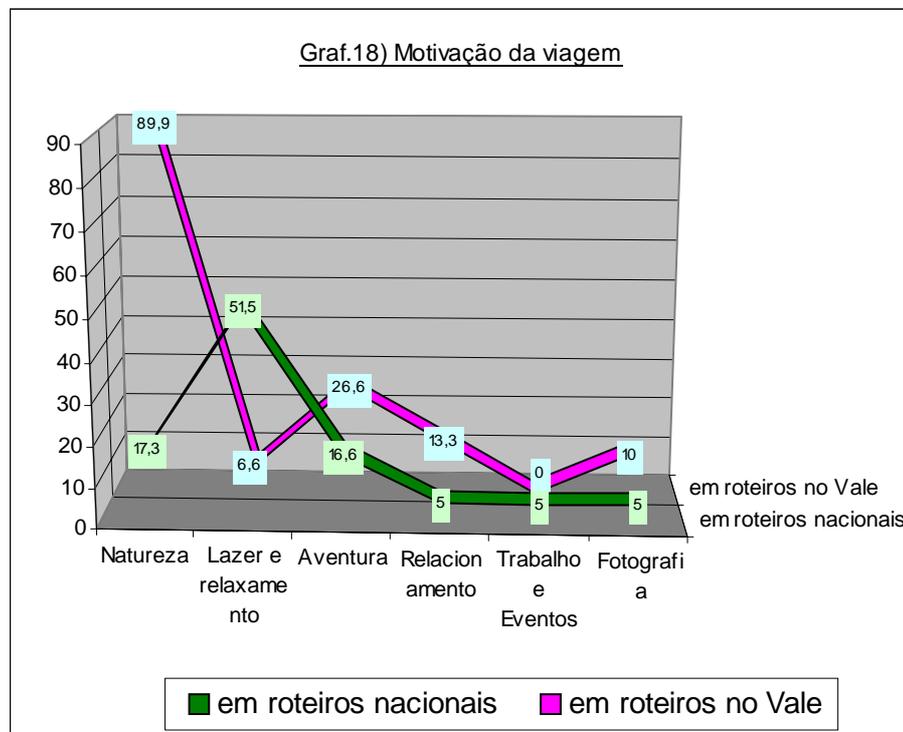
Cerca de 13% têm a intenção de conhecer novas pessoas ou reunir-se com os amigos nesses passeios, e 10% tencionam viajar para tirar fotografias das paisagens e da flora e fauna do Vale.

Graf.17) Motivação da viagem em roteiros do Vale



Contato com a natureza	Aprender sobre a natureza
Aventura	Relacionamento
Fotografia	Relax

O gráfico 18 compara os roteiros no Vale e os destinos do Brasil em geral. Nota-se que, ao passo que os turistas do Vale prezam mais o contato com a Natureza, os turistas de outros destinos dão mais valor ao lazer e ao relaxamento.



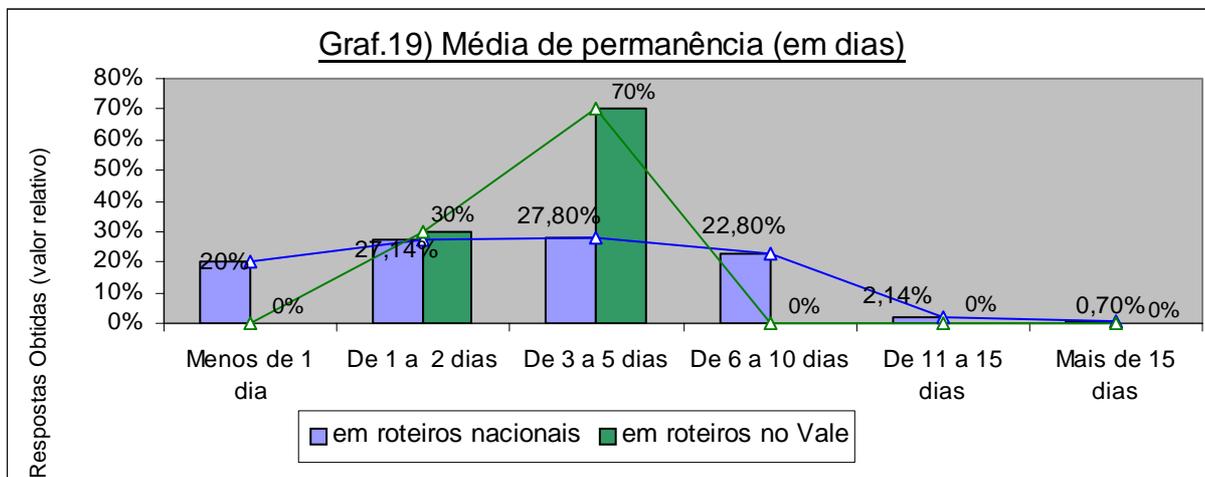
A motivação principal para aqueles que preferem os roteiros do Vale é a Natureza de um modo geral, com 89,9% do total.

O gráfico 19, indica a média de permanência dos ecoturistas em seus destinos. A maior parte dos visitantes, de roteiros nacionais e no Vale, disseram que levam entre três e cinco dias em seus passeios, outros 30% dos turistas do Vale disseram ficar entre um e dois dias no destino, enquanto que 27% dos roteiros nacionais em geral admitiram levar esse tempo no local.

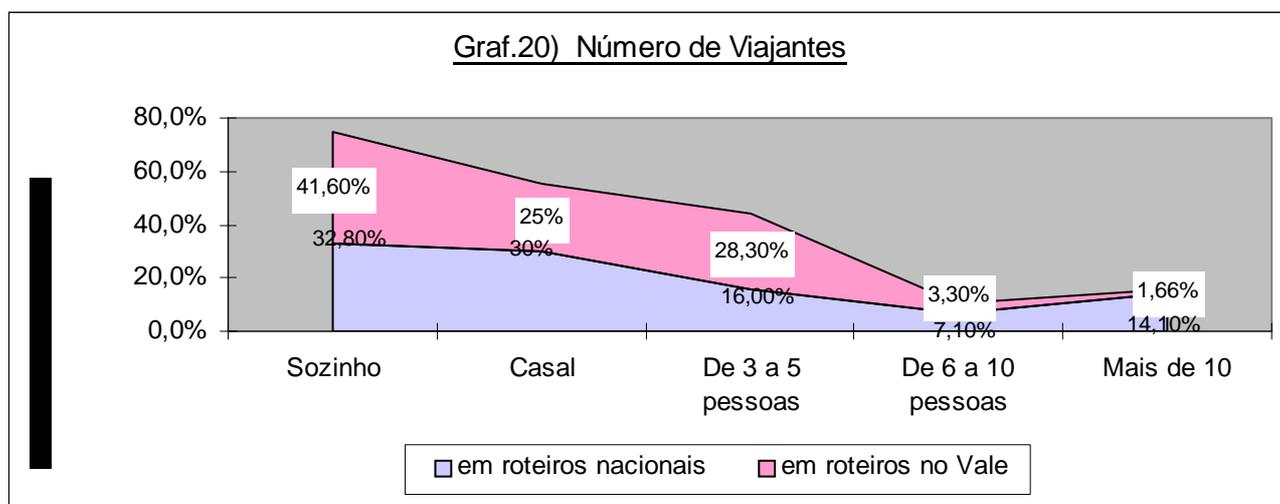


AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA



O gráfico 20, indica que a maioria das pessoas viaja sozinha, uma tendência que vem crescendo a cada ano.



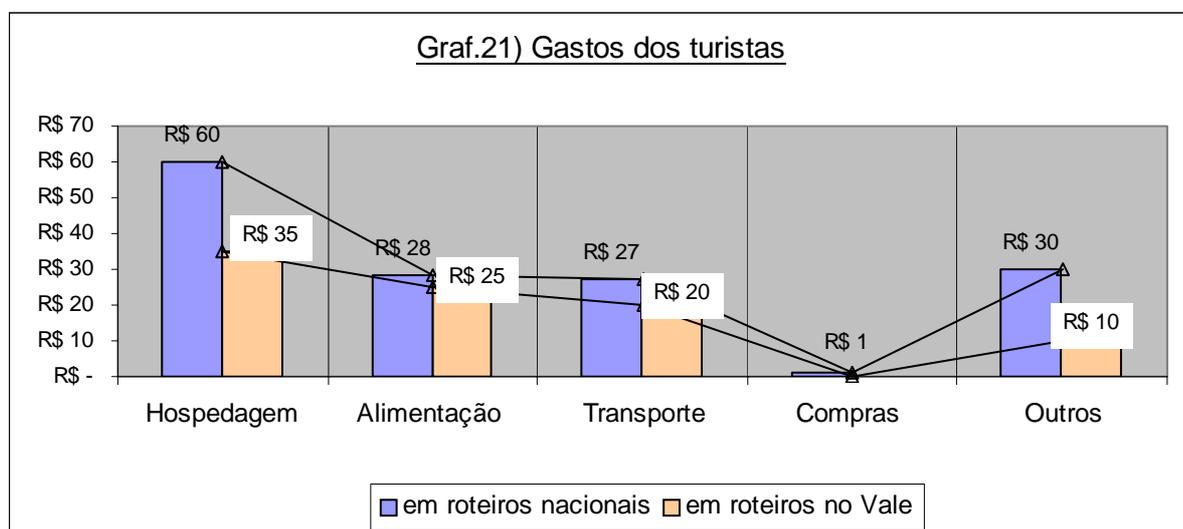
Nos roteiros do Vale, 41,60% dos turistas fazem seus *tours* sem acompanhantes, um número um pouco maior que a média nacional, 32,80%.

Nota-se também que no Brasil, em geral, os grupos de casais representam 30% do universo – na demanda do Vale, esse número é de 25%.



De um modo geral, comparativamente à média nacional, no Vale do Ribeira as pessoas viajam mais sozinhas e o número de casais também é menor; por outro lado, é maior o número de pessoas em grupos de três a cinco pessoas.

No gráfico abaixo se observa que os gastos nas viagens ao Vale do Ribeira não são muito elevados, isso se dá, principalmente, pela falta de infra-estrutura da região como um todo.

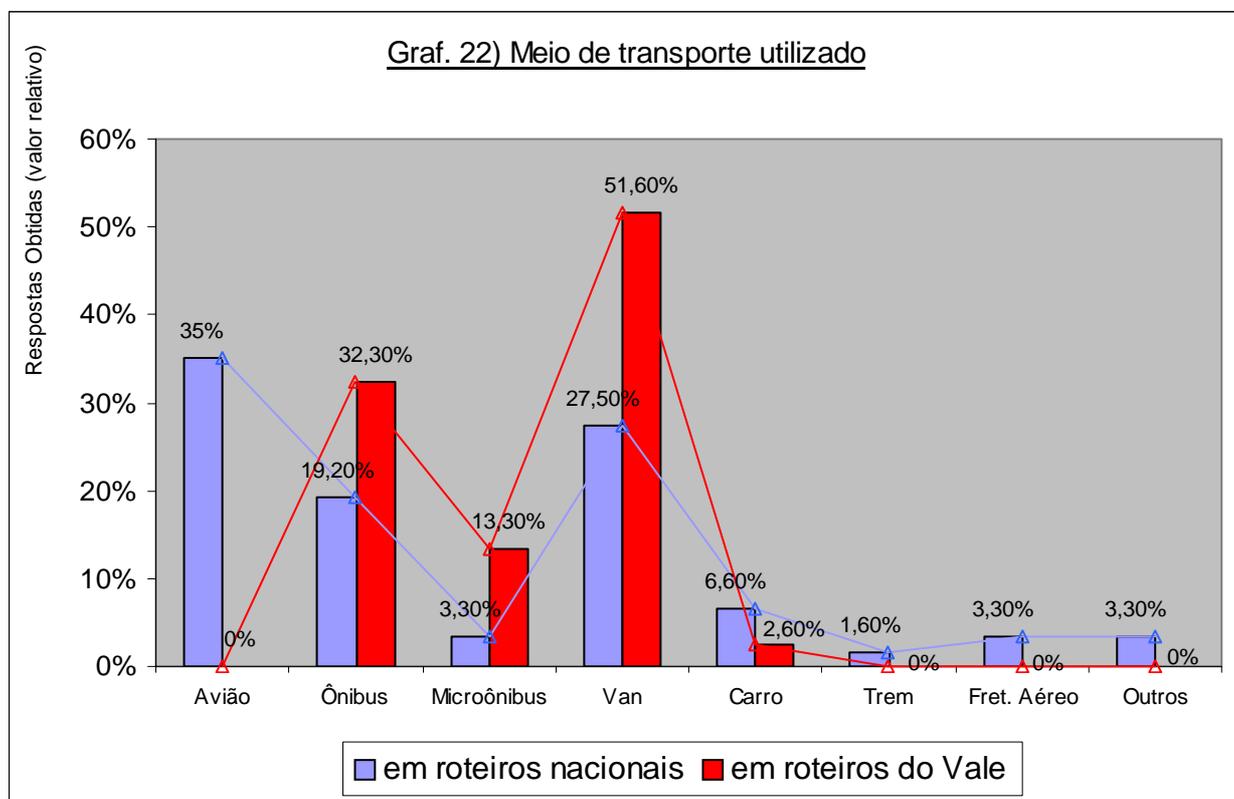


Em média, o gasto com hospedagem é de R\$ 35,00, menos que a média nacional, de R\$ 60,00. Em alimentação, o custo médio é de R\$ 25,00, um pouco abaixo dos R\$ 28,00 nos demais roteiros nacionais. Transporte é um fator que gera um custo de R\$ 20,00 para os turistas da região paulista, menos que os R\$ 27,00 da média brasileira²⁹. Os gastos com compras não foram definidos pelas pesquisas. Outros custos totalizam R\$ 30,00 nos roteiros brasileiros em geral, e R\$ 10,00 em relação ao Vale.

²⁹ Gastos com transporte rodoviário



O gasto reduzido com transportes no Vale, pode ser explicado pelo fato da maioria dos traslados ser feita em vans. Cerca de 52% dos transportes na região do rio Ribeira são realizados por vans e mini-vans comerciais – praticamente o dobro da média nacional, 27,50%. Os ônibus também têm um lugar de destaque no que se refere ao transporte para o destino Vale do Ribeira: 32,30% das locomoções são feitas por esse veículo. A média brasileira é de 19,20%.



O principal meio de transporte nos roteiros nacionais é o meio aéreo, que conta com 35% do total. Isso pode ser explicado pelo fato dos principais destinos (Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia) localizarem-se a grandes distâncias dos principais centros emissores de turistas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e demais metrópoles das regiões sudeste/sul do Brasil.



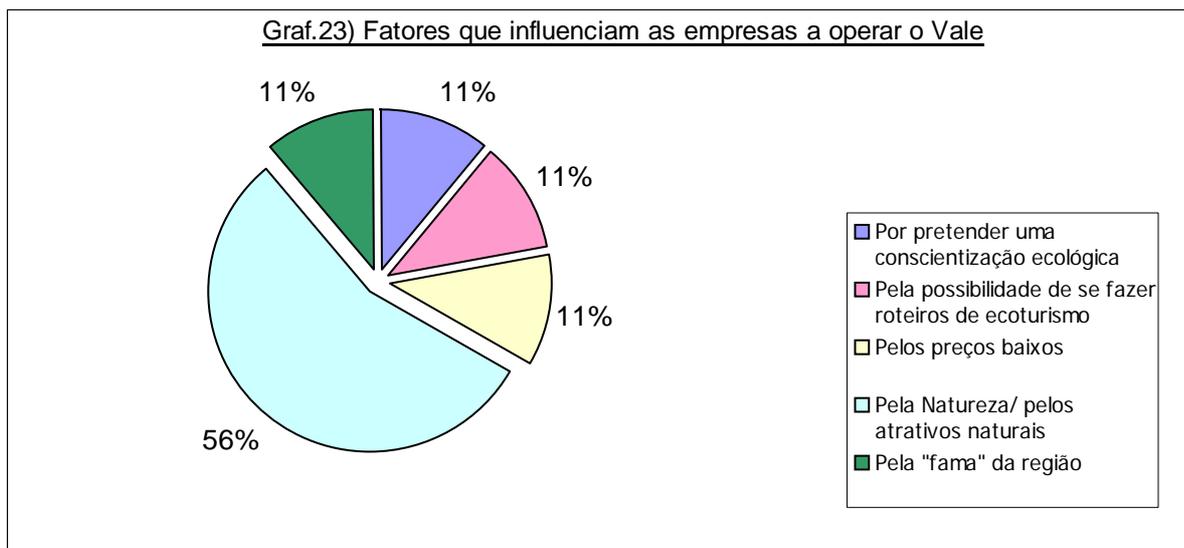
8.4 . O Vale do Ribeira e sua imagem

A seguir serão apresentadas as opiniões dos agentes a respeito do Vale como um destino turístico, assim como, os obstáculos a serem removidos, os roteiros ideais, as motivações que levariam o turista ao Vale e a opinião do turista que já conhece a região.

8.4. 1. Avaliação do Produto Vale do Ribeira

O gráfico 23 mostra, a importância dos atrativos naturais, (com 55,6% do total de respostas), como sendo o principal fator que influencia as agências a vender pacotes para a região do Vale. Isso devido à natureza exuberante da região, que permite a realização de roteiros de ecoturismo muito interessantes e bastante acessíveis para o público localizado na Grande São Paulo.

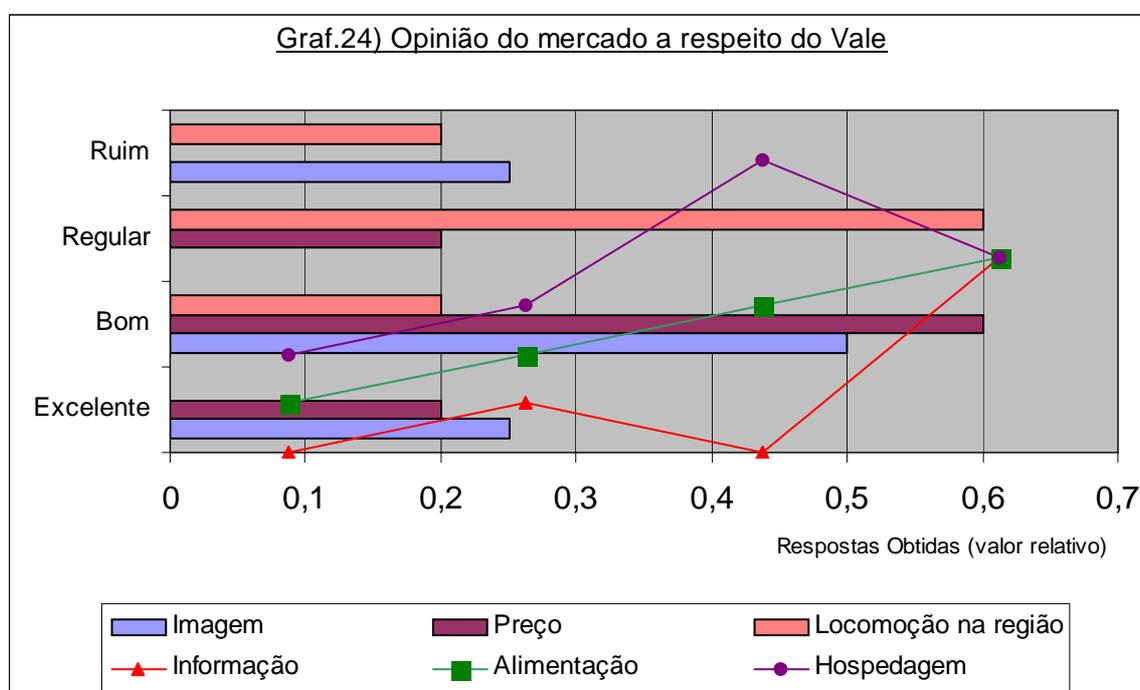
A proximidade geográfica e a inexistência de resorts e mega-hotéis de luxo fazem com que os preços dos pacotes não sejam tão altos como dos principais destinos concorrentes. Logo, pode-se afirmar que o fator preço, também é decisório para as empresas, como será detalhado posteriormente.





Um outro fator que influencia as empresas na venda dos pacotes é a conscientização ecológica do público, principalmente do ecoturista, que procura locais com características únicas.

A respeito dessa “fama” da região, o Vale do Ribeira tem uma imagem muito boa para 75% das empresas, ao passo que para outros 25% a imagem é ruim, não pelos atrativos em si, mas pelos problemas de infra-estrutura e falta de condições de vida adequadas para seus cidadãos e conseqüentemente para o turista.



O gráfico 24, mostra que 80% das empresas consideram os preços de venda dos pacotes bons ou excelentes e apenas 20% consideraram o preço apenas regular.

Enquanto Imagem e o Preço foram quesitos bastante elogiados, locomoção e informação sobre o Vale do Ribeira receberam críticas bastante fortes. A locomoção na região teve 80% de votos “regular” ou “ruim”. O sistema de informações turísticas também se mostrou precário, caracterizado como “ruim” por 80% dos entrevistados.



Por fim, alimentação e hospedagem foram itens que tiveram desempenho mediano. Para cada um dos dois quesitos caracterizou-se como excelente ou bom 40% do total; e mais 60% para “regular”.

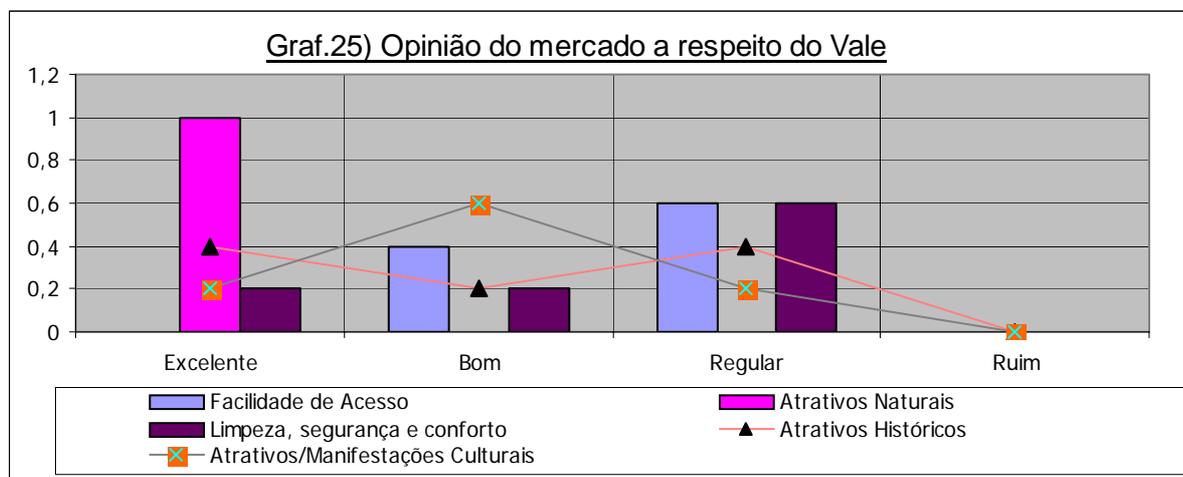
A pesquisa mostrou que para os turistas que já compraram e portanto conhecem o Vale do Ribeira, o que ficou, foi uma boa imagem da região. As respostas ressaltaram que o grande diferencial do Vale do Ribeira é o fato dele ser ainda pouco explorado, pois para um notável número de ecoturistas, quanto mais virgens e desconhecidos certos lugares, melhor.

A região, pelos seus atrativos ímpares, foi classificada como um “lugar diferente e incansável”, onde “tudo é bom”.

Dentre os fatores mais elogiados estão a preservação da natureza e a presença de vilarejos indígenas – como, por exemplo, no município de Itariri.

Foi questionado às agências e operadoras que não trabalham com o produto Vale do Ribeira, os motivos que as influenciaram a não vender tal destino. As respostas indicaram que o principal fator é a pouca divulgação da localidade, o que ficou bastante evidente no decorrer das entrevistas, quando os próprios agentes reconheceram não conhecer os municípios turísticos do Vale, dificultando assim, mais ainda, a venda e divulgação dos mesmos.

A pouca procura por parte do mercado consumidor também é um aspecto a ser considerado, indicando novamente a falta de divulgação. Entretanto, o Vale enfrenta um problema ainda mais crônico que a escassa divulgação: a falta de infra-estrutura. Poucos produtos já formatados, serviços de receptivos rudimentares, inexistência de informações turísticas e outras dificuldades fazem com que ainda seja difícil operar à região, mesmo porque o público ecoturista é exigente a respeito de qualidade e também segurança nos atrativos.



O acesso ao Vale do Ribeira não foi apontado como um dos principais problemas para o desenvolvimento turístico da região, embora tenham sido destacados negativamente alguns trechos das estradas, de acordo com as empresas. Cerca de 60% dos entrevistados o consideraram regular, e os outros 40% avaliaram como bom.

Os atrativos e manifestações culturais e os atrativos históricos tiveram uma boa avaliação, assim como a limpeza e a segurança.

Foi questionado também, para as empresas que não operam o destino em estudo, que imagem eles têm do Vale do Ribeira.

As respostas indicam que mesmo não comercializando o Vale, a imagem é de uma região muito bonita, rica em atrativos naturais e belas paisagens. Entretanto, ressaltaram ser um destino pouco explorado turisticamente.

A pesquisa indicou também, que essas empresas acreditam que para o turista é difícil conseguir informações e dados a respeito de certas localidades, o que desmotiva a decisão de conhecer a região. Isso ocorre devido a pouca divulgação na mídia. As campanhas publicitárias são raras, existe pouco material impresso e nenhuma campanha televisiva.



Para as empresas entrevistadas, os obstáculos apontados a serem removidos para que se possa vender o “Destino Vale do Ribeira” são: falta de conhecimento da região por parte do público; fraca infra-estrutura turística e a falta de estudos de capacidade de carga.

Em relação à falta de conhecimento da região por parte do público, destaca-se a necessidade do empenho das prefeituras em divulgar e promover seus atrativos turísticos. Muitas não possuem um estudo da demanda turística atual, não sabendo portanto, qual o perfil do turista que visita o município.

A fraca infra-estrutura é justificada como resultado da pouca iniciativa governamental em trabalhar melhor a manutenção e a criação de rodovias, obras de saneamento básico, energia elétrica, telefone e água potável encanada.

Outra questão a ser apontada é que a comunidade no geral foi pouco presente no desenvolvimento da imagem do Vale como destino turístico, durante um tempo considerável. Nesse sentido, RUSCHMANN afirma que

“O Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém é essencial que a coletividade dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo dos turistas. O Estado e as coletividades regionais são responsáveis por uma série de ações relacionadas com a proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não (...)” (1997:27)

Sobre a ausência de estudos de capacidade de carga, vale ressaltar que a própria falta de infra-estrutura atual pressupõe que estes estudos não tenham sido priorizados e realizados até o momento, uma vez que o impacto causado pelo turismo ainda é pequeno porque o fluxo é incipiente.



Mas, a médio prazo, será imprescindível o estudo de capacidade de carga na região.

Entretanto, deve-se salientar que o conceito de capacidade de carga é algo novo não só no Brasil, mas também em outros países. Austrália, Canadá e EUA, alguns dos países mais avançados neste assunto, implementaram seus métodos majoritariamente nas décadas de 1980 e 90, e mesmo assim com algumas dificuldades – há muitos poucos exemplos em que o conceito de Capacidade de Carga tenha sido aplicado para limitar o turismo com sucesso (Stankey et al, 1990).

A pesquisa procurou identificar qual seria o roteiro ideal para comercialização do Vale do Ribeira. As respostas obtidas mostram que, embora os agentes digam que a região tem muito potencial, eles não estão preparados para explorá-los. Nenhum dos entrevistados sugeriu um roteiro específico. Uma das empresas deixou claro que as prefeituras têm que trabalhar os roteiros para depois oferecê-los às agências.

Quando perguntadas sobre as motivações que levariam um turista ao Vale do Ribeira, a maior parte das respostas, destacou o contato com a Natureza e seus atrativos; o ecoturismo e a possibilidade de visitar atrativos naturais raros e preservados, a pouca distância dos centros urbanos e a oportunidade única para conhecer e conviver com o meio ambiente. Afinal, *“A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais” (RUSCHMANN, 1997:19)*

Também foi mencionado, com menos destaque, que algumas das motivações que poderiam levar um turista ao Vale seriam a hospitalidade e simpatia da população, bastante receptiva; e a exclusividade de certos atrativos, como a Juréia, o PETAR.



Foram também lembradas as diferentes formações de cavernas, como as localizadas na região do Alto Ribeira, especificamente em Eldorado e Iporanga. “ Fica claro que o Vale é um roteiro propício para pessoas de todas as idades, de quaisquer profissões, nacionalidades, e outras diferenças sócio-culturais” . Essa foi uma das respostas obtidas para a pergunta.

Qual seria o público que se interessaria em conhecer o Vale do Ribeira? Fica claro que o ecoturista seria o principal público interessado em conhecer o destino. As pessoas que pretendem ter um contato maior com o meio ambiente, interessadas em caminhadas e atividades ao livre, esportes de aventura e ligados à natureza também se encaixam nesse perfil.

Outro público-alvo para o roteiro é o de espeleólogos, uma vez que nesta região encontra-se uma quantidade ímpar de cavernas, grutas e outras singulares formações rochosas.

O público jovem em geral; as pessoas interessadas em novidades; e aqueles que possuem um certo nível cultural e que tenham interesse em conhecer “não só o que está na mídia global” são, também, considerados demanda potencial para o Vale.

Do ponto de vista dos operadores a divulgação do Vale é o principal passo para que os atrativos sejam realmente transformados em um destino turístico. Também foram citados problemas específicos, como o treinamento e a gestão de guias turísticos, estudos de capacidade de carga, manejo do acesso dos turistas e conservação constante dos atrativos.

Foi dito também que, muitas pessoas recebem mal os turistas por não estarem devidamente capacitadas.

Uma das empresas pesquisadas relatou ter tido dificuldade de relacionamento com a população local. Isso mostra a necessidade que a comunidade tem em ser conscientizada da importância do turismo, de forma que este seja responsável e que respeite o meio ambiente.



Quando questionados sobre o que deveria ser feito para despertar o interesse pela venda do Vale do Ribeira, os entrevistados responderam que, primordialmente, a região precisa ser estruturada para se tornar um roteiro turístico. Só então seria possível trabalhar efetivamente de modo a divulgá-lo como um produto.

A necessidade de um trabalho conjunto entre fornecedores locais, secretarias de turismo e ONG's foi destacado pelos entrevistados.

A divulgação do Vale e de suas atrações se faz premente, segundo os entrevistados, como já foi citado anteriormente nesse estudo. A sugestão é o desenvolvimento de um material ilustrativo com sugestão de roteiros para consumidores que pouco conhecem a região.

8.5. Destinos Concorrentes no Segmento de Ecoturismo

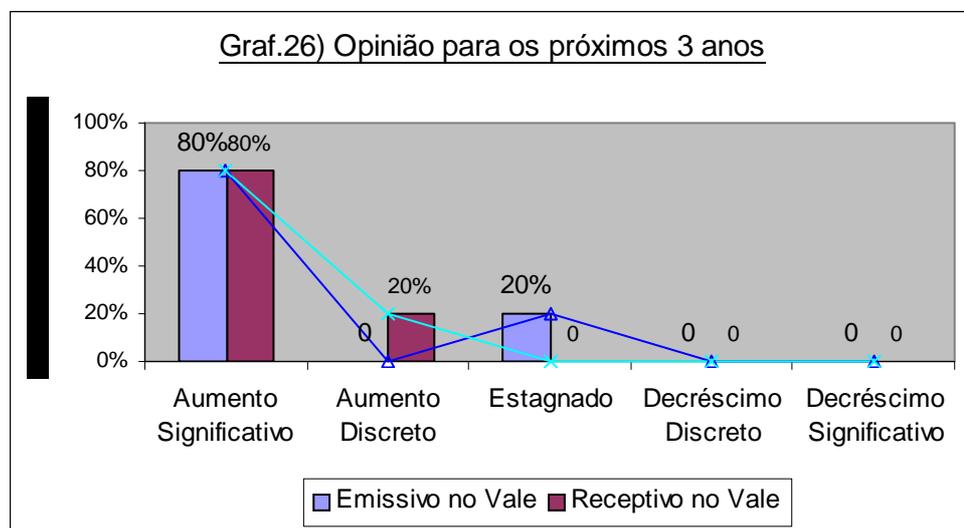
A pesquisa mostrou que os principais roteiros concorrentes do Vale do Ribeira são Fernando de Noronha, Pantanal, Bonito, Itacaré e Chapada Diamantina, em nível nacional, e no Estado de São Paulo, Brotas e Ubatuba.

A grande oferta de pacotes de agências e operadoras para os locais acima citados vem ao encontro das necessidades dos turistas que procuram roteiros alternativos e mais bem trabalhados comercialmente, o que implica numa política de marketing desenvolvida.



8.6. Opinião do Mercado em relação ao Ecoturismo

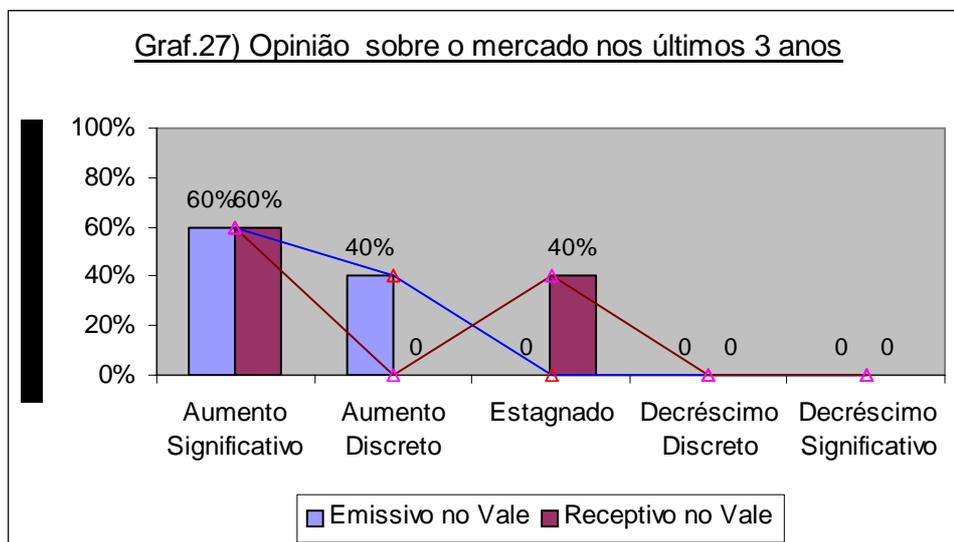
Os entrevistados mostraram-se muito otimistas com o futuro do mercado de viagens no Brasil para os próximos anos. Cerca de 80% das repostas sinalizava uma visão otimista, um aumento significativo tanto no mercado emissor como no receptivo.



Também foram bastante favoráveis, as opiniões sobre o avaliação do desenvolvimento do mercado nos últimos três anos. Para 60% houve um aumento significativo do mercado, tanto para roteiros emissores quanto receptivos; para 40% das empresas houve um aumento discreto do mercado, relativo aos roteiros emissores do Vale.



Graf.27) Opinião sobre o mercado nos últimos 3 anos



Finalmente, para 40% dos entrevistados, o turismo receptivo no Vale continua estagnado, exatamente como há três anos. Percebe-se que os problemas crônicos do Vale do Ribeira deixam as empresas receosas sobre o futuro do turismo na Região.

Visto como um obstáculo, o sistema financeiro brasileiro também compromete as tendências do turismo do local: as crises nacionais como o aumento do desemprego, o alto índice do juros e um possível aumento inflacionário faz com que muitos turistas deixem de viajar.



8.7. Demais segmentos que visitam o Vale do Ribeira

É importante enfatizar que o Vale do Ribeira, vasta região de 35 mil quilômetros quadrados, que conta com 24 municípios de diferentes características, não atrai somente o público ecoturista, foco principal desse estudo. Também procuram a região, por exemplo, pessoas que buscam descanso em praias como as de Peruíbe, Ilha do Cardoso, Cananéia e Ilha Comprida, onde adquirem sua 2ª residência.

O *Dicionário de Geografia Humana* (Johnston, 1989:02) conceitua residência secundária como a propriedade que pode ser própria, alugada ou arrendada por uma família, com o objetivo de realizar atividades no tempo de lazer, e cuja residência principal está situada em outro local.³⁰

De acordo com informações obtidas na prefeitura da Ilha Comprida, na baixa temporada, o principal turista da Ilha é o de segunda residência, que por possuir casa de veraneio, passa a freqüentar a localidade com maior freqüência que o turista que utiliza os meios de hospedagem convencionais. Sua principal motivação de viagem, é o turismo de praia e sol.

Outro tipo importante de turismo é o religioso, em Iguape. O segmento vem apresentado um significativo crescimento, pois além dos aspectos místicos e dogmáticos, as religiões assumem o papel de agentes culturais importantes, em todas as suas manifestações de proteção e valores antigos, de intervenção na sociedade atual e de preservação no que se diz respeito ao futuro dos indivíduos das sociedades.³¹

³⁰Tulik, Olga. Turismo e Meios de Hospedagem - casas de temporada. São Paulo: 2001

³¹ <http://www.revistatravelling.hpg.ig.com.br/turismoreligioso>



A cidade de Iguape tombada como Patrimônio Histórico pelo CONDEPHAAT³², com suas ruínas, casarões intocáveis, ruas estreitas e igrejas é uma das cidades brasileiras mais antigas. Iguape é conhecida como cidade santuário, devido à religiosidade de seu povo, que é marcante³³. Sabe-se que todos os anos um número notável de peregrinos, visita a região para as festas em homenagem a Nossa Senhora das Neves e ao senhor Bom Jesus de Iguape. Embora não existam estudos quantitativos do fluxo de visitantes que comprovem a afirmação, pode-se dizer que o turismo religioso é, atualmente, uma atividade marcante e significativa para o desenvolvimento econômico do município, tendo se tornado uma importante fonte de renda da população local.

O turismo de negócios é um segmento de destaque, que não pode ser esquecido, principalmente, por sua lucratividade. Entretanto, o público diferenciado, demanda infra-estrutura de boa qualidade.

Na região do Vale, o turismo de negócios ainda é muito incipiente. Poucos são os Municípios com equipamentos adequados para sediar eventos ou convenções de médio e grande porte. Registro, com hotéis, ginásios e centro de exposições é uma exceção à realidade do local.

O turismo de estudo do meio, encontra no Vale do Ribeira um ambiente propício para o seu desenvolvimento.

³² CONDEPHATT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico

³³ [http:// www.iguape.sp.gov.br](http://www.iguape.sp.gov.br)



Os atrativos naturais, e o fato de ser a maior área contínua de Mata Atlântica³⁴ ainda existente atraem grupos de estudantes e alunos de cursos técnicos e profissionalizantes, que juntamente com um profissional especializado vão aprimorar seus conhecimentos, obter noções básicas de meio ambiente, conceitos de educação ambiental e a importância de desenvolver o turismo de forma sustentável. O PEIC – Parque Estadual da Ilha do Cardoso, juntamente com o Parque Estadual de Intervales, Parque Estadual Carlos Botelho, Petar, entre outros, são locais propícios para a realização desse segmento de turismo.

8.8. Demanda Potencial

Outro público que precisa ser trabalhado é aquele denominado potencial. A demanda potencial corresponde ao número de pessoas que preenchem as condições de viagem, como tempo, renda disponível e vontade de viajar.

Esse público representa aquele consumidor que deve ser conquistado para incrementar o fluxo atual, porém sem que sejam ignorados os condicionantes de capacidade de carga turística local, evitando assim a depredação dos atrativos, a superlotação da oferta de hospedagem e os problemas decorrentes da não adequação demanda X Infra-estrutura do centro receptor.

Esse estudo buscou identificar as cidades que podem ser consideradas pólos emissores potenciais para a região do Vale, isso devido a sua proximidade e, sua característica de centros urbanos. São elas: Santos, Campinas, São Paulo e Curitiba.

³⁴ Magalhães, Nícia Wendel. Descubra o Lagamar. Embratur e Fundação SOS Mata Atlântica



Para a avaliação de potencialidade foram colhidos dados sócio-econômicos junto às prefeituras locais e aos organismos públicos estaduais que indicam, entre outras coisas, o potencial de consumo dos moradores dessa região.

Os dados econômicos obtidos na prefeitura de Santos, considerada Pólo da Região Metropolitana da Baixada Santista, mostram que a cidade vem desenvolvendo um conjunto de atividades exportadoras da maior importância dentro do contexto da atividade econômica da Região Sudeste, tornando-se a maior concentração de renda e produção de todo o País.

A participação de Santos na geração de renda do Estado de São Paulo pode ser medida através do Valor Adicionado: 0,63% do Valor Adicionado do Estado (SEADE - dados de 2000) e pelas atividades sujeitas à legislação do ICMS - Santos arrecadou 0,5% do total do ICMS do Estado (SEADE – dados de 1999).

Além da Atividade Portuária, Santos concentra forte Setor Terciário, que absorve a maior quantidade da mão-de-obra. O Setor de Serviços é o mais representativo com 64% do número de estabelecimentos, seguido do Comércio com 28%, da Indústria com 7% e de Outros com 1%.

O Turismo é uma atividade marcante no Município. O fluxo maior é proveniente de habitantes da Região Metropolitana e do Interior do Estado, que se dirigem ao litoral em demanda das praias. Por isso, na região da Baixada Santista, especialmente em Santos, existem cursos universitários e de pós graduação na área de turismo e meio ambiental, que podem tornar-se público em potencial para realização de viagens técnicas a região do Vale do Ribeira com o objetivo de estudar a riqueza natural representada pela maior parcela contínua da Mata Atlântica do país.



Dentre os cursos na área ambiental nas Universidades Monte Serrat, Centro Universitário Lusíadas e UniSantos, vale destacar o curso de Biologia Marinha da Universidade Santa Cecília/Unisanta, onde as disciplinas relacionadas com o curso permitem desenvolver pesquisas puras e aplicadas, bem como controles relacionados com a poluição das praias. A universidade tem o primeiro Herbário Científico da região, com dois mil exemplares de plantas medicinais e ornamentais da Estação Ecológica da Juréia, localizada na região do Vale do Ribeira.

Santos tem, além do potencial emissivo para estudo do meio, um população residente com poder aquisitivo para a realização de viagens de descanso e férias.

A cidade de Campinas apresenta características importantes como pólo emissivo potencial para o Vale devido ao crescimento, industrialização e desenvolvimento da cidade. Com taxas de crescimento acima da média nacional ao longo da últimas décadas, o Interior de São Paulo se consolidou como o segundo maior aglomerado industrial do País, superado apenas pela área metropolitana de São Paulo.

Configurando-se como pólo dinâmico do processo de "interiorização do desenvolvimento", o município e a região de Campinas tiveram a sua fisionomia econômica radicalmente transformada nas duas últimas décadas.

Com a dinâmica econômica e demográfica de Campinas e região, houve mudanças significativas das características da cidade e da região em seu entorno, começando nascer aí uma metrópole paulista. A região metropolitana de Campinas é formada por 19 cidades, abrigando 6,31% da população do Estado com 2,33 milhões de habitantes. Campinas tem, aproximadamente, 968.172 habitantes (IBGE/Censo preliminar de 2000).

Os dados da tabela abaixo ao identificar o PIB absoluto e per capita da região comprovam o alto poder de consumo desse turista potencial.



Município e Região de Governo de Campinas, Estado de São Paulo e Brasil

REGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	PIB per capita
	RESIDENTE	(em milhões de US\$)	(US\$/habitante)
Município de Campinas	906.593	8.851,3	9.763,5
Região de Gov. de Campinas	2.254.911	16.826,4	7.528,9
Estado de São Paulo	33.699.614	239.988,5	7.121,4
Brasil	155.522.440	655.138,2	4.204,4

Fonte: Estimativas com base no PIB de Brasil e de São Paulo, no Valor Bruto da Produção Setorial dos Municípios de 1985(indústria e agropecuária) nas Receitas Totais do Comércio e Serviços por Municípios para 1985, no Valor Adicionado de 1990 e 1995 (comércio e indústria), no Valor Bruto da Produção Agrícola (1990 e 1994) e na Evolução do Emprego Municipal no Setor Serviços. Dados Brutos:Fundação IBGE, IPEA, Fundação SEADE e Ministério do Trabalho:

Olga Tulik , em seu livro "Turismo e Meios de Hospedagem: Casas de Temporada", identifica os municípios emissores mais expressivos do Estado de São Paulo. O Grupo Campinas, formado por Campinas, Piracicaba (mais de 250 mil habitantes), Indaiatuba, Sumaré, Santa Bárbara do Oeste, Americana, Limeira, Rio Claro, Mogi-Guaçu (100 mil a 250 mil), Salto, São José do Rio Pardo (40 mil a 50 mil) é citado com bastante destaque pois, no conjunto do território paulista, integram o *continuum* urbano que abrange desde Santos até Ribeirão Preto.



Essa urbanização decorre do crescimento populacional e industrial, já citado anteriormente, e do desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas (IBGE, 1991:22).³⁵

Além disso, Campinas também conta com ótimos centros universitários, o que pode ser de grande importância para o desenvolvimento do turismo, tanto para o turismo tradicional como para o turismo de estudos científicos e estudos do meio, pois as universidades oferecem cursos de graduação e pós graduação na área de meio ambiente, como: Geografia com ênfase em Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental, Química Ambiental, Gestão Ambiental e Saneamento etc, todos esses ministrados na Puc Campinas e Geologia e Tecnologia em Saneamento Ambiental, dentre outros, na Unicamp. Dentro desse contexto, o Vale do Ribeira pode ser uma excelente opção, pois no que se refere ao turismo de estudos do meio, a região é rica em informações técnicas e teóricas.

A cidade de São Paulo é o grande centro emissor de turismo do país. A cidade, segundo dados de 1996, representava 13,7% do PIB nacional e 36% do PIB paulista. Ainda que estes percentuais fossem de 18,9% e 48%, respectivamente, em 1970, o município de São Paulo continua sendo o pólo fundamental de organização de uma imensa rede de serviços, distribuição de mercadorias e produção industrial. Como prova disso, 28% do produto industrial do país se encontra localizado no município. Entre 1996 e 2000, cerca de 20% dos investimentos externos de multinacionais no Brasil se dirigiram para a Grande São Paulo. Em 1997, o PIB municipal em dólares chegava a 76,7 bilhões de dólares, sendo a renda per capita municipal, superior à brasileira.

³⁵ Fonte: Tulik, Olga. Turismo e Meios de Hospedagem – Casas de Temporada, São Paulo: Roca 2001



A cidade de São Paulo encontra-se entre os maiores aglomerados urbanos do mundo, como observa-se nos dados da tabela a seguir.

Maiores Aglomerados Urbanos do Mundo 2000

Aglomerados Urbanos (1)	Países	População (em milhões)
Tóquio	Japão	26,4
Cidade do México	México	18,1
Bombaim	Índia	18,1
São Paulo	Brasil	17,8
Nova Iorque	Estados Unidos	16,6
Lagos	Nigéria	13,4
Los Angeles	Estados Unidos	13,1
Calcutá	Índia	12,9
Xangai	China	12,9
Buenos Aires	Argentina	12,6

Fonte: ONU / IBGE / Fundação Seade

(1) Aglomerado Urbano é o território contíguo habitado com densidade residencial, desconsiderando-se os limites administrativos

(2) Refere-se à Região Metropolitana de São Paulo

Por ser, a cidade de São Paulo, um dos principais centros emissores de turismo do país, torna-se de grande importância ressaltar os cursos e instituições existentes, principalmente na área ambiental em virtude dos alunos desses cursos serem potenciais consumidores do ecoturismo e, principalmente, do turismo científico.



Os cursos de maior destaque são: Geologia e Geociências e Educação Ambiental, ambos ministrados no Instituto de Geociências, IGC/USP, Biologia pelo Instituto de Biociências, IB/USP, Geografia pelo Departamento de Geografia / FLG - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Mestrado em Ciência Ambiental pelo Procam/USP, MBA em Gestão e Tecnologias Ambientais pela Escola Politécnica, POLI/USP e Especialização em Gestão Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública, pós-graduação em Gestão Ambiental realizado pela Cetesb – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e Técnico em Meio Ambiente pelo Senac Ambiental. Não pretende-se com essa lista esgotar o universo existente na cidade de São Paulo, apenas demonstrar o potencial que esse segmento representa.

Curitiba é, também, uma cidade significativa nesse contexto. Localizada no estado do Paraná, conta com um PIB de U\$ 12,1 bilhões/ano, tem renda per capita de aproximadamente U\$ 8 mil/ano, contra uma média nacional de U\$ 5 mil/ano.

É a única cidade brasileira a entrar no século 21 como referência nacional e internacional de planejamento urbano e qualidade de vida. Em março de 2001, uma pesquisa patrocinada pela ONU apontou Curitiba como a melhor capital do Brasil pelo Índice de Condições de Vida (ICV). Reconhecida nacional e internacionalmente por soluções urbanas inovadoras, a cidade tem o mais eficiente sistema de transporte coletivo do país e ostenta o índice de 55 metros quadrados de área verde por habitante, o que a faz ser considerada a Capital Ecológica do Brasil.

Curitiba também conta com excelentes instituições educacionais de nível superior, portanto os estudantes dos cursos relacionados ao meio ambiente podem ser considerados um público em potencial para a prática do turismo de estudos do meio, e que devido a proximidade com a cidade de Curitiba o Vale do Ribeira torna-se o lugar ideal para essa prática.



Dentre as principais instituições destacam-se: Universidade Livre do Meio Ambiente, que oferece inúmeros cursos na área ambiental, a Universidade PUC – Paraná, que conta em Curitiba com os cursos de Biologia e Engenharia Ambiental e a Universidade Federal do Paraná /UFPR, com os cursos de Biologia e Engenharia Florestal.

Convém mencionar ainda, que existe um outro público potencial para visitar a região do Vale do Ribeira, os estudantes do ensino fundamental e ensino médio da rede privada e, também, pública que costumam realizar viagens técnicas de um dia, tanto para aprimorar o aprendizado nas disciplinas relacionadas ao meio ambiente (ciências, biologia e geografia) como também em história.

Outro público que pode ser considerado mercado potencial para o Vale do Ribeira é o de *backpackers* estrangeiros, ou, mochileiros. Entre 1998 e 2000 o Estado de São Paulo apresentou-se como destino de um grande número de turistas estrangeiros que hospedaram-se em albergue da juventude, ficando em 5º lugar .

De uma maneira geral o perfil desses turistas é o seguinte: estudantes (31,1%), sexo masculino (68,4%), idade entre 18 e 24 anos (45,1%), tipo de acomodação mais utilizada – albergues da juventude, seguido por pousadas. Quanto às atividades praticadas a grande maioria (44,7%) pratica esportes de aventura sendo os principais esportes: *trekking* (31%), mergulho (22,2%), *rappel* (13,3%), *rafting* (11%), ciclismo (6,7%) e surf (22%). A porta de entrada para 67,6% dos turistas é a região sudeste(67,6%) e 89,3% dos turistas disseram que pretendem voltar ao Brasil.

A imagem que o Brasil deixa para esses visitantes é de um povo amigável, de um país maravilhoso em relação a natureza, de belas praias, de diversidade cultural, mas também de desigualdades socioeconômicas e muita pobreza.



É notório o potencial que o Vale do Ribeira tem para a atração dos *backpackers* estrangeiros. Seus interesses e anseios coincidem bastante com o cenário do Vale, de belas praias, atrativos naturais e culturais riquíssimos e da prática de esportes radicais e esporte de aventura.³⁶

8.9. Aspectos quantitativos

A maior dificuldade deste estudo de demanda foi, sem dúvida alguma, a inexistência de um banco de dados com informações sistematizadas sobre a quantidade de turistas que visita a região do Vale, anualmente.

A solução encontrada para, pelo menos estimar, um fluxo médio foi recorrer aos postos policiais ao longo da rodovia, em busca do fluxo de veículos.

A análise dos números indica que, em algumas regiões como, por exemplo, Ilha Comprida, o fluxo de visitantes aumentou no decorrer dos últimos três anos, principalmente, após a inauguração da ponte que liga Iguape a Ilha, no ano de 2000. Com o acesso facilitado, houve um aumento significativo de fluxo, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Iguape / Ilha Comprida

TRAVESSIA VEÍCULOS Balsa + PONTE	TOTAL DE VEÍCULOS POR ANO
ANO 2000	388.791
ANO 2001	491.379
ANO 2002	514.824
ANO 2003 (dados até abril)	191.261

FONTE: Prefeitura da Ilha Comprida

³⁶ Fonte: Turistas estrangeiros backpackers em viagem pelo Brasi : perfil dos viajantes e características da viagem, 2003. Rui José de Oliveira. Tese de mestrado, Escola de Comunicação e Arte/Universidade de São Paulo.



O aumento do número de carros entre 2000 e 2001 foi de cerca de 20,87% . Entre 2001 e 2002, o crescimento foi de 4,55%. Estima-se que em 2003 o percentual de crescimento deva se manter no mesmo patamar. De acordo com os dados levantados até o mês de abril, o número de veículos permanece estável, com exceção do mês de Janeiro, que teve uma queda de 7,5% em comparação a janeiro de 2002.³⁷

É interessante salientar que a queda no fluxo de veículos é intensa de um mês de alta estação para um mês de baixa³⁸, como por exemplo, de janeiro para agosto de 2001 houve um decréscimo de 64,16% no número de veículos, já nos mesmos meses de 2002 a queda foi um pouco menor, 57,53%. Conclui-se diante de tais dados que a população do Vale aumenta consideravelmente nos meses de férias.

Identificaram-se, também, alguns dados dispersos que ajudam a entender a relevância do segmento ecoturístico na região do Vale do Ribeira. O Parque Estadual de Intervales – PEI é uma importante área de pesquisa, educação e conservação ambiental. É, sem dúvida, o melhor preparado para trabalhar com a questão do turismo e o único que tem preocupação em conhecer o perfil do turista que o visita. As informações abaixo mostram o fluxo de visitantes entre os anos de 1999 e 2002.

ANO	NÚMERO DE VISITANTES - PEI
1999	13.470
2000	9.396
2001	10.477
2002	9.799

FONTE: Sede administrativa do PE Intervales

³⁷ Dados do demonstrativo de pedágio obtidos na Empresa Pública Bimunicipal Iguape/Ilha Comprida

³⁸ Entende-se como alta estação, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro e baixa estação o restante do ano.



Nota-se que, 1999 foi o ano do ápice de movimento do parque. O ano de 2000 foi marcado por uma queda representativa em torno de 30,24% no número de visitantes, o fluxo voltou a crescer em 2001. Novamente, de 2001 para 2002, o número de turistas decresceu. O controle feito até maio de 2003 indica que o movimento deste ano deverá ser maior do que o do ano passado.

O PEI é um exemplo de experiência ecoturística no Brasil. Sua área abrange quatro municípios: Ribeirão Grande, Iporanga, Eldorado e Sete Barras. A comunidade foi envolvida e valorizada, e atualmente a receita turística ajuda na manutenção para a preservação do meio ambiente.

Em conjunto com o PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), a Estação Ecológica Xitué, no município de Ribeirão Grande e o Parque Estadual Carlos Botelho, nos municípios de São Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Sete Barras e Tapiraí, o PE Intervalles recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Natural da Humanidade, fazendo parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Isso reforça seu papel fundamental tanto para o desenvolvimento do ecoturismo, como para o meio ambiente.³⁹

O aumento no fluxo de visitantes na região do Vale do Ribeira, de acordo com a opinião dos profissionais que trabalham nos postos da Polícia Rodoviária na Rodovia Federal Regis Bittencourt, é notável nos meses de alta estação, bem como nos principais feriados, Ano Novo, Carnaval e Páscoa, podendo ser duas vezes maior comparado com os meses de baixa estação.

O número de veículos que trafegam em direção a região sul do país parando ou não em algum município do Vale, segundo estimativas, é de três ou mais vezes que o normal nos meses de verão, em especial, o mês de janeiro.⁴⁰

³⁹ http://www.ambiente.sp.gov.br/parque_intervalles

⁴⁰ Valores estimados pelos postos da Polícia Rodoviária Federal de Registro e Miracatu, devido à ausência de pedágios em alguns pontos da rodovia.



8.10. Considerações Finais

Embora o Vale do Ribeira enfrente crônicos problemas de falta de infra-estrutura e pouca divulgação de seus atrativos na mídia, a região tem recebido turistas com os mais diversos tipos de interesse.

Uma das possibilidades para se explicar tal fato é que os principais destinos concorrentes estão localizados a longas distâncias da capital paulista, o que pode dar ao Vale do Ribeira uma certa vantagem competitiva.

O presente estudo detalhou aspectos importantes do perfil da demanda mais expressiva da região: o ecoturista.

Para poder comparar o perfil típico de um ecoturista brasileiro com aquele que visita o Vale, o estudo levantou que o primeiro tem o seguinte padrão:

- Seus roteiros preferidos encontram-se no Nordeste ou no Pantanal Mato-Grossense;
- É, em sua maioria, empresário ou estudante;
- Pertence à classe média ou alta;
- Tem, em média, mais de 31 anos de idade;
- Maioria é do sexo feminino;
- Tem uma alta escolaridade;
- Viaja pelo menos uma vez ao ano, majoritariamente entre janeiro e abril;
- A principal motivação que o leva a viajar é o lazer e também poder relaxar diante da Natureza;
- Geralmente viaja sozinho;
- Permanece de 3 a 5 dias no destino;
- Na maioria dos casos utiliza o avião como meio de transporte.



Valem ser destacados, ainda, os seguintes aspectos:

Nível de cultura e escolaridade avançada. O ecoturista geralmente prefere roteiros alternativos pois não se contenta com pacotes turísticos já “massificados”. Busca entrar em contato com a Natureza, como modo de fugir da agitada vida que leva nos grandes centros. Outro interesse que o motiva a viajar é a oportunidade de conhecer novas pessoas e fazer novos contatos. Existe um destacado interesse pela realização de esportes de aventura (*trekking, rafting, rappel, tirolesa, cascading, bóia-cross, canyoning, caving, etc*), que vem crescendo no Brasil, porém ainda é restrito a públicos com alto poder aquisitivo e geralmente com elevado nível educacional.

Nível socioeconômico bastante elevado. A dificuldade na operação dos roteiros implica num preço maior para a realização dos mesmos, o que faz com que esse *demarketing* exclua o turismo de massa de suas atribuições. Portanto, a demanda é pouco flexível e baseada em pessoas de alto poder aquisitivo.

Perfil jovem. A maioria dos turistas tem mais de 31 anos de idade e isso é explicado pela natureza de tal tipo de turismo. Vários dos atrativos pressupõem força física característicos da juventude.

A forte ausência de elementos culturais em seu cotidiano. A falta de comidas típicas, por exemplo, motiva os turistas das grandes metrópoles a conhecer alimentos, pratos típicos e seus modos de preparação até então por eles desconhecidos. Exemplificando, um executivo de uma metrópole acostumado a se alimentar em *fast foods* fica maravilhado diante de um alimento desconhecido, desde suas técnicas agrícolas, sua preparação e até seu modo de servir.



Perfil básico do Ecoturista do Vale do Ribeira

Uma análise mais apurada do ecoturista que se dirige ao Vale mostra que ele tem, basicamente, as seguintes características:

- Primordialmente, vai a roteiros como PETAR ou Tapiraí;
- É, na maioria, mulher;
- Tem alta escolaridade na grande maioria dos casos;
- Possui entre 21 e 30 anos de idade;
- Pertence à classe alta;
- Tem por hábito viajar uma vez a cada dois anos;
- Costuma programar sua viagem entre janeiro e abril;
- Seu principal incentivo é o contato com a Natureza e o que aprende com ela;
- Viaja desacompanhado na maioria das vezes;
- Permanece de 3 a 5 dias no destino;
- Gasta em média R\$ 90,00 no Vale;
- Geralmente locomove-se através de vans e ônibus.

Resumindo, o ecoturista que vai à região do Vale do Rio Ribeira de Iguape: prefere conhecer locais onde possa **praticar esportes de aventura** e onde conheça **formações espeológicas** raras, como o PETAR; portanto, infere-se também que é uma demanda majoritariamente **jovem**, com **elevada escolaridade** e com **alto poder aquisitivo**. Apesar disso, **Gasta menos** que em outros roteiros ecoturísticos, pela ausência de equipamentos turísticos e pela relativa **proximidade dos grandes centros** emissores, como São Paulo e Santos.



9. O RECURSOS HÍDRICOS E ATIVIDADE TURÍSTICA

O Vale do Ribeira é servido por diversos rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape. Faz limite ao norte com a bacia do rio Tietê, a oeste com o rio Paranapanema, ao sul, Iguazu e a leste pequenos cursos d'água da vertente atlântica. Suas sub-bacias são: São Lourenço, Itariri, Una da Aldeia, Jacupiranga, Pardo, Vertente Marítima Sul, Vertente Marítima Norte, Alto Ribeira, Baixo Ribeira, Alto Juquiá, Médio Juquiá, Baixo Juquiá.

O principal rio é o Ribeira de Iguape que, em seu primeiro trecho, atravessa um relevo bastante acidentado, recebendo afluentes encachoeirados, até atingir a planície costeira. Dentre seus principais afluentes, destacam-se: Turvo, Ponta Grossa, Pardo, Jacupiranga e Juquiá, sendo este o mais importante por conta de algumas usinas hidrelétricas (Usina de França, Usina de Fumaça, Usina de Porto Raso, Usina Alecrim e Usina Serraria, pertencente à Companhia Brasileira de Alumínio - CBA).

Os rios desta bacia são as principais fontes de abastecimento de água dos municípios do Vale do Ribeira, mesmo sendo sua distribuição precária e a poluição um problema ainda não solucionado.

Muitos dos municípios dispõem de sistemas de tratamento de esgoto, embora nem sempre a carga de efluentes seja coletada e tratada. As cidades que enfrentam maiores dificuldades são: Iguape, Juquitiba, Cajati, Apiaí e Registro, sendo que a última tem a sua situação agravada devido às enchentes.

Outro problema recorrente é a contaminação dos rios por metais pesados e outros agentes tóxicos.



As atividades de mineração, principalmente de chumbo, são a principal causa desse tipo de contaminação em vários pontos do Alto Vale do Ribeira. "Com a drenagem dos rios e das águas pluviais, os poluentes acabam concentrando-se na região lagunar-estuarina de Iguape-Cananéia. Em Cananéia, por exemplo, foi constatada a presença de mercúrio utilizado pelos garimpeiros na extração de ouro e mineração"⁴¹.

Segundo dados da CETESB, a quantidade de lixo domiciliar gerada no Vale é de 84,2 ton/dia, o que corresponde a 0,4 kg/hab diariamente. Nenhum município da região dispõe de compostagem de lixo, sendo que apenas São Lourenço da Serra e Tapiraí trabalham em condições controladas. O restante joga os resíduos sólidos em lixões ou em valas, em muitos casos bastante próximos de corpos d'água ou em áreas onde o lençol freático se encontra a menos de três metros de profundidade, comprometendo seriamente a qualidade da água.

9.1 Navegabilidade

A navegação em rios é o meio de transporte economicamente mais recomendável dado o baixo custo de manutenção, do combustível e de mão-de-obra. Além disso seu baixo impacto ambiental e a vantagem do Brasil ser dotado de significativa rede hidrográfica, faz com que seja bastante defendido principalmente quando se trata do transporte de cargas.

Percebe-se porém, como destacam Braga e Tundisi, que "na região Sudeste, rios que deságuam no mar em território nacional apresentam obstáculos, como cachoeiras e corredeiras a poucos quilômetros da foz. Outros rios têm o seu direcionamento para o interior(...).

⁴¹ UGRHI - Diagnóstico.
<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/roestadual/sintesc/ugrhi11.htm>. Acesso em: 22 mai 2003.



Essas situações são desfavoráveis para a integração da navegação fluvial com a marítima.”(p.432). Por isso, para que um curso de água navegável como uma hidrovia interior seja viável, é necessário que haja intenção de dotá-lo de condições de operação e funcionamento, o que inclui a possibilidade de integração à infra-estrutura de transportes interiores adotadas, ou seja, interligá-la com os outros modais: ferroviário, rodoviário e dutoviário.

Do potencial navegável do Estado de São Paulo (cerca de 4.166 km), 330 km fazem parte do rio Ribeira de Iguape. As comunidades tradicionais que vivem ao longo de suas margens utilizam-no para transporte, fonte de alimentação e integração cultural. Além disso, o rio está ligado a um dos principais criadouros da vida marinha do mundo, complexo estuarino do Lagamar.

Atualmente, tem sido objeto de discussão a utilização do potencial navegável do Ribeira de Iguape para a implantação de uma hidrovia para transporte de cargas. A idéia surge como um meio alternativo capaz de desobstruir as rodovias e diminuir custos. Seria necessário, nesse caso, a construção de diversas barragens ao longo do rio e a desobstrução de alguns trechos⁴².

Entretanto, as comunidades ribeirinhas têm se manifestado contra a construção de barragens. Dentre os motivos apontados em seus constantes protestos estão: a necessidade de deslocamento dos moradores das localidades em questão, o desaparecimento do patrimônio cultural e, principalmente, a inundação de vastas áreas de Mata Atlântica, inclusive com a destruição de parte do patrimônio espeleológico.

⁴² RELATÓRIO da Situação dos Recursos Hídricos da UGRH 11.



9.2 Piscosidade, Piscicultura e Pesca

A piscicultura é uma atividade bastante antiga na região do Vale do Ribeira. Alguns dados indicam que ela acontece, desde a década de 30, com a chegada da colônia japonesa que começou a criar carpas.

Um levantamento de 1997, feito pelo Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação (CETEC), indicava que existiam 300 piscicultores na região, totalizando, aproximadamente, 1.220 ha. A produtividade média é de 8,83 ton/ha ano. As principais espécies criadas são carpa, tilápia, pacu, bagre africano, curimatá e piauçu. O destino da produção são os pesque e pagues da região, e em menor escala, os supermercados da Grande São Paulo.

Sabe-se que os pesqueiros viraram um grande atrativo turístico no Vale do Ribeira, que vem causando impactos ambientais consideráveis. Os peixes criados para serem pescados pelos visitantes vêm gerando sérios desequilíbrios nos rios da região. Isso porque as espécies exóticas estão escapando dos tanques de cultivo, principalmente em períodos de chuvas, causando danos às espécies nativas seja pela transmissão de doenças, seja pela competição por alimento ou áreas de reprodução. Estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisas do Litoral Sul, do Instituto de Pesca demonstram que, a cada ano, diminui o número de peixes que são de espécies nativas e aumenta o número de espécies exóticas.

Outro ponto importante a ser destacado é a questão da pesca artesanal ou industrial. Atividade econômica bastante importante, sustenta cerca de 2.500 pessoas na região de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida. Porém, em virtude da pesca predatória, diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos estão ameaçados de desaparecer, impactando diretamente no rendimento das famílias.



Um dos fatores que explicam essa ameaça é o não respeito ao período do defeso, que deveria ocorrer de outubro a dezembro. Sabe-se que um dos motivos do desrespeito é a questão da demanda. O defeso acontece justamente nos períodos de maior afluxo de turistas nos municípios. Diminuir a oferta, neste período, seria prejudicar a economia local.

9.3 Turismo, recreação e lazer

O potencial hídrico da região é um fator de destaque para o desenvolvimento turístico do Vale do Ribeira. Sabe-se que o ecoturismo vem se desenvolvendo, porém, ainda de forma pouco planejada e sem a infra-estrutura necessária. Da mesma forma o turismo de pesca, que já se destaca em algumas regiões.

Descidas de penhasco ou cachoeiras podem ser feitas na região do alto Ribeira. Já banhos de rio e mar, além, de passeios de canoa podem ser atrativos de todo o Vale. No médio e alto Ribeira, existe a possibilidade de se oferecer passeios como o bóia-cross (descida de corredeiras em bóias infláveis) ou rafting (descida de corredeiras em botes infláveis).

Os reservatórios poderiam ser pontos de recreação e lazer, como acontece por exemplo no Paraná, na UHE Pedro Viriato Prof. Parigot de Souza (município de Antonina), onde se pratica intensamente a natação e a pesca esportiva. Claro que algumas adaptações deveriam ser feitas, principalmente nos locais onde o acesso é difícil. O mais importante é remover eventuais restrições impostas pelos concessionários locais.



10. Produtos Concorrentes e Posicionamento de Mercado

❖ Avaliação dos Atributos

○ Pontos Fortes

1. A Região do Vale do Ribeira constitui-se em **um dos três grandes remanescentes em extensão do Ecossistema de Mata Atlântica do Brasil**, protegido por rígida legislação ambiental e em sua maior parte, inserida em Unidades de Conservação;
2. Esse *continuum* ecológico propicia imensa biodiversidade, tanto de flora quanto de fauna, sendo considerado **o mais rico ecossistema brasileiro**;
3. As condições ambientais regionais propiciam **notória qualidade do ar**;
4. A região possui ótima qualidade da zona costeira, com **vegetação de manguezais e de restinga, remanescentes singulares do litoral brasileiro**, valorizando a diversidade da fauna marinha;



5. A cobertura vegetal original, em algumas áreas de mata secundária, contribui para a qualidade de seus recursos hídricos, constituindo-se em **um dos mais significativos mananciais de águas superficiais do país**, com significativo potencial de uso recreativo por sua navegabilidade e piscosidade;
6. A geologia da região, com inúmeros afloramentos calcáreos, possui **uma das maiores concentrações de cavidades subterrâneas do país, com diferenciadas formações de espeleotemas**;
7. Sua acentuada geomorfologia apresenta **diversos tipos de paisagens, desde as montanhosas até as litorâneas** - a cobertura vegetal de espécies nativas se diversifica de acordo com seu sítio, o que também condiciona a diversidade da fauna;
8. Tais características topográficas, aliadas à abundância de cursos d'água superficiais, apresentam **grande quantidade de quedas d'água em inúmeros pontos de toda a região, inclusive em cânions**;
9. A região possui **grande sociodiversidade**, contendo desde comunidades quilombolas e indígenas, até as tradicionais litorâneas;
10. Tais peculiaridades socioculturais contribuem para a **preservação de várias manifestações populares**, constituindo-se também raros remanescentes do país e, em especial, do Estado de São Paulo;



11. Seu **rico histórico de ocupação**, inclui: assentamentos pré-históricos (evidenciados através das dezenas de sambaquis principalmente na planície litorânea); presença do homem branco anterior à expedição oficial de Martim Afonso de Souza (fato evidenciado em poucos pontos da costa brasileira e vinculado ao período do descobrimento) e, mais recentemente, de fluxos migratórios (onde destacam-se os japoneses); comunidades indígenas e quilombolas (também fatos raros no país); o fato Carlos Lamarca na região e a construção da história do período do regime militar; além de inúmeras edificações e conjuntos arquitetônicos e artísticos remanescentes (em especial de arquitetura colonial e neoclássica e que se constituem em bens tombados em âmbito municipal e estadual), decorrentes do processo de interiorização da ocupação do território brasileiro através de incursões em busca de ouro e minérios, dando origem a povoados e posteriormente cidades;

12. Há **envolvimento crescente da população regional em relação à atividade turística**, pois consideram-na uma das principais estratégias de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive em termos de sua participação em negócios do setor;

13. Tal mobilização comunitária também se traduz na **significativa quantidade de organizações civis organizadas do terceiro setor**, em sua maior parte, ligadas à promoção da questão ambiental, social e do ecoturismo, algumas delas com grande força institucional;



14. A **localização do Vale do Ribeira**, entre as capitais São Paulo e Curitiba, é amplamente favorável em relação à demanda, tendo em vista se constituírem nos principais núcleos emissores de turismo do país, contando com Aeroportos Internacionais, além de serem Estados em franca expansão econômica.

o **Pontos Fracos**

1. **Não há uma imagem do Vale do Ribeira enquanto destinação turística**, existindo apenas iniciativas isoladas de promoção de negócios e roteiros turísticos, seja por parte da gestão pública municipal, seja por parte da iniciativa privada local e de alguns núcleos emissores;
2. **As atuais condições de acesso e de circulação intermunicipais estão precárias**, acarretando limitação do afluxo de visitantes, do tempo de permanência da demanda efetiva, da qualidade da experiência turística, bem como da segurança dos usuários dos sistemas rodoviários, o que também implica na difusão de uma má imagem da região enquanto destinação turística pelos riscos à integridade física, além de dificultar a logística de abastecimento e de escoamento de produtos regionais;
3. **A infra-estrutura turística existente apresenta precária qualidade** - o conceito, dimensionamento, estrutura, serviços e processos de gestão dos empreendimentos carecem de aprimoramentos, em especial em termos administrativos e operacionais, bem como no que tange ao atendimento de grupos;



4. A **política de preços** da maioria dos empreendimentos e serviços oferecidos está incompatível com critérios mínimos de qualidade e, principalmente na relação custo-benefício de destinações concorrentes;
5. **A infra-estrutura de apoio ao turismo, seja urbana ou rural, é incipiente.** Há problemas de saneamento, em termos do tratamento de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, com importantes implicações na qualidade das águas superficiais;
6. **Algumas características das condições naturais limitam a demanda**, tais como a precipitação pluviométrica em determinadas épocas do ano, a confortabilidade térmica devido à temperatura e regime de ventos, bem como a presença de insetos e animais peçonhentos;
7. **O patrimônio cultural regional ainda não foi devidamente estudado e não é valorizado;**
8. Os solos, aliados à fatores ambientais (em especial a topografia acidentada e as condições climáticas), restringem a tipologia de culturas agricultáveis na região, que caracteriza-se por pequenas propriedades, inúmeras vezes com **situação fundiária irregular e por proprietários rurais descapitalizados e com dificuldades de acesso à tecnologias adequadas** – isso limita o aproveitamento dessa oportunidade de fomento ao turismo no meio rural, visando o complemento de renda, seja para desfrute da ambiência rural, seja como pontos de apoio logístico à incursões à áreas naturais distantes das áreas urbanas;



9. O **IDH – Índice de Desenvolvimento Humano** (ONU) da região é péssimo, sendo considerada a região mais crítica do Estado de São Paulo;

10. O nível de escolaridade da população regional é crítico, causando implicações à qualidade dos serviços prestados. O processo de municipalização da educação colocado pelo Governo Federal é inadequado às características regionais. A região carece de **oferta educacional** em nível superior (está prevista a abertura de um curso de Agronomia em Registro).

11. Há somente um centro de **capacitação profissional** em Turismo (escola técnica estadual em Iguape). As exceções são os cursos para Monitores Ambientais, profissionais que também desenvolvem serviços de guiagem de visitantes às áreas naturais e que são qualificados em iniciativas pontuais, sazonais e ainda carecem da valorização de seu exercício profissional, em especial nas UC's;

12. **Não há Políticas Municipais de Turismo.** As Prefeituras têm precariedade de recursos de diversas naturezas. Não há sinalização ou serviços de informação turística. Não se produzem ou sistematizam dados e informações turísticas, seja do comportamento da demanda ou da oferta turísticas, seja em termos da análise dos mercados concorrentes, acarretando prejuízo na ação conjunta com agentes distribuidores ou na captação de novos negócios e investimentos para o setor;



13. **Há desarticulação institucional**, seja em órgãos de âmbito municipal (relações horizontais dentro das prefeituras), seja em órgãos de âmbito estadual e federal (relações verticais nas três instâncias), seja entre as ações de organizações privadas ou do terceiro setor;

14. Há dificuldade na **estrutura das UC's** para seu uso público ordenado, carecendo de planos de manejo e melhor envolvimento das comunidades tradicionais e do entorno.

❖ **Avaliação do Macroambiente**

o **Oportunidades**

1. O valor ambiental desse *continuum* ecológico é reconhecido pela Unesco, que considera a Região como **Reserva da Biosfera**. Tal *status* potencializa o poder de articulação de parcerias inter-governamentais, além da própria captação de recursos internacionais;

2. Tais atributos contam com intenso **apoio e interesse de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais**, seja da área ambiental, seja da social (World Wildlife Fund, Conservation International, IUCN);



3. Há inúmeros programas e ações na região, em especial nas esferas estadual e federal, visando seu desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, tais como: a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, a Agenda Rural do Vale do Ribeira, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, o Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, o Programa Comunidade Ativa, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Meso-Região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, entre outros;
4. Da mesma forma, há o **interesse por parte de agentes distribuidores** de turismo (agências de viagens e operadoras de turismo) em relação às diversas possibilidades de aproveitamento turístico-recreativo na região, e que apontam uma aceitação muito boa da demanda de roteiros na região;
5. O processo de **duplicação das Rodovias** BR116 (São Paulo-Curitiba), SP270 (São Paulo-Sorocaba-Itapetininga), SP127 (Itapetininga-Capão Bonito) e SP258 (Capão Bonito-Itararé), bem como o gradativo funcionamento do **RodoAnel**, contribuem para a redução do tempo de deslocamento desde os núcleos emissores e para o aumento do tempo de permanência nas localidades de destino. O aprimoramento do Aeroporto de Registro, bem como o uso turístico do transporte ferroviário na Baixada Santista e no Alto Paranapanema podem possibilitar a diversificação das formas de acesso à região;



6. A localização do Vale do Ribeira está favorecida pela **tendência de viagens de curta e média distância**, condicionada pelo uso do tempo livre pela demanda de forma mais fracionada ao longo do ano;
7. Nesse sentido, outra tendência de mercado é o chamado **turismo de interesse específico**, que favorece a região por seu apelo à vivência na natureza, no meio rural, aos esportes ao ar livre, pesca, observação de fauna, aventura, entre outros;
8. No âmbito do Governo Estadual, a atividade turística encontra-se sob responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, o que pode favorecer o potencial do **turismo científico e de estudo do meio**, em especial no que tange às ciências ambientais;
9. O **Plano Nacional de Turismo**, recém-lançado pelo Governo Federal, sinaliza à diversificação de produtos, descentralização da gestão da atividade, parcerias com o setor privado, maior agressividade frente ao mercado internacional e inclusão social da demanda interna brasileira;
10. No **cenário internacional**, os tradicionais países emissores de turismo estão à busca de novas destinações, com foco na natureza, devido à saturação das localidades tradicionais e aspectos de segurança do viajante (terrorismo e saúde pública);



11. Cada vez mais, os **turistas tornam-se mais experientes e mais responsáveis** em termos de sua conduta socioambiental, o que possibilita uma amenização dos impactos decorrentes da visitação;

12. A possibilidade de **captação de recursos** do Banco Mundial para ações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente pode catalizar inúmeras intervenções principalmente no entorno das UC's.

o **Riscos**

1. Seu valor ambiental - aspectos intrínsecos da característica do ecossistema - e por consistir em significativo remanescente próximo a importantes núcleos emissores, também consiste em possível **pressão de demanda**, notadamente em áreas naturais, o que denota atenção devido a sua fragilidade;
2. **Acidentes na visitação à áreas naturais** (danos físicos decorrentes de atividades, animais peçonhentos, reação alérgica à insetos, etc) prejudicando a imagem desse tipo de experiência;
3. **Despreparo sociocultural das comunidades receptoras** (necessidade de educação para o Turismo visando à amenização de impactos negativos e desenvolvimento do espírito acolhedor da Hospitalidade);
4. **Expansão desordenada** da iniciativa privada no território (crescimento urbano desordenado – pressão imobiliária) e pressão de sua demanda no tempo (concentração no tempo livre das comunidades urbanas);



5. **Descontinuidade das ações governamentais** nas três instâncias;
6. **Ong's** destacam somente o ecoturismo em detrimento do potencial de vários segmentos de mercado em potencial na região, carecem de fortalecimento de suas imagens nas comunidades onde atuam, recursos financeiros para sua adequada operacionalização e da profissionalização de seu processo de gestão;
7. **Viajantes mais críticos e exigentes**, em especial do turismo internacional, irão demandar profissionalismo e condutas adequadas dos agentes econômicos;
8. Há necessidade de maior atenção dos órgãos públicos estaduais e federal no que tange à **linhas de crédito e financiamento**, bem como no suporte à estruturação de banco de dados de turismo;
9. **Aumento da concorrência** no mercado interno e internacional;
10. A geologia regional, marcada por afloramentos de calcáreo, também condiciona a **pressão da indústria**, em especial, para a fabricação de cimento, além das várias áreas de extração que prejudicam a paisagem (ruído e suspensão de partículas decorrentes do transporte de cargas);



11. A **crise de escassez de água doce** constitui-se em potencial fator de preocupação, em especial quando se refere ao sistema de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. A possibilidade de desvio de água da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape para suprimento das necessidades da Região Metropolitana de São Paulo pode trazer implicações não apenas à atividade turística, mas principalmente com sérios problemas aos ecossistemas envolvidos.



11. Análise da Competitividade e Proposições

❖ Diagnóstico da Atividade Turística no Vale do Ribeira

A Região do Vale do Ribeira enquanto destinação turística possui grande potencial. As especificidades de suas características naturais e sua peculiaridade sociocultural constituem-se em atributos singulares na oferta turística do Estado de São Paulo, do Brasil e em âmbito internacional.

Todavia, a atividade turística ocorrente no território objeto de estudo vem se dando se forma heterogênea.

Em termos da motivação de viagem, enquanto no litoral – Baixo Ribeira - há incidência do “turismo de sol e praia” (Iguape, Cananéia e Ilha Comprida), conciliado também por “peregrinações religiosas” (Iguape), na área do Alto Ribeira (em especial em Iporanga, Eldorado e Apiaí), o turismo caracteriza-se por interesse nas “cavidades subterrâneas” (cavernas, grutas e lapas), conciliado pelas possibilidades de “caminhadas na mata e banhos em rios e cachoeiras”.

Nas áreas próximas de grandes centros urbanos (Região Metropolitana de São Paulo e Sorocaba) – no Médio Ribeira, a demanda turística caracteriza-se por “segundas-residências” com finalidades de descanso (São Lourenço da Serra, Juquitiba e Tapiraí).

Tais formas diferenciadas de desenvolvimento turístico são condicionadas pela atratividade de seus elementos naturais e culturais, as condições de acesso às localidades, as facilidades em termos da infra-estrutura existente para abarcar a visitação e, principalmente, devido às necessidades e desejos da demanda consumidora.



Por outro lado, ao mesmo tempo em que se tem localidades em estágio “mais avançado” de desenvolvimento turístico, devido ao volume de fluxo, histórico de visitação ou dependência econômica na atividade, há várias outras localidades no Alto, Médio e Baixo Ribeira em que as possibilidades de desenvolvimento turístico dependem de inúmeros fatores em termos de implantação de infra-estrutura, de promoção de vendas e mesmo força de atração da demanda.

Considerando-se o interesse das comunidades regionais no desenvolvimento do turismo, haja vista que é uma das principais alternativas em conjunto com a atividade agrícola e minerária, há crescente expectativa de que a atividade responda às necessidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de toda a Região.

Mesmo tendo um sítio privilegiado – entre dois Estados da Nação bem inseridos em termos de renda per capita, há fatores limitantes e restritivos para seu desenvolvimento turístico.

O primeiro aspecto de destaque se refere às difíceis condições sociais e econômicas de toda a Região, fato que se arrasta há mais de três décadas, legado da implantação das unidades de conservação ambiental e devido a Região não ter sofrido processo de industrialização, assim como ocorreu em outras Regiões do Estado de São Paulo.

As condições de acesso desde os núcleos emissores para a Região limitam um maior afluxo e que também fica restrito devido à qualidade das instalações e serviços. Cabe no entanto destacar, que a timidez do tipo de infra-estrutura instalada não faz com que o turismo deixe de se desenvolver em vários pontos, seja pela baixa exigência e/ou tolerância da demanda pelo padrão do equipamento e dos serviços prestados, seja pelo potencial dos atrativos regionais que justificam o deslocamento sem o conforto esperado.



Há no entanto, problemas estruturais que comprometem o uso sustentável dos recursos para fins turísticos, a saber: inexistência de planejamentos urbanos e ambientais, enfraquecimento das instituições públicas municipais, desperdício de investimentos públicos estaduais por duplicação de esforços, e também, inexistência de uma marca regionalizada, que potencialize a congregação de todas as boas características que compõem os municípios da Região, inclusive em termos de agregar valor na composição de produtos turísticos que sejam complementados por municípios localizados na Região do Alto Paranapanema (outra Bacia Hidrográfica – como Itararé, Bom Sucesso do Itararé, Ribeirão Branco, Guapiara, Ribeirão Grande, Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Piedade, entre outros) ou mesmo em outro Estado (Meso-região, abrangendo municípios do Estado do Paraná, em especial no caminho à Curitiba), extrapolando os municípios que compõem a Bacia do Rio Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que a Região do Vale do Ribeira apresenta-se como objeto abrangente e complexo, com problemas estruturais e históricos, ela é alvo de inúmeras iniciativas governamentais através de programas de diversas naturezas, interesses do terceiro setor local, nacional e internacional, bem como pela iniciativa privada que identifica o potencial econômico do turismo, tanto para o mercado interno, quanto até mesmo para o mercado internacional.

Esse interesse de organizações de diversas naturezas, bem como a expectativa e necessidades sociais da população regional, ao mesmo tempo em que pressionam pela eficácia das ações intervenientes na área, também devem ser interpretadas como oportunidades, talvez nunca antes vistas, de trabalho convergente, sinérgico e potencializador de soluções para questões as quais o setor público, privado e terceiro setor têm tido dificuldades de solucionar isoladamente.



Cabe a esse grupo conjugado de atores, doravante, mobilizar a opinião pública e articular ações conjuntas para tornar efetivos resultados decorrentes de esforços convergentes, seja para viabilizar as possibilidades de desenvolvimento turístico, seja para tratar questões estruturais relativas ao seio social, cultural, ambiental, econômico e político.

❖ **Prognóstico da Atividade Turística no Vale do Ribeira**

Tendo em vista esse retrospecto, caso não ocorram intervenções na perspectiva analisada, podemos ter um lugar com exponencial aumento de complexidade – cada vez mais difícil de ser gerido, haja vista a disputa de interesses das organizações envolvidas, das lideranças à frente dessas iniciativas, bem como pela falta de articulação entre o público e o privado, características cada vez mais marcantes ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, a coalizão de esforços pode reduzir o tempo de solucionamento dos problemas, custos para consolidação das tarefas, bem como fortalecimento institucional para todas as partes. Nesse sentido, a definição de uma agenda comum – e em prol do desenvolvimento da população do Vale do Ribeira, pode ser o início de uma nova história, e que deverá contemplar estratégias e ações definidas de maneira convergente, respeitando as identidades de cada organização colaboradora, balizados pelos pressupostos do Turismo Sustentável.



❖ Diretrizes Estratégicas e Pressupostos para o Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística

o *Sistema Oficial Regional de Turismo*

Para garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira - ***ecologicamente suportável à longo prazo, economicamente viável, e, social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais***, estabeleceu-se que a Política Regional de Turismo se instrumentalizará por meio do Sistema Oficial Regional de Turismo, que está assim constituído:

I - Pela **Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira**, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ligada ao MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar⁴³, órgão executivo responsável pela coalizão regional para maior interação dos esforços municipais, bem como para promoção institucional do Vale do Ribeira e parceiro co-gestor do turismo receptivo municipal. Responsabiliza-se ainda pela articulação inter-institucional de ações e programas advindos de outras pastas ministeriais ou estaduais, a fim de potencializar recursos de diversas ordens e evitar sobreposição de esforços (Ministério de Turismo, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Meio Ambiente, Ministério da Cultura, Ministério de Integração Nacional, entre outras no âmbito federal; Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Cultura, Secretaria de Economia e Planejamento, entre outras no âmbito estadual);

⁴³ Esta estrutura parte da premissa que as atividades de Turismo e Agricultura constituem-se em meios para contribuir para a atividade-fim, a melhoria da qualidade de vida das comunidades do Vale do Ribeira.



II - Pelo **Conselho Regional de Turismo**, órgão colegiado de caráter deliberativo, co-gestor do Sistema Oficial Regional de Turismo, fórum oficial de estabelecimento e aprovação de estratégias e ações macroregionais visando ao desenvolvimento turístico dos municípios que compõem a Bacia do Rio Ribeira de Iguape - composto por organizações públicas, privadas e terceiro setor interessadas, constituído, majoritariamente, pela iniciativa privada e participação comunitária, em detrimento de representações indicadas pelas gestões públicas municipais⁴⁴;

III - Pelo **Fundo Regional de Desenvolvimento Turístico**, gerido pelo Conselho Regional de Turismo e composto por dotação orçamentária oriunda do FUNDESVAR – Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e outras fontes de recursos, que visa promover e incentivar todas as ações e atividades de programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada e articulada;

IV - Pelo **Fórum Regional de Turismo**, órgão consultivo, de caráter de assessoramento da Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e do Conselho Regional de Turismo, fórum permanente de discussão sobre as estratégias e ações a serem desenvolvidas - composto por organizações públicas, privadas e terceiro setor interessadas. Constitui-se ainda em espaço para manifestação das coletividades do Vale do Ribeira, mesmo que não representadas em entidades não organizadas;

⁴⁴ Recomenda-se que o número de representantes, seja da gestão pública ou da comunidade, seja enxuto porém representativo, tendo em vista o custo financeiro para tomada de decisões (considerando que a Região engloba 23 municípios carentes), bem como dificuldades de quórum devido à agendas dos participantes.



V - Pelo próprio **PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a Região do Vale do Ribeira**, constante deste estudo, conjunto de princípios, diretrizes, estratégias e programas, instrumento de planejamento que visa ao desenvolvimento sustentável da atividade.

o **Objetivos da Política Regional de Turismo**

A Política Regional de Turismo tem, como finalidade maior, a promoção e o incremento da atividade turística, prioritariamente receptiva, como mais um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira.

A Política Regional de Turismo considera, ainda, como objetivos específicos:

I - Promover o desenvolvimento sócio-econômico regional, gerando renda e emprego, incrementando a infra-estrutura básica, e, aprimorando os serviços de saúde, educação, comunicação, transporte e segurança, bem como, através do apoio à integração sócio-cultural enriquecedora e da ratificação de seu democrático direito ao lazer;

II - Contribuir para a proteção do Patrimônio Ambiental, cooperando em suas perpetuação e conservação, incentivando seu desenvolvimento sustentável, e, promovendo sua valorização e a construção de uma consciência ambientalista;



III - Propiciar ao visitante uma experiência vivencial educativa, por meio da interpretação ambiental e da interação sócio-cultural harmônica, bem como, sua satisfação pelos serviços profissionais prestados;

IV - Fortalecer o Sistema Oficial de Turismo em todos seus âmbitos (municipal, regional, estadual e federal), principalmente por meio da articulação macroregional, ordenando as relações entre os diversos parceiros institucionais, orientando referencialmente o setor privado, e, priorizando a participação comunitária no processo de desenvolvimento;

V - Inserir a Região do Vale do Ribeira no mercado turístico, através de um marketing responsável, fomentando a atividade, e, realçando seu conceito diferenciado de viagem como imagem prioritária a ser difundida.

o **Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Gestão Pública**

As seguintes diretrizes representam propostas de articulação para as políticas de gestão, considerando-se os contextos dos respectivos mandatos e capacidades do órgão governamental e em cooperação aos esforços das empresas ligadas direta e indiretamente ao turismo.



1) Proteção do Patrimônio Ambiental

- ⇒ Cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional;
- ⇒ Cooperar, em parceria com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais, na conservação dos sítios geológicos, geomorfológicos e arqueológicos, bem como das áreas que dispõem de relevantes valores naturais, culturais, históricos e estéticos;
- ⇒ Apoiar e cooperar, em parceria com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais, na conservação da diversidade biológica ao nível das espécies, ecossistemas e variação genética inter-específica;
- ⇒ Apoiar e cooperar na implantação efetiva das unidades de conservação nos municípios e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica no município; incentivar o apoio às áreas protegidas, estimulando a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - R.P.P.N.'s, principalmente no entorno das U.C.'s mencionadas (Zonas Tampão);
- ⇒ Apoiar e colaborar no desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas sobre flora, fauna, endemismos, dinâmica de ecossistemas, genética das populações, efeitos da fragmentação e redução dos habitats e técnicas para regeneração e recuperação de áreas degradadas, entre muitos outros, para aprofundar o conhecimento da região;



- ⇒ Cooperar na organização e difusão da informação com a criação de um banco de dados sobre as unidades de conservação citadas, bem como das demais que compõem esse *continuum* ecológico;

- ⇒ Apoiar e cooperar, em parceria com os Conselhos Municipais do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, no aprimoramento da legislação e na criação de um plano de zoneamento territorial que normatize sua ocupação e utilização, e, no tombamento de todos os remanescentes municipais que ainda não se encontram sob proteção legal;

- ⇒ Colaborar na educação ambiental e formação e aprimoramento de profissionais;

- ⇒ Apoiar e contribuir na revisão dos programas agropecuários, minerários, energéticos, agroindustriais, condicionando-os à necessidade de preservação dos remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas associados.



2) Implantação e Adequação de Infra-Estrutura

- ⇒ Ressaltar a adoção ao *Princípio da Precaução*⁴⁵ em todas as operações e novos desenvolvimentos da atividade;

- ⇒ Incentivar junto a demais órgãos oficiais e privados o desenvolvimento de equipamentos ambientalmente responsáveis para o segmento turístico e promover a cooperação técnica nacional e internacional para o intercâmbio dessas novas tecnologias, seja para proteção ambiental, seja para a restauração de danos ao meio ambiente causados pelo turismo;

- ⇒ Integrar sempre considerações ambientais nas decisões econômicas, assegurando, que os custos ambientais sejam calculados na contabilidade de todos os projetos turísticos e encarregando-se no compartilhamento dessa responsabilidade por essas auditorias ambientais;

⁴⁵ “Para proteger o meio ambiente, medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos estados, segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas visando prevenir a degradação do meio ambiente”, Princípio 15 da Declaração de Rio de Janeiro/92.



- ⇒ Formar a base da diversidade econômica pelo desenvolvimento de infra-estruturas turísticas que também beneficiem os mais abrangentes interesses: apoiando proprietários de lojas, restaurantes e serviços de guias e monitores ambientais locais, cooperativas locais provedoras de serviços, bens e artesanato; encorajando o desenvolvimento de acomodações e facilidades turísticas baseadas nos domicílios locais já instalados; dando suporte à geração de taxas locais e pequenos empreendimentos e à economia da destinação, através da maximização da retenção dos rendimentos turísticos entre sua economia;

- ⇒ Cooperar com a S.M.A. na dotação de infra-estrutura e de recursos humanos indispensáveis à visitação das U.C.'s existentes no município, auxiliando, inclusive, na realização de seus Planos de Manejo, no apoio e promoção do conhecimento da economicidade turística de seus recursos naturais, na consignação de suas apropriadas dotações orçamentárias, na promoção da terceirização e na definição de critérios e normas de controle para viabilização de concessões de seus serviços e equipamentos turísticos, preferencialmente envolvendo comunidades locais;

- ⇒ Reivindicar e priorizar a regularização fundiária das áreas visitáveis de interesse turístico-recreativo, bem como em todas as demais onde haja necessidade.



3) Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo

- ⇒ Apoiar a aplicação de concessões governamentais e programas de financiamento para o desenvolvimento turístico fundamentados em princípios do turismo sustentável: no estímulo ao Estado à criação de bônus fiscais para empresas que envolvam as comunidades locais na prestação de serviços dos empreendimentos turísticos; nas proposições aos agentes financeiros para a facilitação ou a simplificação das linhas de crédito existentes, adaptando-as às características específicas do segmento *ecoturístico* e viabilizando seu acesso às comunidades, para a implantação dos serviços turísticos; na consignação, no âmbito do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, dotação de recursos para equipamentos públicos destinados ao aproveitamento do turismo em municípios participantes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo;

- ⇒ Articular com organizações não-governamentais interessadas, nacionais e internacionais, a possibilidade de cooperar técnica e financeiramente em projetos turísticos, assegurando a incorporação de efetivo gerenciamento ambiental como parte dos projetos operacionais e incentivando o financiamento a cooperativas voltadas para a produção de bens e serviços destinados ao turismo.



4) Fortalecimento e Interação Inter-Institucional

- ⇒ Promover em parceria com os órgãos competentes nas esferas federal e estadual, a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte, educação e comunicação nos municípios;
- ⇒ Melhorar a comunicação, a coordenação e o gerenciamento de recursos integrados com outros setores governamentais - principalmente dos órgãos oficiais de turismo municipais das Prefeituras e a S.M.A., assegurando que recursos e valores turísticos sejam completamente identificados e providos de planejamento;
- ⇒ Colaborar com a iniciativa privada no estabelecimento e atingimento das metas, estratégias e planos de ação, e, envolver a máxima quantidade de associações sociais no processo de desenvolvimento, consultando a mais vasta variedade de associações locais, incluindo ONG's, de forma a integrar interesses públicos e privados;
- ⇒ Promover e apoiar eventos para disseminação de informações sobre o turismo, principalmente seminários sobre o planejamento estratégico e gestão para o turismo;



⇒ Estimular um envolvimento maior entre Prefeituras, Câmara de Vereadores ONG's, CODIVAR, UVEVAR e Fóruns Regionais de Desenvolvimento, bem como dos representantes na Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Turismo e Fórum Estadual de Turismo, bem como nas relações entre Ministérios em assuntos pertinentes à Região do Vale do Ribeira nos assuntos ligados ao desenvolvimento turístico receptivo e regionalmente integrado.

5) Uso Sustentável dos Recursos e Atrativos Turísticos

- ⇒ Praticar e estimular a conservação de energia, incluindo a compra e o uso de equipamentos de energia alternativa e seleção de meios de transporte energeticamente econômicos;
- ⇒ Praticar e estimular a utilização adequada de materiais e o gerenciamento do desperdício, incluindo a redução do consumo, a re-utilização de produtos e a reciclagem por apropriados sistemas e processos;
- ⇒ Trabalhar com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais na minimização - e no esforço da eliminação - da emissão de poluentes que causem danos ambientais ao ar, água, solo, flora ou vida selvagem, principalmente nas áreas rurais dos municípios;
- ⇒ Utilizar recursos locais em detrimento dos importados, de maneira sustentável e apropriada, e, só importar bens quando absolutamente necessário, assegurando que estes sejam importados por meio de empresas locais;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

- ⇒ Trabalhar com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais no sentido de estabelecer uma melhoria na comunicação e cooperação com indústrias de outros recursos tais como reflorestamento, mineração, agricultura e energia, afim de proteger recursos turísticos de base e promover o uso sustentável do ar, solo, água, floresta e recursos da vida silvestre;
- ⇒ Proteger e fortalecer a herança cultural e histórica dos municípios, respeitando as carências, necessidades e direitos da comunidade local, e, desencorajando ativamente formas de turismo que causem ou contribuam para problemas sociais, como o turismo sexual infantil e prevenindo a ruptura social, o êxodo rural e que viáveis "ocupações tradicionais" sejam destituídas pela monocultura do turismo;
- ⇒ Trabalhar com a comunidade, a iniciativa privada e os devidos órgãos governamentais no sentido de desenvolver e incentivar experiências não-consumistas da vida silvestre e a assegurar que a prática da pesca sejam seguidas legalmente e de maneira ambientalmente sensata;
- ⇒ Colaborar com a iniciativa privada, organizações não-governamentais e comunidades locais no desenvolvimento de um turismo cultural autêntico, promovendo e mantendo uma genuína hospitalidade e o entendimento mútuo, e, valorizando as particularidades do Vale do Ribeira e seu senso de lugar, em detrimento de sua standardização como produto turístico;
- ⇒ Colaborar na recuperação de áreas degradadas, cooperando nas ações das organizações não-governamentais em atuação no município, para obter o máximo grau de eficiência;



⇒ Estimular a restauração e re-utilização adequada de edificações históricas, bem como a pesquisa, proteção e manutenção desse patrimônio.

6) Controle da Qualidade do Produto “Vale do Ribeira”

⇒ Assegurar, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Turístico do Vale do Ribeira, um ritmo, escala e tipo de desenvolvimento que protejam e respeitem as diversidades natural, social e cultural no município e, se possível, ressaltem essa qualidade ambiental, seus valores estéticos e comunitários;

⇒ Desenvolver e incentivar estudos, pesquisas, metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade (técnicas de valoração dos recursos turísticos, aperfeiçoamento dos Estudos de Impacto Ambiental, a sustentabilidade de projetos turísticos e técnicas de monitoramento para o dimensionamento dos impactos sociais, ambientais e econômicos⁴⁶, particularmente em áreas frágeis) - abrangendo o setor público e privado, como indicadores para o turismo sustentável, e inclusive, propondo às universidades esses temas para o desenvolvimento de teses e pesquisas, considerando no entanto, as opiniões, experiências e habilidades locais e assegurando que os resultados dessas pesquisas e quaisquer outras informações relevantes sejam disseminadas e disponíveis para as autoridades locais e nacionais, profissionais do setor e para o público em geral;

⁴⁶ “Capacidades de carga sociais, ambientais e econômicas” e “limites aceitáveis de mudança”.



- ⇒ Fiscalizar a operação dos empreendimentos turísticos identificando modelos de referência para os serviços e equipamentos, afim de que trabalhem dentro dos limites estabelecidos pelas capacidades de carga dos diversos atrativos e respeitem os *Princípios da Prevenção*, prevenindo a destruição da diversidade natural;
- ⇒ Incentivar a criação de um sistema auto-regulador na iniciativa privada, com a participação do consumidor, propondo formas de engajamento do turista no monitoramento e na atualização de inventários e pesquisas nas diversas áreas visitadas.

7) Conscientização do Turista

- ⇒ Provir serviços de informação para os visitantes que delineiem uma gama de experiências vivenciais de alta qualidade e permita uma maior compreensão, apreciação, enriquecimento e respeito pelos patrimônios natural, histórico-cultural e estéticos visitados, inclusive, estabelecendo ações abrangentes de divulgação do turismo, criando material informativo específico para as diversas áreas de destino do Vale do Ribeira;
- ⇒ Estimular oportunidades para interação residente-visitante (hospedeiro-turista) que sejam de interesses e benefícios mútuos;
- ⇒ Apoiar programas de educação ambiental formal, em todos os níveis, de maneira interdisciplinar;



⇒ Conscientizar os turistas de seu potencial impacto e de suas responsabilidades compartilhadas para com a sociedade local, educando-os antes da chegada, prestando esclarecimentos prévios sobre seu comportamento em relação à comunidade a ser visitada, informando-os sobre práticas e comportamentos nocivos aos atrativos naturais e culturais, e, até mesmo, incluindo Códigos de Conduta para Turistas na literatura aonde seja apropriada.

8) Conscientização Pública

⇒ Promover a conscientização dos diversos setores das Prefeituras, Estado de São Paulo e União, do Poder Legislativo, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo, promovendo workshops, encontros e outros eventos para debates, e, incluindo Códigos de Ética na literatura aonde seja apropriada;

⇒ Compartilhar os conhecimentos dos conceitos, princípios e práticas do turismo sustentável com outros municípios, regiões e comunidades e contribuir no desenvolvimento do turismo como instrumento para a compreensão do conceito da “Aldeia Global” e para a cooperação nacional e internacional;



⇒ Consultar e informar os residentes locais sobre as potenciais mudanças introduzidas pelo rápido crescimento do turismo e sobre os potenciais benefícios de um turismo não-intrusivo, assegurando o cumprimento da legislação e atentando para o tráfico ilegal de plantas, animais silvestres e objetos históricos, a profanação de locais sagrados, pesquisas arqueológicas não-autorizadas e a prevenção do esfacelamento de valores estéticos e culturais.

9) Formação e Capacitação de Pessoas

⇒ Estimular o desenvolvimento e a introdução dos conceitos, princípios e práticas do turismo sustentável na educação turística técnico-profissionalizante e em programas de treinamento, em todos os níveis, compreendendo a complexa natureza do turismo moderno e promovendo a conscientização ambiental para a gestão e a responsabilidade do turista junto à destinação, instruindo-o adequadamente, destinando, até mesmo, investimentos dos próprios rendimentos advindos do turismo;

⇒ Incentivar e desenvolver programas de capacitação no setor governamental municipal - no que tange ao planejamento e gestão do turismo - e no empresarial, a nível comunitário, treinando os recursos humanos locais para o gerenciamento e posições de liderança, objetivando o aproveitamento de oportunidades de negócios derivadas do turismo, inclusive, através de bolsas de estudos;



- ⇒ Incentivar a inclusão de conteúdos relacionados ao turismo no sistema de ensino, tais como: os impactos positivos e negativos do turismo nas comunidades hospedeiras, estatísticas e comportamentos do turista, inclusive como extensão curricular nas escolas agrícolas da região, e, estimular a educação multicultural, o aprendizado de idiomas e programas de intercâmbio em todos os níveis;

- ⇒ Promover e apoiar cursos e seminários para divulgação de técnicas e métodos de projeção de construção e operação de equipamentos turísticos ambientalmente responsáveis;

- ⇒ Aumentar o *status* dos recursos humanos locais, em todos os níveis, como um fator essencial do desenvolvimento turístico, promovendo um senso de orgulho no trabalho e de cuidados para com a destinação e a comunidade.

10) Marketing Turístico Responsável

- ⇒ Encorajar esforços cooperativos com a iniciativa privada para uma promoção que realce os recursos naturais, culturais e históricos do Vale do Ribeira, com produtos turísticos que apoiem as premissas do turismo sustentável e empresas que comercializem viagens que correspondam ao produto turístico e à experiência oferecida;



- ⇒ Assegurar junto aos meios de comunicação e empresas do setor que o marketing do turismo “verde” não seja meramente um artifício de venda, mas um efetivo instrumento que reflita uma sadia política e prática ambiental e, inclusive, utilizando os meios legais para coibir a propaganda enganosa e divulgando essas devidas empresas denunciadas;
 - ⇒ Desenvolver um marketing e estratégias promocionais que contribuam ao bem estar ambiental e cultural da comunidade do Vale do Ribeira, assegurando que não haja qualquer estereotipagem de âmbitos racial, sexual, cultural ou religioso entre as empresas ligadas ao turismo municipal;
 - ⇒ Atrair turistas bem informados e ambientalmente sensibilizados, para que possam compreender todo o ambiente natural, social e cultural visitado e os aspectos relativos às férias/viagem/lazer, aumentando sua satisfação como consumidor e o seu próprio respeito para com esses bens, e também, assumindo sua responsabilidade para com suas conservações.
- **Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor**
 1. Direcionar os objetivos econômicos no sentido da harmonia com a conservação dos recursos e valores ambientais, sociais, culturais e estéticos na formulação de suas missões, políticas, planos e processos de decisão;



2. Provir turistas com uma alta experiência turística, que contribuam com um alto nível de apreciação do patrimônio natural e cultural do Vale do Ribeira. Facilitar, tanto quanto possível, significativo contato entre hospedeiros e visitantes, e, responder aos interesses especiais de viagem dos diversos segmentos populacionais incluindo jovens, cidadãos da terceira idade e deficientes;
3. Oferecer produtos e serviços turísticos que sejam consistentes com os valores comunitários e o entorno ambiental. Reforçar e assegurar as características da paisagem, senso de lugar, identidade comunitária e benefícios gerados para a comunidade como resultado da atividade turística;
4. Formatar, desenvolver e comercializar produtos, equipamentos, serviços e infra-estrutura turística de uma maneira a qual balanceie objetivos econômicos com a manutenção e a segurança dos sistemas ecológicos, recursos culturais e recursos estéticos. Atingir o desenvolvimento e o marketing turístico num contexto de planejamento integrado;
5. Proteger e assegurar os recursos naturais, históricos, culturais e estéticos do Vale do Ribeira como um legado para as presentes e futuras gerações. Encorajar o estabelecimento de parques, reservas de vida selvagem, reservas particulares do patrimônio natural e outras categorias de áreas protegidas;
6. Praticar e estimular a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais, incluindo energia e a água;



7. Praticar e estimular o aproveitamento e gerenciamento de materiais, confiáveis ambientalmente, incluindo redução, reutilização e reciclagem. Minimizar e se esforçar para eliminar a liberação de qualquer poluição que cause danos ambientais ao ar, água, solo, flora e vida selvagem;
8. Reforçar a conscientização ambiental e cultural através de iniciativas de marketing;
9. Encorajar a pesquisa e educação do turismo que dê ênfase à ética, preservação do patrimônio e respeito à comunidade hospedeira e ao necessário conhecimento de base, para assegurar a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental do turismo;
10. Promover uma maior conscientização pública do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo;
11. Agir com o espírito de cooperação entre as empresas do setor e de outros relacionados à proteção e melhoria do meio ambiente e para a conservação de recursos e o atingimento do desenvolvimento balanceado e da melhoria da qualidade de vida nas comunidades do Vale do Ribeira.



12. Componentes e Condicionantes da Potencialidade de Desenvolvimento Regional e Municipal

Nesta última parte do estudo “Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape – Uma Análise das Condições e Limitações Sócio-econômicas ao Ecoturismo”, elencam-se propostas de ação para a gestão do turismo receptivo regional relativo ao **PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a Região do Vale do Ribeira**, plano estratégico de desenvolvimento turístico regional, instrumento de planejamento que visa ao desenvolvimento sustentável⁴⁷ da atividade.

Notadamente, para a efetiva implantação dessas ações, é imprescindível a concretização da estruturação administrativa-operacional na composição organizacional em âmbito regional, em especial, a efetiva operacionalização da **Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira** e do **Fundo Regional de Desenvolvimento Turístico**. À medida da evolução da atividade na região, a abrangência, complexidade e multicausalidade do fato e do fenômeno do Turismo exigirão uma atuação mais ativa desse organismo oficial, considerando-se sua importância social, econômica, cultural e ambiental.

Também constitui-se como fundamental, a co-gestão com o **Conselho Regional de Turismo** e do **Fórum Regional de Turismo**. Só a ampla participação da iniciativa privada local e da comunidade viabilizarão o compartilhamento da responsabilidade pelo monitoramento e constante controle da qualidade do produto turístico.

⁴⁷ Essa abordagem concede à atividade o “acesso” a linhas de financiamento não apenas da área do turismo, como também daquelas do meio ambiente. Além disso, há as possibilidades de investimento e parcerias pelas próprias organizações não-governamentais, sejam nacionais, sejam internacionais.



Ainda assim, foram identificados parceiros de interação, considerados importantes para a efetiva implantação do PDITS:

GRUPOS / AGENTES

Órgãos de Normatização e Deliberação:

- Ministério de Turismo
- Instituto Brasileiro de Turismo
- Conselho Nacional de Turismo
- Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Conselho Estadual de Turismo/SP
- Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
- Conselho Regional de Turismo
- Secretarias de Turismo dos municípios envolvidos
- Conselhos de Turismo dos municípios envolvidos

Órgãos e Linhas de Financiamento⁴⁸ e Incentivos

- FUNDESVAR
- FEHIDRO
- FUNGETUR⁴⁹

⁴⁸ São registradas aqui organizações governamentais e não-governamentais, com total ou parcial prioridade de atuação na Floresta Atlântica. Também são mencionadas linhas de financiamento do PNMT e outras do segmento turístico e para o desenvolvimento sustentável. Todavia, constitui-se em levantamento preliminar, existindo outras linhas de financiamento e de crédito aqui não mencionadas.

⁴⁹ Criado pelo artigo 11 do Decreto-Lei nº1.191, de 27 de outubro de 1.971, regido posteriormente pelo Decreto-Lei nº1.439, de 30 de dezembro de 1.975.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- BNDES - Programa Nacional de Financiamento ao Turismo (inúmeras linhas de crédito)
- FNMA
- PRONAF
- FINEP (MCT/Programa AUSC)
- PRODEM - Banco do Brasil
- Caixa Econômica Estadual
- BANESPA
- FAT
- Projetos de Execução Descentralizada - Programa Nacional do Meio Ambiente (MMA)
- Lei Estadual de Incentivo à Cultura (02/07/96)
- Lei 8313/91 Rouanet (relativo à incentivos fiscais à Cultura)
- Lei Estadual 9.146 (09/03/95, relativo à "Compensação Financeira por Área Protegida")
- Lei Estadual 8.510 (29/12/93, relativo ao "ICMS Verde")
- BID / Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD / Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial
- G-7 / Grupo dos Sete Países Mais Desenvolvidos
- GEF / Global Environmental Facility
- CIDA / Canadian International Development Agency
- Programa RAMSAR / Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional
- Fundação McArthur
- C.I. / Conservation International
- WWF / World Wild Life Found
- IUCN / União Internacional para a Conservação da Natureza



Órgãos de Articulação

- Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
- Conselho Regional de Turismo
- Ministério de Turismo
- PNMT
- PRODETUR/SE
- Comissão de Turismo Integrado/SE
- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
- Instituto Brasileiro de Turismo
- Conselho Nacional de Turismo
- Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- DADE
- Conselho Estadual de Turismo/SP
- Secretarias de Turismo dos municípios envolvidos
- Conselhos de Turismo dos municípios envolvidos
- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
- Rede Social do Governo Estadual de São Paulo
- Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira



Órgãos de Suporte à Política

- Ministério de Meio Ambiente
- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
- Secretaria de Biodiversidade
- Ministério de Desenvolvimento Agrário
- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- Secretaria da Agricultura Familiar
- Ministério da Cultura
- Programa Monumenta
- Secretaria do Áudio Visual
- Ministério de Integração Nacional
- Meso-Região de Guaraqueçaba e Vale do Ribeira
- Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério da Assistência e Promoção Social
- Ministério dos Transportes
- Ministério das Cidades
- Secretaria Estadual de Recursos Hídricos
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento
- Câmara Setorial de Tur e Lazer no Espaço Rural
- Agenda Rural
- Instituto de Economia Agrícola



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- CATI
- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
- SMA
- IF
- FF
- Programa de Ecoturismo
- Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade / PROBIO
- Programa Consumidor - Meio Ambiente
- SERT
- SUTACO
- Programa de Qualificação e Requalificação Profissional
- Programa de Geração de Emprego e Renda
- SEP / SEADE / CEPAM / FUNDAP
- Secretaria da Justiça
- ITESP
- Secretaria da Cultura
- CONDEPHAAT
- Programa de Áudio-visual
- CODIVAR
- Câmara Técnica de Turismo
- Fórum Regional de Turismo
- FCESP / SENAC / SEBRAE
- USP / UNICAMP / UNESP e Universidades Privadas
- INPE - Instituto de Pesquisas Aeroespaciais
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas



Grupos Meta / De Interesse

- Turistas Nacionais e Internacionais
- Agentes de Turismo Emissivo
- Agentes Culturais / Promotores de Eventos
- Veículos de Comunicação
- Organizações Não-Governamentais / Ambientalistas
- Vitae Civilis
- REMAVALÉ
- SINTRAVALÉ
- Organismos Internacionais / Órgãos Públicos Governamentais e Administradores Públicos / Agentes Financeiros
- Empreendedores e Profissionais da área de Turismo (transportes, hotelaria, alimentação, entre outros)
- Grupos Folclóricos e Culturais
- Comunidades localizadas
- Sítios histórico-arqueológicos
- Grupos de Artesãos
- Unidades de Conservação no Município e Região
- Outros afins

O escopo de ação estabelecido está ancorado em três macro-estratégias de desenvolvimento, elencado de acordo com suas prioridades. Tomando-se como cenário desejado que “o turismo no Vale é uma atividade econômica que contribui para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sócio-cultural e econômico de todas as comunidades do Vale do Ribeira. O Estado está presente e atua de forma articulada entre ações de níveis municipal, estadual, interestadual e federal.



A iniciativa privada e as organizações dos terceiro setor atuam com responsabilidade socioambiental e contribuem na significativa participação das comunidades”.

Assim, as macro-estratégias e seus objetivos são:

1ª) Aprimoramento da qualidade da experiência turística realizada no Vale do Ribeira, com foco no visitante, por meio da profissionalização dos serviços e incremento dos equipamentos turísticos:

- ↳ Desenvolver materiais promocionais adequados às condições da oferta turística hoje instalada, a serem distribuídos e/ou comercializados em postos de informações turísticas e para o varejo, que inclui também o treinamento para agentes distribuidores – incluindo viagens de familiarização;
- ↳ Melhorar as condições de acesso e de circulação do sistema viário, em termos das condições das estradas, sinalização horizontal e vertical, restrição de uso de algumas vias em horários específicos para transporte de carga, serviços de apoio ao usuário, informações sobre segurança e policiamento;
- ↳ Melhorar as condições de hospedagem, de alimentação, de entretenimento e de receptivo em geral (agenciamento, guarda-parques e monitores ambientais), por meio de treinamento para as práticas operacionais e de atendimento, assistência na reavaliação dos procedimentos administrativos e operacionais desses empreendimentos, gestão das políticas de preços e estratégias de vendas, e, através de acesso à linhas de crédito para readequação desses equipamentos;



- ↳ Melhorar a qualidade da informação ao visitante para sua melhor interpretação ambiental do produto Vale do Ribeira, bem como promover códigos de conduta para visitantes e operadores, visando sua melhor interação e integração sociocultural;
- ↳ Desenvolver *souvenirs* e artesanatos, bem como embalagens mais atrativas dessas lembranças, por meio de treinamento e técnicas/tecnologia.

2ª) Ordenamento do processo de desenvolvimento turístico no Vale do Ribeira, com foco nas localidades receptoras, por meio do planejamento físico-territorial e embasamento legal:

- ↳ Consolidar os Planos de Manejo de todas as Unidades de Conservação inseridas na área objeto de estudo, bem como a implantação da infra-estrutura e treinamento necessários para seu Uso Público;
- ↳ Consolidar a regularização fundiária das propriedades rurais inseridas na área objeto de estudo, em especial aquelas com potencial de transformação em RPPN's devido a sua capacidade de ampliação da cobertura vegetal, localização estratégica no apoio logístico à incursão de visitas no entorno, bem como oferta diferencial complementar às UC's;
- ↳ Consolidar os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, o Zoneamento Urbano Municipal, os Códigos de Obras e Edificações, os sistemas municipais de saneamento básico, bem como os Planos de Desenvolvimento Turístico Municipais, a expansão de segundas-residências e os sistemas de monitoramento dos impactos decorrentes da visitação;



- ↳ Consolidar a regularização dos agentes econômicos em operação no Vale do Ribeira, em relação a suas situações em âmbito federal, estadual e municipal, adequando as condições de emprego, trabalho e renda em oferecimento, bem como a propiciando a melhoria da qualidade de vida da Comunidade;
- ↳ Consolidar o sistema municipal, regional, estadual e nacional de Turismo através do fortalecimento institucional dos órgãos executivos, deliberativos e consultivos, bem como de suas ações e relações de forma articulada, integrada e sustentável, devidamente estruturado tecnologicamente e em bases de dados atualizados e permanentemente monitorados.

3ª) Consolidação do produto turístico Vale do Ribeira como destinação importante para o mercado interno brasileiro e referência internacional dentro do Estado de São Paulo:

- ↳ Desenvolver Plano de Comunicação visando a construção da imagem do Vale do Ribeira como destinação turística, cuja marca ateste padrões de qualidade dos serviços e equipamentos turísticos, bem como de padrões de qualidade ambiental, para empreendimentos e atrativos dos municípios envolvidos;
- ↳ Diversificar material promocional, trabalhando com o produto turístico Vale do Ribeira através de suas diversas embalagens, voltados para nichos de mercado específicos, bem como aprimorar os canais de distribuição no Brasil e no exterior, inclusive por meio de sistema integrado de informações e de reservas;
- ↳ Expandir as atividades turístico-recreativas em novas áreas, ampliando o leque de experiências/roteiros, aumentando a capacidade de absorção de visitantes e do seu tempo de permanência na região;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- ↳ Propiciar condições para o aumento da infra-estrutura turística ambientalmente amigável através da captação de novos empreendimentos e investimentos;
- ↳ Fomentar novas oportunidades de trabalho e de atividades para complementação de renda, seja em áreas urbanas ou rurais.

Para a consecução desses objetivos estratégicos, foram elencados programas e sugeridos alguns projetos a serem desenvolvidos. Note-se que, com relação aos prazos para execução desses programas, considerou-se o seguinte cronograma de prioridades:

- ◆ CP / Curto Prazo - dois anos (2004-2005);
- ◆ MP / Médio Prazo - quatro anos (2004-2007);
- ◆ LP / Longo Prazo - (2004-2011).



1) PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TURISMO - MP

Objetivo Geral:

Conscientizar todos os atores (os Poderes Executivo e Legislativo federal, estadual e municipais, a iniciativa privada - locais e dos núcleos emissores diretamente envolvidos com os municípios, as comunidades, os meios de comunicação locais e dos núcleos emissores - áreas de influência, além dos próprios turistas) envolvidos no processo de desenvolvimento turístico do Vale do Ribeira, sobre a importância da atividade turística para a sociedade contemporânea - esclarecendo seus impactos positivos e negativos nas destinações sob os vários âmbitos (social, econômico, cultural e natural), e também, sobre o próprio Turista (psico-sócio-cultural).

Objetivos Específicos:

- Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre importância da proteção (preservação e conservação) e da valorização do Patrimônio Ambiental (local, regional e da "Aldeia Global"), além da construção de uma consciência ambientalista;
- Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre a alternativa do Ecoturismo, como atividade importante para o desenvolvimento sustentável;
- Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre a importância econômica do Turismo moderno e seu potencial e efetiva representatividade para os municípios e região;
- Sensibilizar os diversos atores envolvidos - direta e indiretamente com o turismo receptivo municipais, sobre a importância da experiência vivencial para o Turista e suas responsabilidades para com esse processo (importância do bem-receber e da qualidade da prestação de serviços);



- Sensibilizar os próprios turistas e as comunidades locais (turistas potenciais) quanto aos impactos de seus comportamentos e atitudes, visando a adoção de Códigos de Conduta/Ética, colaborando com o estabelecimento de uma cultura para o Turismo Emissivo e Receptivo.

Encaminhamentos:

- Realização da campanha “Turismo Sustentável, Turista Responsável”;
- Desenvolver um manual para observação de aves e um guia de indícios de mamíferos, para a visita dos atrativos;
- Promover palestras dos monitores ambientais nas escolas municipais;
- Incentivar a comunidade escolar no processo de atualização dos inventários das ofertas turísticas, pesquisas de demanda, bem como para a elaboração de estatísticas;
- Promover a realização de concursos e exposições de fotos e pinturas dos atrativos e recursos turísticos, concursos sobre alimentos e bebidas regionais (“O Sabor da Terra”) e sobre histórias e causos dos municípios;
- Promover visitas técnicas aos atrativos e recursos turísticos naturais municipais (“Turista, Cidadão do Mundo”), como atividade complementar à educação formal;
- Promover visitas técnicas aos atrativos e recursos turísticos histórico-arqueológicos municipais (“Conhecer para Respeitar”), incentivando a participação da comunidade escolar através de atividades de ambientação de base histórica (vivência das atividades de extração de ouro e das atividades de técnicas de construção do Brasil Colonial - arquitetura tradicional paulista - “Taipa”);



- Promover os Festivais de Folclore, os grupos de danças e folguedos e as manifestações religiosas visando sua valorização e a manutenção de suas originalidades, singularidades e particularidades;
- Realizar, nos municípios, os projetos da EMBRATUR “Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo” e da campanha “Turista: Trate Bem que Ele Volta”;
- Promover o projeto “Viajar, é bom demais!”, abordando a iniciação ao turismo emissor e, ao mesmo tempo, debatendo as questões sobre o turismo receptor;
- Preparar material sobre o turismo nos municípios e região para os vereadores e membros de gestão das prefeituras;
- Preparar publicação sobre a contribuição das pessoas em ações no cotidiano, em relação ao meio ambiente, tanto para turistas quanto para moradores locais;
- Desenvolver material específico para as agências de turismo para a adequada orientação da conduta de seus turistas e da própria atuação da empresa.

2) PROGRAMA DE MACROZONEAMENTO TURÍSTICO REGIONAL - LP

Objetivo Geral:

Condicionar a intensidade de uso e a forma de ocupação das diversas áreas dos municípios, de acordo com a legislação ambiental vigente e através de incentivos municipais, adequando a implantação dos diversos equipamentos turísticos de acordo com os padrões delineados nessas zonas.



Encaminhamentos:

Apresentar projetos de lei estabelecendo esse macrozoneamento turístico regional, de forma integrada em âmbito intermunicipal devidamente embasada na legislação em cada um dos municípios, e a realização de micro-divisões, apresentando o uso e ocupação em maior detalhe (áreas de recepção, de serviço, de atividade restrita, intermediária e intensiva, e de ligações e corredores), balizado em três categorias de áreas:

- **Área de Proteção Integral:** São áreas de domínio público estadual, onde se localizam as UC's.
- **Área de Uso Condicionado:** São as áreas de caráter privado localizadas sob domínio de APA's e dentro das Zonas Tampão (10km de faixa no entorno) das UC's, onde dever-se-á apresentar projetos de lei da criação de Áreas de Proteção Ambiental Municipais na área de Uso Condicionado, objetivando: disciplinar a ocupação do território de modo a garantir as condições ambientais necessárias à sobrevivência da vida animal e vegetal; possibilitar a implantação de empreendimentos que comprovadamente não venham a causar impacto negativo nos meios físico e biológico; divulgar a necessidade da defesa dos meios físico e biológico, engajando a comunidade nesse processo de preservação; subsidiar a elaboração de planos e programas de ação de modo a garantir a preservação, bem como a melhor forma de utilização dos recursos naturais potencialmente exploráveis; e, realçando a necessidade do turismo monitorado, notadamente relacionada à segurança dos visitantes;
- **Área de Uso Intensivo:** São as áreas restantes, incluindo as áreas urbanas, onde dever-se-á promover a recuperação das áreas degradadas, e o reflorestamento de mata nativa visando o estabelecimento de corredores biológicos nos municípios.



3) PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO DAS UC's E EMPRESAS TURÍSTICAS - CP

Objetivo Geral:

Cooperar na operacionalização da gestão, prioritariamente àquelas atividades ligadas à visitação turístico-recreativa e também daquelas voltadas à pesquisa científica e educação ambiental/estudo do meio.

Encaminhamentos:

- Incentivar o treinamento para atualização e aperfeiçoamento dos serviços de recepção, promoção de vendas e sistemas de reservas, monitoria, cozinha e governança, e, auxiliar na modernização dos equipamentos e utensílios de hospedagem e alimentos e bebidas;
- Cooperar na efetiva implantação dos centros de visitantes (acervos - incluindo as cópias das pesquisas desenvolvidas nas UC's, seus históricos, funções das UC's, instrumentos para a educação ambiental, etc) e de eventos (levantamento de todos já ocorridos nas UC's, aquisição de novos equipamentos, adequação da infra-estrutura, etc);
- Zelar pela manutenção paisagística das áreas de uso intensivo, desenvolvendo estudos sobre sua reprogramação visual e distribuição espacial das edificações/atividades visando o incremento da visitação;
- Estimular o desenvolvimento de Cooperativas de Serviços em Turismo e Hospitalidade em todos os municípios;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Promover estudos mais detalhados sobre as capacidades de carga de cada atrativo, atualmente visitados, possibilitando a ampliação da capacidade de recepção de maior quantidade de visitantes, prioritariamente pela monitoria (capacitação de novos recursos humanos);
- Colaborar na melhoria das atividades de piscicultura, fruticultura, horticultura, agricultura orgânica, viveiro (plantas ornamentais, aromáticas e medicinais) das propriedades rurais nos municípios e na melhoria da instalação dos pontos de venda desses produtos, *souvenirs* e artesanatos locais e regionais (incluindo ateliês para atividades dos visitantes) e de alimentos e bebidas para o incremento de receita;
- Incentivar o desenvolvimento de materiais artesanais para eventos;
- Otimizar a distribuição do produto UC's, principalmente para grupos, diversificando os nichos de mercado;
- Estabelecer o *Calendário dos Dias Azuis*, da EMBRATUR, identificando os períodos de baixa estação e de tarifas reduzidas (campanha "Viva o seu país. É o seu Brasil brasileiro");
- Auxiliar na diversificação da demanda para os períodos de baixa estação, aderindo ao Projeto *Clube da Maior Idade*, da EMBRATUR, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade das prefeituras municipais, incentivo o turismo estudantil – científico e para estudos do meio, entre outros nichos de mercado;
- Estabelecer um mecanismo de divulgação institucional, através do trabalho de relações públicas e assessoria de imprensa para maior aproximação e interação com as comunidades locais, regional, estadual, nacional e internacional;
- Disponibilizar roteiros fora dos limites das UC's, integrando outros circuitos de visitação dos municípios.



4) PROGRAMA DE INFORMAÇÃO, ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO DO TURISTA - CP

Objetivo Geral:

Apoiar o visitante durante sua permanência nos municípios, fornecendo informações corretas e serviços que propiciem uma alta qualidade da experiência turística.

Encaminhamentos:

- Articular e zelar pelas boas condições de acesso ao município - incluindo a sinalização de trânsito (faixas, "olhos de gato" e placas), a manutenção das pistas para o tráfego (recapeamento e duplicação das estradas, bem como da manutenção dos leitos carroçáveis; prioridades para ações na BR116 (São Paulo-Curitiba), SP270 (São Paulo-Sorocaba-Itapetininga), SP127 (Itapetininga-Capão Bonito) e SP258 (Capão Bonito-Itararé) e nas vicinais dos municípios (restrição da circulação de veículos pesados) e no apoio a todas às iniciativas privadas e governamentais nesse sentido - aumentando a segurança para os usuários, o potencial de maior uso, além do tempo de permanência nos próprios municípios;
- Manter as condições de tráfego nas diversas áreas de circulação (vicinais) dos municípios, através do cascalhamento e constante monitoramento da trafegabilidade dessas estradas, bem como da implantação da sinalização de trânsito convencional também nas áreas rurais e da sinalização turística, conforme manual elaborado pela EMBRATUR, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN e consubstanciadas no manual do DENATRAN;



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

- Zelar pela qualidade urbanístico-ambiental e sua valorização paisagística, pela prevenção da ocupação por edificações e do ajardinamento - e a arborização (espécies nativas) dos logradouros públicos; a implantação efetiva do sistema de coleta seletiva do lixo e da implantação da usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos;
- Melhorar e ampliar o sistema de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto, e, monitorar a emissão de efluentes nas áreas de maior fluxo turístico;
- Realizar gestão junto à Comissão Permanente de Coordenação para o Controle dos Acidentes por Animais Peçonhentos, da Secretaria de Estado da Saúde, para a consideração dos municípios como pontos estratégicos para a prestação de assistência e à disponibilização de soros de tratamento (serpentes, aranhas, escorpiões, taturanas e abelhas);
- Cooperar com a Vigilância Sanitária dos municípios na fiscalização de estabelecimentos de Alimentação e com as Secretarias Municipais de Obras Públicas no que tange à segurança contra incêndios nos estabelecimentos comerciais do segmento;
- Monitorar os fluxos de visitantes e os índices de criminalidade - prevenindo-o e combatendo-o, bem como propiciando ao turista o serviço de guias e monitores locais para sua maior comodidade, segurança e qualidade de informação;
- Disponibilizar às comunidades locais e aos turistas os serviços municipais do PROCON - Proteção ao Consumidor;
- Planejar o estabelecimento de postos de informações turísticas nos municípios incluindo os serviços de "Disque-Turismo" e serviços on-line (informações, recomendações e assistência na obtenção de serviços de apoio).



- Cooperar, a longo prazo, para a melhoria e efetiva instalação do aeroporto de Registro, para vôos intermunicipais e panorâmicos.

5) PROGRAMA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CP

Objetivo Geral:

- Propiciar melhores condições para geração de emprego, de trabalho e de renda para as comunidades do Vale do Ribeira.

Objetivo Específico:

- Melhorar a qualidade da prestação de serviços, bem como zelar pela segurança, comodidade e qualidade das informações transmitidas;
- Criar oportunidade para o estabelecimento de centros de capacitação para o turismo e hospitalidade nos municípios.

Encaminhamentos:

Além da realização, *a posteriori* de um cadastro de instituições/profissionais "habilitados" para cursos da capacitação, foram detectadas necessidades de treinamento nas seguintes áreas, para os empreendimentos já instalados:



Projeto de Aperfeiçoamento

⇒ Cozinha:

- higiene e manipulação de alimentos
- gastronomia paulista e regional
- confeitaria
- chefia e liderança
- planejamento de cardápios

⇒ Salão de Restaurante:

- vendas de alimentos e bebidas
- planejamento e organização dos serviços de alimentos e bebidas
- técnicas de atendimento e qualidade na prestação de serviços
- organização e controle serviços para eventos
- chefia e liderança

⇒ Bar:

- higiene e manipulação de alimentos
- coquetéis tropicais e regionais
- organização e controle de bar
- chefia e liderança

⇒ Almojarifado:

- recepção e controle de mercadorias
- acondicionamento, estocagem e higiene de alimentos perecíveis, não perecíveis e demais produtos não alimentícios
- chefia e liderança



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

⇒ Hotelaria

- arrumadeira
- recepcionista
- reservas
- marketing e vendas

⇒ Agenciamento Receptivo

- operação de roteiros turísticos regionais
- guia de turismo regional
- guia de ecoturismo local

⇒ Gerência:

- gestão de recursos humanos
- gerenciamento econômico-financeiro (contabilidade hoteleira)
- administração de recursos materiais
- marketing de serviços
- chefia e liderança
- código de defesa do consumidor em turismo

Projeto de Capacitação

⇒ Hotelaria

- recreação aplicada à hospedagem

⇒ Alimentos e Bebidas

- garçons/barman
- auxiliar de cozinha
- administração de restaurantes, bares e similares

⇒ Guia de Ecoturismo Local (iniciação)



⇒ Órgão de Turismo Municipal

- técnicas de planejamento e marketing turístico

Projeto de Extensão Cultural

⇒ Artesanato para:

- terceira idade
- deficientes físicos, mentais e portadores de doenças
- egressos em geral

Projeto de Formação de Guardas-florestais

⇒ Fundamentos de Ecologia e Interpretação Ambiental

⇒ Histórico e Objetivos das Unidades de Conservação no Município

⇒ Gestão do Uso Público e Administração de Recursos Naturais

⇒ Relações Públicas e Integração Comunitária

⇒ Primeiros Socorros

⇒ Prevenção de Acidentes, Busca e Resgate

⇒ Aspectos e Procedimentos Legais

⇒ Teoria e Técnica Profissional

- operação e manutenção de equipamentos
- planejamento da estrutura para visitação
- meteorologia, cartografia e orientação
- técnicas verticais e de deslocamento
- técnicas de excursionismo de mínimo impacto
- técnicas de espeleologia
- utilização de animais em áreas naturais



6) PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE NOVAS ÁREAS - LP

Objetivo Geral:

Desenvolver projetos para a expansão das atividades turístico-recreativas à áreas dos municípios ainda não utilizadas ou sub-utilizadas, visando criar novas oportunidades de negócios.

Projeto de Aproveitamento do Patrimônio Histórico-Cultural

Além da proteção a esse patrimônio, o projeto deverá visar o desenvolvimento:

- ⇒ Da identidade cultural das comunidades, seu reconhecimento e sua valorização;
- ⇒ Da atualização do cadastramento dos artesãos dos municípios (histórico, tipo, utilidade, material utilizado, técnica empregada, quantidade de produção por mês, comercialização) e gestão junto ao P.A.B., SUTACO e o Instituto Brasileiro de Arte Popular e Artesanato, visando otimizar a produção e melhorar a distribuição (venda);
- ⇒ Da atualização dos dados e informações sobre o folclore (levantamento cuidadoso da incidência - locais dos municípios, pessoas praticantes, montagem de um cadastro, documentando os eventos e realizando uma análise de sua originalidade, singularidade e particularidade) e o estabelecimento de um calendário oficial de eventos;
- ⇒ Do permanente restauro das edificações, seu estudo através de pesquisas de arqueologia e histórica, em especial aquelas relativos aos ciclos econômicos do Vale do Ribeira.



- **Projeto de Equipamentos e Serviços Turísticos**
O projeto deverá visar a facilitação de oportunidades de negócios, adequando os investimentos aos identificados equipamentos e serviços e criando incentivos para a sua implantação/atração para os municípios. Assim, com relação aos **meios de hospedagem**, elencam-se:
 - **hotéis de selva (“lodges”)** - estabelecimento de hospedagem, localizado em áreas de selva densa ou de outras belezas naturais conservadas, integrada à paisagem local e distante dos grandes centros urbanos;
 - **campings** - áreas delimitadas, dotadas de instalações sanitárias adequadas, sejam para barracas ou para trailers;
 - **acampamentos e acantonamentos infanto-juvenis** - para atividades recreativas, com ênfase no aspecto ecológico;
 - **hotéis-fazenda e de lazer** - hotéis situados fora do centro urbano com significativas áreas não edificadas de terreno, voltado especialmente para atividades de lazer e entretenimento do hóspede, com ênfase na vivência rural e temas ecológicos;
 - **alojamentos associativistas** - meio de hospedagem baseado no turismo social, com ênfase em aspectos ecológicos, para atividades de treinamento, descanso, divertimento e desenvolvimento cultural-humanístico (por exemplo, as “colônias de férias” do SESC);
 - **albergues da juventude** - estabelecimento de hospedagem com serviços de alimentação parcial, no qual se alugam quartos e dormitórios coletivos, possuindo banheiros coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto;



- **hospedarias de turismo** - estabelecimento de hospedagem, com serviços de alimentação, no qual alugam-se quartos, ou vagas, com banheiros privativos ou coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto (a diária corresponde à utilização do leito simples);
- **casas de moradores locais** - para aluguel da edificação (casa ou apartamento, mobiliados) ou de vagas/leitões em unidades habitacionais de cunho familiar;
- **pousadas** - estabelecimento localizado em pontos de atrativos turísticos que oferecem alojamento de conveniência para o hóspede que se caracterizem pela hospitalidade e ambientação simples, aconchegante e integrada à região.

Projeto Turismo Rural

O projeto deverá identificar propriedades rurais com potencial para aproveitamento. Deverá ser realizada a identificação das áreas, seu cadastramento e a verificação de sua viabilidade para o estabelecimento de um **pouso rural rústico ou especial**. Além de meios de hospedagem, esses estabelecimentos também contarão com atividades recreativo-desportivas e de animação sócio-cultural em espaço rural, podendo também ser disponibilizados para locação temporária.

Projeto de Turismo Social

Destinado ao público de trabalhadores e seus dependentes, este projeto deverá se constituir em uma colônia de férias de características "ecológico-rurais". Serão privilegiadas edificações especiais, de menor escala, e com atividades lúdicas voltadas à educação ambiental.



Podem também ser usadas para treinamento de ações voltadas à qualidade e normas ISO 14.000, entre outros. Na baixa temporada, poderá ser utilizada também pelo público estudantil.

Projeto Roteiros de Caminhos Turísticos

O projeto deverá visar o estabelecimento de circuitos turísticos para circulação em veículos, transporte eqüestre, em bicicleta e a pé – podendo incluir equipamentos para deslocamentos em meio aquático e aéreo, passeando por áreas preservadas e aproveitando as qualidades paisagísticas de áreas marginais a esses caminhos. Baseado em locais de apoio (bairros rurais, com “vila-fones”, postos de saúde e áreas recreativas), estabelecer-se-ão rotas turísticas compostas de estradas para veículos, trilhas específicas para cavalos, bicicletas e para caminhadas, com mirantes, pontos de descanso, sinalização turística e placas interpretativas. Também podem ser incluídas travessias de trechos mais longos, com pernoite.

Mais especificamente, as estradas para veículos deverão ter:

- padrões geométricos de largura e extensão;
- controles de acesso;
- pontos para estacionamento (aterramentos);
- barreiras contra deslizamentos, preferencialmente naturais;
- a aquisição de terras adicionais para o controle da urbanização, conservação e recreação (áreas marginais às estradas para sinalização e locais de apoio à visitação/informação e áreas com potenciais recreacionais);
- incentivos paisagísticos para áreas rurais.



7) PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIDOR - MP

Objetivo Geral:

Formar um banco de dados através do levantamento de informações a níveis local, nacional e internacional, visando a obtenção de indicadores para o monitoramento da evolução e avaliação de resultados do processo de desenvolvimento turístico, facilitando a realização de estudos de viabilidade para investimentos nos municípios, bem como o estabelecimento de um posto de informações turísticas e de serviço de disque-turismo e on-line, voltado ao atendimento de usuários e empreendedores/investidores. A partir de idéias e conceitos adequados ao produto local, áreas potenciais pré-indicadas, dados e informações sobre a oferta e demanda locais, procura-se dimensionar o porte dos empreendimentos e a agilização dos planejamentos mercadológicos e das projeções financeiras.

Encaminhamentos:

- Estimular pesquisas de base relacionados ao turismo, executando, mantendo atualizado e intercambiando informações sobre o inventário dos recursos naturais e atributos culturais, históricos e estéticos, incluindo vida silvestre e as pesquisas científicas desenvolvidas nas UC's no Vale do Ribeira;
- Monitorar a evolução dos desenvolvimentos turísticos municipais: capacidades de carga Física, Real, Efetiva ou Permitível (principalmente o impacto na flora e fauna), bem como o estudo de avaliação da qualidade visual das paisagens e atrativos;



- Elaborar estudos sobre os diversos tipos de visitantes dos municípios do Vale do Ribeira, a elaboração de dados estatísticos, o dimensionamento da demanda potencial regional, bem como o levantamento do perfil da demanda concorrente;
- Criar cadastro de operadoras de ecoturismo que atuem em áreas protegidas, principalmente no Estado de São Paulo e estabelecer uma central de informações inter-institucionais;
- Identificar e avaliar os dispositivos legais vigentes aplicáveis ao turismo, em todos os níveis do poder público, e, elaborar e divulgar manual sobre as restrições e indicações legais, bem como sobre as fontes de financiamento, em especial micro-créditos disponíveis para o turismo, orientando os investidores quanto ao acesso a esses recursos;
- Realizar o levantamento: dos produtos regionais à disposição; das “segundas-residências” e de propriedades propícias para o turismo rural; de habitantes com domínio de idiomas estrangeiros, grau universitário e segundo grau; dos índices meteorológicos de estações de medição existentes na região; e das espécies endêmicas da Mata Atlântica e as verificadas nos municípios (avistamentos, vestígios, etc);

Projeto Bolsa de Negócios Turísticos Regional

O projeto deverá visar a estruturação de um balcão de negócios em parcerias, interagindo informações com as bases de dados da SCTDET, SEBRAE e Ministério de Turismo.



Projeto Selo Verde Vale do Ribeira

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, em parceria com outras instituições, deverá articular a instituição de um selo verde para as empresas e projetos que sejam ambientalmente responsáveis (certificação ambiental) e que forneçam um padrão mínimo de conforto e de qualidade na prestação dos serviços, bem como no fornecimento de produtos.

Projeto Banco de Dados e Imagens

Cadastro de Segmentos:

- Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, de caráter empresarial
- Cadastro de Proprietários de Áreas e imóveis de Potencial Turístico-Recreativo nos municípios
- Cadastro de Investidores locais e regionais (integração com base de dados do Ministério de Turismo, com investidores nacionais e internacionais)
- Cadastro das Empresas Turísticas (níveis de preços) em atuação na região, inclusive dos “perueiros” escolares
- Cadastro de Potenciais Guias Locais e profissionais especializados e de potencial em geral
- Cadastro de Potenciais Fornecedores de equipamentos e serviços, via locação
- Cadastro de Fornecedores de Tecnologias Alternativas, materiais regionais e prestação de serviços
- Cadastro de Programas e Campanhas Turísticas da EMBRATUR, IEB e SET (Turismo ecológico, rural, educativo, maior idade, etc)



- Cadastro de Legislação turística e ambiental pertinente ao desenvolvimento da atividade nos municípios
- Mailing List (dados cadastrais de entidades que interagem direta e indiretamente com o turismo regional: organismos de turismo, órgãos governamentais, mídia em geral e instituições financiadoras)
- Cadastros de Incentivos Fiscais e FUNGETUR (CD-ROM de investimentos EMBRATUR)
- Cadastro de empresas de consultoria e assessoria e de instituições capacitadoras de cursos pertinentes ao produto regional
- Cadastro de Imagens de Atrativos e Recursos, Equipamentos e Serviços Turísticos

Estatísticas do Turismo:

- Anuário Estatístico (fluxo de entrada e de saída de visitantes nos municípios; índice de movimento de empresas e serviços turísticos municipais; fluxo de entrada nas UC's)
- Estudo da Demanda Turística
- Indicadores de Ocupação Hoteleira e do Turismo Receptivo (uh's disponíveis e ocupadas, taxas de ocupação, hóspedes no período, pernoites gerados, permanência média, etc)
- Perfil dos hóspedes nos meios de hospedagem
- Indicadores econômicos
- Matriz Insumo-produto
- Receita Gerada
- Recursos humanos empregados no setor



Atualização do Inventário da Oferta Turística:

- Atrativos turísticos naturais e histórico-culturais
- Manifestações e usos tradicionais populares
- Acontecimentos programados
- Equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, alimentação, entretenimentos, outros serviços e roteiros de visitação)

Infra-estrutura de apoio à atividade (informações básicas dos municípios, sistemas de transportes - incluindo a atualização em carta temática das estradas, caminhos e trilhas no município, comunicação e segurança, equipamentos médico-hospitalares, informações demográficas e econômicas, tendências dos fluxos de turistas de seus segmentos de mercado).



8) PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO PRODUTO VALE DO RIBEIRA - MP

Objetivo Geral:

Desenvolver um completo programa de comunicação visando a consolidação de uma imagem do Vale do Ribeira como destinação turística (*cluster* turístico) e seu posicionamento mercadológico, bem como de suas micro-áreas de interesse turístico, roteiros e experiências direcionados a nichos de mercado específicos.

Encaminhamentos:

Considerando o cenário idealizado, de acordo com os seguintes componentes do processo:

-Atrativos naturais e histórico-culturais: integrantes vitais do produto, manterão suas qualidades intrínsecas, ressaltando-se seus valores naturais/ambientais mundialmente representativos e histórico-culturais para a história regional/nacional;

-Infra-estrutura básica: desenvolvimento crescente dos equipamentos e serviços de apoio às populações locais e aos turistas, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Fator importante pois é limitante, caso não propicie o conforto e comodidade necessários aos desenvolvimentos turísticos municipais;

-Infra-estrutura turística: equipamentos e serviços turísticos que valorizem os recursos humanos locais, em todos os níveis, e que operem fornecendo produtos e serviços de qualidade e responsabilidade ambiental, podendo tornar-se até “atrativos complementares”;



-Comunidades receptoras: participantes diretamente envolvidos no processo de desenvolvimento, investindo no crescimento sócio-econômico, inteirados e integrados nas relações sócio-culturais e engajados na qualidade da experiência vivencial do visitante através do contínuo espírito acolhedor que lhes propicia;

-Turistas: integralmente satisfeitos com essa experiência vivencial, refeitos física e psicologicamente, e com a adição de novas contribuições para as suas formações cultural/humanística e ambientalista;

Temos a seguinte caracterização da **Região do Vale do Ribeira como destinação turística:** composto por 23 municípios paulistas na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, contando com uma população de 320.000 habitantes, onde se pode desfrutar do contato com uma natureza "intacta" e portanto com grande biodiversidade, que tem na natureza (Mata Atlântica - Reserva da Biosfera) sua principal vocação turística⁵⁰. De acordo com o ecoturismo e o turismo rural, são três as motivações neste contato com a natureza, característica mais forte deste produto:

- contemplação, relacionamento social e lazer;
- esportes ao ar livre e atividades físicas (aventura e pesca);
- aprendizado e cultura (interesse científico e estudos do meio).

⁵⁰ Um possível agrupamento de municípios componentes de roteiros integrados são: Apiaí, Iporanga, Eldorado, Sete Barras; Iguape, Cananéia, Ilha Comprida, Pariquera-Açu; São Lourenço da Serra, Juquitiba; Tapiraí, Juquiá, Registro; Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu; Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo; Barra do chapéu, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Itaoca.



As embalagens efetivas desses sub-produtos são:

- caminhadas em trilhas, visitas a cavernas e banhos em cachoeiras;
- ciclismo de montanha e passeios a cavalo;
- pesca esportiva (lagos artificiais);
- observação de pássaros, animais e flora;
- educação ambiental "in loco";
- possibilidade de fazer amigos.

As embalagens potenciais desses sub-produtos, podem ser:

- camping;
- cursos e atividades de sobrevivência;
- safáris fotográficos;
- expedições culturais ou de aventura;
- "workshops" temáticos;
- atividades do meio rural dos municípios.

Apesar da logística operacional diferenciada, os sub-grupos efetivos de comportamento com expectativas semelhantes são os seguintes:

- visitantes em grupos, que participam de determinado roteiro organizado por agências especializadas;
- visitantes de um dia;
- contempladores da natureza como geólogos e botânicos amadores e observadores de pássaros;
- cientistas e pesquisadores com projetos individuais.



Os sub-grupos potenciais de comportamento com expectativas semelhantes são os seguintes:

- grupos independentes (3 a 8 pax) que procuram acampamentos noturnos e caminhadas em trilhas;
- fotógrafos profissionais (cinema e fotografia);
- colecionadores (flores, plantas);
- esportistas de ação na natureza como ciclistas e cavaleiros.

Com relação aos mercados consumidores, além da realização de um mailing-list com os clientes efetivos, serão considerados os potenciais nichos de mercado ainda não explorados, ou mal aproveitados.

Para o tanto, foram adotados os seguintes critérios:

- A.** Delimitação de ordem geográfica, condicionada pelo tempo de deslocamento, **dos** núcleos emissores até o Vale do Ribeira;
- B.** Caracterização da demanda, segundo o perfil da demanda efetiva;
- C.** Caracterização da demanda, segundo o perfil psicográfico dos públicos-alvo.



A. Segundo este critério, a grosso modo, podemos detectar três grupos:

- I. os municípios das região administrativa de Sorocaba, região Metropolitana de São Paulo, Grande ABC e municípios de grandes características urbanas, tais como Campinas, Piracicaba, Santos e Bauru;
- II. os municípios do Estado de São Paulo, não inclusos na lista anterior, somados a municípios de grandes características urbanas do leste e norte/noroeste do Paraná, tais como Região Metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá;
- III. municípios de outros estados e de outros países, principalmente Estados Unidos e Europa Ocidental.

Basicamente, estes grupos responderão a demandas de períodos, respectivamente, como: fins de semana; feriados; e, férias. Lembramos que essas considerações são feitas de maneira genérica, uma vez que estrangeiros podem vir a visitar a região em fins-de-semana “normais” ou a qualquer tempo, no caso dos mochileiros – *backpackers*. Além disso, e este é um fator importante, o acesso ao Vale do Ribeira é quase que restrito ao meio rodoviário (a não ser que se chegue de helicóptero).



- B. Com relação ao perfil detectado⁵¹, pode-se dizer:
- I. há um equilíbrio na distribuição por sexos (52% fem./48% masc.), e, também, na atividade profissional (exatas/humanas/biológicas);
 - II. as faixas etárias predominantes são de 8 a 15 anos (47,8%), de 16 a 30 anos (26,8%), de 31 a 45 (13,5%), e, menos de 8 e mais de 46 anos (11,9%);
 - III. com relação a origem destes visitantes, a grande maioria é da Grande São Paulo, depois o interior, outros Estados e outros Países;
- C. Pela variável psicológica⁵², os allocêntricos são o segmento que se adequam ao produto ecoturístico, neste momento. Eles se interessam por um grande número de atividades variadas e desejam “descobrir o mundo”, manifestando uma curiosidade geral pelo entorno. Os Allocêntricos ainda têm como preferências:
- I. regiões ainda não exploradas turisticamente;
 - II. novas experiências e descobrimentos;
 - III. destinações “diferentes”;
 - IV. atividades excitantes durante a estada;
 - V. destinações de difícil acesso;

⁵¹ Dados de pesquisa de demanda do Parque Estadual Intervales. Cabe salientar a necessidade da sistematização de caracterização dos perfis diversos de todo o Vale do Ribeira.

⁵² Em 1.993, a revista americana Travel Leisure realizou uma pesquisa onde revelou o perfil do turista dos anos 90: “ele representa a vanguarda de um novo tipo de viajante, mais voltado para si mesmo, intensamente apaixonado por viagens e experiências novas”. A pesquisa revelou um grupo distinto de pioneiros, que dão ênfase à compreensão da cultura e história de outros povos, que se preocupam com o meio ambiente, viajam para ter novas perspectivas e acrescentar aventura a suas vidas (eles buscam lugares que nunca visitaram antes, preferem a beleza natural, criam seus próprios itinerários e gostam de conhecer as pessoas desses locais; as compras, a vida noturna, os hotéis de luxo e os campos de golfe são para eles muito menos importantes...).



VI. alojamentos simples;

VII. encontro com estrangeiros e população local;

VIII. viagens com organização flexível.

o **Projeto de Divulgação**

O conteúdo básico que as peças devem transmitir nesta fase do produto Vale do Ribeira, deverão realçar a inserção de seu nome fazendo um “link” com seus principais atrativos, salientando seu valor ambiental (“Patrimônio da Humanidade”). Além dos recursos convencionais de publicidade, a região deve planejar a ocupação de seu espaço eletrônico na Internet, www.embratur.gov.br. (BTW - Brazilian Tourist Web categoria Veiculação Especial⁵³), bem como a inserção em outros endereços eletrônicos.

Além da assessoria de imprensa junto à editoras nacionais e internacionais de guias de turismo (neste caso, em especial, aquelas publicações votadas ao público mochileiro – *backpacker*) e suplementos dos principais jornais, a nível institucional, vale também a inserção no “Expresso Cafundó”, Jornal do PNMT (MT/EMBRATUR).

⇒ Relações Públicas

- Informações para a imprensa
- notícias e comunicados;
- viagens de familiarização.
- Agentes de Viagens

⁵³ A EMBRATUR disponibiliza, de acordo com a necessidade do interessado, uma Unidade Especial de Veiculação, especialmente criada para entidades jurídicas, sem fins comerciais, consideradas pelo órgão como de interesse turístico. São veiculadas Informações Turísticas, não comerciais, oriundas de órgãos Estaduais e Municipais de Turismo, ou de instituições sem fins lucrativos, mediante assinatura de proposta de adesão.



- notícias e comunicados;
- viagens de familiarização.

⇒ Ações Promocionais Específicas

- Workshops Culturais “Visite o Vale do Ribeira - A mais pura emoção da Natureza”
- principais municípios emissores das regiões metropolitanas de São Paulo, de Curitiba, da Baixada Santista, de Campinas e a região Sorocabana;
- distribuição de material informativo impresso;
- apresentação de *slides* e vídeos e sons da Mata Atlântica;
- exposição de fotos dos atrativos, textos explicativos;
- realização de um ateliê do artesanato regional;
- apresentação de grupos folclóricos;
- degustação de comidas típicas;
- veiculação do evento em jornais e rádios locais;
- gestão junto às agências de turismo locais.
- Eventos de esportes de prática ao ar livre (“Jogos da Natureza”; “Enduros da Natureza”; “Corridas de Aventura”, passeios integrados ou em separados)
- *trekking* e *hiking*;
- escalada e *rapel* (pedreiras de calcáreo);
- espeleologia;
- *hidrospeed* e canoagem⁵⁴;

⁵⁴ As graduações das escalas de dificuldades das águas estão entre o nível I - de fácil navegação (pequenos desníveis, ondas pequenas e regulares, ausência de obstáculos à passagem, passagens de fácil percepção)- e o nível II - de dificuldade média (desníveis freqüentes com ondas regulares, poucos obstáculos à passagem. Turbulências e refluxos de fácil superação e fáceis de contornar, passagens largas).



- cavalgadas;
- mountain bike;
- *off-road*.
- Controle da Eficácia
- aplicação de questionários, tabulação e análise do turismo receptivo, avaliando o impacto da divulgação e a evolução da imagem dos municípios e região;
- direcionar as alterações/correções a serem feitas.

Também há a possibilidade do *paragliding* (prospecionar com especialista da área) e de uma outra atividade, o deslizamento dos morrotes com caixotes de madeira.

Deve-se aproveitar algumas datas, principalmente na baixa estação, e que estimulem a participação de todos os atores envolvidos direta e indiretamente com o turismo em eventos de datas comemorativas, tais como: Dia Internacional da Água (22/03), Dia Mundial da Ecologia (05/06), Dia do Turista (13/06), Dia Internacional do Meio Ambiente (10/09), Dia da Árvore (23/09), Dia de Aniversário das UC's, e demais datas de interesse.



13.BIBLIOGRAFIA

AULICINA, Madalena Pedroso. *Turismo e Estâncias: Impactos e benefícios para os municípios*, São Paulo: Editora Futura, 2001.

BARRETO, Cristiane Nunes Galvão de Barros. *A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os Sítios Concheiros do Médio Curso*. Tese/Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

Cartas Jesuítas III - Informações fragmentos históricos e sermões. São Paulo, EDUSP/1980.328p.

DE BLASSIS, Paulo Antônio Dantas. *A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os Sítios Líticos do Médio Curso*. Tese/Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

EMBRATUR. *Anuário Estatístico 2000, vol 27*. Brasília. [S.N], 1999.

EMBRATUR. *Anuário Estatístico 2001, vol 28*. Brasília. [S.N], 2000.

EMBRATUR. *Anuário Estatístico 2002, vol 29*. Brasília. [S.N], 2001.

EMBRATUR. *Evolução do turismo no Brasil: 1992/2001*. Brasília, [S.N], 2001.



EMBRATUR. *Pólos de ecoturismo*. Brasília, [S.N], 2001.

FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papyrus, 1997.

INSTITUTO de Terras do Estado de São Paulo. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. 2.ed. São Paulo: ITESP, 2000. p. 65.

ISHIY, Morupi. *Experiências brasileiras em agroturismo: o exemplo da Fazenda Floresta*. Tese/Mestrado: ECA/USP, 2002.

KANNI, Fernando Nogata. *Turismo sustentável : contribuições para um desenvolvimento socioambiental*. Tese/Mestrado, ECA, USP: 2002.

LEFÈVRE, René; LEMOS, Carlos A. C.. *São Paulo, sua arquitetura: colônia e império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

LINO, Clayton Ferreira. *Alto Vale do Ribeira: arquitetura e paisagem*. v 1. [S.I]: Condephaat, 1978.

LINO, Clayton Ferreira. *Cavernas: o fascinante Brasil subterrâneo*. São Paulo: Gaia, 2001.

MAGALHÃES, Nícia Wendel. *Descubra o Lagamar*. São Paulo: Embratur, [S.N].



MINISTÉRIO do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília: IBAMA, 1995.

OLIVEIRA, Rui Jose. *Turistas estrangeiros backpackers em viagem pelo Brasil: perfil dos viajantes e características da viagem*. Tese/Mestrado, ECA, USP: 2003.

PALLESTRINI, L. MORAES, J.L.. *Arqueologia pré-histórica brasileira*. São Paulo: 1982.

PETRONE, Pasquale. *A baixada do Ribeira: estudo da geografia humana*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH-GE, 1960.

PRADO, Alexandre Curvelo de Almeida. *Impactos do ecoturismo no parque estadual da Serra do Mar*. Tese/Mestrado, ECA, USP: 2001.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, Unb: 1992.

RIBEIRO, Cel. Diogo Martins Júnior. *Riquezas da Ribeira de Iguape*. São Paulo [S.n] 1922.

ROBRAHN, Érika Marion Gonzalez. *A Ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os grupos ceramistas do médio curso*. Tese/Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável*. Campinas: Papirus, 6ª edição, 2000.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

SECRETARIA de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo. *Cananéia cidade monumento*. São Paulo, [S.N], 1981/1982.

SECRETARIA de Estado dos Recursos Hídricos Sanenamento e Obras do Estado de São Paulo. *Gestão das águas: 6 anos de percurso*. [S.N].

SECRETARIA do Meio Ambiente. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo – documentos ambientais*. São Paulo, SMA/CEAM: 1997.

TULIK, Olga. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo: Manole, 1ª edição brasileira, 2001.

ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*, v.1.

SITES CONSULTADOS

<http://cananet.com.br/valetur/ed01.html> capturado em: 01/2002.

<http://www.ambiente.sp.gov.br> capturado em: 04/2002.

<http://www.amigosdamata.com.br> capturado em: 07/2003.

http://www.apgrj.org.br/resumo_Fernanda.doc capturado em: 09/2003.

<http://www.brasil.gov.br/> capturado em: 07/2003.

<http://www.betary.com.br/aberto/petar/biologia.htm> capturado em: 09/2003.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

<http://www.campinas.sp.gov.br/seplan> capturado em: 08/2003

<http://www.cartoriosp.com.br> capturado em: 01/2003.

<http://www.cepam.sp.gov.br> capturado em: 07/2003.

http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/areas_contaminadas/relacao_ar_eas.htm capturado em: 01/2003.

<http://www.ciencia.sp.gov.br/notvincantes.htm> capturado em: 09/2003.

<http://www.citybrazil.com.br> capturado em: 01/2002.

<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid13.htm> capturado em: 01/2003.

<http://www.curitiba.pr.gov.br> capturado em: 08/2003

<http://www.ecojureia.org.br/iguape.htm> capturado em: 01/2002.

<http://www.embratur.gov.br/programas> capturado em 07/2003

<http://www.estado.com.br/editorias/2001/03/12/ger010.html> capturado em: 01/2002.

http://www.estanciaturisticadeavare.com/guia_empresa capturado em: 09/2003.

<http://www.fomezero.gov.br> capturado em 08/2003

<http://www.gvr.com.br> capturado em: 01/2002.

<http://www.ibama.gov.br> capturado em: 07/2003.

<http://www.ibge.gov.br> capturado em: 07/2003.

<http://www.iea.sp.gov.br> capturado em: 07/2003.

<http://www.investsantos.com.br> capturado em: 08/2003

<http://www.iphan.gov.br> capturado em: 01/2002.

<http://www.ippuc.org.br> capturado em: 08/2003

http://www.italiamiga.com.br/LAZER/ARTIGOS/quer_conhecer_as_ilhas_da_baia.htm capturado em: 01/2002.

<http://www.itaucultural.org.br> capturado em: 01/2002.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

<http://www.mae.usp.br> capturado em: 01/2002.

[http://www.mma.gov.br/port/ascom/imprensa/outubro99/informm
a142.html](http://www.mma.gov.br/port/ascom/imprensa/outubro99/informm
a142.html) capturado em: 07/2003.

<http://www.neoambiental.com.br> capturado em: 01/2003.

<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/grpae/images/defciv01.jpg>
capturado em: 01/2003.

<http://www.portalafro.com.br/quilombo/quilombore.htm> capturado
em: 01/2002.

<http://www.pr.gov.br/museupr/expolon1.html> capturado em:
01/2002.

<http://www.redesocial.sp.gov.br> capturado em 09/2003

<http://www.registro.sp.gov.br/kkkk.asp> capturado em: 01/2002.

<http://www.revistadoturismo.cidadeinternet.com.br> capturado em:
08/2003

[http://www.rgt.matrix.com.br/jornaljr/noticias/anteriores/2002/79
.html](http://www.rgt.matrix.com.br/jornaljr/noticias/anteriores/2002/79
.html) capturado em: 09/2003.

[http://www.rtam.pt/boletins-
informativos/boletim2/legislacao/introducao.html](http://www.rtam.pt/boletins-
informativos/boletim2/legislacao/introducao.html) capturado em:
09/2003.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br> capturado em: 09/2003.

<http://www.santos.sp.gov.br> capturado em: 08/2003

<http://www.sigrh.sp.gov.br> capturado em: 01/2003.

[http://www.socioambiental.org/website/sociamb/programas/mata
atlantica](http://www.socioambiental.org/website/sociamb/programas/mata
atlantica) capturado em: 01/2002.

http://www.sombrio.com.br/livros/evolucao_religiosa.asp
capturado em: 01/2002.

<http://www.terra.com.br/istoe/politica/149424a.chtm> capturado
em: 01/2002.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA**

<http://www.terravista.pt/IlhadoMel/2916/sambaqui.htm> capturado em: 01/2002.

<http://www.turismopaulista.sp.gov.br> capturado em: 01/2002.

<http://www.ufo.com.br/edicoes/ufo79/19.php> capturado em: 01/2002.

<http://www.unisantos.br/~metropms/costeiros/legisla/pegc.htm> capturado em: 07/2003.



ANEXO 1 – FESTIVIDADES DO VALE DO RIBEIRA

Apiáí

01 a 07/08 – Cavalgada

Promoção: Associação dos Cavaleiros de Apiáí

Fone: (15) 552-1429

Local: Trajeto Apiáí - Iguape

Evento: 4 dias de cavalgada com 4 pousos no caminho

30/03 – Festa do Chope

Promoção: Rotary Club

Fone: (15) 552-2400

Local: Quadra Municipal de Esportes

Evento: Possui comida típica alemã.

01 a 13/06 – Festa de Santo Antônio

Promoção: Paróquia de Santo Antônio de Apiáí

Fone: (15) 552-2400

Local: Igreja Matriz de Santo Antônio, praça central Alberto Dias Batista.

Evento: Trezena com missas diárias, quermesse, missa de bênçãos dos cavaleiros.



Barra do Chapéu

06/01 - Festa do Cristo Rei

Evento: Festa comemorativa de caráter religioso.

18/03 - Festa do Milho Verde

Evento: Festa onde se encontram produtos provenientes do milho verde, do mel e seus derivados produzidos na região.

Maio - Pentecostes

Evento: Encontro dos bairros do município para a caminhada da bandeira do Divino.

24/06 - Festa Junina

Evento: Tradicional comemoração dos festejos do mês de junho.

Barra do Turvo

21/03 – Aniversário da cidade

Evento: Festa local que comemora o aniversário da cidade.

19/08 – Festa do Lavrador

Evento: 3 a 4 dias de festa onde ocorrem shows de música raiz, barracas com comidas típicas e feira com artigos artesanais e do campo.



Cajati

Sem eventos listados

Cananéia

Março - Cananéia Fest Show

Evento: 3 dias de pescaria em Cananéia.

15/08 - N. S. dos Navegantes

Evento: Procissão Marítima

Eldorado

09 a 12/02 – Carnaval

Promoção: Prefeitura Municipal

Fone: (13) 6871-1387

Local: Praça Nossa Senhora da Guia

Evento: Desfile de blocos e som na praça.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

30 a 08/09 – Festa da Padroeira Nossa Senhora de Aparecida

Promoção: Prefeitura Municipal / Paróquia

Fone: (13) 6871-1387

Local: Praça Nossa Senhora da Guia

Evento: Novena, quermesse, barracas, bandas musicais, fogos de artifício.

Iguape

06/01 - Festa de São Benedito

Evento: Festa que comemora o dia deste santo.

Local: O evento é realizado na Igreja de São Benedito.

4º domingo do mês de Junho - Festa de São João Batista

Evento: Festa sacra em comemoração ao São João Batista.

Local: Igreja de São João Batista.

05/08 - Festa da Padroeira "Nossa Senhora das Neves"

Evento: Festa em homenagem à padroeira.

Local: Basílica da cidade.

06/08 - Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape

Evento: Acontecem missas, novenas e procissões. Durante a festa são projetados filmes religiosos; o Museu de Arte Sacra é aberto para visitação Pública.

Local: Paróquia de Nossa Senhora das Neves



08/11 - Festa de Nossa Senhora da Conceição

Evento: Festa Sacra em comemoração ao dia da Santa.

Local: Icapara

Ilha Comprida

Janeiro / Fevereiro – Ilha Verão

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Praia do Boqueirão

Evento: Atividades esportivas e de recreação, que incluem torneios de Vôlei de Praia, futebol society, truco e gincanas.

02 a 26/01 – Concurso Garota Verão

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Praia do Boqueirão Norte

Evento: Concurso em que garotas acima de 16 anos concorrem aos títulos de rainha, princesa e miss simpatia da cidade.

02 a 26/01 – Concurso de Escultura em Areia

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Praia do Boqueirão Norte

Evento: Os participantes fazem uma escultura em areia com tempo pré-determinado.



27 a 30/06 – Ilha Junina

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Praia do Boqueirão Norte

Evento: Festa junina montada na areia da praia, com comidas, bebidas, brincadeiras e danças folclóricas.

21 a 27/07 – Mostra artístico-ambiental

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Espaço Cultural “Plínio Marcos”

Evento: Mostra de teatro, cinema e música, visando o desenvolvimento cultural e ambiental do município.

31/12 – Corrida da Cerveja

Promoção: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Fone: (13) 6842-1011

Local: Praia do Boqueirão Norte

Evento: Percurso de 1000 metros com três postos, sendo que em cada posto o participante tem que tomar uma lata de cerveja.



Iporanga

Janeiro – Festa da Nossa Senhora do Livramento

Evento: Acontece no município uma festa de caráter religioso em homenagem à Nossa Senhora do Livramento.

Julho – Festa de Nossa Senhora Santana

Evento: acontece durante o mês de Julho uma Festa dedicada à Nossa Senhora Santana.

Itaóca

20 a 25 de Maio - Trilhas

Evento: Trilha ecológica de *Mountain Bike* pela região.

22 a 25 de Junho – Festa de São João Batista

Evento: Festa de caráter religioso dedicado a São João Batista.

Dia 20 a 25 de Julho - Festa de rua

Evento: Festa de rua promovendo o encontro de amigos.

31 de Dezembro - Corrida

Evento: Corrida de São Gonçalo para marcar o término do ano.



Itapirapuã Paulista

26/07 - Festa da Padroeira

Evento: Festa de caráter religioso para umas das Padroeiras da cidade: Sant'Ana.

08/08 - Festa do Padroeiro

Evento: Festas do Padroeiro São Roque.

23/09 - Ecologia e Cavalgada

Evento: ECO Tropeirismo e Cavalgada.

Itariri

Março – Carnaval

Evento: Festa popular com desfiles de blocos e som na praça.

09/04 – Aniversário da Cidade

Evento: 3 ou 4 dias de festa com shows e comemorações do aniversário da cidade.

Junho – Festa Junina

Evento: Festa típica durante todo o mês de junho com barracas, comida típica e bebidas.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

Novembro – 14ª Festa de Rodeio

Evento: Mês dedicado às festas de rodeio

Dezembro – Natal e Ano Novo

Evento: Comemorações durante o mês de dezembro.

Jacupiranga

19 a 23/06 – EXPOJAL – Exposição Agropecuária

Promoção: Prefeitura Municipal de Jacupiranga

Fone: (13) 6864-1421

Local: CEXPEJAC – Centro Permanente de Exposições de Jacupiranga.

Evento: Exposição de animais de pequeno e grande porte, torneio leiteiro de bovinos e bubolinos, exposição de implementos agrícolas, shows artísticos.

Juquiá

Novembro - Festa do Peixe

Evento: Realizada em novembro, no período de uma semana.

Durante a festa, há shows e pratos típicos.

13 de Junho – Festa do Padroeiro

Evento: Festa dedicada ao Padroeiro Santo Antônio.



Observação: Existem na cidade as “Remadas Ecológicas” que acontecem frequentemente com datas não definidas com muita antecedência.

Juquitiba

15/09 – Festa da Padroeira

Promoção: Prefeitura Municipal de Juquitiba

Fone: (11) 4681-4311 / 4681-4558

Local: Paróquia Nossa Senhora das Dores

Evento: Festa religiosa em louvor à padroeira da cidade.

12/10 – Festa do Dia da Criança

Promoção: Prefeitura Municipal de Juquitiba

Fone: (11) 4681-4311 / 4681-4558

Local: Centro Social Urbano / Praça

Evento: Grande festa com muitas brincadeiras, palhaços e distribuição de brinquedos e doces.

Natal das Crianças

Promoção: Prefeitura Municipal / Promoção Social

Fone: (11) 4681-4311

Local: Centro Social Urbano

Evento: Festa comemorativa do Natal com Papai Noel e presentes para crianças carentes da comunidade.



31/12 – Corrida de São Silvestre

Promoção: Prefeitura Municipal

Fone: (11) 4681-4311 / 4681-4558

Local: Ruas da cidade

Evento: Tradicional corrida.

Miracatu

06 de Janeiro - Festa dos Reis

Evento: Tradicional festa de Folias de Reis

Março – Música Evangélica na Cidade

Evento: Festival de Música Evangélica que acontece no mês de março de cada ano se data definida.

Abril – Semana da Páscoa

Evento: Ocorre a tradicional encenação de Corpus Christi.

Setembro - Olimpíadas

Evento: Mini Olimpíadas com os atletas da cidade.

Outubro - Remada e Passeio Ecológico

Evento: Grande Remada da Esperança e um passeio ciclístico e ecológico.



Novembro – Festival da Banana

Evento: Festa com comidas feitas de bananas, produzidas na região, música e diversão.

Pariquera-açu

03 a 12/05 – Festa das Nações

Promoção: Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu

Fone: (13) 6856-1331

Local: Centro de Eventos

Evento: Visa resgatar a cultura e as tradições dos imigrantes através de músicas, comidas típicas e danças folclóricas.

Pedro de Toledo

26/07- Padroeira da Cidade

Evento: Festa religiosa em comemoração à Nossa Senhora Santana.

09/04 – Aniversário da Cidade

Evento: Dias em que acontecem atividades esportivas, corridas, desfiles e festas.



Peruíbe

01/05 – Dia do Trabalhador

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Rodoviária / Praça Monsenhor Lino Passos

Evento: Campeonato esportivo e jogos de lazer.

30/05 – Procissão de Corpus Christi

Promoção: Paróquia São João Batista

Fone: (13) 3455-1491

Local: Ruas da cidade

Evento: As ruas são enfeitadas com motivos sacros, confeccionados pela própria comunidade.

21 a 01/07 – Festa Junina

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Parque D'Aville

Evento: Festa comemorativa junina.



25/06 – Procissão de São João

Promoção: Paróquia São João Batista

Fone: (13) 3455-1491

Local: Ruas da cidade

Evento: Durante a procissão são cantados louvores a São João, cuja imagem é transportada em um andor.

29/06 – Procissão de São Pedro

Promoção: Paróquia São João Batista

Fone: (13) 3455-1491

Local: Igreja / porto

Evento: O evento ocorre no porto de Peruíbe, com embarcações pesqueiras enfeitadas, sendo que uma delas transporta a imagem do Santo. Durante o trajeto das embarcações, o Padre realiza a bênção do anzol, enquanto no trapiche os fiéis entoam cânticos e a banda municipal executa hinos religiosos.

Data Móvel – Festa da Cultura Caiçara

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Festa da Cultura Caiçara

Evento: O objetivo é resgatar a cultura do município, numa festa com muitos pratos típicos, com o artesanato local, shows, etc.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

03 e 04/08 – Romaria do Bom Jesus de Iguape

Promoção: SEMA

Fone: (13) 3457-9243

Local: Estação Ecológica Juréia Itatins

Evento: Os romeiros fazem a travessia pela costa da Estação Ecológica Juréia

Itatins.

07/09 – Comemoração da Independência do Brasil

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Av. Mário Covas

Evento: A comemoração concentra-se na realização de um desfile cívico na avenida da praia.

12/10 – Dia da Criança

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Rodoviária

Evento: Apresentação de bandas e diversas atividades infantis.

31/12 – *Reveillón*

Promoção: Prefeitura Municipal de Peruíbe

Fone: (13) 3451-1000

Local: Diversos pontos da praia

Evento: Queima de fogos, shows.



Registro

06/01 – Rejada

Promoção: Associação Folclórica do Bairro de Pedreira

Fone: (13) 6822-1588

Local: Bairro da Pedreira

Evento: Comemoração ao Dia dos Santos Reis.

01/05 – Roda de Violeiros

Promoção: Círculo dos Trabalhadores Cristãos

Fone: (13) 6821-2688

Local: Registro Baseball Club

Evento: O evento é voltado à música sertaneja.

09 a 11/06 – Festa da Solidariedade

Promoção: Fundo Social de Solidariedade

Fone: (13) 6821-6278

Local: Recinto da Expovale

Evento: Evento gastronômico com atrações artísticas

Data Móvel – Romaria dos Cavaleiros

Promoção: Comissão Organizadora Independente

Fone: (13) 6821-1271

Local: Saída Registro

Evento: Romaria que sai de Registro com destino à cidade de Iguape.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

25/08 – Passeio Ciclístico

Promoção: Braga Publicidade e Promoções

Fone: (13) 6821-3011

Local: Saída de Registro

Evento: Percurso a ser percorrido de bicicleta.

02/11 – Tooru Nagashi

Promoção: Associação Cultural Nipo Brasileira

Fone: (13) 6821-4402

Local: Rio Ribeira de Iguape

Evento: A cerimônia é um evento da cultura japonesa onde são lançados barquinhos iluminados com velas no rio Ribeira de Iguape para reverenciar os mortos.

28 a 02/12 – EXPOVALE

Promoção: Comissão Organizadora

Fone: (13) 6821-6277

Local: Recinto da Expovale

Evento: Exposição agropecuária, industrial, comercial e artesanal com shows que reúne participantes de todo o Vale do Ribeira.

22/12 – Cantata de Natal

Promoção: Prefeitura Municipal de Registro / Departamento de Cultura

Fone: (13) 6821-3124

Local: Paço Municipal

Evento: Encenação representando o nascimento de Cristo até sua crucificação, com apresentações de corais.



Ribeira

08 a 12/02 – CARNAVAL

Promoção: Prefeitura Municipal de Ribeira

Fone: (15) 555-1149 / 555-1132

Local: Avenida Cândido Dias Batista

Evento: É a maior festa realizada no Alto Vale do Ribeira.

São Lourenço da Serra

Sete Barras

22 a 24/06 – Festa do padroeiro São João Batista

Promoção: Paróquia de São João Batista

Fone: (13) 6872-1263

Local: Paróquia São João Batista

Evento: Missas, fogos de artifício, bingos.



Tapiraí

Junho e Julho – Festa do Gengibre

Evento: Esta festa do Gengibre começa a ser uma tradição na cidade.



ANEXO 2 - CLASSIFICAÇÃO DO GUIA

QUATRO RODAS

Para análise de alguns aspectos dos atrativos e oferta técnica da a classificação do Guia Quatro Rodas Brasil 2003 e Guia Quatro Rodas Praias 2003 foi utilizada como base. Optou-se por esta referência devido à sua tradição (existe desde 1966) e respeitabilidade.

As informações encontradas nos Guias são técnicas e confiáveis transformando- os em um inventário de **qualificações turísticas**. Não são publicados todos os hotéis, restaurantes e atrações de uma cidade. A seleção, dos melhores estabelecimentos que tem atributos suficientes para ser inserido na publicação, é feita dentro dos critérios de avaliação desenvolvidos pelo Guia nesses 37 anos. As atualizações são anuais. A metodologia baseia-se em pesquisas de campo, com avaliação isonômica, ou seja, com critério de julgamento comum a todos os avaliados. O Guia não cobra taxa de adesão dos estabelecimentos citados, e nem aceita cortesias. Os repórteres somente se identificam após comprovarem os serviços passando-se por turistas regulares.



ATRAÇÕES

Todas as atrações são divididas em categorias, e a avaliação varia de acordo com o grau de interesse oferecido ao leitor.



eventos (principais festas populares, religiosas, gastronômicas e esportivas do país)



compras



cachoeiras



construções históricas



fortes



grutas



igrejas



museus



parques



pesca



praias



turismo de aventura

★★★★ não deixe de ir

★★★ muito interessante

★★ interessante

★ de algum interesse.



AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO SUSTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA

As praias possuem uma classificação à parte das demais atrações. Leva-se em conta um conjunto de fatores, como beleza natural, estado de preservação, localização, limpeza das águas, cor do mar, tipo de areia e vegetação. Nas praias urbanizadas considera-se, ainda, as calçadas e jardins bem-cuidados e os prédios da orla. São cinco classificações:

 não deixe de ir

 muito bonita

 bonita

 de alguma beleza



MEIOS DE HOSPEDAGEM

Os hotéis são classificados pelo conforto, e podem ainda ser acrescidos da qualificação "em local agradável". Os equipamentos e serviços só são publicados quando mais da metade dos apartamentos dispõem deles.

- | | |
|---------------------------------|------------------------|
| ✓ telefone | ✓ traslado |
| ✓ ar-condicionado | ✓ vôlei |
| ✓ calefação | ✓ tênis |
| ✓ televisão | ✓ quadra poliesportiva |
| ✓ frigobar | ✓ cavalos |
| ✓ apartamento para não-fumantes | ✓ bicicletas |
| ✓ estacionamento | ✓ playground |
| ✓ <i>business center</i> | ✓ barcos |
| ✓ manobrista | ✓ pesca |
| ✓ sala de convenção | ✓ ginástica |
| ✓ acessórios de praia | |
| ✓ serviço de praia | ★★★★ em luxo |
| ✓ piscina/piscina térmica | ★★★ muito confortável |
| ✓ futebol | ★★ confortável |
| ✓ basquete | ★ médio conforto |
| ✓ autolocadora | simples |



As categorias dos campings sãõ

 Confortãvel

 Mẽdio conforto

 Simples

E as dos flats,

 Confortãvel

 Mẽdio conforto

 Simples

O Guia apresenta tambẽm algumas hospedagens diferenciadas.

Sãõ elas:

- Hotel-fazenda - oferece ambiente de fazenda, mas com o conforto de apartamentos equipados e serviçõs de hotelaria.
- Hotel agradãvel - privilegia a decoraçãõ harmoniosa e oferece serviçõ que proporciona um clima de bem-estar ao hõspede. O fato de o estabelecimento estar em local agradãvel nãõ quer dizer, necessariamente, que ele ẽ um hotel agradãvel.
- Flat - ẽ aquele que, alẽm de hõspedes diaristas, tem apartamentos com moradores, sejam proprietãrios ou inquilinos.
- Hospedagem rural - as acomodações sãõ simples e quase sempre sãõ feitas na casa do proprietãrio. Muitos oferecem apenas quarto com banheiro coletivo.
- Hospedagem econõmica - hotẽis que nãõ possuem estrutura suficiente para ser editados na categoria simples, mas que cobram diãrias mais baixas.



- Hotéis sem categoria - em algumas cidades existem apenas hotéis que não se enquadram nos critérios mínimos para figurar no Guia. Porém, como únicas opções de hospedagem, são editados sem categoria.
- Hospedagem na selva - não apresentam diferenciação e sua classificação é alfabética, e não por avaliação, como as outras.

RESTAURANTES

A seleção dos restaurantes leva em conta a qualidade da cozinha e a limpeza, e o nível de conforto oferecido pelas instalações e serviços. Assim como os hotéis, os estabelecimentos poderão ser acrescidos da qualificação "em local agradável" ou com vista panorâmica.

 Excelente cozinha

 Muito boa cozinha

 Boa cozinha

Cozinha regular

★★★★ Luxo

★★★ Confortável

★★ Médio conforto

★ Simples



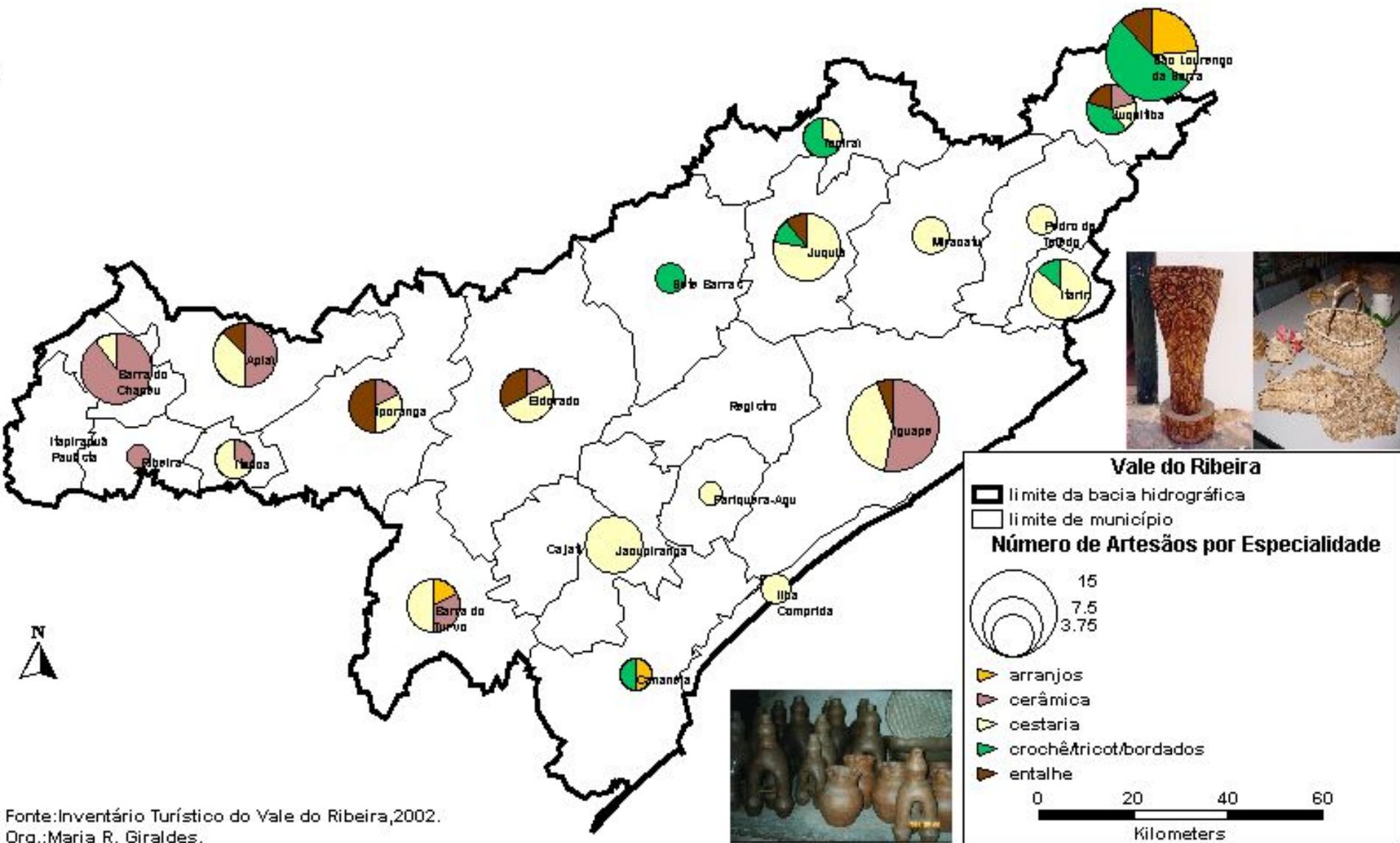
AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO
SÛTENTAVEL DO VALE DO RIBEIRA**

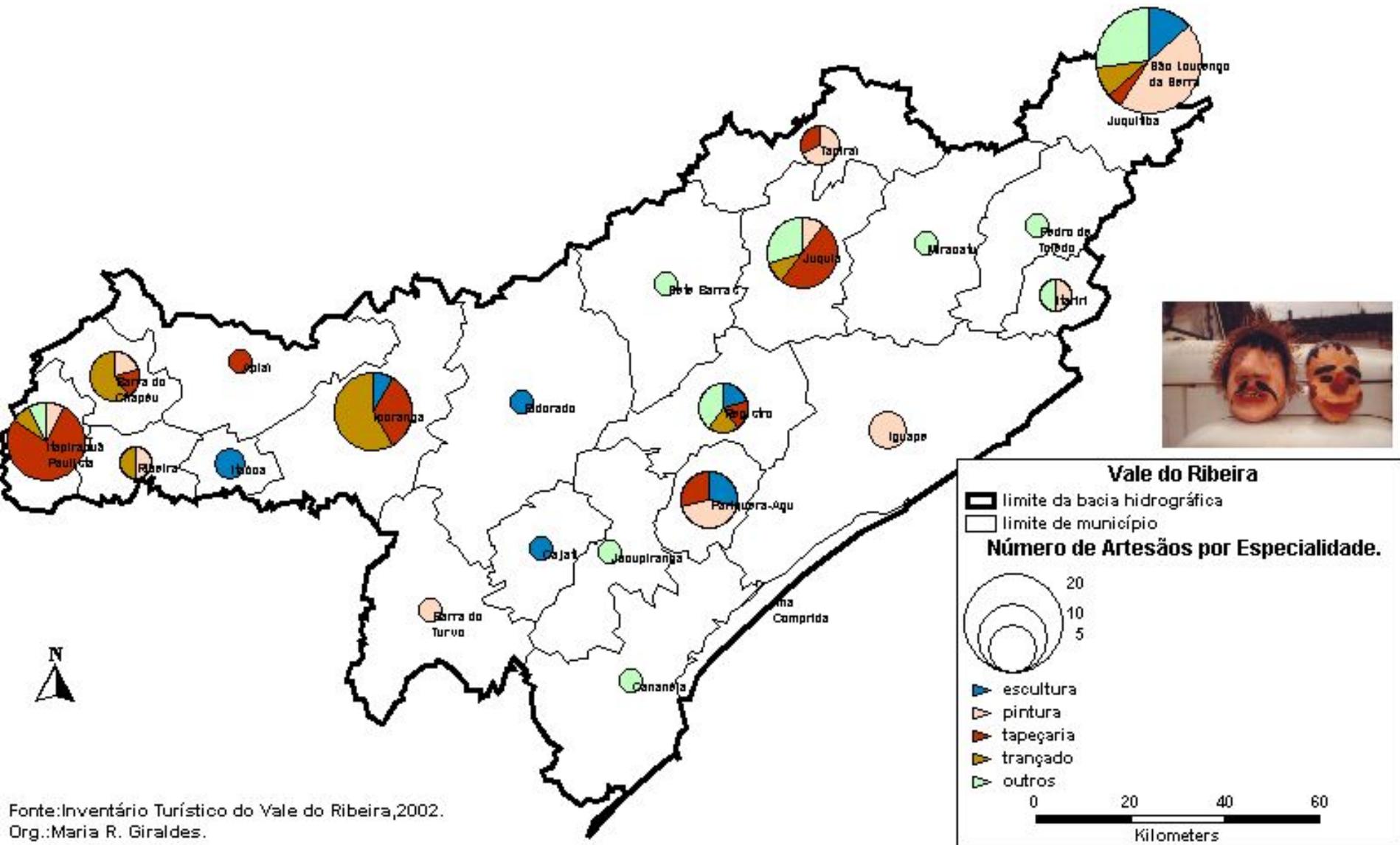
Mapas

- Atrativos Históricos, Culturais e Religiosos
- Eventos Culturais e Desportivos
- Artesanato e Artes Plásticas por Especialidade – parte 1
- Artesanato e Artes Plásticas por Especialidade – parte 2
- Atrativos Naturais

Artesanato e Artes Plásticas por especialidade – parte 1

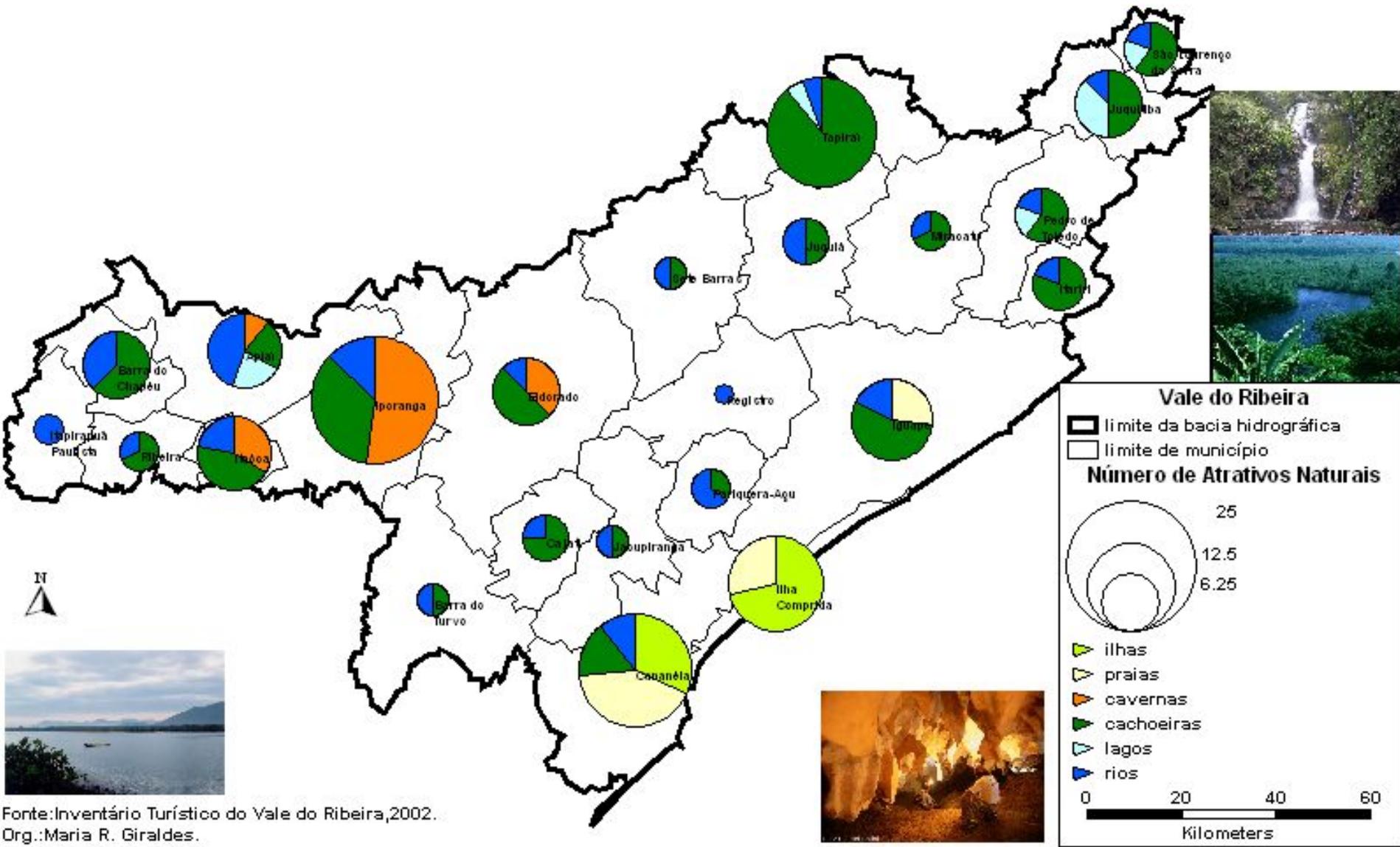


Artesanato e Artes Plásticas por especialidade – parte 2



Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002.
Org.: Maria R. Giraldes.

Atrativos Naturais



Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002.
Org.: Maria R. Giraldes.